



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
FACULDADE DE PSICOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

FERNANDA PRISCILLA PEREIRA DA SILVA

**A REDE DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO EM MEIO  
ABERTO E OS PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO DE  
ADOLESCENTES**

MANAUS  
DEZEMBRO/2015

FERNANDA PRISCILLA PEREIRA DA SILVA

**A REDE DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO EM MEIO  
ABERTO E OS PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO DE  
ADOLESCENTES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia, na Linha de Pesquisa Processos Psicossociais, da Universidade Federal do Amazonas, como cumprimento obrigatório para obtenção do grau de Mestre em Psicologia.

**Orientadora:** Profa. Dra. Iolete Ribeiro da Silva

MANAUS  
DEZEMBRO/2015

## FICHA CATALOGRÁFICA

SILVA, Fernanda Priscilla Pereira da.

A Rede de Atendimento Socioeducativo em Meio Aberto e os Processos de Subjetivação de Adolescentes / Fernanda Priscilla Pereira da Silva – Manaus, 2015.

205 p.

Orientadora: Dra. Iolete Ribeiro da Silva

Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Amazonas, Programa de Pós-graduação em Psicologia.

1. MEDIDA SOCIOEDUCATIVA EM MEIO ABERTO. 2. ADOLESCENTES.  
3. PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO. 4. PERFIL DA REDE DE ATENDIMENTO.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS**  
**FACULDADE DE PSICOLOGIA**

A dissertação: A Rede de Atendimento Socioeducativo em Meio Aberto e os Processos de Subjetivação de Adolescentes.

Elaborado por: Fernanda Priscilla Pereira da Silva.

Foi avaliado pela Comissão Examinadora do candidato como parte dos requisitos para a obtenção do Grau de Mestre em Psicologia.

Banca Examinadora:

---

Profa. Dra. Iolete Ribeiro da Silva - Universidade Federal do Amazonas  
Presidente

---

Profa. Dra. Flávia Cristina Silveira Lemos - Universidade Federal do Pará  
Avaliadora Externa

---

Prof. Dra. Lídia Rochedo Ferraz - Universidade Federal do Amazonas.  
Avaliadora do Programa

Manaus-AM, 10 de dezembro de 2015.

## DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho...

Aos meus sobrinhos, Janderson, Sabrina, Maria Clara, Guilherme e Luís, que dentre tantas coisas, me inspiram a lutar pela construção de uma sociedade mais justa, onde seja ampla a garantia da proteção à infância e adolescência.

A todos os adolescentes com os quais me encontrei no sistema socioeducativo. Principalmente, aos que se dispuseram a me contar suas histórias apenas para contribuir com esta pesquisa e muito me ensinaram sobre as suas adolescências.

## AGRADECIMENTOS

Gratidão...

A Deus, força que move o Universo, que, em sua infinita bondade, me pôs em circunstâncias na vida que me constituem, me fazem inquietar, movimentar, crescer, mudar e me fortalecer.

Aos adolescentes participantes da pesquisa, pela disposição para minha entrada, pela riqueza das falas, pelo respeito, o bom humor, a confiança, os momentos compartilhados durante a pesquisa e, em especial, pela abertura para se deixarem conhecer. Os momentos de conversação foram primordiais para a construção desses escritos e para o fortalecimento do meu compromisso com esse contexto.

À SEAS, pela autorização para a realização da pesquisa, em especial ao Ítalo Nonato, que nos autorizou a entrada em campo, contribuindo muito para a realização desta pesquisa. Aos profissionais da instituição pesquisada, por abrirem as portas para nossa entrada, por disporem de seu tão valioso e disputado tempo e, especialmente, por conseguirem fazer tanto com o tão pouco que lhes é oferecido.

Às auxiliares de pesquisa, Maressa e Cristiane, que foram responsáveis pelos dados da fase documental da pesquisa, pela preocupação em fazer o trabalho com seriedade e compromisso, pelas ricas contribuições para as discussões dos dados e parceria nesse momento. Foi ótimo poder contar com vocês!

À amada professora, orientadora e amiga, Dra. Iolete Ribeiro da Silva (Iô), pela paciência com minha ansiedade, pela presença serena na minha vida, com orientações e conversas que me inspiram, acalmam e incentivam a seguir em frente.

À professora Cláudia Sampaio, por ter posturas ético-políticas exemplares a mim, por me inspirar para as pequenas revoluções cotidianas, por me auxiliar a estranhar, desde a graduação, as minhas próprias posturas, crenças e verdades e pelas contribuições riquíssimas à correção final do texto.

Aos professores que contribuíram com dicas e observações valiosas durante a qualificação do projeto de pesquisa, Nelson Noronha e Lídia Ferraz.

Às professoras componentes da banca examinadora, Lídia Ferraz e Flávia Lemos, pela disposição para aceitar ler e avaliar este trabalho.

Aos companheiros de cotidiano, luta e construção do Laboratório de Desenvolvimento Humano e Educação: André (meu amor amigo); Andrews (me conta!); Ane (pequena notável); Kelly (linda fofa); Gerson (biju de tapioca); Eduardo (afeto livre e desinteressado); Paulo Victor (admirável companheiro de longas datas); Ana Cristina (contadora de histórias); Adinete (meiga); Vinícius (és brilhante), Estephania (desconstruída). Ao Eduardo, mais uma vez, pela ajuda com o *abstract*. A luta de vocês é a minha e sei que a minha luta também é de vocês. A nossa construção é mútua! Vocês me ampliam!

À minha mãe, pelo amor, exemplo, carinho, cuidado e compreensão em todos os momentos. Foi por você e com você que tudo começou, desde sempre.

À minha família: meus irmãos, Jeferson e Alciney (em memória), pelo amor, pelos investimentos feitos em mim, pela proteção e resiliência vividas em conjunto; minha cunhada Hannah, pela amizade, apoio e estímulo; minha irmã Fernanda, por ser parte da minha vida.

Ao meu companheiro, Marcelo, pela existência tão carregada de afeto, pela compreensão dos momentos de angústia, pela escuta paciente dos meus causos da vida e do mestrado, pelas tapiocas compartilhadas, recheadas de palavras de incentivo e conforto, gracejos e amor, constituintes do cotidiano.

Aos amigos: Enio, por ser poesia, canção, histeria, força, liberdade e resistência! Herbert, pelo apoio com as revisões e palavras de tranquilidade. Aos dois, pela força, por partilharmos as risadas, os olhares, as reflexões e a vontade de fazer um mundo melhor.

À amigona Fabiane, simplesmente por ser companheira, conforto e irmandade em tantos espaços da minha vida. Grata por existir e ser amor em mim! À Vunhum, pelos momentos de alegria compartilhados. Às duas, por sempre escutarem minhas ansiedades e dúvidas do percurso deste trabalho.

Aos parceiros do Núcleo Manaus da ABRAPSO, por me mobilizarem no cotidiano, por me incentivarem no processo de produção deste trabalho e pela alegria presente em cada encontro. A luta com vocês é uma festa!

Aos colegas do mestrado, com quem compartilhei a trajetória, os momentos de construção de conhecimento, de alegrias, de inquietações e de sonhos.

A todas as pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram com a minha trajetória...

*Nada é impossível de mudar  
Nada é impossível de mudar.  
Desconfiai do mais trivial,  
na aparência singela,  
e examinai, sobretudo, o que parece habitual.  
Suplicamos expressamente:  
não aceiteis o que é de hábito  
como coisa natural,  
pois em tempo de desordem sangrenta,  
de confusão organizada,  
de arbitrariedade consciente,  
de humanidade desumanizada,  
nada deve parecer natural,  
nada deve parecer impossível de mudar.*

Bertold Brecht



## RESUMO

Essa dissertação é resultado de um estudo de abordagem qualitativa realizado no contexto de medidas socioeducativas em meio aberto na cidade de Manaus, ancorado teoricamente na Psicologia Histórico-Cultural e na Teoria da Subjetividade. A pesquisa teve o objetivo geral de compreender os processos de subjetivação de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto na cidade de Manaus. Os aspectos metodológicos foram baseados na Epistemologia Qualitativa e a trajetória foi composta por uma fase documental e uma de campo. A fase documental foi feita por intermédio de roteiro de critérios para fazer a caracterização da rede de atendimento socioeducativo em meio aberto e dos adolescentes que estão nela inseridos. Serviram de base investigativa 218 prontuários de adolescentes de 5 Polos Descentralizados de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade (PDLA/PSC) distribuídos entre as Zona Sul, Centro-Sul, Centro-Oeste e Leste da cidade de Manaus. Os dados foram organizados numa matriz analítica de acordo com os critérios investigados. A fase de campo do estudo teve como lócus o PDLA/PSC da Zona Centro-Oeste, contou com a participação de 4 adolescentes e objetivou desenvolver modelos teóricos acerca dos processos de subjetivação dos adolescentes partindo da narrativa de suas trajetórias de vida. O instrumento dessa construção foi um roteiro de entrevista individual semiestruturada e se pautou no processo de construção da informação. A apresentação e discussão dos resultados foi realizada por meio de uma análise construtiva-interpretativa das narrativas, culminando em zonas de sentido elaboradas para cada adolescente. Os resultados estão apresentados em três capítulos: 1. a caracterização da rede de atendimento em meio aberto; 2. a caracterização dos adolescentes inseridos nessa rede e 3. a produção de sentidos subjetivos, apresentados em quatro estudos de caso, compostos pelas construções teórico interpretativas e as zonas de sentidos a elas correspondentes. Os resultados indicam que a rede de atendimento socioeducativo em meio aberto na cidade de Manaus ainda tem diversos desafios a serem superados, apesar do admirável trabalho que vem sendo realizado, considerando as condições atuais, com todo esforço pessoal da equipe profissional. A caracterização dos adolescentes suscita a reflexão sobre as questões socioeconômicas e culturais acerca da produção da infração e sobre quem são os adolescentes que chegam a ser inseridos na rede socioeducativa. Como um aspecto marcante da produção dos resultados temos o fato de que as produções subjetivas de cada adolescente são singulares, de acordo com cada trajetória de vida, o contexto sociocultural e os modos de vida e os aspectos individuais, cognitivos e afetivos. Destacamos que é urgente para a Psicologia se aproximar cada vez mais dos contextos socioeducativos para a promoção de revisão de paradigmas; produção de saberes concretos, pautados na realidade e desenvolvimento de metodologia que promovam a construção de dispositivos que acionem novos processos de subjetivação, de modo a potencializar a vida dos jovens em cumprimento de medida socioeducativa.

**Palavras-chave:** Medida Socioeducativa em Meio Aberto; Adolescentes; Sentidos Subjetivos; Processos de Subjetivação; Trajetória de Vida.

## ABSTRACT

This dissertation is the result of a qualitative study conducted in an open environment social educational measures context in Manaus, theoretically anchored in the Cultural-Historical Psychology and the Theory of Subjectivity. The research has the overall goal of understanding the subjective processes of adolescents in compliance with an open environment socio-educational measures in the city of Manaus. The methodological aspects were based on Qualitative Epistemology and its course was composed of a documental analysis phase and a field survey one. The documental phase was made through a criteria script to provide the characterization of the childcare open environment service network and the adolescents that are inserted in it. It was served as an investigative base 218 adolescent records of 5 Decentralized Poles of Probation and Community Service Provision (PDLA / PSC) distributed between the South, Mid-South, Midwest and East Areas in the city of Manaus. The analytical data were organized into a matrix according to the criteria investigated. The field survey phase had as a locus the Midwest Area PDLA / PSC, it had the participation of 4 adolescents and it aimed to develop theoretical models about these adolescents' subjective processes based on their life-histories narrative. The instrument of this construction was a semi-structured individual interview script and it was based on the information construction process. The presentation and discussion of the results was performed by a constructive-interpretative analysis of the narratives, culminating into zones of sense designed for each adolescent. The results are presented in three chapters: 1. characterization of the open environment service network; 2. characterization of the adolescents inserted in this network and 3. the production of subjective senses, presented in four case researches, composed by the interpretive theoretical constructs and the zones of sense they are related to. The results indicate that the childcare open environment service network in the city of Manaus still has many challenges to overcome, despite the admirable work being done, considering the current conditions, with all personal efforts of the professional team. The characterization of the adolescents raises the reflection on the socioeconomic and cultural issues about the production of their infringement and who these teenagers are who come to be inserted into the socio-educational network. As a defining aspect of the production of these results, we have the fact that the subjective productions of every teenager is unique, according to their each life path, the sociocultural context and way of life, and individual, cognitive and affective aspects. As a conclusion highlight, we emphasize that it is urgent to Psychology to approach increasingly socio-educational contexts for promoting paradigms review; production of concrete knowledge, guided by the reality; and the methodology development which promotes the construction of devices that trigger new subjectivity processes in order to enhance the lives of young people when socio-educational measures have been used.

**Keywords:** Open Environment Social Educational Measures; Adolescents; Subjective senses; Subjectivity processes; Path of Life.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Distribuição dos Polos de MSEMA pelos bairros da cidade e administração .....	58
Tabela 2 - Caracterização Física dos polos .....	62
Tabela 3 - Projeto Pedagógico dos Polos .....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
Tabela 4 - Recursos Humanos dos Polos .....	68
Tabela 5 - Caracterização do atendimento socioeducativo por polo .....	73
Tabela 6 - Proporção entre adolescentes em meio fechado e adolescentes em meio aberto. ....	84
Tabela 7 - Número e distribuição percentual dos adolescentes do Polo Zona Sul por local de residência .....	88
Tabela 8 - Número e distribuição percentual dos adolescentes do Polo Zona Leste II por local de residência .....	88
Tabela 9 - Número e distribuição percentual dos adolescentes do Polo Zona Leste I por local de residência .....	89
Tabela 10 - Número e distribuição percentual dos adolescentes do Polo Zona Centro-Oeste por local de residência .....	89
Tabela 11 - Idade dos adolescentes .....	91
Tabela 12 - Naturalidade dos adolescentes.....	92
Tabela 13 - Situação familiar.....	93
Tabela 14 - Renda familiar dos adolescentes .....	94
Tabela 15 - Tabela de classificação de classe social do IBGE.....	94
Tabela 16 - Estimativa para a Renda Média Domiciliar para os estratos do Critério Brasil....	95
Tabela 17 - Nível de Escolaridade do adolescentes .....	95
Tabela 18 - Taxa de frequência líquida a estabelecimento de ensino. Regiões e Estados. ....	96
Tabela 19 - Cadastro de adolescentes em programas profissionalizantes.....	97
Tabela 20 - Situação de saúde dos adolescentes.....	98
Tabela 21 - Tipificação do ato infracional cometido.....	99
Tabela 22 - Como o adolescente chegou à medida socioeducativa em meio aberto.....	100

## LISTA DE SIGLAS

ABEP – Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa  
CFP – Conselho Federal de Psicologia  
CODEPLAN - Companhia de Planejamento do Distrito Federal  
CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente  
CRAS – Centro de Referência de Assistência Social  
CREAM – Centro Estadual de Referência e Apoio a Mulher  
CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social  
DEAAI – Delegacia Especializada na Apuração de Atos Infracionais  
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente  
FEBENS – Fundações Estadual do Bem Estar do Menor  
FUNABEM – Fundação Nacional do Bem Estar do Menor  
GEASE – Gerência Especializada de Atendimento Socioeducativo  
IBAM – Instituto Brasileiro de Administração Municipal  
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
ISR – Instituto de Sociabilização Reeducar  
LA – Liberdade Assistida  
LAC – Liberdade Assistida Comunitária  
LAI – Liberdade Assistida Institucional  
MP-AM – Ministério Público do Estado do Amazonas  
MSEMA – Medidas Socioeducativo em Meio Aberto  
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego  
ONU – Organização das Nações Unidas  
PAC – Pronto Atendimento ao Cidadão  
PDLA/PSC – Polo de Liberdade Assistida e Prestação de Serviço Comunidade  
PIA – Plano Individual de Atendimento  
PMSEMA – Polo Descentralizado de Medida Socioeducativa em Meio Aberto  
PSC – Prestação de Serviço à Comunidade  
SDH/PR – Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da Republica  
SEARP – Secretaria de Articulação e Movimentos Sociais  
SEAS – Secretaria Estadual de Assistência Social e Cidadania  
SEJUS – Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos  
SEJUSC – Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania  
SEMASDH – Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos  
SEPM – Secretaria Executiva de Políticas para as Mulheres  
SGD – Sistema de Garantia dos Direitos  
SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo  
SPA – Serviços de Pronto Atendimento  
SSP-AM – Secretaria de Estado de Segurança Pública  
SUAS – Sistema Único de Assistência Social  
TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido  
UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância  
UPI – Unidade Provisória de Internação  
ZCO – Zona Centro-Oeste

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>I. TRILHAS E RUMOS: TRAJETÓRIA METODOLÓGICA DA PESQUISA .....</b>	<b>28</b>
1.1 A PESQUISA DOCUMENTAL.....	29
1.1.1 Instrumentos.....	30
1.1.2 A trajetória de elaboração dos dados .....	30
1.1.3 Procedimento de análise dos dados.....	33
1.2 A PESQUISA DE CAMPO .....	34
1.2.1 Local da Pesquisa.....	34
1.2.2 Participantes da Pesquisa .....	38
1.2.3 Instrumento de Construção da Informação .....	41
1.2.4 Trajetória das entrevistas.....	43
1.2.5 Tratamento e comunicação da informação .....	45
1.3 Procedimento éticos .....	49
<b>II. A REDE DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO EM MEIO ABERTO NA CIDADE DE MANAUS À LUZ DAS REGULAMENTAÇÕES VIGENTES.....</b>	<b>50</b>
2.1 CARACTERIZAÇÃO DA REDE .....	57
2.1.1 Estrutura física .....	61
2.1.2 Aspecto pedagógico .....	64
2.1.3 Recursos humanos.....	66
2.2 Como tem sido desenvolvido o atendimento socioeducativo em meio aberto .....	71
2.3 O desenvolvimento e o uso do Plano Individual de Atendimento (PIA).....	79
2.4 Breve consideração acerca da rede de atendimento socioeducativo.....	83
<b>III. QUEM SÃO ELES? PERFIL DOS ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA EM MEIO ABERTO NA CIDADE DE MANAUS .....</b>	<b>86</b>
3.1 Breve consideração acerca da caracterização dos adolescentes em cumprimento de MSEMA na cidade de Manaus.....	101
<b>IV. PRODUÇÃO DE SENTIDOS SUBJETIVOS: CONSTRUÇÕES A PARTIR DA NARRATIVA DAS TRAJETÓRIAS DE VIDA DOS ADOLESCENTES.....</b>	<b>104</b>
4.1 Construções a partir das informações de Moacir .....	108
4.1.1 Violência como elemento socializador .....	113
4.1.2 A infração como contexto organizador da vida .....	118
4.1.3 A sobrevivência pelas próprias mãos.....	122
4.1.4 Necessidade de segurança na vida .....	127
4.2 Construções a partir das informações de Oribá.....	133
4.2.1 Uma vida normal.....	135
4.2.2 Adolescência: o deslize entre o conceito geral e a vivência pessoal.....	139
4.2.3 A importância das relações afetivas .....	143
4.2.4 Reconhecimento de si de modo positivo.....	146
4.3 Construções a partir das informações de Nadi.....	148
4.3.1 O retorno para o seio familiar .....	151
4.3.2 Adolescência ideal .....	154
4.3.3 Atividade e potencial transformador diante dos fatos de sua vida.....	157
4.4 Construções a partir das informações de Ajuricaba.....	162
4.4.1 A busca por fortes emoções como campo fértil para uma identidade subversiva .....	165
4.4.2 A questão do trabalho como central.....	170
4.4.3 Dificuldades de transformação decorrentes das questões sociais e das dificuldades individuais .....	172
4.5 Aspectos em comum nos sentidos subjetivos dos adolescentes acerca de suas trajetórias de vida .....	176

<b>VI. CONSIDERAÇÕES</b> .....	<b>180</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>184</b>
<b>APÊNDICE</b> .....	<b>192</b>
APÊNDICE A – roteiro DA PESQUISA DOCUmEnTAL .....	193
APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA INDIVIDUAL SEMIESTRUTURADA...	195
APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	196
APÊNDICE D – TERMO DE ASSENTIMENTO .....	198
<b>ANEXOS</b> .....	<b>200</b>
ANEXO A – AUTORIZAÇÃO DA SEAS .....	201
ANEXO B – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA .....	202
Gráfico 1 - Distribuição dos adolescentes pelos polos pesquisados.....	87

## INTRODUÇÃO

Apresentamos aqui pesquisa de mestrado realizada no contexto de medidas socioeducativas, que teve como foco os processos de subjetivação da trajetória de vida de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa e a rede de atendimento socioeducativo em meio aberto na cidade de Manaus. A medida socioeducativa é a sanção aplicada ao adolescente que comete atos infracionais, devendo ser composta de ações de responsabilização e pedagógicas, que oportunizem ao jovem uma experiência de reconstrução de seu projeto de vida.

Essas sanções podem envolver ou não restrição de liberdade. No total são seis tipos de medidas socioeducativas: advertência, obrigação de reparar o dano, liberdade assistida, prestação de serviço à comunidade, semiliberdade e internação, sendo essas duas últimas as que envolvem restrição de liberdade (BRASIL, 1990). Dentre as medidas socioeducativas que não envolvem restrição de liberdade, há dois tipos que são aplicadas com apoio de instituições socioeducativas, que são as medidas de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviço à Comunidade (PSC). A medida socioeducativa (MSE) de Liberdade Assistida consiste no atendimento do adolescente em meio aberto e prevê a convivência do adolescente no seu contexto de vida cotidiana, sem afastá-lo do lar, da escola e do trabalho, sob a supervisão de orientador qualificado. A Prestação de Serviço à Comunidade consiste no cumprimento obrigatório de tarefas de caráter coletivo, visando interesses e bens comuns, por um período não excedente a seis meses, podendo ser realizadas juntos a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários ou governamentais.

Quanto à aplicabilidade dessas duas medidas, verificamos que a medida de LA pode ser aplicada sozinha, quando é determinado que o adolescente cumpra medida de LA. Por outro lado, verificamos que a medida de PSC, ainda que não seja uma determinação legal, é geralmente combinada com a medida de LA, devido à necessidade de acompanhamento periódico do adolescente em cumprimento das medidas em meio aberto. Além disso, as duas

medidas são levadas a cabo por meio de uma rede de atendimento descentralizado, que na Cidade de Manaus são os chamados Polos Descentralizados de Medida Socioeducativa, distribuídos nas diversas zonas da cidade.

O Sistema Nacional Socioeducativo – SINASE (BRASIL, 2012) prevê que se priorize a implantação das medidas em meio aberto, já que estas não estão sujeitas aos princípios de excepcionalidade <sup>1</sup> e brevidade <sup>2</sup>, como a internação, e se colocam numa escala de aplicação mais imediata e inicial. Busca-se, com essa priorização, reverter a tendência crescente de internação dos adolescentes, bem como apresentar uma alternativa para a sua não eficácia, considerando que o rigor das medidas não tem garantido a melhoria da inclusão social dos adolescentes que cometem atos infracionais.

Em termos institucionais, esta pesquisa está vinculada ao Laboratório de Pesquisa, Desenvolvimento Humano e Educação da Faculdade de Psicologia da Universidade Federal do Amazonas. Esse laboratório tem desenvolvido pesquisas embasadas na Psicologia Histórico-Cultural, com foco na promoção dos direitos humanos da população amazônica; aspectos psicossociais da desigualdade e da transformação social e processos de inclusão de crianças e adolescentes. Objetiva-se, neste laboratório, contribuir científica, social e politicamente com produções que busquem a desconstrução e problematização de posturas cristalizadas e de saberes estigmatizantes acerca de diversas temáticas, dentre elas a adolescência e a infração.

No que se refere à temática da adolescência, é perceptível que adolescentes têm ocupado um lugar de destaque na mídia amazonense, de modo semelhante ao resto do Brasil. Isso acontece especialmente quando se relaciona à temática da violência, tanto por terem seus direitos fundamentais violados, quanto por violarem o direito de terceiros quando cometem atos infracionais. No segundo caso, as notícias são veiculadas de modo mais intenso e sensacionalista. Neste estudo, nosso foco serão os adolescentes que violaram o direito de terceiros, mais especificamente, aqueles que estão em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto. Destacamos, no entanto, que isso não significa que estes também não tenham seus direitos violados em diversos aspectos e que essa violação sofrida não esteja diversas vezes relacionada à entrada e permanência na prática infracional.

---

<sup>1</sup> O princípio da excepcionalidade relaciona-se ao fato de que, havendo outras medidas, a internação será destinada para atos infracionais praticados mediante violência à pessoa, reiteração na prática de outras infrações graves e descumprimento injustificável e reiterado de medida anteriormente imposta, desde que a liberdade do adolescente constitua notória ameaça à ordem pública, demonstrada a necessidade imperiosa da segregação, visto que o art. 122, § 2º, do ECA estipula que em nenhuma hipótese será aplicada a internação, havendo outra medida adequada (BRASIL, 1990).

<sup>2</sup> O princípio da brevidade prevê que a internação deve ser mantida pelo menor tempo possível, observando-se o prazo máximo de três anos, reavaliando-se no máximo a cada seis meses a pertinência da manutenção da medida ou a substituição desta por outra que se mostrar mais apropriada (BRASIL, 1990).



Para iniciarmos a temática da adolescência, consideramos importante lembrar três definições básicas para este estudo e que são introdutórias à discussão: (1) a condição dos adolescentes como pessoas em desenvolvimento; (2) a concepção de adolescentes enquanto sujeitos de direitos universalmente reconhecidos e (3) a definição dos adolescentes (ao lado de crianças) como grupo prioritário da efetivação de Políticas Públicas pela garantia de nascimento e desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência, conforme resguarda o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA e a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança (BRASIL, 1990; ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU, 1990).

Essas definições legais e políticas são resultantes de construções processuais, pois nem sempre a sociedade brasileira concebeu dessa maneira e o governo já teve políticas oficiais voltadas para a infância e adolescência que se pautavam em ações violentas contra este público. Compreender as diferentes formas de conceber a adolescência no decorrer da história, os marcos legais e a atuação dos poderes públicos e da sociedade, possibilita contextualizar uma trajetória que, embora já apresente mudanças significativas, ainda tem limites que precisam ser superados (PASSETTI, 2000; FEITOSA, 2011). Uma das vias que vemos como possíveis para tal caminho é a mobilização de uma rede de proteção integral que busque a efetivação das políticas públicas.

A trajetória de atendimento ao adolescente e à criança em situação de vulnerabilidade no Brasil é marcada por uma mudança no eixo de atendimento. O deslocamento aconteceu de uma Doutrina da Situação Irregular para a Doutrina da Proteção Integral. Na primeira, presente no Código de Menores de 1927, eram considerados irregulares todos aqueles abandonados e/ou delinquentes com idade inferior a dezoito anos. As definições regulamentavam o trabalho infantil, a tutela, a delinquência e a liberdade vigiada. Os adolescentes eram objetos de decisão estatal e judicial. As instituições (públicas ou privadas) responsáveis pelo trato com a infância e adolescência que surgiram no Brasil a partir desta época tinham como orientação desenvolver ações no âmbito da educação, do adestramento físico, moral e para o trabalho, numa combinação de aspectos repressivos, coercitivos e violentos (FALEIROS, 2009; RIZZINI, 2009).

Na época da instauração da ditadura militar e da promulgação de nova Constituição, de 1964 a 1979, a questão do menor<sup>3</sup> passou a ser tratada no âmbito da Doutrina de Segurança

---

<sup>3</sup> Aqui utilizamos o termo menor porque era a forma como se denominava crianças e adolescentes durante o período histórico ao qual estamos nos referindo, em função das determinações legais vigentes àquela época. Essa denominação resguarda uma concepção de crianças e adolescentes como reduzidas e incapazes em comparação ao maior (adulto).

Nacional. O Estado se fez presente de forma autoritária na nova ordem social estabelecida e, em 1964, foram criadas a Fundação Nacional do Bem Estar do Menor – FUNABEM e as Fundações Estadual do Bem Estar do Menor – FEBENS, ancoradas na nova Política Nacional do Bem-Estar do Menor. Esta fase culminou na promulgação do novo Código de Menores em 1979, que dispõe sobre a assistência, proteção e vigilância aos menores a qual tiveram de se subordinar todas as entidades públicas e particulares que prestavam atendimento ao então menor (FALEIROS, 2009; RIZZINI, 2009).

O processo de redemocratização do país, a pressão dos movimentos internacionais de lutas pelos Direitos Humanos a partir dos anos 80 e as intensas lutas dos movimentos sociais brasileiros formaram o contexto favorável para a criação de uma nova legislação que estivesse afinada com os princípios da Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança (ONU, 1990). Foi adotada, assim, a Doutrina da Proteção Integral, definida pela Constituição Brasileira (BRASIL, 1988) e base fundamental do Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990). Nessa doutrina, ocorreram as mudanças teóricas de concepções. Os adolescentes e as crianças passaram a ser reconhecidos na legislação como prioridade absoluta, tendo em vista a peculiaridade de estarem em desenvolvimento e a necessidade de proteção integral para garantia do conjunto de direitos imprescindíveis à vida humana com dignidade (LEMOS, 2009; RIZZINI, 2000; 2009).

Apesar dessas transformações no campo jurídico, a sociedade brasileira apresenta, ainda hoje, diversas dificuldades na efetivação dos direitos da infância e da adolescência e na efetivação de políticas sociais públicas que garantam as condições de vida preconizadas pelo ECA, bem como os serviços que são voltados ao atendimento desse público que encontram-se em situações precárias. Lemos (2009) apresenta o modo pelo qual alguns políticos autoritários e populistas fizeram uso, nos discursos oficiais, da promulgação desta lei (BRASIL, 1990) como dispositivo de transformação da sociedade no que se refere ao passado de atrocidades autoritárias e abandono. O ECA seria, segundo esses discursos, o resultado de uma revolução social e política do país, o que culminaria na entrada em uma nova sociedade civilizada e democrática (LEMOS, 2009).

O que aconteceu, no entanto, foi que, passados 25 anos desta promulgação, os direitos das crianças e dos adolescentes ainda não foram plenamente efetivados e estes ainda são, em diversos contextos, desconsiderados como sujeitos de direitos e não vivenciam seu papel ativo para a construção das políticas e ações que são a eles destinadas. Não obstante a não plena efetivação dos direitos previstos no ECA, estamos assistindo a uma frente de parlamentares e

de alguns movimentos políticos mais tradicionais que atua em favor do fortalecimento de uma política penal direcionada para o caminho da redução da maioria penal, com base na ideia de adolescentes como objeto de controle social (VALE; NEVES, 2012).

No âmbito internacional, o relatório do Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF (2011), sobre a situação mundial da infância e adolescência, apresenta alguns problemas que o adolescente enfrenta em relação à saúde, educação, proteção e participação e destaca os riscos e vulnerabilidades a que esse grupo está sujeito. O relatório mostra que mais de 70 milhões de adolescentes em idade de frequentar os anos finais do ensino fundamental estão fora da escola e que no Brasil 81 mil adolescentes, entre 15 e 19 anos de idade, foram assassinados entre o ano de 1998 e 2008. Foi possível verificar também (UNICEF, 2011) que adolescentes de diversos países estão expostos ao trabalho ilegal, envolvimento com o tráfico de drogas e com grupos armados, a riscos de acidentes e lesões não intencionais, problemas nutricionais e de exploração sexual, risco de contrair o HIV e outras doenças sexualmente transmissíveis, gravidez e complicações no parto.

O modo como o UNICEF utiliza esses dados e como pretende lidar com essas questões, no entanto, pode ser problematizado, considerando que ele propõe uma metodologia hegemônica e de cunho assistencial para ser desenvolvida junto aos países em desenvolvimento. São base dessa metodologia a adesão voluntária da comunidade, a desconsideração do contexto histórico, econômico, político e cultural de cada lugar e o controle e disciplinamento dos jovens. Soma-se a isto o fato de que as propostas são feitas com intuito de gerar a aceitação do modelo social proposto e da ideia de progresso social de modo apolítico, aplicado nas comunidades sem questionamentos (LEMOS, 2007).

De modo mais específico, na realidade brasileira, o censo demográfico de 2010 indica que 130 mil famílias são chefiadas por crianças no Brasil. Considerando que são pessoas em desenvolvimento e que, por definição, deveriam ser protegidas e resguardadas em seus direitos pelo Estado, família e sociedade, é um dado relevante saber que “quase 661,2 mil pessoas entre 15 e 19 anos – e outras 132 mil entre 10 e 14 anos – no Brasil são responsáveis por seus próprios domicílios” (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE, 2011).

Somente no ano de 2010, 3.716 crianças e adolescentes foram resgatados do trabalho ilegal em todo o país, de acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. A síntese de indicadores sociais revelou que, embora tenha melhorado nos últimos dez anos, o nível de pobreza da infância e adolescência no país ainda é elevado. A maioria das crianças e

adolescentes de até 17 anos vivia, em 2008, em situação de pobreza, totalizando 44,7% (IBGE, 2011).

O Mapa da Violência de 2012 (WAISELFISZ, 2013), que apresenta uma pesquisa sobre Homicídios e Juventude no Brasil, mostra que no estado do Amazonas as mortes das pessoas jovens são causadas por fatores externos em 71,8% dos casos, enquanto que na população não-jovem, as mortes por causas externas correspondem a 14,6%. São definidas como causas externas as que remetem a fatores independentes do organismo humano, fatores que provocam lesões ou agravos à saúde que levam à morte do indivíduo, que não são causas naturais, de doença e/ou envelhecimento. Das mortes causadas por fatores externos, 63,1% são mortes violentas quando se refere à população jovem e 11,7% em relação à população não jovem.

O Mapa da Violência contemporâneo à época da pesquisa (WAISELFISZ, 2014) mostra que, no ordenamento dos países segundo taxa de homicídio da população jovem calculada no ano de 2010, o Brasil encontra-se em 8º lugar, com a taxa de 54,5 homicídios para cada 100 mil jovens. No estado do Amazonas, a taxa de homicídio no ano de 2012 foi de 36,7 para cada 100 mil pessoas da população total enquanto que na população jovem, esse índice foi de 68,7. Além disso, a publicação mostra que na cidade de Manaus a taxa de morte no ano de 2012 foi 606 jovens para cada 100 mil, enquanto que na população geral esse número foi de 108,3 para cada 100 mil. (WAISELFISZ, 2014).

Diante de tais dados, o Mapa da Violência (WAISELFISZ, 2013) ressalta que é preocupante o modo pelo qual a sociedade brasileira em geral tem sido tolerante e tem aceitado o alto nível de violência contra crianças e adolescentes. A publicação evidencia que preocupa mais ainda a tolerância e aceitação tanto da opinião pública quanto das instituições precisamente encarregadas de enfrentar tal realidade. É como se a sociedade brasileira atravessasse uma espécie de “epidemia de indiferença”, que pode ser pensada como certa cumplicidade de grande parcela da sociedade, com uma situação que deveria estar sendo tratada como uma verdadeira calamidade social.

Esse panorama é a expressão da realidade contextual na qual são engendrados os diversos modos de ser adolescente e onde são produzidos os diversos tipos de vida, tendo em vista que compreendemos o desenvolvimento humano constituído com base num processo dialético do homem com o social (OLIVEIRA, 2008) e a adolescência como uma construção histórica e cultural (OZELLA, 2003). São possíveis, assim, diversos modos de ser adolescentes, dentre eles a constituição das adolescências nas quais o cometimento de atos

infracionais é uma realidade e um modo de se inserir socialmente. Os dados sociodemográficos referentes à adolescência devem ser considerados, então, como pistas para pensarmos criticamente a temática da infração e da produção dos modos de vida destes adolescentes.

Pesquisas sobre adolescentes autores de atos infracionais indicam que estes vivem em contextos de vulnerabilidade onde são negligenciados no que se refere à efetivação das políticas públicas (COSTA, 2007; KOLLER, 2010). Além disso, não encontram espaço para a defesa de seus direitos, pois, por terem praticado um ato infracional, passam a ser desqualificados como adolescentes e rotulados como marginais, perigosos, delinquentes e outros adjetivos estigmatizantes. As matérias de cunho jornalístico enfatizam a suposta periculosidade desses adolescentes e expressam, na maioria das vezes, a opinião de que os adolescentes são dotados de características típicas dessa fase que os levam a se envolver com atos infracionais. Isso faz deles os únicos responsáveis por sua situação, desconsiderando o quadro socioeconômico e cultural no qual ele está inserido (BOCK, 2002; COSTA 2007; MENANDRO, 2003; VOLPI, 2006).

Esse tipo de compreensão coopera, muitas vezes, para os processos de naturalização e aceitação da violência a que os adolescentes são sujeitados, tanto na sua trajetória de vida antes do cometimento do ato infracional, quanto na sua trajetória nas instituições socioeducativas. Por essa via de compreensão, o adolescente torna-se marginal, delinquente, drogado ou traficante por uma espécie de escolha pessoal ou aptidão prévia, visão com a qual não concordamos neste trabalho. Isso porque entendemos que a atividade e a atuação do sujeito que produz sua história, que faz escolhas e modifica o meio, são realizadas a partir de uma base objetiva, concreta, nos limites e possibilidades da cultura por onde este mesmo sujeito é produzido. Seus processos de subjetivação (decisões pessoais, modulações afetivas) se constituem de maneira recursiva com toda a objetividade da qual este é atravessado.

Pautamo-nos na perspectiva teórica da **Psicologia Histórico-Cultural** para pensar o fenômeno **adolescência**. Essa abordagem teórica concebe o fenômeno psicológico partindo de sua relação dialética com o mundo social, histórico e material. Compreende, dessa maneira, o homem como ativo e em processo constante de desenvolvimento, entranhado nas relações sociais como produtor/construtor, transformador e transformado pelo meio social. É possível, assim, pensar a adolescência, e os fenômenos a ela relacionados, como construções subjetivas dos sujeitos em interações sociais e inseridos num contexto concreto, histórico e cultural (BOCK, 2002, OZELLA, 2003).

O desenvolvimento humano, nessa perspectiva teórica, se dá por meio da mediação do sujeito com o mundo, num processo dialético complexo, caracterizado pela periodicidade, desigualdade no desenvolvimento de diferentes funções, transformação qualitativa de uma forma em outra, num imbricamento de fatores internos e externos. (VIGOTSKI, 1989; OLIVEIRA, 2003). A mediação do homem com o contexto sociocultural, inerente ao seu desenvolvimento, é feita por meio de instrumentos concretos e psicológicos e o psiquismo humano é constituído na unidade dialética objetividade/subjetividade em que o indivíduo e o social são inseparáveis e o particular contém em si o universal (LANE, 2002; OLIVEIRA, 2003).

No processo de mediação com o mundo, os **signos** ocupam lugar importante, pois são os instrumentos psicológicos desse processo. O ser humano não se relaciona com o objeto em si pura e concretamente, mas com a representação que possui dele, mediada pelos signos, atravessada pelas questões culturais e individuais e expressa em sentidos e significados (OLIVEIRA, 2003).

O **Significado** pode ser compreendido, com base em Vigotski (1996), como uma generalização, o fenômeno de junção do pensamento e da fala para formação de um pensamento verbal. É o que permite a comunicação e a socialização das experiências. O significado surge das significações das palavras e é construído e compartilhado culturalmente por grupos sociais, sendo, portanto, mais estável na dinâmica semiótica. Ele pode corresponder à dimensão dicionarizada da palavra, apesar de não ser estático, tendo em vista que são construídos ao longo da história cultural dos grupos humanos, estando esta, em constantes transformações (AGUIAR, 2006).

O **sentido**, por sua vez, se refere à subversão do significado, trata-se da apropriação da palavra de modo mais particular e subjetivo. É um sistema complexo, fluido e dinâmico, composto por diferentes zonas de significação, pelo afetivo e cognitivo. Trata-se da soma de todos os eventos psicológicos que uma palavra desperta na consciência do sujeito. Esse sentido de uma palavra está relacionado ao contexto em que surge. Em contextos diferentes, os sentidos de uma mesma palavras são diversos (VIGOSTSKI, 1989; AGUIAR, 2004; GONZÁLEZ REY, 2007).

Partindo desses conceitos, Gonzalez Rey (2003) elabora em sua **Teoria da Subjetividade** o conceito de **sentido subjetivo**. Esta categoria conceitual rompe com o aspecto verbal do sentido e enfatiza, essencialmente, a relação entre o simbólico e o emocional, como via de integração da experiência social do sujeito, contribuindo para que se

estabeleça uma relação indissociável entre o sentido subjetivo e a subjetividade como sistema. Assim, o sentido subjetivo expressa, como unidade básica do psiquismo, a configuração subjetiva do sujeito e se articula a outras importantes categorias conceituais, como a configuração subjetiva, subjetividades social e individual.

Um dos atributos essenciais desta categoria é expressar, em forma de produção simbólica emocional, a multiplicidade de registros objetivos que afetam o homem. Ele não representa uma expressão linear de um evento social, mas é o resultado de uma rede de eventos e de suas consequências colaterais, que se expressam em complexas produções psíquicas (GONZÁLEZ REY, 2000; 2007).

Considerando que as produções de sentido subjetivo são inseparáveis da organização subjetiva dos sistemas humanos que se interpenetram na produção de qualquer ato humano, a **subjetividade** corresponde ao aspecto qualitativo da organização psíquica, porém inseparável dos contextos sociais e culturais em que acontece a ação humana. Ela pode ser compreendida como uma produção humana, pois dela participam tanto as consequências das ações quanto as configurações subjetivas que fazem parte da ação do sujeito (GONZÁLEZ REY, 2000; 2007).

A subjetividade pode ser delineada, portanto, com base nesse autor (GONZALEZ REY, 2003), como um complexo e plurideterminado sistema, afetado pelo próprio curso da sociedade e das pessoas que a constituem dentro do contínuo movimento das complexas redes de relações que caracterizam o desenvolvimento social. Existem, dessa maneira, modelos de vida e de comportamento em nossa sociedade que são mais aceitos e incentivados socialmente, numa espécie de subjetividade social, sustentada nos valores e regras sociais vigentes.

A sociedade em que vivemos é permeada pela divisão de classe, funcionando num sistema de consumo, de forças, de poder e de controle, resultante de um processo histórico de base material, de construção humana e que está em constante transformação. Compreendemos que a essência humana não é abstrata, nem algo interior de cada indivíduo isolado, mas consiste no conjunto de relações sociais. Dessa forma, não é universal e desligada da existência, e sim, fundamentalmente, um produto das relações sociais de produção, uma essência construída tomando-se por base uma existência prática. Subjetividade é, portanto, resultante das relações sociais de produção da vida material (AITA; FACCI, 2011).

O nosso modelo social em questão apresenta diversas fragilidades e podemos pensar que os adolescentes que cometem infrações são, de certo modo, a denúncia desse modelo, da fragilidade do sistema político e econômico vigente. A própria necessidade de leis, políticas

afirmativas ou mecanismos específicos de proteção, como o Estatuto da Criança e do Adolescente, do Idoso, Lei Maria da Penha, indicam claramente as desigualdades e vulnerabilidades existentes na sociedade do modo como ela funciona (FEITOSA, 2011; WAISELFISZ, 2013).

Além disso, é perceptível que uma determinada dose de violência, que varia de acordo com a época, o grupo social e o local, torna-se aceita e até necessária, inclusive por aquelas pessoas e instituições que teriam a obrigação e responsabilidade de proteger a população, como é o caso das unidades socioeducativas em relação aos adolescentes (WAISELFISZ, 2013). Verificamos essa realidade quando percebemos, por exemplo, ser aceitável que um jovem internado numa instituição socioeducativa seja assassinado brutalmente por policiais e que as condições do homicídio não sejam esclarecidas (SENA, 2012). Além disso, embora as diretrizes do ECA priorizem a ação educativa em detrimento da punitiva, a herança brasileira de métodos coercitivos e punitivos revela-se ainda presente em nossa sociedade (FEITOSA, 2011).

Apesar das alterações conceituais e jurídicas presentes no ECA e no SINASE, a medida de internação, que é a mais invasiva/agressiva, ainda tem sido utilizada em larga escala contra o adolescente em situação de vulnerabilidade. Isso acontece mesmo quando é perceptível que houve falha da família, do sistema socioassistencial e das políticas públicas no sentido de garantir direitos básicos a essa parcela da população. Um fato interessante para pensar esse aspecto é que a maioria dos atos infracionais cometidos pelos adolescentes são de furto e crimes contra o patrimônio, ou seja, são modos de ter acesso a bens de consumo e são atos de baixo poder ofensivo contra a pessoa, o que contraria a imagem defendida pela mídia sensacionalista quando se refere aos adolescentes que cometem infrações (MENANDRO, 2003; LEVANTAMENTO DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO, 2011; VALE; NEVES, 2012).

Dados da experiência junto aos adolescentes em internação evidenciam que a própria orientação aos adolescentes que são designados à medida de Liberdade Assistida - LA é deficitária. Já foram relatadas ocasiões em que adolescentes foram internados por não terem cumprido a medida de liberdade assistida, quando, na verdade, não cumpriram a LA por não terem sido orientados sobre o que consistia a medida, o local e os procedimentos a serem cumpridos (SILVA; SILVA, 2015). Por esses motivos, a pesquisa em Psicologia apresenta como um desafio importante tentar acessar esses lugares que são emblemáticos no que se refere ao não cumprimento do que preveem as diretrizes do atendimento socioeducativo.



A escolha de pesquisar junto a adolescentes que cometeram atos infracionais se deu por uma vinculação com a temática de atuações anteriores e se deve especialmente ao interesse por possibilitar espaço e voz (uma voz legitimada, visto que será produto de conhecimento científico) a essas pessoas, que diversas vezes não têm oportunidade de contar as suas histórias de vida e não têm as suas produções de vida como foco de interesse da maioria da população.

Compreendemos que querer ouvir as produções e as trajetórias de vida dos adolescentes, contadas por eles mesmos, sobre as quais a maioria da população parece ter um posicionamento fixo, é uma escolha política que vai na contramão dos posicionamentos cristalizantes e naturalizantes. Trata-se de uma escolha que transgredir a lógica do funcionamento social dominante. É um posicionamento transgressor no que se refere aos ideais disciplinadores e de controle da nossa sociedade. Acredita-se, assim, na construção de um conhecimento que abra a possibilidade de problematizar as verdades disseminadas pela mídia, pelas ações preconceituosas e medidas estatais descontextualizadas.

A formatação do problema desta pesquisa foi construída processualmente. A inquietação inicial, na época do ingresso no programa de pós-graduação, se referia aos modos de produção de linhas de fuga no contexto socioeducativo de internação, no sentido de investigar as estratégias de resistência, subjetivação institucional dos jovens internados e subversão ao controle institucional. As discussões sobre a temática, os encontros com o grupo de pesquisa e as leituras foram transformando o questionamento de modo que este se transformou no interesse sobre o modo como os adolescentes constroem os processos de subjetivação de sua trajetória de vida no seu contexto social.

A fim de ilustrar a processualidade da inquietação mobilizadora, podemos citar as reflexões que o trabalho de monografia, realizado por esta mesma autora, para a conclusão do curso de Psicologia suscitou. A pesquisa, realizada no contexto socioeducativo de semiliberdade, evidenciou inicialmente uma aparente apatia por parte dos adolescentes. Um dos aspectos que impressionava a pesquisadora era o marasmo que parecia permear aquele ambiente socioeducativo. Os adolescentes pareciam vivenciar o espaço da semiliberdade como um espaço de transição pelo qual deveriam apenas passar, conseguir suportar ou, como alguns diziam, conseguir “sugar o veneno”, se referindo a suportar o tempo que precisariam ficar na instituição. A impressão era de uma aparente resignação por parte dos adolescentes. Esse sentimento chegava inclusive a tomar conta da própria pesquisadora em algumas ocasiões.

Foi possível perceber na pesquisa, entretanto, que mesmo nesse contexto, onde eram empregadas forças de disciplinamento e opressão institucionais, os jovens produziam saídas criativas e autônomas que possibilitavam o estabelecimento de uma relação com a dinâmica institucional. Assim, a aparente apatia assumiu, na interpretação da autora, outras roupagens e passou a sinalizar o modo como os jovens faziam parte da construção da dinâmica institucional, entrando no jogo de forças, subvertendo o controle, evidenciando o potencial de produção de comportamentos autônomos, ativos, produtores ético-políticos (SILVA; SILVA, 2013).

Partindo dessa ilustração como exemplo, portanto, o questionamento construído para a pesquisa aqui apresentada também se compõe da verificação/confirmação de que os adolescentes produzem formas de viver que rompem com a aparente inércia e com a impotência. Eles ocupam os espaços públicos de formas múltiplas e, pela subversão, demonstram que as vias de transformação acontecem de modos múltiplos, evidenciando que mesmo a aparente inércia é uma ação, um posicionamento, uma produção, sendo sempre considerado o sujeito em ação e com papel ativo e transformador de sua vida.

Como síntese, compreendendo a potência que os adolescentes apresentam para as produções subjetivas, para a subjetivação de seu cotidiano, para a reinvenção da opressão a que são submetidos, ainda que seja num contexto de vida marcado pelo controle e pelo disciplinamento, foi que surgiu o problema dessa pesquisa que se concretiza na pergunta: como são desenvolvidos os processos de subjetivação dos adolescentes de suas trajetórias de vida no contexto social em que vivem? Interessamo-nos, portanto, pelo posicionamento dos adolescentes nas suas trajetórias de vida e pelas formas inventivas que podem ser por eles engendradas.

A escolha pelo tipo de medida socioeducativa a qual pesquisar deriva de três questões: (1) a primeira é a recomendação feita pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA de que sejam priorizadas as medidas em meio aberto; (2) a segunda é que, apesar dessa recomendação, não está claro para a população amazonense em geral no que consiste esse tipo de medida e como funciona a rede de atendimento socioeducativo em meio aberto na cidade de Manaus e (3) a terceira é que não existem informações sistematizadas acerca dessa rede de atendimento.

Existe, de modo bastante disseminado, a compreensão de que a única resposta possível e eficaz para um ato infracional é a internação de seu autor. Essa crença abriga a ideia de que um adolescente que fica em liberdade não está sendo responsabilizado pela sua infração. Não

é por acaso que recentes pesquisas de opinião indicam que mais de 80% da população brasileira é a favor da redução da maioridade penal como forma de resolver a questão na violência no Brasil (DATAFOLHA, 2015).

Podemos inferir que esse conjunto de compreensões está ancorado numa ideologia encarceradora de nossa sociedade e também na falta de conhecimento e discussão sobre essa temática. Desse modo, com fim de problematizar essas ideias e de verificar como tem sido vivenciado esse contexto pelos adolescentes e como tem sido praticado o atendimento socioeducativo em meio aberto pelo Estado e Município, optamos pelas medidas socioeducativas de LA e PSC como focais para esta pesquisa.

Como parte do processo de pesquisa, surgiu durante a banca de qualificação a necessidade de se ter um panorama social no qual os adolescentes produzem seus modos de vida e os seus contextos de subjetivação. Foi-nos sugerido investigar os dados sociodemográficos dos adolescentes que estão cumprindo medida socioeducativa em meio aberto, bem como o perfil da rede de atendimento socioeducativo em meio aberto, considerando que não haviam informações sistematizadas sobre essa rede na cidade de Manaus. Esses dados também serviram de base para a reflexão sobre como o governo tem lidado com esses adolescentes e como têm sido construídas e implementadas as políticas socioeducativas na cidade de Manaus.

Para responder tais questões, foi definido como **objetivo geral**: Compreender os processos de subjetivação de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto na cidade de Manaus. E como **objetivos específicos**:

1. Fazer o levantamento do perfil da rede de atendimento socioeducativo em meio aberto na cidade de Manaus e dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto;
2. Investigar as trajetórias de vida dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, com foco nos processos de subjetivação dessa trajetória;
3. Identificar como adolescentes com histórico infracional constroem significações acerca de si mesmo, do seu modo de vida e de seu contexto;
4. Investigar quais são as perspectivas que os adolescentes produzem a partir de suas trajetórias de vida e de seu cotidiano.

Esta dissertação é composta desta introdução, onde apresentamos a problemática, justificativa, os principais conceitos teóricos e os objetivos da pesquisa; o primeiro capítulo

com a trajetória metodológica, três capítulos que apresentam os resultados da pesquisa articulados com a reflexão teórica e as considerações.

O primeiro capítulo apresenta, de modo detalhado, o percurso metodológico desenvolvido neste estudo, com a apresentação das fases de pesquisa, os instrumentos utilizados, descrição dos procedimentos, participantes, tratamento e análise, embasados na Epistemologia Qualitativa.

O segundo capítulo delinea a caracterização da rede de atendimento socioeducativo em meio aberto na cidade de Manaus, com objetivo de verificar as conformidades do panorama atual da cidade no que se refere a esse tipo de medida socioeducativa com as diretrizes nacionais, apresentar os desafios encontrados para o cumprimento das determinações e verificar as perspectivas de transformação. Servirão de base para essa produção as definições preconizadas no ECA e no SINASE, o modelo de atendimento ao adolescente preconizado em nossa realidade contextual e os possíveis conceitos de adolescência e de ato infracional que estão a eles inerentes.

O terceiro capítulo faz a caracterização do perfil do adolescente que está em cumprimento de liberdade assistida, com base em alguns critérios sociodemográficos que foram investigados nos prontuários dos adolescentes. Neste capítulo, os dados serão discutidos à luz de suas determinações históricas, econômicas e sociais, em comparação com outras pesquisas com a mesma temática.

O quarto capítulo traz as produções subjetivas pelos adolescentes a partir da narrativa das suas trajetórias de vida, como forma de expressão dos processos de subjetivação dessas trajetórias. Neste capítulo são apresentados os quatro estudos de caso, cada um deles iniciando com a narração das trajetórias de vida, seguida das construções teóricas e interpretações a ela referentes, de acordo com o embasamento teórico da pesquisa.

Por fim, trazemos algumas considerações acerca do cumprimento dos objetivos da pesquisa e acerca da pretensa contribuição dos modelos teóricos construídos neste estudo.

## **I. TRILHAS E RUMOS: TRAJETÓRIA METODOLÓGICA DA PESQUISA**

A pesquisa desenvolveu-se numa Abordagem Qualitativa, na qual “[...] aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas” (Minayo, 1994, p. 22), de modo que se busca compreender o processo social nas suas determinações e transformações dadas pelas pessoas, tendo em vista que nesse tipo de pesquisa “[...] há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito.” (CHIZZOTTI, 1991, p. 79).

Serviram de âncora para a pesquisa os pressupostos da Epistemologia Qualitativa de González Rey (2010), segundo os quais o conhecimento é concebido como produção e não como apropriação linear de uma realidade que se apresenta aos olhos do pesquisador. A pesquisa qualitativa nessa perspectiva foi considerada pertinente para esta investigação por ser considerada como processo cíclico articulado com o processo amplo de construção de conhecimento, focando a articulação entre a metodologia e uma proposta epistemológica qualitativa. Assim, segundo González Rey, (2010, p. 73) “[...] a pesquisa qualitativa é valiosa não só pelo conhecimento que produz sobre o estudado, mas também pelas novas zonas de sentido que permite descobrir em relação ao objeto estudado”. Tivemos a pretensão, com essa opção epistemológica, de criar zonas de inteligibilidade e novas leituras acerca da temática estudada.

Em termos práticos, a pesquisa se desenvolveu em duas grandes etapas: a primeira foi uma fase documental com o fim de fazer uma caracterização da rede de atendimento socioeducativo em meio aberto na cidade de Manaus e dos adolescentes que estão nela inseridos e a segunda foi uma fase de campo, com a participação dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto na Zona Centro-Oeste da cidade.

## 1.1 A PESQUISA DOCUMENTAL

A pesquisa documental foi feita para desenvolver a caracterização da rede de atendimento da medida socioeducativa em meio aberto na cidade de Manaus e do perfil do adolescente em cumprimento desse tipo de medida.

Acerca da pesquisa documental, Oliveira (2007) define que esta “caracteriza-se pela busca de informações em documentos que não receberam nenhum tratamento científico, como relatórios, reportagens de jornais, revistas, cartas, filmes, gravações, fotografias, entre outras matérias de divulgação”. De modo complementar, Gil (2008) define que os estes materiais podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa.

O uso da pesquisa documental, de acordo com Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009), deve ser apreciado e valorizado, em virtude da riqueza de informações que podem ser extraídas dos documentos, além do fato de possibilitar ampliação do entendimento de objetos cuja compreensão necessita de contextualização histórica e sociocultural.

Define-se como documento:

Qualquer informação sob a forma de textos, imagens, sons, sinais etc., contida em um suporte material (papel, madeira, tecido, pedra), fixados por técnicas especiais como impressão, gravação, pintura, incrustação etc.. Quaisquer informações orais (diálogos, exposições, aula, reportagens faladas) tornam-se documentos quando transcritas em suporte material. (CHIZZOTTI, 1991, p. 109)

Compreendemos, com base nessas assertivas, que o contato com os prontuários possibilitou o acesso a informações referentes às rotinas institucionais e das relações desenvolvidas durante o atendimento dos adolescentes, bem como pode fornecer os dados sociodemográficos dos jovens, pistas para pensarmos os modos de vida dos adolescentes.

A pesquisa documental foi feita em duas etapas. A primeira foi o levantamento junto a SEAS e GEASE acerca das unidades que atendem os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de semiliberdade, a fim de levantar a quantidade, localização e coordenação dos polos. Além disso, foi investigado sobre o fluxo de atendimento do adolescente em meio aberto, ou seja, verificado o caminho pelo qual o adolescente é encaminhado ao polo descentralizado de atendimento socioeducativo. A segunda etapa consistiu no levantamento do perfil do adolescente em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto, de acordo com os critérios que estão dispostos no instrumento (APÊNDICE A).

### 1.1.1 Instrumentos

O instrumento construído previamente para a pesquisa documental foi um **roteiro de critérios** a serem levantados junto aos prontuários dos adolescentes e demais documentação que pudesse ter disponível na rede de atendimento. Os referidos critérios que compuseram o roteiro de pesquisa foram definidos de acordo com Parâmetros de Gestão Pedagógica no Atendimento Socioeducativo definidos no SINASE (CONANDA, 2006), tanto no que se refere ao levantamento do perfil do adolescente em cumprimento de medida em meio aberto, quanto ao levantamento do perfil da rede descentralizada de atendimento socioeducativo em meio aberto (ANEXO A).

Os documentos que serviram de base para a pesquisa foram os prontuários dos adolescentes, que contavam com a entrevista inicial, questionário sociodemográfico, plano de atendimento individual (PIA), relatório de visita domiciliar, dentre outros instrumentos utilizados pelos profissionais durante o atendimento.

No decorrer da pesquisa, considerando que nem todos os dados referentes à caracterização da rede estavam registrados em documentos, utilizamos, de modo complementar, o instrumento de **observação participante** para investigar os dados referentes à caracterização da rede de atendimento da medida socioeducativa de liberdade assistida.

Sobre a observação participante, Minayo (1998, p.60) afirma que:

A importância dessa técnica reside no fato de podermos captar uma variedade de situações ou fenômenos que não são obtidos por meio de perguntas, uma vez que, observados diretamente na própria realidade, transmitem o que há de mais importante e evasivo na vida real.

Foram observados os critérios de acordo com o eixo “Suporte Institucional e Pedagógico” dos parâmetros socioeducativos definidos no SINASE (CONANDA, 2006), os quais não eram passíveis de análise a partir dos documentos disponibilizados nos polos, mas somente no cotidiano institucional.

### 1.1.2 A trajetória de elaboração dos dados

A organização os dados referente ao perfil da rede de atendimento socioeducativo em meio aberto e os dados sociodemográficos dos adolescentes aconteceu com auxílio de duas

auxiliares de pesquisa que utilizaram esses dados como objeto de pesquisa de iniciação científica.

Inicialmente ocorreu o processo de solicitação de autorização junto ao Juizado da Infância de Juventude Infracional e à SEAS, para realizar a pesquisa, tanto a fase documental quanto de campo, nas unidades da rede de atendimento socioeducativo da capital. Após autorizações formais de ambas as instituições, agendamos uma conversa inicial com a gerente da GEASE, a fim de saber as informações prévias sobre a rede de atendimento socioeducativo em meio aberto, quantos polos existem, a localização, coordenação, contatos e número de entrada e saída de adolescentes no cumprimento de MSE em meio aberto referente ao ano de 2014. A gerente designou uma assistente social da GEASE para prestar as informações que solicitávamos, já que ela precisou ir à unidade provisória.

A assistente social nos passou as informações quanto ao endereço, número de telefones e nomes dos coordenadores dos Polos. Ela não conseguiu nos disponibilizar os dados de entrada e saída de adolescentes pois, embora o setor administrativo dispusesse de tais informações, ele não poderia nos disponibilizá-las porque isso resultaria na interrupção do desenvolvimento de outra pesquisa solicitada pelo corpo técnico interno da GEASE. Alguns dias após esse episódio, no entanto, a assistente social telefonou para a equipe de pesquisa nos passando por telefone o fluxo geral de ingressantes e egressos da rede socioeducativa em meio aberto.

Com os contatos e endereços dos polos em mãos, a equipe realizou o agendamento das visitas aos polos para explicar os objetivos da pesquisa e fazer a coleta das informações. Foram visitados, nesta ordem, os: (1) Polo Descentralizado de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade da Zona Sul; (2) Polo Descentralizado de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade da Zona Centro-Sul; (3) Polo Descentralizado de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade da Zona Leste II; (4) Polo Descentralizado de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade da Zona Leste I; (5) Polo de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade da Zona Centro-Oeste. Este último onde foi realizada a etapa de campo desta pesquisa.

Tentamos visitar também o PDLA/PSC da Zona Norte II, mas não conseguimos encontrar o endereço. Quando foi feito o contato telefônico com a coordenadora, pelo número que foi disponibilizado pela GEASE, ela nos informou que não mais trabalhava no local, que havia sido transferida para a Secretaria de Estado Justiça e Cidadania (SEJUSC). Perguntamos ainda se havia algum outro telefone de uma terceira pessoa com quem pudéssemos falar, mas



ela nos informou que o Polo Zona Norte II nunca teve telefone próprio e que a GEASE utilizava os telefones pessoais dos coordenadores para fins administrativos e que ela não sabia quem estava trabalhando no lugar.

Em relação aos PDLA/PSC da Zona Norte I (CREAS Cidade Nova) e da Zona Centro-Sul (CREAS N. Sra. das Graças) não foi possível fazer a coleta dos dados sociodemográficos dos adolescentes, pois a autorização que tínhamos era da SEAS e do Juizado. Esses dois polos, no entanto, fazem parte da administração municipal, sendo subordinados a Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos (SEMASDH). Precisáramos, portanto, da autorização desta secretaria. Entramos com o pedido de autorização da pesquisa e consideramos uma boa oportunidade para descobrirmos como estão sendo desenvolvidas as atividades do processo de municipalização por parte do governo municipal, mas até o fechamento da pesquisa não obtivemos a autorização da secretaria.

A trajetória de coleta de dados, portanto, foi diretamente afetada pelo processo de municipalização das medidas socioeducativas em meio aberto, isso porque alguns adolescentes passaram a ser atendidos pelos dois CREAS da cidade, mas grande parte continuou sendo vinculada à SEAS. Tal fato, ao mesmo tempo em que dificultou o acesso aos prontuários dos adolescentes da rede como um todo, causou uma confusão sobre a quem deveríamos nos direcionar para saber as informações sobre esta rede. A palavra municipalização se fez bastante presente na fala de todos os coordenadores e era usada como explicação para a diminuição do número de adolescentes atendidos, para a falta de informações concretas e sistematizadas, pela falta de atenção da SEAS quanto a essa medida etc..

Além do processo de municipalização, outro acontecimento ocorreu durante a trajetória da pesquisa e que, semelhante ao primeiro, afetou diretamente o decurso da pesquisa, que foi a reforma das estruturas administrativas do estado. O atual governador José Melo anunciou, à época da pesquisa, a reforma administrativa nas secretarias do estado, que implicou na redução de gastos nos cofres públicos do estado. Uma das mudanças foi a criação da Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania - SEJUSC, resultante da junção de três secretarias: Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos - SEJUS; a Secretaria Executiva de Políticas para as Mulheres SEPM e a Secretaria de Articulação e Movimentos Sociais – SEARP (PORTAL DO GOVERNO DO AMAZONAS, 2015). Essa nova secretaria, conforme nos foi informado, ficou responsável pela gestão e desenvolvimento das medidas

socioeducativas com restrição de liberdade e foi assumida pela antiga secretária executiva da SEAS, Graça Prola.

Tal mudança causou um desencontro de informações em relação a quem deveremos nos dirigir na ocasião de devolutiva dos resultados. Alguns setores da SEAS que cuidavam da socioeducação, somente no que se refere às medidas com privação de liberdade, foram incorporados à SEJUSC. Por outro lado, em contato telefônico, uma das coordenadoras, nos informou que a GEASE havia sido extinta, já que não deverá mais ser responsabilidade do Governo do Estado a rede socioeducativa em meio aberto. Em posterior contato telefônico com uma servidora da GEASE, no entanto, foi nos informado que a GEASE continuará existindo e que continuará gerindo as mesmas unidades. Tentamos entrar em contato com a SEJUSC por telefone disponível em página eletrônica ainda nas últimas semanas da redação final da pesquisa, a fim de termo maiores esclarecimentos mas até o fechamento da redação não houve sucesso.

No total, compuseram objeto de análise duzentos e dezoito prontuários (218) prontuários de adolescentes de 5 Polos Descentralizados de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade (PDLA/PSC) distribuídos entre as Zona Sul, Centro-Sul, Centro-Oeste e Leste da cidade de Manaus.

### **1.1.3 Procedimento de análise dos dados**

Os dados registrados, a partir dos duzentos e dezoito prontuários, foram organizados em planilhas. Esse registro compôs uma matriz analítica, a fim de facilitar a visualização e a correlação entre os dados encontrados. Foram registrados os dados dos adolescentes de acordo com os critérios a serem analisados, o que forneceu as informações do percentual das características dos adolescentes e dos polos. Em relação às informações da rede, que foram dadas pelos profissionais e coordenadores dos polos, foram registradas e interpretadas tendo como base as prescrições presente na legislação que regulamenta o sistema socioeducativo nacional. Essas informações foram analisadas por intermédio de uma análise interpretativa, com base nas formulações teóricas que embasam a pesquisa.

Os dados referentes ao perfil do adolescente em cumprimento de liberdade assistida foram analisados à luz de suas determinações históricas, econômicas e sociais. Os dados referentes à caracterização da rede de atendimento em liberdade assistida foram analisados

tendo como foco as definições preconizadas no ECA e no SINASE, o modelo de atendimento ao adolescente desenvolvido em nossa realidade contextual e os possíveis conceitos de adolescência e de ato infracional que estão a eles inerentes.

## 1.2 A PESQUISA DE CAMPO

A pesquisa de campo visou atender os objetivos referentes aos processos de subjetivação dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto, com foco nos seus contextos de vida. Tratou de uma aproximação da pesquisadora ao contexto a ser pesquisado, levando sempre em consideração que este se trata de um complexo sistema formado por múltiplos campos inter-relacionados. Primou-se, portanto, pela pesquisa enquanto inauguração de um novo de campo de realidade, construído por meio do encontro da pesquisadora com os participantes da pesquisa, nesse contexto específico (GONZÁLEZ REY, 2010).

Foi priorizado, assim, o caráter construtivo-interpretativo do conhecimento, que concebe a realidade como um domínio infinito de campos inter-relacionados de maneira complexa, da qual é possível aproximar-se de parte, por meio das práticas de investigação, mas não da sua totalidade.

A Epistemologia Qualitativa de González Rey (2011) apresenta três princípios norteadores para a pesquisa qualitativa: a defesa pelo caráter construtivo interpretativo do conhecimento, tendo em vista que este é uma produção humana; a legitimação do singular como instância de produção do conhecimento científico; e a compreensão da pesquisa como um processo essencial de comunicação. Assim, a metodologia desta pesquisa se orienta na direção da construção de modelos compreensivos do fenômeno estudado, buscando desenvolver espaços de inteligibilidade sobre o tema.

### 1.2.1 Local da Pesquisa

A pesquisa foi realizada num Polo Descentralizado de Medida Socioeducativa da Zona Centro-oeste da cidade de Manaus. Esse polo atende todos os adolescentes que são designados ao cumprimento de medidas em meio aberto da Zona Centro-Oeste – ZCO. De acordo com o Anuário de Segurança Pública publicado pela Secretaria de Estado de Segurança Pública do Amazonas (SSP-AM) no ano de 2012, a ZCO concentra uma população

em torno de 154 mil habitantes distribuídos nos bairros: Alvorada, Redenção, Bairro da Paz; Dom Pedro I e Planalto. O bairro Alvorada concentra maior parte da população (43,6%), seguido por Redenção (23,7%). Essa zona abriga multiplicidades em sua composição, com fatores de urbanidade tipicamente marcada pela contradição entre os grupos que aí vivem (SSP-AM, 2012). Esses dois bairros com maior índice populacional na zona também são os que apresentam a maior frequência de adolescentes em cumprimento de MSEMA, conforme evidenciado na Tabela 10 (ver página 88).

Existe na ZCO amplo desenvolvimento comercial, os bairros se conectam por importantes corredores comerciais, com destaque para o bairro Alvorada, onde se localiza o maior centro comercial dessa zona. A zona é atendida por diversos aparatos de atendimento à população, como os PACs, CRAs, SPAs etc, com destaque para o Hospital Tropical, referência da Região Norte na área de doenças tropicais. Destacamos ainda, que é na ZCO que está localizado o centro de Medida Socioeducativa de Internação Dagmar Feitosa.

A zona abriga um dos bairros considerados nobres da cidade, o D. Pedro I e outros conjuntos habitacionais organizados e adquiridos por compra, ao mesmo tempo em que é espaço de construções periféricas e ocupações desordenadas, originárias de ocupações, com desenvolvimento de problemas urbanos típicos da periferia, como os serviços básicos de saneamento, educação e segurança precários.

Historicamente, alguns bairros dessa zona já foram vistos como os mais violentos da cidade de Manaus, o que ajudou a criar um estereótipo de área vermelha, zona de risco etc.. Com a ampliação da cidade e a ocupação de áreas mais longínquas para a Zona Norte e Leste, a ZCO perdeu essa caracterização. Além disso, a ZCO proporcionalmente perdeu importância relativa no total da população de Manaus. Em 2000 essa zona representava 10,1% da população de Manaus e após uma década, em 2010, passou a representar pouco mais de 8% do total da população residente nas Zonas Urbanas de Manaus (SSPAM, 2012).

É esse contexto urbano que compõe o local de moradia dos adolescentes que foram os participantes da pesquisa e consideramos que esses aspectos se relacionam com o modo como são construídos os modos de vida deles, visto que são sujeitos situados, com desenvolvimento sendo constituído na relação dialética com o meio.

No que se refere ao polo de LA onde foi realizada a pesquisa de campo, ele funciona numa construção residencial, que é alugada para o funcionamento da instituição. É uma construção em alvenaria que ocupa todo o terreno, sem área livre ao redor. A casa é composta por seis cômodos, uma sala de estar que funciona como recepção, dois cômodos que

funcionam como sala de atendimento psicossocial, uma cozinha, um banheiro, uma sala aparentemente sem uso e que funciona como depósito de móveis velhos não usados e uma garagem, identificada por uma placa como sala de oração.

O aspecto físico geral do polo demonstra um estado de abandono mesclado com religiosidade. Todos os móveis da casa são velhos e extremamente empoeirados. Na recepção há dois sofás velhos e com assentos afundados pelo tempo de uso, há cartazes na parede com imagem de alguns santos e cartazes sobre a campanha da fraternidade. Ao lado da recepção há uma porta que dá acesso à garagem, onde há uma placa escrita “sala de oração”. Existe um corredor que liga a recepção à cozinha e passa por três salas. Há uma sala onde ficam móveis que não são usados, monitores e teclados de computadores antigos, papéis e pastas de modo não sistematizado. A segunda sala é destinada ao atendimento psicossocial é ocupada por uma estante vazada, um armário tipo arquivo, uma mesa e duas cadeiras. Esta é identificada como sala de atendimento psicológico, apesar de não ter psicólogo no local. A terceira sala, também destinada ao atendimento, é ocupada por duas mesas e quatro cadeiras, um armário tipo arquivo. As duas salas são refrigeradas por um aparelho condicionador de ar de janela. A cozinha tem uma pia inoxidável, um bebedouro, uma geladeira que não funciona e uma mesa.

A área onde está localizado o polo é basicamente residencial, mas há a presença de alguns pontos de comércio. Há um campo à frente, uma praça próxima e um condomínio residencial na mesma rua. Ao lado da casa existe uma oficina mecânica de carros, cujo dono tem postura simpática em relação aos adolescentes e tem o costume de conversar com os jovens quando estão na frente do polo. A vizinha do outro lado, ao contrário, já foi ao polo várias vezes reclamar que, desde que o lugar passou a funcionar para atendimento dos adolescentes, sua casa já foi roubada várias vezes, que eles jogam lixo para seu quintal etc.. Na rua paralela ao polo também existe uma escola que funciona nos três turnos, o que garante a circulação periódica de crianças e jovens pelas redondezas.

A origem deste polo está relacionada à atuação da igreja católica. O serviço era prestado inicialmente pela Pastoral do Menor, realizado na área da igreja, e se destinava ao atendimento de diversas crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidades sociais que costumavam frequentar o campo da igreja para se reunir, brincar e brigar. Posteriormente o serviço foi credenciado pela SEAS para ser polo de atendimento para adolescentes em cumprimento de liberdade assistida, funcionando ainda nas instalações da igreja católica. Com o passar do tempo, conforme os comunitários se incomodavam com a frequência dos adolescentes pelas imediações da igreja, o serviço foi assumido pela Missão Redentorista, que

alugou a casa onde funciona o polo atualmente e passou a fazer um repasse mensal da verba para o polo.

É interessante destacar esse processo em que a casa da Pastoral do Menor se transformou no Polo de LA. Uma casa da Pastoral do Menor direciona geralmente atendimento de caridade a crianças e adolescentes empobrecidos, em situação de risco ou de abandono familiar, prestando assistência social e religiosa. Não nos parece ser por acaso que a Secretaria Estadual faça associação entre esse tipo de filantropia e o atendimento socioeducativo. A nosso ver, trata-se de resquício da Doutrina da Situação Irregular, em que se iguala enquanto irregulares tanto os que infracionaram quanto os que estão desabrigados, reificando o processo de criminalização da pobreza. Além disso, interessa-nos o fato de que o estado termina por não se responsabilizar por um serviço que deveria ser seu por obrigação, deixando a cargo da filantropia suas responsabilidades junto a esses jovens.

Nesse processo, foi designada uma assistente social para ser a técnica do polo provisoriamente. Posteriormente, a própria coordenadora da pastoral do menor, que, por exercer essa função, também foi considerada apta para ser coordenadora do polo de LA, passou a ser a técnica do polo e convidou outros assistentes sociais católicos para ajudarem no serviço. Ela decidiu fazer o curso de graduação em Serviço Social para ter condições legais e habilidades técnicas para gerenciar a unidade socioeducativa.

O Polo de Liberdade Assistida da Zona Centro Oeste é, portanto, mantido financeiramente pela Missão Redentorista da Igreja Católica, que faz um repasse mensal para pagamento de uma gratificação aos três assistentes sociais que trabalham no polo<sup>4</sup> e os gastos com aluguel, luz e água. O recurso que é disposto por parte da SEAS é o uso de uma KOMBI, que é disponibilizada para os serviços do polo aos dias de sextas-feiras, para visitas e saídas institucionais, e de uma estagiária de Serviço Social, que é lotada no polo e remunerada pela SEAS.

Administrativamente, em relação ao fluxo do Sistema Socioeducativo, o polo responde à Gerência Especializada de Atendimento Socioeducativo – GEASE, vinculada a Secretaria Estadual de Assistência Social e Cidadania – SEAS. É à GEASE que o polo apresenta os relatórios quantitativos de atendimento dos adolescentes e os relatórios individuais de atendimento para a SEAS, para que seja encaminhada para o Juizado da Infância e Adolescência, com parecer sobre cumprimento ou não cumprimento da medida e com

---

<sup>4</sup> Trata-se de gratificação porque eles não são contratados, não recebem direitos trabalhistas. Recebem apenas essa gratificação, como uma ajuda de custo pelo serviço que fazem no polo.

relatório psicossocial. É por intermédio da GEASE também que os processos dos adolescentes são encaminhados do Juizado para este polo.

O polo estava atendendo, no momento da pesquisa, vinte e três adolescentes, que tinham atendimento quinzenal. Esse número equivale a 10% dos adolescentes em cumprimento de MSEMA na cidade de Manaus.

Segundo a coordenação do polo, este será descredenciado para atendimento socioeducativo por conta da municipalização das medidas socioeducativas em meio aberto. Foi-nos explicado que isso foi comunicado de modo informal pela, na época, secretária executiva da SEAS e que nunca houve nenhuma notificação formal por parte da secretaria em relação a isso. Depois dessa notícia eles se reorganizaram para deixar de atender os adolescentes e começaram outro tipo de trabalho, no projeto de Jovem Aprendiz. Ainda assim, alguns processos foram encaminhados para lá, mas nos informaram que estes adolescentes serão os últimos a serem atendidos. É interessante perceber, portanto, que mesmo com a não formalidade do comunicado, o que poderia ser entendido como uma não efetividade do descredenciamento do polo, a resolução de não mais fazer o atendimento foi concretizada de imediato pela equipe do polo.

### **1.2.2 Participantes da Pesquisa**

Foram participantes da pesquisa quatro adolescentes que estão em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto da Zona Centro-Oeste. Podem estar em cumprimento de medida em meio aberto (LA ou PSC) pessoas com idade entre 12 e 18 anos, que tenham cometido algum ato infracional e tenha sido designado ao cumprimento dessa medida socioeducativa e excepcionalmente jovens de 18 a 21 anos. Geralmente os adolescentes são designados à medida de LA e/ou PSC por terem cometido ato infracional de baixa gravidade, que foi considerado de baixa ameaça à vida. É comum também que a medida em meio aberto seja designada aos adolescentes como progressão da medida de internação ou semiliberdade, nos casos em que eles cumpriram satisfatoriamente a medida e, segundo a decisão do juiz, com base na análise de relatório institucional, considera-se necessário um acompanhamento continuado e suporte na ressocialização do adolescente.

Utilizaremos os nomes indígenas para identificar os participantes em virtude do sigilo da pesquisa, em respeito aos aspectos éticos. A escolha por essa identificação ocorreu com fim de remeter o leitor à ideia da construção da subjetividade deles no contexto amazônico.

Isso porque é uma pesquisa que não pretende criar saberes aplicáveis e considerados válidos para qualquer contexto, mas que adquire valor pela peculiaridade contextual. A designação do nome para cada adolescente aconteceu de acordo com o significado dos nomes, em consonância com o conteúdo narrado e significado durante a entrevista.

O primeiro adolescente entrevistado recebeu o nome de **Moacir**, que significa dolorido, magoado, o que vem da dor ou o que faz doer. Esse nome foi designado a ele porque a sua primeira fala quando perguntamos sobre sua história de vida foi dizendo que sua história é muito triste e seu passado havia sido difícil e esse indicador apresentou-se diversos momentos no decorrer da entrevista. Moacir tem 16 anos, nascido na cidade de Manaus, sua família também é amazonense, tem dois irmãos mais novos e vive com a mãe e os irmãos em um quitinete alugado nas proximidades do polo. Atualmente está namorando. Sua mãe faz faculdade de nutrição e não está trabalhando. O sustento da casa é provido pela ajuda do namorado da mãe. A condição econômica da família não é muito boa. Ele cursou até o quarto do Ensino Fundamental e está sem estudar há alguns anos, os quais não conseguiu precisar, pois disse que quase todos os anos era matriculado e desistia. Ele está cumprindo uma medida socioeducativa pela primeira vez, pois apesar de já ter sido apreendido onze vezes pela polícia e ter passado pela Delegacia Especializada em Apuração de Atos Infracionais – DEAAI a mesma quantidade de vezes, nunca chegou a cumprir medida antes, pois desistia, não sabia do que se tratava, onde ficava o polo e não se sentia motivado a tal. Relata infrações de tráfico de drogas, porte ilegal de armas e direção perigosa. Apresenta experiência profissional com venda de drogas e ajudante de oficina de moto.

O segundo adolescente a ser entrevistado recebeu o nome de **Oribá**, significando aquele que é alegre, feliz, já que o jovem desenvolveu durante a entrevista a ideia de que sua vida era feliz, alegre, normal, sem grandes problemas. Oribá tem 18 anos, natural de Manaus, mora em casa própria com seus avós maternos e uma irmã mais velha que tem necessidades especiais, com sequelas de meningite e encefalite que teve na infância. O sustento da casa é feito por seus avós, que o criaram, pois sua mãe precisava viajar constantemente a trabalho. Aparenta ter condição econômica familiar confortável, demonstrando ter acesso a bens de consumo que desejar ou necessitar. Atualmente está namorando. Estudou até o segundo ano do Ensino Médio e pretende fazer o supletivo para concluir o ensino médio. Está cumprindo medida socioeducativa pela primeira vez e nunca antes havia sido apreendido ou passado pelo



sistema socioeducativo. Relata a infração de roubo, ato pelo qual está em cumprimento de medida. Tem experiência de trabalho na pista de arrancada de carros<sup>5</sup>.

A terceira entrevista foi feita com uma jovem, que recebeu o nome de **Nadi**, que significa progenitora, mãe. Essa denominação se deu porque a jovem se remete à maternidade como o fato mais importante de sua vida e pela forte ligação com a família que tem, demonstrando a importância dessa vinculação afetiva. Nadi tem 17 anos, nasceu em Manaus, é a caçula de sete irmãos, mora com seus pais, cinco irmãos e tem dois filhos, que também moram com ela. Atualmente está solteira. O sustento da casa é provido pelo pai que trabalha vendendo pupunha e ovo de codorna. Sua família passa dificuldades econômicas. Está atualmente estudando no 9º ano do Ensino Fundamental no turno da noite, relata ter ficado três anos sem estudar quando nasceu seu primeiro filho. A experiência de trabalho relatada é ajudando nas tarefas de casa. Está cumprindo medida em meio aberto após ter saído do Centro Socioeducativo Marise Mendes, a unidade de internação feminina. Já foi apreendida outras vezes anteriormente e relatou uso problemático de drogas e infração de roubo.

O quarto adolescente entrevistado recebeu o nome de **Ajuricaba**, que significa muito irritável, remetendo ao indicador presente na entrevista de uma dificuldade do jovem em ter paciência frente às intempéries da vida, frente aos momentos em que é contrariado e diante do qual “pensa logo em fazer o mal” (sic). Ajuricaba tem 17 anos, natural de Santa Inês, no Maranhão. Mora em Manaus com sua mãe, que também é maranhense e veio para Manaus em busca de trabalho. Eles moram alugado num quitinete nas proximidades do polo. Seu pai é indígena e mora numa aldeia em Santa Inês. Ele veio para Manaus depois que seus tios e sua mãe disseram que a cidade era boa de encontrar serviço. Relata que depois que saiu do trabalho passou a roubar para ter acesso aos bens de consumo. Está atualmente solteiro. Está estudando o oitavo ano, no turno da noite. Relata infração de roubo. Está em cumprimento de medida socioeducativa pela primeira vez, mas já foi apreendido e já foi para DEAAI diversas vezes. Tem experiência com trabalho administrativo como menor aprendiz no Tribunal de Justiça.

A pesquisadora, **Fernanda**, é psicóloga e pedagoga, de 26 anos, natural de Manaus, pai natural de Olinda-PE e mãe natural de Parintins-AM, vivendo em união estável, sem filhos, funcionária pública, pertence à classe média de Manaus, mestranda em Psicologia da UFAM. Sua trajetória acadêmica contém experiências de atuações com adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação, de semiliberdade e medidas em meio

---

<sup>5</sup> Arrancada é um tipo de competição esportiva, uma forma de corrida praticada por veículos automotores na qual automóveis completam uma trajetória reto e nivelado no menor espaço de tempo.

aberto. A pesquisadora teve uma experiência de um ano no polo que é local dessa pesquisa no ano de 2009, quando foi estagiária de psicologia da SEAS. O que, em grande parte, contribuiu para que esse fosse o local escolhido para a pesquisa.

A consideração da pesquisadora como participante da pesquisa reitera o pressuposto de co-construção das produções discursivas nas quais se baseou este trabalho, além de ser postura comumente adotada por outras pesquisas qualitativas. Comprendemos que o pesquisador está implicado no estudo e que isto deve ser considerado durante a realização do trabalho.

#### **a. Critérios de inclusão**

Os critérios de inclusão para a participação na pesquisa foram: ser adolescente entre 12 e 18 anos; estar em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto; aceitar participar voluntariamente da pesquisa e, quando menor de idade, ser autorizado pelos responsáveis a participação, por meio da assinatura do TCLE.

#### **b. Critérios de exclusão**

Foram considerados critérios de exclusão não estar cumprindo medida socioeducativa, não aderir voluntariamente à pesquisa; não ser autorizados pelos responsáveis a participação, por meio da assinatura do TCLE. Caso os adolescentes aceitassem participar da pesquisa e posteriormente solicitassem que os dados fornecidos fossem excluídos, os dados poderiam ser excluídos da amostra. Nenhum participante, no entanto, fez essa solicitação.

### **1.2.3 Instrumento de Construção da Informação**

Foi utilizada como instrumento para a construção dos dados a **entrevista individual semiestruturada** com os adolescentes. A escolha por esse instrumento se deu com base na compreensão da pesquisa como um processo de comunicação, um processo dialógico, pois a maioria dos problemas sociais e humanos se expressa na comunicação direta e indireta entre as pessoas. Nesse sentido, “a comunicação é uma via privilegiada para conhecer as configurações e os processos de sentido subjetivo que caracterizam os sujeitos individuais e que permitem conhecer o modo como as diversas condições objetivas da vida social afetam o homem” (GONZÁLEZ REY, 2010). Assim, apostamos na ideia de que a entrevista ajudaria

na construção de um espaço legítimo e permanente de produção de informações, por intermédio do processo de comunicação entre o pesquisador e os participantes da pesquisa.

Foi realizada a entrevista individual semiestruturada com os adolescentes, a fim de compreender a maneira como eles produzem seus processos de subjetivação e seus modos de vida no contexto social em que vivem. A intenção era possibilitar um momento de expressão e de aprofundamento dos significados acerca da sua história de vida, da prática infracional e da medida socioeducativa. Optamos pela entrevista como instrumento por esta privilegiar a obtenção de informações através da fala individual, a qual revela condições estruturais, sistemas de valores, normas e símbolos e transmite, por meio de um sujeito, representações de determinados grupos. Assim, a fala dos participantes é atravessada por sua condição histórica e social, o que permite revelar particularidades suas enquanto sujeitos que estão em determinada função social frente ao fenômeno investigado (MINAYO, 1994).

Foi feita a entrevista utilizando um roteiro-guia (APÊNDICE B) que serviu de base investigativa. Durante a entrevista aconteceram alguns desdobramentos relevantes para a pesquisa que não estavam previstos no roteiro. Isto é totalmente aceitável, visto que as falas são verdadeiras construções pessoais implicadas no espaço dialógico da entrevista (GONZÁLEZ REY, 2005). Os desdobramentos foram considerados, pois procuramos nos basear na fala dos participantes, para o prosseguimento da conversa. Consideramos, conforme Szymanski (2004), o caráter de interação social da entrevista, onde a relação entre entrevistado e entrevistador influencia os resultados, já que estão em jogo diversos aspectos subjetivos. Esse caráter interativo da entrevista que possibilita a expressão e até mesmo reelaboração dos relatos feitos pelos jovens. O roteiro de entrevista incluía temas como: descrição da família, da infância, dos amigos, da escola, significações sobre adolescência, ato infracional e sistema socioeducativo, trajetória infracional e no sistema socioeducativo, reflexões atuais e perspectivas futuras.

A ideia inicial era de fazer uma díade instrumental com entrevista e grupo focal, com a finalidade de possibilitar a expressão das particularidades de cada trajetória de vida e os aspectos em comum entre os modos de subjetivação dos jovens. Pretendíamos que a dupla instrumental criasse a possibilidade de ampla construção sobre o campo-objeto e seria realizada uma triangulação dos dados a fim de criar um campo de inteligibilidade sobre a temática investigada. Devido às contingências no campo de pesquisa, no entanto, não foi viável a realização do grupo focal.

#### 1.2.4 Trajetória das entrevistas

As entrevistas foram realizadas em sua maioria no polo descentralizado de LA da ZCO. A estratégia definida previamente para a realização das entrevistas foi fazer visitas ao polo e conhecer os jovens, fazer contato durante alguns encontros e estabelecer uma relação com eles, a fim de criar uma relação propícia à construção do momento de entrevista de modo vinculado entre a pesquisadora e o adolescente.

Acontece que os agendamentos dos adolescentes eram muito espaçados e algumas vezes, quando fomos ao polo, não conseguimos encontrar com nenhum adolescente, pois aquele que estava agendado havia faltado o atendimento, já que pouquíssimos atendimentos eram marcados para o horário da tarde, que era o turno que a pesquisadora tinha possibilidade de ir ao polo.

Em virtude dessas circunstâncias e pelo fato da pesquisadora não querer ter sua imagem associada à equipe técnica do polo, pois considerava que as relações institucionais poderiam atrapalhar o desenvolvimento da entrevista, foram feitas algumas tentativas de encontro com os jovens nos quais compareceram dois jovens. Na época dessa tentativa, o polo estava atendendo dezessete adolescentes. Ligamos para os dezessete adolescentes e convidamos para um encontro no qual a proposta era de uma construção grupal co-constitutiva dos objetivos. A ideia inicial proposta no convite era um espaço de conversa onde poderíamos nos conhecer e produzir algo em conjunto, de acordo com os desejos apontados pelos jovens durante os encontros e fizemos questão de enfatizar que a participação era facultativa ao adolescente.

Foram realizados dois encontros nos quais compareceram dois jovens. Um deles foi o Moacir, participante da pesquisa, e outro que já havia concluído o cumprimento da medida, mas que gostava de participar das atividades que eram propostas pelo polo. Os encontros foram interessantes e produtivos. Buscamos privilegiar o espaço de fala dos adolescentes e eles demonstraram aproveitar esse espaço, conversamos sobre diversos fatos de suas vidas, havia uma afinidade entre os dois jovens no que se refere ao modo como viveram a inserção da trajetória infracional, o percurso no sistema socioeducativo, o apego à vinculação familiar, alguns colegas em comum do bairro, o apoio da namorada/mulher durante esse processo dito por eles como mudança de vida, dentre outros.

Após esses dois encontros um dos jovens foi baleado, num episódio que será relatado mais a frente na sessão de resultados, e o outro, que já havia cumprido a medida e já era maior de idade arranhou um emprego de auxiliar de pedreiro, o que ocupava as suas tardes. Os dois

participantes, então, ficaram impossibilitados de ir aos encontros e decidimos fazer somente as entrevistas, devido à dificuldade de marcar encontro com um grupo de adolescentes, em especial no turno da tarde.

A primeira entrevista foi feita com Moacir, em sua casa, já que ele havia sido baleado na perna e no braço e não poderia sair. Ficamos acompanhando o jovem por alguns meses, fazendo visitas e realizando atividades externas, pois nos sentíamos vinculados a ele após a realização dos grupos no polo, interrompidos com o episódio dos tiros. A entrevista transcorreu de modo tranquilo, teve duração de uma hora e vinte minutos, tempo durante o qual o adolescente falou de modo bastante descontraído sobre os fatos de sua vida.

As outras três entrevistas foram realizadas no polo. Íamos ao polo durante as tardes que tinham atendimentos agendados. Isso era em média dois dias na semana e dois adolescentes por tarde. Nas tardes que não havia agendamento os profissionais não iam ao local e em algumas tardes que havia atendimentos agendados, os adolescentes não compareciam. Durante essas visitas convidávamos os adolescentes a participarem da pesquisa. Para convidá-los explicávamos os objetivos da pesquisa, que não era um procedimento do polo e que a adesão era voluntária. Os quatro adolescentes convidados aceitaram participar e marcamos a entrevista para o próximo atendimento, para aproveitar que já seria um dia que ele iria ao polo. Esse processo durou três meses de visitas ao polo, até quando não apareceram outros adolescentes diferentes dos que já havíamos entrevistado.

A realização das entrevistas no polo apresentou as questões referentes ao vínculo institucional dos jovens, considerando que eles não tinham uma vinculação afetiva positiva com o local, não desenvolviam qualquer atividade lá, a não ser responder as perguntas feitas pelos assistentes sociais, que na maioria das vezes tinham cunho disciplinador e controlador e que faltavam bastante os atendimentos. Por este motivo, a pesquisadora tentou estabelecer um **cenário da pesquisa** positivo com os jovens, enfatizando que a pesquisa não era parte da avaliação deles no cumprimento à medida, destacando que o interesse era por conhecê-los, suas trajetórias de vida, e as suas opiniões.

Assim, consideramos que foi possível construir um cenário da pesquisa nos moldes como define Gonzalez Rey (2010), como um espaço social que caracteriza o desenvolvimento do estudo e que está orientado a promover o envolvimento dos participantes. Segundo o autor, é no processo de criação de tal cenário que as pessoas tomarão a decisão de participar da pesquisa e o pesquisador ganhará confiança e se familiarizará com os participantes e com o contexto em que esta será desenvolvida (GONZÁLEZ REY, 2010).

Consideramos que foi possível criar uma vinculação positiva e estabelecer um clima de comunicação e de participação que facilitou o envolvimento dos participantes. O que foi propício à dinâmica conversacional da entrevista nos moldes como pretendíamos desenvolver. A partir das características do processo conversacional foi possível gerar o cenário de pesquisa propício para um encontro autêntico, em que a conversa seria um sistema vivo para troca de experiências, contradições e pontos de vista. Assumindo essas diretrizes, verificamos que a dinâmica conversacional rompe com alguns paradigmas perpetuados na pesquisa tradicional como a noção de instrumento padronizado, a hierarquia na relação com o sujeito e a neutralidade do pesquisador.

As três entrevistas foram realizadas numa sala de atendimento psicossocial do polo. A sala ficava com a porta fechada, na sala ao lado ficava a assistente social do polo fazendo outro atendimento ou apenas esperando o fim da entrevista. O início da entrevista era marcado por um contrato inicial, com a leitura dos termos dispostos no TCLE e no Termo de Assentimento, explicação sobre os objetivos da pesquisa e o valor de sua participação. Dois dos jovens foram ao polo acompanhado de seus responsáveis, que assinaram o TCLE no mesmo dia. A outra levou o TCLE para que os pais assinassem em casa, já que costumava ir sozinha aos atendimentos. A pesquisadora realizou contato telefônico com os responsáveis que não foram ao polo, para explicar os objetivos da pesquisa e tirar qualquer dúvida que pudesse surgir.

As entrevistas tiveram duração média entre 40 e 50 minutos, ocorridas antes do atendimento socioeducativo com a assistente social do polo, foram audiogravadas em MP3 para posterior transcrição. Elas transcorreram de modo tranquilo. A Nadi e o Ajuricaba qualificavam a si próprios como tímidos e calados, mas percebemos que isso não atrapalhou o desenvolvimento da entrevista e que eles falavam livremente sobre as questões conversadas. O outro jovem também falou de modo aberto e tranquilo. As entrevistas aconteceram de modo diferente para cada jovem. Em cada uma surgiram questões singulares e em cada uma o rumo tomado foi único, confirmando que o momento da entrevista é um espaço de criação inédita entre o pesquisador e o participante, ambos sujeitos do processo de conversação.

### **1.2.5 Tratamento e comunicação da informação**

As informações produzidas na pesquisa a partir das entrevistas foram analisadas com base no processo de construção da informação na perspectiva da Epistemologia Qualitativa,

conforme define González Rey (2010) “a pesquisa qualitativa que assume os princípios da Epistemologia Qualitativa se caracteriza pelo seu caráter construtivo-interpretativo, dialógico e pela sua atenção ao estudo dos casos singulares” (GONZÁLEZ REY, 2010, p. 4).

De acordo com essa perspectiva, os diversos espaços onde se realiza a ação do sujeito, em um contexto histórico, social e cultural concreto e específico, comportam a expressão de duas dimensões da subjetividade: a individual e a social. Conforme González Rey (2011):

“a subjetividade individual indica processos e formas de organização da subjetividade que ocorrem nas histórias diferenciadas dos sujeitos individuais. Portanto ela delimita um espaço de subjetivação que contradiz e de forma permanente se confronta com os espaços sociais de subjetivação”.

Já a subjetividade social:

“apresenta-se nas representações sociais, nos mitos, nas crenças, na moral, na sexualidade, nos diferentes espaços em que vivemos etc. e está atravessada pelos discursos e produções de sentido que configuram sua organização subjetiva” (GONZÁLEZ REY, 2011),

Com base na perspectiva da construção da informação resultante da pesquisa qualitativa, tentamos dar vazão a essas duas expressões da subjetividade, compreendendo o caráter subjetivo do próprio processo de construção do conhecimento que acontece no decorrer das investigações.

Buscamos priorizar, assim, o caráter construtivo-interpretativo do conhecimento, que compreende que a realidade é um domínio infinito de campos inter-relacionados de maneira complexa, e que, por meio das práticas de investigação, é possível aproximar-se de uma parte dessa realidade, mas não da sua totalidade. Essa premissa embasa a compreensão do conhecimento enquanto produção humana e não como apropriação linear da realidade estudada.

A partir dessa perspectiva, González Rey (2010) tem o conceito de **zonas de sentido**, definidos como “espaços de inteligibilidade que se produzem na pesquisa científica e não esgotam a questão que significam, senão que pelo contrário, abrem a possibilidade de seguir aprofundando um campo de construção teórica”.

O pesquisador, nesse sentido, deve transpor o papel de coletor de dados e refletir-se em um caráter ativo e de responsabilidade intelectual pela construção da teoria, que será resultado da pesquisa e não se esgotará ao se findar, seguindo “o curso progressivo e aberto de um processo de construção e interpretação que acompanha todos os momentos da pesquisa”

(GONZÁLEZ REY, 2011). Assim, a partir do modelo teórico que o orienta a pesquisa, o processo de construção da informação iniciou por meio de elaborações e interpretações, que representam formas de concretização e de organização do processo construtivo-interpretativo, permitindo seu desenvolvimento por meio de zonas de sentido.

Além disso, vale destacar que González Rey (2011) defende que a interpretação das informações acontece durante todo o processo da pesquisa, pois o empírico e o teórico são indissociáveis, argumento que reforça o caráter construtivo-interpretativo da Epistemologia Qualitativa.

De modo operacional, com base na Epistemologia Qualitativa, a análise dos dados seguiu os seguintes processos:

1. **Transcrição dos áudios das entrevistas:** o processo de transcrição possibilitou uma “leitura” inicial das entrevistas, um tipo de reviver do momento da entrevista e uma avaliação prévia do procedimento, momento esse em que foi possível avaliar as perguntas feitas, o manejo da pesquisadora e já ter uma interpretação prévia acerca das informações;

2. Leitura flutuante e organização do material das transcrições, numa espécie de **pré-análise**, consistiu na sinalização nas narrativas daquilo que saltou aos olhos da pesquisadora e se destacou, destaque dos elementos que se mostravam significativos para autora, tendo em vista que desde o início da pesquisa existia o aporte teórico que sustentou esse momento e que o processo ativo de construção do conhecimento está presente em toda a pesquisa;

3. Posteriormente fizemos a leitura sistemática que proporcionou a **identificação dos indicadores**. Que são “elementos que adquirem significação graças à interpretação do pesquisador, ou seja, sua significação não é acessível de forma direta à experiência, nem aparece em sistema de correlação”. (GONZÁLEZ REY, 2011). O indicador só se constrói sobre a base de informação implícita e indireta, pois não determina nenhuma conclusão do pesquisador em relação ao estudado; representa só um momento hipotético no processo de produção da informação.

Esses indicadores foram os indicadores de sentidos subjetivos. Segundo Gonzalez Rey, González Rey (2010):

O sentido subjetivo não aparece de forma direta na expressão do sujeito, mas sim indiretamente na qualidade da informação, no lugar de uma palavra em uma narrativa, na comparação das significações atribuídas a conceitos distintos de uma construção, no nível de elaboração diferenciado no



tratamento de temas, na forma como que se utiliza a temporalidade, nas construções associadas a estados anímicos diferentes, nas manifestações gerais do sujeito em seus diversos tipos de expressão etc. (p116).

4. A partir da identificação dos indicadores passamos para a **construção das categorias**, que “são instrumentos do pensamento que expressam não só um momento do objeto estudado, mas o contexto histórico-cultural em que esse momento surge como significado e, com ele, a história do pesquisador, que é elemento relevante na explicação de sua sensibilidade criativa” (GONZÁLEZ REY, 2011). Diferente da compreensão da definição de categorias como fragmentação dos dados coletados, na Epistemologia Qualitativa esse processo revela a construção teórica que o pesquisador elabora a partir das informações produzidas com os participantes no momento empírico.

Nesta etapa de construção de categorias elaboramos algumas **zonas de sentido** e as primeiras construções interpretativas. O desenvolvimento de zonas de sentido não foi fixo para cada sujeito, da mesma forma que a profundidade na análise também não foi padronizada, pois a fala de cada participante foi analisada segundo o vínculo estabelecido, a qualidade das conversas e também da capacidade interpretativa da pesquisadora. Assim, o agrupamento dessas zonas de sentido apresenta-se como um modelo teórico acerca dos sentidos subjetivos de cada adolescente participante dessa pesquisa. Conforme elaboramos as zonas de sentido acerca das trajetórias de vida dos adolescentes, julgamos necessário fazer a **narração das trajetórias de vida**, de acordo com o relato que foi feito por eles, para que as zonas de sentido pudessem ser compreendidas de modo mais contextualizadas e para enfatizar a legitimidade da singularidade da informação produzida junto a cada adolescente.

A construção da informação é entendida por esta perspectiva metodológica como um processo construtivo, onde estão em constante negociação as representações teóricas, valores e intuições do pesquisador, a experiência do momento empírico e as ideias dela originadas. Trata-se de um processo teórico que permite integrar em um mesmo espaço de significação elementos que antes não tinham relação entre si em termos de conhecimento. Essa construção é resultado de construções teóricas complexas que permitem a inteligibilidade de fenômenos. Esse processo de construção da informação se legitima a medida de produz novas zonas de sentido sobre a temática estudada (GONZÁLEZ REY, 2011).

O processo de análise e comunicação da informação consiste, portanto, em movimentos complexos, criativos e delicados que acontecem de maneira inter-relacionada. Considerando que esse é um processo contínuo, a pesquisa não visa à elaboração de resultados finais para serem tomados como referenciais universais em relação ao tema

estudado, mas à produção de novos conhecimentos que ampliam e aprofundam o processo geral de construção de conhecimentos por parte do pesquisador.

### 1.3 PROCEDIMENTO ÉTICOS

A pesquisa seguiu as diretrizes da resolução nº466/2012 do Conselho Nacional de Saúde - CNS, que assegura toda sua integridade e compromisso com as questões éticas em pesquisas envolvendo seres humanos, sendo autorizada pelo Comitê de Ética da UFAM com registro do CAEE 41068215.0.0000.5020 (ANEXO B).

Por serem adolescentes, a sua participação na pesquisa estava sujeita à autorização por parte dos pais ou responsáveis, que deram o consentimento expresso assinando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (APÊNDICE C) autorizando a participação do adolescente na pesquisa. Além disso, os participantes assinaram o Termo de Assentimento (APÊNDICE D), destinado aos participantes com idade entre 16 e 18 anos para que consintam em participar da pesquisa por escrito. Todos os participantes e os pais ou representantes legais dos adolescentes participantes da pesquisa foram informados antecipadamente sobre os objetivos da pesquisa, sobre o caráter livre e voluntário da participação, sobre a garantia de sigilo e resguardo da identidade e a proteção da imagem.

Foi solicitada também autorização pela Gerência do Atendimento Socioeducativo da Secretaria de Estado de Assistência Social – SEAS que, à época da aprovação da pesquisa, coordenava a Unidade Socioeducativa onde a pesquisa foi realizada. No ato de solicitação de autorização para a realização da pesquisa, a pesquisadora se comprometeu, também através de documento escrito, em voltar à instituição pesquisada em posse dos resultados construídos, para a comunicação e devolutiva aos participantes da pesquisa e demais interessados na temática.

## **II. A REDE DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO EM MEIO ABERTO NA CIDADE DE MANAUS À LUZ DAS REGULAMENTAÇÕES VIGENTES**

O Estatuto da Criança e do Adolescente acaba de completar, no dia 13 de julho do corrente ano, 25 anos de promulgação. Trata-se de uma legislação bastante ampla no que se refere aos direitos da infância e adolescência. Fato este que não garantiu que esta lei tenha sido, nem de perto, efetivada em sua plenitude.

Além do não cumprimento pleno do que está previsto no estatuto, existe uma crença distorcida por parte de grande parte da população de que o adolescente que comete atos infracionais não é responsabilizado por seus atos. Esse fato, associado ao modo sensacionalizado pelo qual as infrações envolvendo adolescentes são noticiadas pela mídia e à insatisfação da população com as questões sociais e de violência, tem contribuído para que seja fortalecido o debate em favor da redução da maioria penal. Essa alteração na Constituição Brasileira e no Código Penal é defendida como uma medida que contribuiria para a redução da violência e ovacionada como uma forma de punição e responsabilização de um grupo de pessoas pelas demais mazelas sociais, o que traria uma sensação de justiça por parte da população.

Nesse sentido, pautamos este capítulo na preocupação com este movimento, considerando que esses adolescentes são, na maioria das vezes, violados em seus direitos constitucionais fundamentais. Cremos, portanto, que é preciso efetivar os direitos constitucionais e cumprir o Estatuto da Criança e do Adolescente, que asseguram à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, como dever do Estado, da família e da sociedade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

No caso específico de cometimento de atos infracionais, os adolescentes são submetidos ao cumprimento de medidas socioeducativas. O ECA, nos artigos 103 e 104, define como ato infracional “a conduta descrita como crime ou contravenção penal” e estabelece que são aplicáveis as medidas socioeducativas a pessoas entre 12 e 18 anos, visto que são inimputáveis (BRASIL, 1990).

Como modo de regulamentar e gerir a política de proteção especial e de justiça, abarcando o atendimento ao adolescente autor de ato infracional em todo o território nacional, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA instituiu o SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, que é um dos subsistemas que integram o Sistema de Garantia dos Direitos – SGD. A publicação tem forma de um guia baseado nos acordos internacionais sobre direitos humanos dos quais o Brasil é signatário, em especial na área dos direitos da criança e do adolescente (CONANDA, 2006).

O SINASE, posteriormente apresentado sob forma de lei, regulamenta o sistema de medidas socioeducativas, definido como “o conjunto ordenado de princípios, regras e critérios, de caráter jurídico, político, pedagógico, financeiro e administrativo, que envolve desde o processo de apuração de ato infracional até a execução de medida socioeducativa” (CONANDA, 2006). Articula os três níveis de governo, a família, a comunidade, os conselhos e as organizações civis, que executam as ações de enfrentamento de situações de violência que envolvem adolescentes enquanto autores de atos infracionais ou vítimas de violação de direitos no cumprimento de medidas socioeducativas.

A doutrina que rege essas definições é a Doutrina de Proteção Integral, criada pela Constituição Federal de 1988, no art. 227, em meio ao contexto em que ocorriam diversas iniciativas e debates relacionados aos direitos humanos e direitos da criança e adolescentes em várias partes do mundo. Adolescentes e crianças passaram a ser considerados como foco de atenção e merecedores de prioridade absoluta na efetividade de seus direitos (CONANDA, 2006; ONU, 1990).

Essa compreensão foi construída historicamente e nem sempre teve esse viés. No Brasil, várias foram as legislações que já regeram a responsabilização de crianças e adolescentes infratores, já existiram leis que primaram por medidas de cunho essencialmente punitivo, bem como executaram formas de violação à infância e juventude (BRASIL, 1990; DEL PRIORE, 2009; RIZZINI, 2000).

Como marco legal, a Doutrina da Proteção Integral baseia-se na concepção de que criança e adolescente são sujeitos de direitos universalmente reconhecidos, considerando sua

condição peculiar de pessoas em desenvolvimento. Esses direitos devem ser assegurados pelo Estado, pela família e pela sociedade (ONU, 1990).

As medidas socioeducativas devem ter cunho de responsabilização, em conjunto com ações beneficiárias, que possibilitem ao jovem oportunidade de desenvolvimento e uma autêntica experiência de reconstrução de seu projeto de vida. Devem ser privilegiadas ações pedagógicas que levem em consideração as diversidades étnico-culturais, condições socioestruturais, limitações e dificuldades de cada jovem, configurando, dessa maneira, um atendimento subjetivo (CONANDA, 2006).

O ECA prevê no artigo 112 que as medidas socioeducativas podem ser do tipo: “advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, semiliberdade e internação em estabelecimento educacional”, bem como as medidas de caráter protetivo, que são do tipo “orientação, apoio e acompanhamento temporário, inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, a criança e ao adolescente, matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino” (BRASIL, 1990).

É previsto ainda, por essa legislação, que a medida aplicada leve em consideração a capacidade do adolescente em cumpri-la, as circunstâncias e a gravidade da infração. Além disso, é previsto que nenhum adolescente deverá ser privado de sua liberdade senão em flagrante de ato infracional ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente (BRASIL, 1990).

Este capítulo apresenta o contexto de Medida Socioeducativa em Meio Aberto – MSEMA. As medidas em meio aberto são as que não envolvem privação de liberdade, em que os adolescentes devem ser acompanhados em seu processo de formação e educação por pessoa capacitada designada pelo Poder Judiciário, através do Juizado da Infância e Juventude, onde não existem os programas, ou para os órgãos executores das medidas socioeducativas em meio aberto, nos municípios. Como já mencionado na introdução deste trabalho, as MSEMAs podem ser de Liberdade Assistida – LA ou de Prestação de Serviço à Comunidade – PSC (BRASIL, 1990; 2006).

A medida de LA estabelece prazo mínimo de seis meses, podendo ser prorrogada, revogada ou substituída por outra medida em qualquer tempo, ouvindo o orientador designado pela autoridade judiciária competente, o coordenador ou os técnicos do programa de execução das medidas, o Ministério Público e o Defensor Público. Se inserido neste contexto, os programas prestarão atendimento aos adolescentes pela equipe técnica interdisciplinar

(Assistente Social, Advogado, Enfermeiro, Pedagogo e Psicólogo), iniciando desde então o encaminhamento psicossocial. (BRASIL, 1990; 2006).

A medida de Prestação de Serviço à Comunidade consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente a seis meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários ou governamentais. As tarefas serão atribuídas conforme as aptidões do adolescente, devendo ser cumpridas durante jornada máxima de oito horas semanais, aos sábados, domingos e feriados ou em dias úteis, de modo a não prejudicar a frequência à escola ou à jornada normal de trabalho (BRASIL, 1990).

A proposta da política nacional atual, prevista no SINASE (CONANDA, 2006; BRASIL, 2012), é de que o atendimento às medidas em meio aberto ocorram no âmbito municipal, sendo da competência desse ente federado a criação e a manutenção de programas de atendimento para execução dessas medidas. É importante ressaltar que dentre as diretrizes da política de atendimento, previstas no art.88 do ECA, além da municipalização do atendimento, também está prevista a observância da descentralização político-administrativa dos programas a serem criados, cabendo aqui definir que a municipalização visa determinar que as práticas de atendimento à criança e ao adolescente ocorram no âmbito municipal, de modo a fortalecer o contato e o protagonismo da comunidade e das respectivas famílias.

Segundo o SINASE,

O cumprimento em meio aberto da medida socioeducativa de liberdade assistida tem como objetivo estabelecer um processo de acompanhamento, auxílio e orientação ao adolescente. Sua intervenção e ação socioeducativa deve estar estruturada com ênfase na vida social do adolescente (família, escola, trabalho, profissionalização e comunidade) possibilitando, assim, o estabelecimento de relações positivas, base de sustentação do processo de inclusão social a qual se objetiva. Desta forma o programa deve ser o catalisador da integração e inclusão social desse adolescente e sua família.

(...)

Deve ser considerado como prestação de serviços de relevância comunitária pelo adolescente, buscando uma ação pedagógica que privilegie a descoberta de novas potencialidades direcionando construtivamente seu futuro. (CONANDA, 2006).

O que percebemos na prática é que as diretrizes do SINASE (CONANDA, 2006) só foram obedecidas, ao menos burocraticamente, pelos estados e municípios em 2012, quando a Lei Federal 12.594 o instituiu como norma nacional para configuração da rede de atendimento socioeducativo (BRASIL, 2012).

Desde então os estados e municípios têm feito esforços no sentido de corresponder aos dispositivos legais. Além disso, foi feita uma determinação pela Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR dos prazos de cumprimento das normatizações no Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo (BRASIL, 2013). O país tem o prazo de dez anos (2014 - 2023) para superar os obstáculos para implementação do Sistema Socioeducativo, como originalmente foi proposto pelo texto estatutário e SINASE. O plano prevê ações articuladas nas áreas de educação, saúde, assistência social, cultura, capacitação para o trabalho e esporte para os adolescentes que se encontram em cumprimento de medidas socioeducativas, e apresenta as diretrizes e o modelo de gestão do atendimento socioeducativo (BRASIL, 2013).

Dentre as exigências do Plano Nacional, podemos destacar a Gestão Compartilhada entre as Três Esferas de Governo em cofinanciamento; foco na socioeducação por meio da construção de projetos de vida, pactuados com adolescente e consubstanciados em Planos Individuais de Atendimento (PIA); incentivo ao protagonismo, participação e autonomia de adolescentes em cumprimento de medida e de suas famílias; e primazia das medidas em meio aberto (BRASIL, 2013).

Essas definições estão em conformidade com as determinações da Lei Federal 12.594/2012, para o atendimento socioeducativo em meio aberto. Isso significa dizer que a execução do Plano Decenal toca essencialmente os dispositivos estabelecidos pela Lei Federal para os estados e municípios, concernentes as suas obrigações para com a rede socioeducativa em meio aberto.

Dentre as determinações para os municípios destacamos: sua responsabilidade de elaborar, coordenar e manter os programas socioeducativos em meio aberto; formular o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo em consonância com os Planos Nacional e Estadual (BRASIL, 2012).

Entre as competências do estado está a de dar assistência financeira e técnica aos municípios para que ofertem regularmente seus programas em meio aberto, como também editar normas complementares para a gestão e funcionamento dos sistemas municipais (BRASIL, 2012).

Quanto à União estão vetados o desenvolvimento e a oferta de programas próprios de atendimento. Entretanto é de sua responsabilidade a elaboração do Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo, em conjunto com os estados e municípios, para fornecimento das diretrizes operacionais do Sistema Socioeducativo. Cabendo também dar assistência

técnica e suplementação financeira aos estados e municípios, para desenvolvimento de seus respectivos sistemas (BRASIL, 2012).

A ação deverá ser articulada. Isto é, as responsabilidades deverão ser compartilhadas e não exclusivamente assumidas pelos municípios. Esse é um aspecto bastante relevante da Lei, pois significa que os municípios (sobretudo os de menor orçamento) deverão receber subsídios financeiros e capacitação para o seu corpo técnico, para instituírem sua própria rede de atendimento.

Essa articulação, por sua vez, viabiliza que todo planejamento com fins de fortalecer os vínculos entre adolescente, família e comunidade, ou aquele com fins de prever práticas conjuntas entre áreas de educação, trabalho, esporte, lazer, assistência social, saúde e cultura não sejam prejudicados por falta de qualificação do município, visto que é obrigação do estado e da União ajudarem-no para que ofereçam os programas regularmente. Isso foi feito considerando que a falta de qualificação dos municípios já era um dos obstáculos apontados para atendimento ao adolescente em cumprimento de medida em meio aberto, tendo sido citada pelo diagnóstico realizado pela SDH/PR como um dos entraves ao desenvolvimento do sistema socioeducativo em meio aberto (BRASIL, 2013).

Entre os outros impedimentos aos atendimentos socioeducativo em meio aberto apresentados por este diagnóstico estão: insuficiência de recursos para cofinanciamento da implementação de medidas socioeducativas em meio aberto; ausência de serviços de prevenção, proteção e/ou falta de integração com programas destinados aos adolescentes e sua família; implantação insuficiente ou uso inadequado do Plano Individual de Atendimento (PIA); ausência e/ou insuficiência de políticas de inserção social atrativas aos adolescentes e jovens, que evitem sua reincidência; insuficiência de recursos humanos e ausência de instituições, órgãos e serviços de atendimento em meio aberto (BRASIL, 2013).

Tais dados fornecem indicativos sobre o panorama do atendimento socioeducativo em meio aberto nos estados e municípios do país. Presumimos, portanto, que a atual conjuntura do atendimento socioeducativo em meio aberto no município de Manaus não se diferencia deste triste padrão. Com a finalidade de fornecer um despretensioso diagnóstico da situação manauara da rede de atendimento socioeducativo em meio aberto na cidade de Manaus foi que pensamos esta etapa da pesquisa.

Não encontramos durante a pesquisa um documento oficial que apresentasse o diagnóstico da situação do estado do Amazonas a esse respeito. A ausência desse diagnóstico oficial pode ser explicada em virtude de o Amazonas ainda estar em processo de elaboração,



uma vez que o Plano Nacional determinou o período de 2014-2015 como prazo para que os estados e municípios elaborem diagnóstico para formulação de Planos Estadual e Municipal (BRASIL, 2013).

Ainda sobre esse aspecto, foi instaurando o inquérito pelo Ministério Público do Estado do Amazonas (MP-AM), pela Portaria nº. 01/2014, para garantir a formulação e execução do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo pelo Município de Manaus (MP-AM, 2014). O MP-AM requer, por meio do inquérito, que o Município de Manaus e o Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente da capital elaborem um diagnóstico da estrutura de atendimento aos adolescentes em cumprimento de medida em meio aberto, e das formas de execução dessas medidas (MP-AM, 2014).

O tema da municipalização é discutido na cidade de Manaus há mais de dez anos, conforme relatam os executores do sistema socioeducativo. Oficialmente ocorreu a transferência de responsabilidade do governo estadual para a administração municipal em 2013, quando o Governo do Amazonas, por intermédio da SEAS, fez uma cerimônia de transferência da administração dos cinco Polos Descentralizados de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), localizados em Manaus, para Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos (PORTAL DO GOVERNO DO AMAZONAS, 2013; INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL – IBAM, 2014).

Em tese, a administração dos polos que inicialmente esteve sob o comando da Secretaria do Estado de Assistência Social e Cidadania (SEAS), por meio da Gerência Especializada de Atendimento Socioeducativo (GEASE) passaria a ser feita pelos Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), subestrutura da SEMASDH. Passaria, assim, a fazer parte do âmbito da Proteção Social Especial de Média Complexidade do Sistema Único de Assistência Social — SUAS (PORTAL DO GOVERNO DO AMAZONAS, 2013).

O processo teve início em 22 de abril de 2013, com capacitação do corpo técnico da SEMASDH e do Juizado da Infância e Juventude, realizada pela SEAS e teria seu fim em 25 de abril de 2013, com a assinatura do termo de transferência entre as duas Secretarias (PORTAL DO GOVERNO DO AMAZONAS, 2013).

Segundo essas informações obtidas junto às secretarias, desde 2013 o Município de Manaus deveria estar cuidando do atendimento socioeducativo nos cinco Polos Descentralizados de LA/PSC. Acontece que o município não tem sequer o Plano Municipal

de Atendimento Socioeducativo, enquanto que a Lei Federal 12.594/2012 estabelece como obrigatória sua elaboração para articulação dos procedimentos socioeducativos. Além disso, a SEAS continua gerenciando diversos polos descentralizados de medidas socioeducativas em meio aberto, como veremos a seguir.

Podemos compreender, dessa maneira, que a municipalização do atendimento socioeducativo em meio aberto, na cidade de Manaus, não passou de um mero cumprimento burocrático dos dispositivos legais da então sancionada Lei Federal, sem reflexos positivos nas atividades concretas para os adolescentes e, ao contrário disso, contribuindo ainda mais para o sucateamento e demonstrando certo descaso com as medidas socioeducativas em meio aberto.

Em virtude dessa confusão de informações, o presente capítulo apresenta a atual conjuntura da Rede de Atendimento Socioeducativo em meio aberto da cidade de Manaus, com a finalidade de verificar as formas como têm sido realizado e conduzido o atendimento socioeducativo aos adolescentes em cumprimento de LA e PSC, em contraponto às diretrizes nacionais estabelecidas para o atendimento em meio aberto e quais as características dos programas oferecidos pela rede de atendimento da capital.

## 2.1 CARACTERIZAÇÃO DA REDE

O primeiro aspecto considerado pela pesquisa foi a gestão da Rede de Atendimento Socioeducativo. Interessou-nos saber quais os arranjos de gestão existentes e a estrutura da política socioeducativa. No modelo de gestão proposto no SINASE (CONANDA, 2006; BRASIL, 2012) e sistematizado no Plano Decenal do SINASE (BRASIL, 2013), existem três instâncias básicas que dinamizam o sistema, integradas por órgãos e entidades públicas e privadas com funções de **articulação, execução e controle das ações**.

Identificamos, com a pesquisa, que funcionam como órgãos de **controle** no âmbito da administração pública no estado e na capital: o Ministério Público, o Conselho Estadual e o Conselho Municipal dos Direitos da Infância e Adolescência. Os órgãos que são os **executores** do programa de Medidas Socioeducativo em Meio Aberto – MSEMA são a SEAS, por intermédio da GEASE, e a SEMASDH, por intermédio da Gerência de Alta Complexidade. Ficou bastante claro, no entanto, que não existe **articulação** entre as secretarias da política de atendimento socioeducativo, tendo em vista que não há informação sobre como funciona o atendimento uma na outra, não há a disponibilidade de informações

básicas como o número de telefone de onde está acontecendo o atendimento socioeducativo na outra instância. Além disso, o repasse de informações dentro de uma mesma secretaria ocorre de modo confuso, com informações desencontradas e controversas de parte da gerência para a coordenação dos polos.

Existiam na cidade, até o fechamento da pesquisa, sete polos, conforme exhibe a Tabela 1, com as informações sobre a localização e a administração.

<b>Rede de atendimento socioeducativo em meio aberto na cidade de Manaus</b>		
<b>Polos</b>	<b>Bairro</b>	<b>Subordinação Administrativa</b>
Polo descentralizado de Medida Socioeducativa em Meio Aberto da Zona Sul	Educandos	SEAS
Polo descentralizado de Medida Socioeducativa em Meio Aberto da Zona Centro-Sul (CREAS)	N. Sra. das Graças	SEMASDH
Polo descentralizado de Medida Socioeducativa em Meio Aberto da Zona Norte I	Cidade Nova	SEAS
Polo descentralizado de Medida Socioeducativa em Meio Aberto da Zona Norte II (CREAS)	Cidade Nova	SEMASDH
Polo descentralizado de Medida Socioeducativa em Meio Aberto da Zona Leste I	São José	SEAS
Polo descentralizado de Medida Socioeducativa em Meio Aberto da Zona Leste II	Zumbi	SEAS
Polo descentralizado de Medida Socioeducativa em Meio Aberto da Zona Centro-Oeste	Bairro da Paz	SEAS

**Tabela 1 - Distribuição dos Polos de MSEMA pelos bairros da cidade e administração**

Temos na cidade de Manaus, portanto, as duas secretarias que executam o serviço de atendimento socioeducativo em meio aberto. A SEAS gerencia cinco polos, enquanto que a SEMASDH gerencia dois. Devido alguns entraves na pesquisa, como já descrito na sessão dos procedimentos, foi possível fazer a caracterização de cinco dos polos mencionados, um gerenciado pela SEMASDH e quatro gerenciados pela SEAS. A análise documental dos dados dos adolescentes foi feita apenas em quatro polos gerenciados pela SEAS. Apresentaremos então a caracterização dos cinco polos os quais conseguimos visitar e obter as informações através da observação e junto aos seus respectivos coordenadores.

Ao questionarmos junto à GEASE sobre o modo como eram distribuídos os polos nas zonas da cidade e sobre como eram escolhidos os coordenadores dos polos, a representante da GEASE nos informou que havia um critério de distribuição, mas que atualmente não sabe informar, pois, com o processo de municipalização, o estado não tem mais obrigações junto à rede de atendimento socioeducativo em meio aberto. Como contradição a esta informação, podemos observar na Tabela 1 que a maioria dos polos ainda é gerenciada pela SEAS. Sobre a escolha dos coordenadores, a representante nos explicou que ficava a cargo da gerente do GEASE indicá-los.

O questionamento seguinte se referia à existência de diretrizes do atendimento socioeducativo que orientasse a atuação de todos os polos da cidade. O Eca determina, como uma das diretrizes da política de atendimento, a integração operacional de órgão do Judiciário, Ministério Público, Defensoria, Segurança Pública e Assistência Social, preferencialmente em um mesmo local, para efeito de agilização do atendimento inicial a adolescente a quem se atribua autoria de ato infracional.

Na cidade de Manaus, em conformidade com essa determinação, existe um Centro Integrado de Atendimento Inicial ao Adolescente Infrator, que conta com Juizado da Infância e da Juventude/Vara Criminal, Ministério Público (Promotoria da Infância e Juventude), Defensoria Pública, Delegacia Especializada na Apuração de Atos Infracionais— DEAAI. No mesmo terreno, no prédio vizinho, está situada a GEASE e logo atrás a Unidade Provisória de Internação – UPI.

Nossa pesquisa não conseguiu identificar até que ponto as ações dos diversos setores deste centro estão integradas. Um fato interessante sobre isso foi quando, no início da pesquisa, a auxiliar de pesquisa estava procurando o endereço da GEASE e, na frente do prédio do centro integrado, perguntou de um funcionário onde ficava a GEASE e ele não sabia sequer que instituição era essa. Ao olhar mais a frente no terreno na mesma rua, no entanto, a auxiliar viu a placa com a identificação da GEASE e ficou impressionada com o fato de uma pessoa que aí trabalha não saber nem o que era GEASE e nem onde ficava.

Conforme a representante da GEASE informou, cada polo possui um coordenador responsável tanto por administrar as atividades realizadas pela unidade socioeducativa de meio aberto quanto por repassar as informações solicitadas pelo corpo técnico da GEASE. Segundo este relato, todos os coordenadores recebem frequentemente algum treinamento ou informações sobre novas diretrizes federais, sejam através de documentos ou sob forma de

curso de capacitação oferecido pelo assessor técnico da GEASE. O assessor técnico, por sua vez, viaja frequentemente à Brasília com este fim.

Vale ressaltar que, embora a Gerência tenha afirmado que os cursos de formação continuada dirigidos aos coordenadores dos Polos sejam frequentemente oferecidos, ao perguntarmos quando foi o último curso de capacitação realizado pela GEASE, nos foi informado que foi no ano de 2013.

Ainda de acordo com a informante da Gerência, cada Polo possui um Plano de Diretrizes Operacionais formulado pela própria GEASE, a fim de orientar a prática dos coordenadores em cada unidade socioeducativa em meio aberto. Tal plano se constitui em estratégias operativas do referido órgão, que se fundamentam nas diretrizes da Coordenadoria Geral do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE.

Segundo as informações prestadas pela GEASE, as diretrizes do Plano são repassadas aos Polos por meio de reuniões convocadas pela Gerência com todos os coordenadores dos Polos ou via ofício circular para cada unidade. Entretanto a representante da Gerência, nesse momento, ressaltou mais uma vez que a GEASE estava em processo de mudanças no gerenciamento dos Polos, por conta da municipalização preconizada pela Lei Federal do SINASE. Por este motivo, ela não poderia nos disponibilizar o referido Plano e estaria o Governo do Estado desobrigado oficialmente de fazer esse planejamento junto aos polos. Em vista disso, questionamos à Gerência se havia conhecimento por parte dela sobre algum projeto ou plano desenvolvido pela SEMASDH e ela declarou desconhecer qualquer elaboração semelhante até aquele momento.

Em relação ao Plano Individual de Atendimento (PIA), a informante afirmou que foi elaborado um modelo pela equipe da GEASE e é executado em todo o sistema socioeducativo, isto é, tanto em regime fechado e quanto em regime aberto. A Gerência declarou ainda que o modelo criado se estrutura de acordo com as exigências da Lei Federal do SINASE. Mais à frente nos deteremos em uma análise sobre o modo como se compreende a utilização do PIA por parte dos polos e como ele é construído. Não tivemos, no entanto, nenhum acesso à SEMASDH para verificarmos as informações referentes às Diretrizes Operacionais do atendimento socioeducativo executado por esta secretaria.

### 2.1.1 Estrutura física

A partir de agora, apresentaremos a caracterização dos Polos de acordo com os critérios avaliados e faremos a apresentação de sua caracterização em tabelas com as informações de cada polo referente ao mesmo critério.

Inicialmente discorreremos sobre a estrutura física. Nenhum dos polos visitados funciona em prédio que seja patrimônio do Governo Estadual ou Municipal construídos com a finalidade socioeducativa. Todos os prédios são alugados ou cedidos por outra instituição. Segundo orienta o SINASE, as estruturas físicas das Unidades de atendimento e/ou programas devem ser guiadas pelo projeto pedagógico e estruturadas de modo a assegurar a capacidade física para o atendimento adequado à execução desse projeto e a garantia dos direitos fundamentais dos adolescentes (CONANDA, 2006).

Quando se refere a medidas em meio aberto, o SINASE destaca a importância da manutenção de um local específico para a sua execução, contando com salas de atendimento individuais e em grupo, sala de técnicos e demais condições para garantir que a estrutura física facilite o acompanhamento dos adolescentes e seus familiares. A Tabela 2 nos dá um resumido panorama na caracterização do espaço físico utilizado pelos polos (CONANDA, 2006).

<b>Caracterização física dos polos</b>	
<b>Polos</b>	<b>Caracterização</b>
PMSEMA da Zona Sul	O polo funciona dentro do prédio amplo do CREAM. E embora o prédio apresente amplas instalações em virtude de abranger os vários setores de ordem do Poder Público Executivo e Jurídico, o Polo é um compartimento do CREAM, ao lado da recepção do prédio, com aproximadamente 40 m <sup>2</sup> , repartido em três espaços: uma recepção e duas salas divididas por paredes de compensados, uma atrás da outra.
PMSEMA da Zona Centro-Sul (CREAS)	O Polo funciona num prédio alugado pela prefeitura para funcionamento do CREAS N. Sra. das Graças. O prédio é de alvenaria, de dois andares, com três salas, um auditório. É construído num terreno amplo, uma construção de boa qualidade, com um espaço físico em ótimo estado. O espaço desse prédio que é utilizado para o atendimento socioeducativo é uma sala onde acontecem os atendimentos e o auditório, onde são eventualmente realizadas palestras.
PMSEMA da Zona Leste I	O polo funciona numa pequena sala embaixo de uma das arquibancadas do Ginásio Poliesportivo Zezão. A recepção em que os adolescentes e suas famílias aguardam pelo atendimento deve ter uns 5 m <sup>2</sup> aproximadamente. A sala em que são realizados o atendimento social e trabalhos administrativos devem ter uns 10 m <sup>2</sup> ou 20 m <sup>2</sup> de espaço

	realmente utilizável; ela é ocupada por quatro mesas distribuídas pelo espaço utilizável da sala – utilizável porque, como a sala em que funciona a unidade fica em baixo da arquibancada do Zezão, o espaço posterior da sala, isto é, o que se aproxima mais dos primeiros degraus da arquibancada não permite movimentação livre senão de uma criança de 5 a 10 anos.
PMSEMA da Zona Leste II	O polo funciona dentro das dependências físicas da Empresa Manaus Ambiental, que cedeu o espaço ao Corpo de Bombeiros e, posteriormente também ao projeto, por meio da intercessão da Secretaria de Estado e Segurança Pública do Amazonas (SSP/AM). A sala cedida, que tem aproximadamente 60 m <sup>2</sup> , foi subdivida por divisórias de compensado em três compartimentos: uma pequena sala de reunião, que inclusive foi projetada por um engenheiro que foi um dos adolescentes atendidos pelo Polo; sala para arquivos e documentos, com duas mesas de trabalho para as estagiárias; e uma terceira sala para o restante do corpo técnico administrativo. A unidade socioeducativa ainda dispõe de uma horta, que é um dos projetos direcionados aos adolescentes e suas famílias.
PMSEMA da Zona Centro-Oeste	O polo funciona numa casa alugada pela Missão Redentorista da Igreja Católica para que funcione o serviço. É uma casa de alvenaria, com sete cômodos: uma recepção, duas salas de atendimento, um depósito, uma cozinha, uma garagem, um banheiro. A casa tem aspectos de abandono, com atmosfera abafada e suja, mas não pode ser considerada a pior estrutura dentre os polos visitados.

**Tabela 2 - Caracterização Física dos polos**

O local de funcionamento de cada Polo subordinado à SEAS, bem como a estrutura física de cada um deles, associados ao depoimento dos informantes sobre o surgimento de cada unidade socioeducativa confirmam que a disposição dos polos pela capital não foi planejada, e sim ocasional.

O Polo Zona Sul, por exemplo, funcionava anteriormente num complexo juntamente com uma Policlínica e Delegacia no Morro da Liberdade. Em virtude das reclamações da assistente social e psicóloga, na época, por um espaço mais adequado a grande demanda atendida, o Polo foi transferido para as instalações físicas do CREAM. Ou seja, não foi construído um espaço físico adequado aos serviços oferecidos e demandas. Apenas ocorreu um rearranjo a partir do surgimento de um lugar disponível dentro do prédio do CREAM.

O polo da Zona Leste II, também conhecido também como Projeto Tocando em Frente apresenta seu histórico vinculado a uma iniciativa da Sociedade Civil Organizada. Surgiu a partir de um projeto destinado ao combate a violência e à prevenção do uso de drogas para os moradores em vulnerabilidade social e pessoal do bairro do Coroadó, autoria Instituto de Sociabilização Reeducar (ISR), tendo se tornado um polo de MSEMA no ano de

2004. O espaço de funcionamento, todavia, foi cedido pela Manaus Ambiental, por intervenção da Secretaria de Segurança Pública do Amazonas (SSP/AM).

O Polo da Zona Centro-Oeste, por sua vez, funciona numa casa alugada pela Missão Redentorista. Anteriormente funcionava dentro de uma Igreja Católica no bairro Redenção. Ele surgiu a partir de atividades desenvolvidas pela Pastoral do Menor, ocorridas no prédio da igreja e depois foi credenciado pela SEAS.

O Polo Zona Leste I, no entanto, foi o que apresentou a situação mais precária em relação ao seu local de funcionamento. Anteriormente funcionava no bairro Jorge Teixeira, dentro das instalações físicas do Prato Cidadão até o ano de 2004 quando foi realizada sua transferência conforme relato da técnica administrativa da unidade socioeducativa.

Todos, sem exceção, não estão adequados às exigências do SINASE às entidades de atendimento em meio aberto, não contando com local específico para atendimento em grupo. E mesmo aquelas utilizadas para atendimento individual apresentavam parede de compensado – as quais não eram adequadas para manutenção do sigilo necessário para o atendimento psicossocial quando realizado pelo profissional psicólogo (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2010).

O polo que apresenta melhor estrutura física é o que funciona no prédio do CREAS, apesar de não utilizar de modo amplo como parte do desenvolvimento do programa socioeducativo. O Polo Centro-Sul foi o único que apresentou local de funcionamento e estrutura física mais adequados às exigências do SINASE para os atendimentos em meio aberto. Ainda que fosse alugado pela Prefeitura e readaptado (porque anteriormente era uma casa), o prédio apresentava salas adequadas para os atendimentos psicossocial, jurídico, familiar. Além disso, o espaço ainda dispunha de um pequeno auditório onde se poderia realizar atendimentos em grupos. Apesar disso, o espaço não tem sido utilizado em todo seu potencial.

A estrutura física dos polos não apresenta qualquer organização com viés pedagógico ou com qualquer outra finalidade socioeducativa. Na realidade, o que acontece são arranjos improvisados de atendimento, ajuda de instituições filantrópicas e parcerias conquistadas pelos próprios coordenadores. Diante disso, a coordenadora do polo Zona Leste II diz que acredita que os outros polos não conseguem ter uma estrutura adequada por falta de iniciativa dos próprios coordenadores. Esse tipo de pensamento, em nossa opinião, funciona como modo de minimizar o descaso por parte do estado com a rede e desloca para uma responsabilidade individual o que deveria ser garantido pelo poder público.



À exceção do Polo Zona Leste II, que tem o espaço da horta, onde funciona o Projeto Minha Horta Cidadã, nenhum outro polo vinculado à SEAS tem espaço para outra atividade que não seja os atendimentos individuais e familiares com as assistentes sociais. Pensamos que somente a partir da mudança da estrutura física baseada num projeto pedagógico e com profissionais capacitados será possível humanizar o atendimento e transformar as unidades em ambientes verdadeiramente socioeducativos (CONANDA, 2006).

A estrutura física deve resguardar uma relação com os objetivos pedagógicos, assim deve estar afinada com a proposta pedagógica do programa socioeducativo. Questionamo-nos, no entanto, como poderia estar afinada com a proposta pedagógica se na maioria das vezes o que percebemos é que não está claro para a equipe dos polos qual seria a proposta pedagógica da unidade?

### 2.1.2 Aspecto pedagógico

Considerando que a medida socioeducativa deve ter cunho essencialmente pedagógico, o projeto pedagógico da unidade socioeducativa e do programa socioeducativo ocupa lugar especial no que se refere ao resguardo dos princípios preconizados no SINASE. Segundo o SINASE:

As Unidades e/ou programas de atendimento socioeducativo deverão construir seu projeto educativo contendo os princípios norteadores de sua proposta, o entendimento do trabalho que se quer organizar (o que queremos, por quê?) os objetivos (geral e específicos) e a organização que vai se dar para alcançar estes objetivos, tais como modelo de gestão, assembleias, equipes e outros, o detalhamento da rotina, o organograma, o fluxograma, o regimento interno, regulamento disciplinar, onde se incluem procedimentos que dizem respeito à atuação dos profissionais junto aos adolescentes, reuniões das equipes, estudos de caso, elaboração e acompanhamento do PIA (CONANDA, 2006. Pag. 42)

Buscamos saber, portanto, da existência do projeto pedagógico em cada polo e a sua caracterização, conforme pode ser explicitado na **Erro! Fonte de referência não encontrada.** a seguir.

<b>Projeto pedagógico dos polos da cidade de Manaus</b>		
<b>Polos</b>	<b>Existe</b>	<b>Caracterização</b>
PMSEMA da Zona Sul	Parcialmente	<p>O que existe, na realidade, é um Plano de Ação que contém as atividades que devem ser executadas durante o ano pelo corpo técnico do polo.</p> <p>Ele se compõe de (1) objetivos, que são as ações a serem executadas, (2) as estratégias que são as atividades profissionais cotidianas, (3) o público-alvo, que são os adolescentes e familiares, (4) as metas quantitativas que expressa a quantidade de adolescentes que pretende alcançar (5) resultados esperados que são as respostas finais da ação, como a não reincidência no ato infracional, por exemplo.</p> <p>São exemplos de atividades do plano: a orientação realizada em atendimento social com família e adolescente, para superação das consequências do ato infracional cometido, cuja finalidade é a sensibilização do adolescente para o cumprimento da medida, sem cometimento de novo ato infracional. Outro exemplo é a busca ativa nos casos de descumprimento por meio das visitas domiciliares: a finalidade dessa ação é o resgate do adolescente para cumprimento da medida.</p>
PMSEMA da Zona Centro-Sul (CREAS)	Não	-
PMSEMA da Zona Leste I	Não	<p>A coordenadora explicou que existe um projeto pedagógico elaborado pela GEASE que orienta todo o sistema socioeducativo, em meio aberto e fechado.</p> <p>Ela, entretanto, não segue as orientações, pois não é possível em virtude da deficiência existente no corpo técnico do local e falta de suporte pela SEAS.</p> <p>Por essas razões, ela também admitiu não criar um Plano de Ação. Uma vez que não seria possível executá-lo, já que não há espaço físico no Polo para desenvolvimento de qualquer atividade senão a já realizada habitualmente que são os atendimentos individuais e familiares; as visitas domiciliares e institucionais; e a produção de um relatório avaliativo do adolescente.</p>
PMSEMA da Zona Leste II	Parcialmente	<p>O que foi mencionado como projeto pedagógico é um planejamento ou cronograma das atividades a serem realizadas durante o ano.</p> <p>Essas atividades estão organizadas em eixos temáticos de Educação, Saúde, Profissionalização, Empregabilidade, Esporte, Cultura e Lazer conforme preconiza o ECA.</p>
PMSEMA da Zona Centro-Oeste	Não	<p>Apresenta um Plano de Ação que foi reformulado recentemente em parcerias com outros Polos, com supervisão da GEASE. Ressaltando que, quando há necessidade de alterações por diretrizes do Governo Federal ou Coordenação Geral do SINASE, os coordenadores do Polo são convocados pela SEAS</p>

		para reunião extraordinária e repasse das informações.
--	--	--

**Tabela 3 - Projeto Pedagógico dos Polos**

É um dado merecedor de nossa atenção o modo como a coordenação não tem conhecimento do que seria um projeto pedagógico, de suas características e da sua importância para o desenvolvimento do programa socioeducativo.

Segundo o SINASE:

Os programas devem ter, obrigatoriamente, projeto pedagógico claro e escrito em consonância com os princípios do SINASE. O projeto pedagógico deverá conter minimamente: objetivos, público-alvo, capacidade, fundamentos teórico-metodológicos, ações/atividades, recursos humanos e financeiros, monitoramento e avaliação de domínio de toda a equipe. Este projeto será orientador na elaboração dos demais documentos institucionais (regimento interno, normas disciplinares, plano individual de atendimento). Sua efetiva e consequente operacionalização estará condicionada à elaboração do planejamento das ações (mensal, semestral, anual) e consequente monitoramento e avaliação (de processo, impacto e resultado), a ser desenvolvido de modo compartilhado (equipe institucional, adolescentes e famílias).

O que percebemos na prática é que os procedimentos que deveriam ser feitos após o projeto pedagógico e com base nele, como o PIA e os planos de ação, são elaborados à revelia, sem uma base conceitual e teórica comum. Ainda que conte com a boa vontade dos coordenadores/técnicos dos polos, não haverá cumprimento dos princípios da Doutrina da Proteção Integral se não houver o fortalecimento teórico-metodológico como base das ações. É evidente que demanda esforço grande por parte de toda a equipe profissional do polo fazer a inversão desse fluxo de construção de procedimentos, mas com certeza, resultaria em melhorias no processo socioeducativo.

Diante de tal panorama, consideramos importante fazer a caracterização dos aspectos profissionais dos polos, a fim de saber qual a caracterização das equipes que executam o programa socioeducativo e se a quantidade de profissionais está adequada às recomendações da legislação vigente.

### **2.1.3 Recursos humanos**

O SINASE determina que para a composição dos recursos humanos deva-se considerar que a relação educativa pressupõe o estabelecimento de vínculo, que, por sua vez, depende do grau de conhecimento do adolescente. Portanto, é necessário que o profissional

tenha tempo para prestar atenção no adolescente e que ele tenha um grupo reduzido destes sob sua responsabilidade.

Assim, para o programa socioeducativo de PSC, a previsão é de 01 técnico para cada vinte adolescentes, 01 Referência socioeducativo para cada grupo de até dez adolescentes e um orientador socioeducativo para até dois adolescentes simultaneamente a fim de garantir a individualização do atendimento que a medida pressupõe. Para o programa socioeducativo de LA, estão previstos dois tipos: a Liberdade Assistida Comunitária (LAC) e Liberdade Assistida Institucional (LAI). No caso de Manaus, só existe a LAI, na qual cada técnico acompanhará, simultaneamente, no máximo vinte adolescentes. Além disso, o SINASE prevê que na execução da medida socioeducativa de liberdade assistida a equipe mínima deve ser composta por técnicos de diferentes áreas do conhecimento, garantindo-se o atendimento psicossocial e jurídico pelo próprio programa ou pela rede de serviços existente.

A Tabela 4 evidencia a realidade dos polos de Manaus neste aspecto:

<b>Equipe profissional</b>	
<b>Polos</b>	<b>Caracterização da equipe</b>
PMSEMA da Zona Sul	Uma assistente social (também coordenadora), duas estagiárias de Serviço Social e um adolescente que presta serviços administrativos como cumprimento de PSC. A coordenadora que é a única funcionária de fato do polo, foi contratada por intermédio uma seleção no ano de 2011 e trabalhou inicialmente na unidade provisória de internação, na unidade de internação e depois foi designada como técnica e coordenadora do polo onde está lotada atualmente. À época da pesquisa o polo contava com 113 adolescentes em atendimento. Apresentando o percentual de 1 técnico para 113 adolescentes.
PMSEMA da Zona Centro-Sul (CREAS)	Compõem o corpo técnico do polo: uma assistente social, uma psicóloga e uma advogada. Eram todas funcionárias da SEMASDH e quando o CREAS passou a atender esse serviço, elas foram designada para trabalhar nele. No momento da pesquisa o polo estava atendendo 7 adolescentes, o que figura a proporção de 1 técnico para cada 2,3 adolescentes
PMSEMA da Zona Leste II	A equipe técnica do polo é composta por: <ul style="list-style-type: none"> <li>– uma pedagoga, que é a coordenadora da unidade socioeducativa e foi cedida pela Secretaria de Educação SEDUC para trabalhar na SEAS;</li> <li>– duas técnicas administrativas;</li> <li>– uma orientadora social, que é graduada em Serviço Social, funcionário remunerada por uma ONG;</li> <li>– uma estagiária de Serviço Social e uma estagiária de Pedagogia – ambas subsidiadas pela Secretaria de</li> </ul>

	<p>Segurança Pública SSP/AM;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- uma estagiária de Psicologia – subsidiada pela Polícia Civil; e</li> <li>- uma agrônoma cedida pela Secretaria de Estado de Produção Rural (SEPROR), que coordena o Projeto Minha Horta Cidadã.</li> </ul> <p>Estando o polo atendendo atualmente 267 adolescentes, configura uma proporção de 1 técnico para cada 89 adolescentes. Isso se considerarmos a agrônoma como técnica do polo. Se ela for retirada dessa contagem, a proporção passa a ser de 1 técnico para cada 133 adolescentes.</p>
PMSEMA da Zona Leste I	<p>A equipe deste polo é composta por uma assistente social, que é a coordenadora; uma técnica administrativa, que era monitora do meio fechado e foi realocada para o meio aberto; e uma estagiária voluntária de serviço social que presta estágio um dia por mês quando recebe folga do trabalho.</p> <p>À época da entrevistas estavam em atendimento 54 adolescentes, formando a proporção de 1 para 54.</p>
PMSEMA da Zona Centro-Oeste	<p>A equipe é composta por três assistentes sociais que são remunerados pela Missão Redentorista da Igreja Católica e duas estagiárias de Serviço Social, uma da SEAS e outra voluntária.</p> <p>Em atendimento no momento da pesquisa, 47 adolescente, configurando a proporção de 1 para 15,6.</p>

**Tabela 4 - Recursos Humanos dos Polos**

O que fica perceptível ao observarmos o quadro profissional dos polos é o não cumprimento das diretrizes para a composição das equipes. É evidente a utilização da mão de obra de estagiários para a execução de trabalho técnico, o que deixa a dúvida sobre a qualidade do processo de aprendizagem e supervisão desses estágios, bem como evidencia a precarização dos atendimentos. Além disso, o atendimento conta com a participação de voluntários para a realização do atendimento. Ou seja, fica a critério do interesse pessoal dos profissionais fazer o atendimento aos adolescentes e não se conta com o compromisso do poder executivo para a composição da equipe técnica completa para o programa socioeducativo.

À exceção dos Polos Zona Centro-Sul e Centro-Oeste, que apresentaram um público em atendimento de 7 e 23 adolescentes, respectivamente, os demais Polos apresentaram um fluxo de atendimento bastante elevado. Por exemplo, o Polo Zona-Sul, no início apresentava um público de 133 adolescentes em atendimento. Enquanto o Polo Zona Leste II abrangia um público de 267 adolescentes em atendimento. O Polo Zona Leste II apresentou um total de 54 adolescentes em atendimento.

O caso do polo da Zona Leste II é interessante, porque, em virtude dos contatos da coordenadora com as demais secretarias, há o apoio de diversos órgãos para manutenção do

cotidiano profissional do polo, de modo que este polo conta com profissionais e estagiários cedidos por outras secretarias. Ainda assim, a equipe não se configura do modo ideal de acordo com as diretrizes do SINASE.

O polo da zona Centro-Oeste não conta com um funcionário sequer da SEAS, todos os técnicos são gratificados pela Igreja Católica pelo trabalho que realizam no polo. O que há por parte da secretaria no que se refere a recursos humanos é apenas uma estagiária de Serviço Social. Apesar disso, o polo Zona Centro-Oeste era um único que possuía três assistentes sociais responsáveis por acompanhar os adolescentes em cumprimento de LA e/ou PSC, para um público de 23 adolescentes. Essa realidade se explica porque o Polo se encontra em processo de desativação, portanto não recebe mais adolescentes em cumprimento de MSE em meio aberto.

O PMSEMA da Zona Centro-Sul que possui um corpo técnico mais bem estruturado, composto por advogada, assistente social e psicóloga, atende no momento somente sete adolescentes, justamente o polo do município, que legalmente tem a responsabilidade sobre os programas socioeducativos em meio aberto, além de ter a melhor estrutura física dentre os polos pesquisados. Segundo a profissional que nos recebeu, muitos adolescentes que moram na zona Centro Sul e deveriam ser atendidos por este polo, se deslocam para bairros fora de sua zona a fim de cumprirem as medidas socioeducativas. Isso ocorre, segundo ela, pela recente municipalização das medidas socioeducativas em meio aberto. É perceptível, portanto, que não tem sido utilizado o potencial deste polo para a qualidade do atendimento socioeducativo em meio aberto.

Para o cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto, a autoridade judicial designa um orientador que tem a incumbência de supervisionar a frequência e o aproveitamento escolar do adolescente, ou mesmo promover sua matrícula; diligenciar para sua profissionalização e inserção no mercado de trabalho; contribuir com ações que promovam socialmente o adolescente e sua família; inseri-los em programa oficial ou comunitário de assistência social e apresentar relatório do caso (DIGIÁCOMO et al, 2011).

Nenhuma equipe conta com orientadores sociais comunitários. Acerca dos orientadores sociais institucionais, apenas o polo da Zona Leste II tem em sua estrutura a figura do orientador social, responsável simultaneamente pela demanda de adolescentes em cumprimento de Liberdade Assistida (LA) e/ou de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC). Nos outros polos, os orientadores sociais são os próprios técnicos responsáveis do polo, que são também os coordenadores.

Sobre a formação dos profissionais, todos os polos subordinados à SEAS afirmaram que esta ocorre por meio das convocações que são feitas pela GEASE a fim de repassar as diretrizes nacionais. Todos eles disseram, no entanto, que já fazia tempo que não recebiam nenhuma formação e que não recebem com frequência ou de maneira ideal cursos de capacitação dos setores superiores da rede de atendimento socioeducativo. Além disso, todos os profissionais dos polos subordinados à SEAS manifestaram em seus discursos sentirem-se desamparados pelos demais setores superiores da rede de atendimento socioeducativo.

A profissional do único polo subordinado à SEMASDH revelou que logo que houve a inauguração do serviço no CREAS a equipe recebeu treinamento antes de dar início ao atendimento aos adolescentes em cumprimento de MSE em meio aberto.

Foi perceptível durante a visita aos polos, a sustentação de algumas ideias conservadoras nos discursos dos profissionais. Ainda que não seja esse o foco de nossa pesquisa, podemos pensar que a falta de uma formação continuada ou mesmo a fragilidade do treinamento oferecido pode contribuir substancialmente para isso. Segundo o SINASE, “a formação continuada dos atores sociais envolvidos no atendimento socioeducativo é fundamental para a evolução e aperfeiçoamento de práticas sociais ainda muito marcadas por condutas assistencialistas e repressoras” (CONANDA, 2006; p. 49).

De acordo com as diretrizes do SINASE, é dever dos setores superiores da rede de atendimento socioeducativo em meio aberto oferecer aperfeiçoamento tanto introdutório quanto contínuo a esses atores sociais, uma vez que a graduação nem sempre contempla as temáticas relacionadas às vivências socioeducativas. Também é necessário o acompanhamento da rede social de proteção integral da infância, para supervisionar esses atores e avaliar em que condições os mesmos desenvolvem sua prática profissional. Assim sendo, todo esforço deve ser emitido a fim de que concepções conservadoras e resquícios da Doutrina da Situação Irregular não permeiem a vivência socioeducativa (CONANDA, 2006).

Durante todo o procedimento de pesquisa foi muito comum que a municipalização fosse mencionada como explicação para as situações que estão longe das ideais. Isso aconteceu tanto por parte dos polos estaduais, onde os informantes explicavam que as instâncias superiores da SEAS não davam as devidas atenções à rede socioeducativa em meio aberto por não ter mais obrigações legais com este programa, quanto no polo municipal, para explicar que o atendimento socioeducativo ainda está em pequena quantidade, devido à recente municipalização. Os profissionais da rede estadual chegaram a comentar com desânimo que já se fala há muito tempo sobre o processo de municipalização, mas que ele

nunca foi de fato efetivado e que, enquanto isso, os polos seguem prestando o serviço do modo que conseguem, de acordo com as condições das quais dispõem. Percebe-se, portanto, que a incipiente municipalização ocasiona o impasse para o desenvolvimento pleno da rede em meio aberto de atendimento socioeducativo e passa a ser utilizada como justificativa para a falta de investimento de ambos os poderes na rede.

## 2.2 COMO TEM SIDO DESENVOLVIDO O ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO EM MEIO ABERTO

O atendimento socioeducativo em meio aberto deve primar pelo acesso do adolescente a direitos e às oportunidades de superação de sua situação de vulnerabilidade, de ressignificação de sua trajetória e de participação social.

Para isso, o SINASE apresenta algumas diretrizes pedagógicas para o atendimento socioeducativo, dentre as quais destacamos: a prevalência da ação socioeducativa sobre os aspectos meramente sancionatórios; o projeto pedagógico como ordenador de ação e gestão do atendimento socioeducativo; a participação dos adolescentes na construção, no monitoramento e na avaliação das ações; diversidade étnico-racial, de gênero e de orientação sexual norteadora da prática pedagógica; participação ativa da família e comunidade na experiência socioeducativa.

Tivemos a intenção de compreender como ocorre o atendimento socioeducativo em meio aberto e fazer um paralelo com essas diretrizes. Buscamos, para isso, verificar quais as atividades, os programas e os serviços existentes, bem como os aspectos positivos e os entraves na visão dos profissionais. Como resultado disso, construímos uma breve caracterização do atendimento socioeducativo em cada polo, que está expresso na Tabela 5.

<b>Atendimento socioeducativo nos polos</b>	
<b>Polos</b>	<b>Caracterização do atendimento</b>
PMSEMA da Zona Sul	<p>O atendimento é composto pelos atendimentos psicossociais quinzenais com os adolescentes pela assistente social ou pelas estagiárias, as visitas domiciliares que só acontecem quando um adolescente falta repetidas vezes o atendimento agendado.</p> <p>O acolhimento dos adolescentes acontece após o encaminhamento destes pela GEASE e exclusivamente com a presença dos pais ou responsáveis.</p> <p>Quando há adolescentes em cumprimento de LA e PSC concomitantemente, eles já levam o encaminhamento da GEASE sobre o local do cumprimento da PSC, geralmente ambientes como: hospital, Conselho Tutelar, delegacias, escolas, igreja.</p>



	<p>A coordenadora admitiu que o acompanhamento dos adolescentes em cumprimento de PSC deveria ser feito por ela em cada instituição em que o adolescente cumpre a medida, mas não há como uma única profissional realizar essa tarefa, ainda mais sem carro disponível. Por isso o controle é feito apenas pelo carimbo em documento que comprove o comparecimento do adolescente à instituição.</p>
<p>PMSEMA da Zona Centro-Sul (CREAS)</p>	<p>O atendimento compõe-se dos atendimentos psicossociais quinzenais e das visitas domiciliares que são feitas quinzenalmente também. Existe uma perspectiva de realização de palestras com temas de orientação sexual e vínculos familiares e serão destinadas tanto aos adolescentes quanto a família deles.</p> <p>A acolhida do adolescente se dá a partir do encaminhamento da GEASE ou de algum outro Polo (o que geralmente é feito pelo da PDLA/PSC da Zona Sul), quando são dadas todas as orientações necessárias sobre a MSE e as decorrências do não cumprimento da medida. Segundo nos informou, existe um cuidado em receber o adolescente de maneira que ele não se sinta discriminado.</p>
<p>PMSEMA da Zona Leste II</p>	<p>O polo desenvolve o atendimento de acordo com o Plano de ação anual. Essas atividades estão organizadas em eixos temáticos de Educação, Saúde, Profissionalização, Empregabilidade, Esporte, Cultura e Lazer conforme preconiza o ECA.</p> <p>No primeiro eixo, os esforços do Polo se direcionam para viabilizar a inserção escolar dos adolescentes. No segundo, são oferecidas oficinas à família e aos adolescentes correlacionadas à temática. No terceiro e quarto são viabilizadas a inserção de alguns adolescentes que se encaixem no perfil dos programas de profissionalização ofertados pela iniciativa do Governo Federal, ou SENAI, ou mesmo o Governo do Estado por meio do CETAM. Já em relação aos demais eixos, o polo viabiliza a visita dos adolescentes ao Zoológico ou Bosque da Ciência e acesso aos programas ou eventos culturais, esportivos nas quadras das escolas dos bairros adjacentes à unidade socioeducativa, que são promovidos pelo Governo Estadual ou Prefeitura.</p> <p>Além disso, a unidade desenvolve dois projetos: o Projeto Saúde e Vida, que trabalha no controle do uso de substâncias psicoativas; e o Projeto Minha Horta Cidadã, cujo objetivo é promover qualidade de vida e sustentabilidade para as famílias atendidas pela unidade. Este projeto também é utilizado como espaço de execução de MSE para os adolescentes que moram nas proximidades do polo em cumprimento de PSC.</p>
<p>PMSEMA da Zona Leste I</p>	<p>O atendimento socioeducativo é composto pelos atendimentos individuais e familiares, dentro do qual se deve vislumbrar o acesso dos adolescentes aos serviços básicos, pelas visitas domiciliares e institucionais.</p> <p>As visitas domiciliares são realizadas principalmente aos adolescentes que estão em descumprimento de MSE. Isso porque o Polo há algum tempo está sem telefone, portanto não há outra forma de conhecer o motivo do descumprimento e nem de estimular o cumprimento senão pela visita surpresa.</p> <p>As visitas institucionais são realizadas a partir do 4<sup>a</sup> mês de cumprimento de MSE. Isso porque o fluxo de entrada dos adolescentes é contínuo, o que faz com que a demanda seja grande para somente uma assistente social.</p>

<b>Atendimento socioeducativo nos polos</b>	
<b>Polos</b>	<b>Caracterização do atendimento</b>
PMSEMA da Zona Centro-Oeste	<p>O desenvolvimento da medida se restringe aos atendimentos individuais com os adolescentes e os seus responsáveis. Nesses atendimentos, o técnico orienta as famílias a providenciarem os documentos pessoais dos adolescentes; viabiliza sua inserção escolar nas instituições de ensino voltadas para Educação de Jovens e Adultos (EJA) ou as fomentadas pelo Serviço Social da Indústria (SESI); também providencia a internação daqueles que são dependentes químicos em centros especializados.</p> <p>Quanto à profissionalização dos adolescentes, o Polo a viabiliza por meio de sua inserção no Programa de Apoio ao Egresso (PROEG) da GEASE ou por meio da parceria informalmente estabelecida com o Centro Social Nossa Senhora das Graças. Entretanto o coordenador relatou que não é fácil inserir os adolescentes em Programas Profissionalizantes ou de Empregabilidade, porque a maioria possui uma escolaridade abaixo do requerido por esses programas. As atividades ligadas ao esporte e lazer são proporcionadas pela Missão Redentorista, mais especificamente por meio dos seminaristas, que promovem passeios ao cinema, encontros com as famílias, ao final do ano.</p> <p>Há ainda as visitas institucionais para acompanhar os adolescentes que estão em cumprimento de PSC; as instituições em que os adolescentes geralmente cumprem medida são: escolas, Unidades Básicas de Saúde (UBS), Policlínica, Igrejas Católicas e Evangélicas, onde os adolescentes cumprem PSC prestando serviços gerais em razão de sua baixa escolaridade.</p>

**Tabela 5 - Caracterização do atendimento socioeducativo por polo**

As atividades desenvolvidas pelo polo exclusivamente nas suas dependências se restringem aos atendimentos individuais e familiares. Grande parte das vezes os informantes demonstravam não estar satisfeitos com o trabalho que desenvolvem. Isso acontece porque eles gostariam de fazer mais e de ter condições estruturais e de recursos para desenvolver o atendimento socioeducativo de modo mais eficiente. O caso das visitas domiciliares e institucionais, no caso dos polos Centro Sul e Leste I exemplifica a questão. As informantes foram enfáticas ao dizer que sabem que o modo como fazem não é o ideal, mas que é o único modo possível atualmente, considerando a estrutura, a disponibilidade de carro da SEAS e a demanda de atendimentos muito elevada para somente uma técnica. Em relação aos Programas de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), as diretrizes do SINASE preveem as seguintes disposições:

- 1) Identificar, nos locais de prestação de serviços, atividades compatíveis com as habilidades dos adolescentes, bem como respeitando aquela de seu interesse;
- 2) Garantir que todos os adolescentes tenham profissionais – referência socioeducativo e orientador socioeducativo – nos locais de prestação de serviços acompanhando-os qualitativamente.
- 3) Acompanhar a frequência do cumprimento da medida no local de prestação de serviços;
- 4) Realizar avaliações periódicas, no mínimo com frequência quinzenal com a referência socioeducativa e mensal com os orientadores socioeducativos dos locais de prestação de serviço. As mesmas não devem estar reduzidas a relatos documentais. Estes são importantes, mas a interação, o diálogo, o contato pessoal contribuem significativamente para uma compreensão da abordagem pedagógica necessária ao acompanhamento dos adolescentes; e
- 5) Garantir que os locais de prestação de serviço comunitário sejam unidades que compartilhem dos mesmos princípios e diretrizes pedagógicas do SINASE e conseqüentemente das entidades de atendimento socioeducativo (BRASIL, 2006:56).

Quanto à primeira disposição legal, a realidade de todos os Polos, sem exceção, demonstrou não ser fácil aos profissionais encontrar um local de prestação de serviços com atividades adequadas às habilidades dos adolescentes, que ao mesmo tempo respeitem o interesse deles. Isso porque a maioria dos 218 jovens em vivência socioeducativa apresenta baixa escolaridade, de modo que não há uma diversidade de atividades disponíveis para esses adolescentes, principalmente porque eles apresentam dificuldades com a leitura e escrita. Foi-nos relatado que os adolescentes cumprem medida geralmente nas atividades de serviços gerais. Portanto essa é uma problemática que requer atenção não apenas do sistema socioeducativo, mas também da atenção do poder público em relação à educação escolar básica.

Com relação ao tópico quinto, foi mencionado por todos os profissionais responsáveis pelo acompanhamento dos adolescentes em cumprimento de PSC que os jovens costumavam a prestar serviços em locais como: escolas, Conselhos Tutelares, Unidades Básicas de Saúde, Delegacias, Igrejas e, até mesmo, na própria unidade socioeducativa, como foi nos casos do Polo Zona Sul, onde havia adolescentes prestando serviços em trabalhos administrativos; e no Polo Zona Leste II, por meio do Projeto Minha Horta Cidadã. Dentre os lugares citados, podemos pensar que, de modo mais explícito, o Conselho Tutelar, e os próprios Polos podem ser espaços que compartilham os mesmos princípios e diretrizes pedagógicas do SINASE, mas não temos essa garantia.

De acordo com os profissionais com que conversamos durante a observação participante, a limitação de espaços onde os adolescentes podem cumprir medida é resultado

do preconceito apresentado pelas instituições para com os adolescentes e pela falta de interesse dos gerentes dos locais procurados em se tornarem referência socioeducativa, já que não se dispuseram em acompanhar os adolescentes nas instituições.

Em relação à terceira disposição legal, o acompanhamento dos adolescentes em PSC pelos profissionais dos Polos Zona Sul, Leste I, Leste II é realizado por meio das visitas institucionais, ou por meio de um papel de controle da frequência preenchido pela instituição onde os adolescentes prestam serviços. Essa segunda maneira é um arranjo, já que o número de profissionais é pequeno nos polos e, muitas vezes, não há carros disponíveis para realizar as visitas.

Como dito, de acordo com os parâmetros do SINASE, os atendimentos nas entidades socioeducativas ou programas em meio aberto devem pressupor o estabelecimento de vínculo entre o adolescente e o profissional, de forma que esse laço permita certo grau de conhecimento pelo profissional do adolescente. Para que isso ocorra é necessário que o profissional disponha de tempo “para prestar atenção no adolescente e que ele tenha um grupo reduzido desses sob sua responsabilidade” (CONANDA, 2006). Acontece que diante da quantidade de adolescentes que precisa ser atendida pelo técnico, não é possível estabelecer o vínculo deste modo.

Foram elencados como aspectos negativos para o atendimento questões como as condições precárias existentes para o atendimento no que diz respeito à estrutura, equipamentos e recursos; a insuficiência de recursos humanos; a demora da secretaria em realizar concursos públicos; a dificuldade de estabelecer parcerias com determinadas áreas setoriais (a exemplo da área de profissionalização); a falta de uma definição clara sobre o processo de municipalização das medidas em meio aberto.

Nenhum dos polos realiza atendimento grupal, contrariando as definições do SINASE, que determinam que o atendimento deve facilitar o acesso e oferecer atendimento psicossocial individual e com frequência regular, atendimento grupal, atendimento familiar, atividades de restabelecimento e manutenção dos vínculos familiares, acesso à assistência jurídica ao adolescente e sua família dentro do Sistema de Garantia de Direitos (CONANDA, 2006).

Percebemos como um aspecto positivo por parte do atendimento em todos os polos, o modo como os técnicos e/ou coordenadores demonstram estar preocupados em estabelecer parcerias com as demais redes da estrutura estatal. Todos os polos buscam serviços de saúde, educação, profissionalização, esporte, cultura e lazer em programas públicos que possam

atender os jovens. Essa característica está em consonância com o SINASE, quando este prevê que o atendimento deve estar organizado observando o princípio da incompletude institucional. A incompletude institucional é um princípio fundamental norteador de todo o direito da adolescência que deve permear a prática dos programas socioeducativos e da rede de serviços. Apesar desse esforço, no entanto, nem sempre é possível atender a demanda dos jovens, por questões de falha nos próprios serviços, como é a questão profissionalizante, como veremos mais a frente.

Assim, a inclusão dos adolescentes pressupõe sua participação em diferentes programas e serviços sociais e públicos. Os principais parceiros são os órgãos da própria comunidade, as escolas, postos de saúde, dentre outros. Fato que fortalece a ideia de respeitar e fortalecendo os vínculos comunitários como um dos objetivos da medida socioeducativa em meio aberto. A medida em meio aberto pode oferecer um atendimento contextualizado, em que o jovem não precisa sair do seu ambiente de vida e das relações afetivas de seu cotidiano.

Diante disso, relembramos que “a responsabilidade pela concretização dos direitos básicos e sociais é da pasta responsável pela política setorial, conforme a distribuição de competências e atribuições de cada um dos entes federativos e de seus órgãos”. No caso do programa socioeducativo em meio aberto, a pasta responsável deveria ser o município. Contudo, é indispensável para haver maior efetividade das ações, a articulação das várias áreas, inclusive com a participação da sociedade civil, como acontece em diversos polos de Manaus (CONANDA, 2006).

Em relação ao acesso dos adolescentes às redes sociais ligadas à educação, cidadania, saúde, trabalho, profissionalização, esporte, cultura e lazer, esse é viabilizado por meio de duas maneiras. A primeira por orientação, ou seja, os assistentes sociais dos Polos orientam os familiares dos adolescentes a procurarem os serviços disponibilizados nos órgãos das redes públicas da capital do estado. Exemplos disso são a matrícula escolar e a retirada de documentos dos adolescentes que são realizadas pelos próprios pais que recebem toda orientação necessária aonde devem ir a fim de obtê-los. A segunda maneira acontece caso os responsáveis não consigam a matrícula, daí os profissionais acionam outros serviços também da rede pública, como Conselho Tutelar, Juizado da Infância e Juventude Cível. Entretanto vale ressaltar que o Polo Centro-Sul apresentou um dado um peculiar, pois enquanto os demais Polos encaminham os pais para as escolas próximas das casas deles, o da Zona Centro-Sul possui uma lista de escolas dada pela SEMED, que os pais podem realizar a matrícula de seus filhos.

Em relação ao acesso à saúde, os pais também são orientados a procurarem pelos serviços básicos nas UBS, Policlínicas, CAPS, Universidade Escola, que oferecem serviços relacionados à saúde física ou mental dos adolescentes.

No que se refere à profissionalização, a GEASE desenvolve um programa de acompanhamento que tem a função de acolher e oferecer profissionalização aos adolescentes egressos das medidas privativas de liberdade e que estão em cumprimento de medida em meio aberto. Apesar de bastante positivo, esse programa não é suficiente para atender todos os adolescentes. Além do mais, as vagas de cursos profissionalizantes e/ou estágios para os adolescentes demanda que eles estejam, no mínimo, no ensino médio, critério que não é atendido pela grande maioria dos jovens.

Os Polos também viabilizam o acesso à empregabilidade e profissionalização dos adolescentes por intermédio de outros programas, com essa proposta, de iniciativa do Governo Estadual ou Federal, ou mesmo privada, como acontece no caso do Polo Centro-Oeste, onde alguns adolescentes são enviados para o Centro Social Nossa Senhora das Graças.

O acesso a atividades relacionadas ao esporte, cultura e lazer é raramente viabilizado pelas unidades socioeducativas em meio aberto. Apenas o Polo Zona Leste I apresentou em seu Plano de Ação atividades ligadas ao lazer e esporte. O Polo Zona Sul, raramente, ao esporte através de gincanas desenvolvidas nas escolas próximas. No polo Zona Centro-Oeste esse aspecto é oferecido anualmente pelos seminaristas.

A participação da comunidade na vivência socioeducativa de LA foi observada apenas no Polo Zona Sul, na qual a coordenadora da unidade convida o padre, que também é psicólogo, uma psicóloga e enfermeira da comunidade para darem palestras aos adolescentes sobre temáticas diversas. Em outros polos, a relação da comunidade com o polo apresenta certa tensão, como é o caso da Zona Centro-Oeste, onde uma das vizinhas já reclamou diversas vezes da existência do polo no local. Em relação à participação da família, os informantes afirmaram que se dá quando os responsáveis acompanham o adolescente ao atendimento e quando fornecem os dados para o preenchimento do prontuário.

A respeito do envolvimento da comunidade na vivência educativa, para que ele ocorra é necessário ao programa de Liberdade Assistida, dentre outras coisas, “possuir um plano de marketing social para divulgação do programa nos meios de comunicação com intuito de agregar novos orientadores” (CONANDA, 2006. p. 63). Esse marketing social deve se voltar ao envolvimento da comunidade com o processo socioeducativos dos adolescentes, como a participação de orientadores comentários, a participação dos adolescentes e de suas

famílias nas atividades comunitárias, educação da comunidade sobre a socioeducação, dentre outros. A referida orientação objetiva contribuir para a desconstrução dos estereótipos negativos que pesam tanto sobre os jovens que estão em cumprimento de medida socioeducativa e essencialmente para o processo de ressocialização dos jovens juntos às suas comunidades.

No que se refere à participação dos adolescentes na construção, no monitoramento e na avaliação das ações é inexistente em todos os polos. O adolescente não tem acesso ao seu próprio prontuário. No início da medida, quando é encaminhado ao polo, ele é informado no que consiste a medida socioeducativa, quais são as suas obrigações e quais são as consequências caso ele não as cumpra, mas não acontece a criação de um plano de atendimento para o jovem e não são feitas avaliações periódicas junto com os jovens da medida socioeducativa. Em alguns dos polos, a coordenação mencionou que a participação do jovem acontece porque ele que fornece os dados para o *preenchimento do PIA*.

Interessante perceber que mesmo a medida socioeducativa em meio aberto, que por estar desvinculada do cárcere, tem um potencial maior de desenvolvimento participativo, de desenvolvimento das habilidades construtivas e sociais-comunitárias do jovem, pode estar impregnada do ideal disciplinador, se não houver a reflexão crítica sobre a prática socioeducativa. Assim percebemos, em alguns relatos, que a relação dos técnicos com o jovem é permeada pelas relações de poder, de autoritarismo e de disciplinamento. O modo que os técnicos encontram para que o adolescente cumpra a medida é por intermédio de ameaças e de punições. Soma-se a isso o fato de que a comunidade não está inserida no processo de socioeducação, o que concorre para o não desenvolvimento do potencial participativo e das habilidades construtivas e sociais-comunitárias do jovem.

As questões de diversidade étnico-racial, de gênero e de orientação sexual não aparecem como norteadora da prática pedagógica da medida socioeducativa. Na verdade essas particularidades não são levadas em consideração. Quando questionados sobre esse tema, os informantes apresentaram dois tipos de resposta. A primeira é que levam em consideração as questões de diversidade sexual, pois acolhem também adolescentes homossexuais. A segunda, em outros polos, é que não há essa necessidade, considerando que nunca houve casos de adolescentes homossexuais encaminhados.

A maioria absoluta dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa é do sexo masculino, devido a uma conjunção de fatores sociais, econômicos, históricos e culturais que favorecem seu envolvimento com os delitos. Os adolescentes são de 89,9% do sexo

masculino, enquanto o feminino representou 10,1% da amostra pesquisada. Não foram identificadas quaisquer distinção, observação ou recorte de gênero para orientar as atividades dos polos.

Em relação à diversidade étnico-racial, uma das informantes chegou a mencionar que conversa bastante com os adolescentes para que eles não tenham preconceito contra os paraenses, pois, segundo ela, esse é um preconceito presente no cotidiano. O SINASE (CONANDA, 2006) prevê a obrigação de inserir nos arquivos técnico-institucionais dos adolescentes o quesito cor, permitindo um diagnóstico mais preciso da situação do adolescente no atendimento socioeducativo, mas nenhum prontuário dos adolescentes apresentou qualquer informação sobre raça ou etnia, demonstrando que não há nenhum tipo de recorte ou de especificidade relacionada a esse aspecto.

### 2.3 O DESENVOLVIMENTO E O USO DO PLANO INDIVIDUAL DE ATENDIMENTO (PIA)

Decidimos dedicar um espaço exclusivo para falarmos sobre o PIA, pois consideramos bastante peculiar o modo como os profissionais compreendem o PIA e como ele é utilizado na rede de atendimento socioeducativo. Em todos os polos existe dentre os instrumentos de atendimento um formulário denominado PIA. Todos os técnicos/coordenadores falam com bastante ênfase sobre ele e demonstram que a intenção de todos os técnicos no atendimento é alcançar o preenchimento completo do PIA, como se esse fosse o resultado final esperado deste instrumento. Essa visão nos parece um tanto reduzida do que consiste a ideia do PIA.

Conforme apregoa a legislação, Plano Individual de Atendimento (PIA) é o instrumento de previsão, registro e gestão das atividades a serem desenvolvidas com o adolescente (BRASIL, 2012). Ou seja, para além de ser um formulário a ser preenchido, o PIA é um instrumento pedagógico imprescindível para o atendimento socioeducativo de qualidade, pois deve conter, no mínimo:

- I - os resultados da avaliação interdisciplinar;
- II - os objetivos declarados pelo adolescente;
- III - a previsão de suas atividades de integração social e/ou capacitação profissional;
- IV - atividades de integração e apoio à família;
- V - formas de participação da família para efetivo cumprimento do plano individual;
- e
- VI - as medidas específicas de atenção à sua saúde. (BRASIL, 2012)



Além disso, a elaboração do PIA deve ser feita com efetiva participação do adolescente e da família. E no caso do cumprimento das medidas de prestação de serviços à comunidade e de liberdade assistida, o PIA será elaborado no prazo de até 15 (quinze) dias do ingresso do adolescente no programa de atendimento.

Compreendemos então que o PIA não é o objetivo em si mesmo, cujo o preenchimento deva ser alcançado como objetivo principal. Não é em função do preenchimento do PIA que o atendimento socioeducativo deve ser desenvolvido. Ao contrário disso, ele é o instrumento em função de um objetivo muito mais amplo que é o desenvolvimento da medida socioeducativa de modo individualizado, de acordo com os interesses, aptidões e condições do adolescente.

O PIA é um instrumento que garante a individualização da medida (CFP, 2012). A execução desse instrumento requer que se trabalhe com os eixos operativos proposto pelo SINASE, os quais estão em conformidade com os direitos descritos pelo texto estatutário. Os eixos são: diversidade étnico-racial, gênero e orientação sexual; educação; esporte, cultura e lazer; saúde; profissionalização e trabalho; e abordagem familiar e comunitária (BRASIL, 2006).

Em todos os polos subordinados à SEAS encontramos um modelo de PIA, que foi elaborado pela GEASE e repassado aos polos para que passasse a compor os procedimentos de atendimento socioeducativo. Segundo os profissionais, o PIA é o mesmo tanto para as medidas em meio aberto quanto as com privação de liberdade.

No polo subordinado à SEMASDH, o PIA utilizado é o mesmo aplicado nos demais polos subordinados à SEAS. Ou seja, é o mesmo que foi elaborado pela GEASE. A única modificação feita pela equipe da referida unidade socioeducativa foi a substituição da logomarca do Governo do Estado e SEAS para logomarca da Prefeitura e SEMASDH. Isso se justifica, segundo a informante, porque não foi identificada pela equipe qualquer necessidade de modificação ou adaptação, já que o modelo utilizado atende as exigências da Lei Federal do SINASE.

Podemos destacar algumas principais dificuldades que encontramos nos polos no que se relaciona ao uso adequado do PIA: o PIA ainda não é de fácil entendimento para todos os envolvidos no atendimento e no acompanhamento socioeducativo; o repasse do modelo do PIA sem maiores reflexões e esclarecimento sobre o que se trata; não há o envolvimento da família e do adolescente na elaboração do PIA; a ausência do modo como os eixos operativos

dispostos pelo SINASE serão desenvolvidos; a falta de técnicos para desenvolver uma abordagem mais individualizada e estrutura de maneira geral; o PIA não prevê avaliações periódicas e reelaborações do plano; o PIA não prevê proposta de intervenção comunitária, o PIA não contém questões de especificidades étnico-raciais, de orientação sexual e de gênero.

É através da elaboração e execução do PIA que os princípios do SINASE e do ECA vão se operacionalizar. A elaboração do instrumento deve iniciar no momento da acolhida do adolescente, mediante a realização do diagnóstico polidimensional por intermédio da intervenção técnica, que deverá fazer o levantamento das seguintes áreas:

a) Jurídica: situação processual e providências necessárias; b) Saúde: física e mental proposta; c) Psicológica: (afetivo-sexual) dificuldades, necessidades, potencialidades, avanços e retrocessos; d) Social: relações sociais, familiares e comunitárias, aspectos dificultadores e facilitadores da inclusão social; necessidades, avanços e retrocessos. e) Pedagógica: estabelecem-se metas relativas à: escolarização, profissionalização, cultura, lazer e esporte, oficinas e autocuidado. Enfoca os interesses, potencialidades, dificuldades, necessidades, avanços e retrocessos. Registra as alterações (avanços e retrocessos) que orientarão na pactuação de novas metas. A evolução ou crescimento pessoal e social do adolescente deve ser acompanhado diuturnamente, no intuito de fazê-lo compreender onde está e aonde quer chegar e seu registro deve se dar no PIA (CONANDA, 2006. p.52).

Para que os profissionais possam elaborar e executar esse instrumento é necessário que sejam oferecidas informações sobre: a situação jurídica do adolescente - no que se refere aos autos do procedimento de apuração do ato infracional; o histórico escolar e as anotações sobre seu aproveitamento; os dados e resultados sobre o cumprimento e acompanhamento da medida anterior, se houver; e o relatório da equipe técnica em caso de reavaliação da medida (BRASIL, 2012).

Portanto o acesso a essa série de informações, as quais os profissionais têm direito, requer um trabalho articulado entre Poder Judiciário, Executivo e demais redes que se relacionam ao socioeducativo. Tal nível de articulação não foi visto dentro das unidades socioeducativas. Uma vez que os adolescentes, depois do processo da determinação da medida, apresentavam apenas um documento constando alguns dados pessoais, ato infracional cometido e, às vezes, um encaminhamento para tratamento de uso problemático de álcool e outras drogas. Houve adolescente que nem mesmo dispunha desse documento. Alguns adolescentes eram enviados direto da Delegacia ou da Internação Provisória, do Ministério Público ou da Audiência para o local de cumprimento de medida, como ocorreu com alguns adolescentes do Polo Zona Leste I.

Além disso, mesmo dentro da perspectiva adotada pelos polos, não há a conclusão do preenchimento do PIA, conforme foi observado pelos técnicos informantes. Observamos nos formulários PIA a falta de informação sobre os dados sociodemográficos dos adolescentes: cerca de 1,4% dos PIA não disponibilizava a idade dos adolescentes; cerca de 24,8%, a naturalidade; cerca de 5%, o ato infracional; cerca 2,8%, a forma de ingresso da medida; cerca de 68,8%, a renda familiar; cerca de 52,3%, a escolaridade; cerca de 7,8%, a profissionalização; cerca de 63,8, uso de drogas; cerca de 88,5%, uso de remédio controlado; cerca de 44,5, com que o adolescente residia; e cerca de 3,2%, a procedência do bairro.

Além da incompleta elaboração e execução do PIA, outro instrumento que deixa de ser utilizado pelos profissionais é o Plano Familiar de Atendimento (PAF). O PAF é um instrumento que deveria ser elaborado e executado pelas equipes técnicas de todos os programas de execução de medidas socioeducativas. É por meio desse instrumento que metas e objetivos seriam traçados para garantir a inserção familiar em programas de renda e benefício no âmbito do serviço do SUAS e melhorar a qualidade das relações afetivas intrafamiliares com o adolescente; ampliar o conceito de família para os tutores legais ou guardiões de fato do adolescente; entre outras providências (CONANDA, 2006).

Nos Polos pesquisados, entretanto, o envolvimento da família na vivência socioeducativa está restrito a sua participação nos atendimentos individuais dos adolescentes, cedendo os dados pessoais dos mesmos para os técnicos e, quando é necessário, participam para providenciar os documentos pessoais do adolescente. Tal cenário é compreensível quando se tem apenas um profissional responsável para fazer as visitas domiciliares, para levantamento de situação social e familiar, muitas vezes, sem carro disponível para realizá-la.

A participação da família e do adolescente no processo de elaboração do PIA se dá no momento dos atendimentos, ou seja, no momento em que a família e o adolescente respondem as perguntas contidas no PIA e assinam os Termos de Compromisso correlacionados as responsabilidades para com as medidas. Ao adolescente não é disponibilizado o seu Plano Individual ou mesmo informações acerca de sua evolução. Tampouco são feitas reavaliações no Plano Individual.

Esse instrumento, que poderia ter utilização bastante abrangente no processo socioeducativo, termina por ser subutilizado e, apesar de ocupar um lugar de grande destaque na fala de todos os profissionais que participaram da pesquisa, não tem a utilidade prática e pedagógica para qual foi idealizado. É necessário que seja feita uma revolução no sistema socioeducativo manauara que transforme a sua estrutura de funcionamento, que rompa com a

necessidade basal de preenchimento de formulários como comprovação de efetividade e que se volte, de fato, para a vida do adolescente como um todo e o seu processo socioeducativo.

#### 2.4 BREVE CONSIDERAÇÃO ACERCA DA REDE DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO

A caracterização da rede e do atendimento socioeducativo em meio aberto na cidade de Manaus evidencia que o sistema socioeducativo em meio aberto ainda está em processo de estruturação. O sistema apresenta carência de estrutura física, falta de equipe profissional e especialmente demanda de atenção das instâncias do governo que não priorizam essas medidas.

As medidas em meio aberto, por não serem restritiva de liberdade, parecem ser encaradas como se não fossem uma sanção aplicada ao adolescente em conflito com a lei, sendo vista pela população em geral com descrédito, especialmente pela falta de conhecimento sobre ela e o não vislumbre de sua efetividade. O que no parece mais grave, no entanto, é a não valorização desse tipo de medida por parte do poder público, que parece ignorar as recomendações nacionais acerca do sistema socioeducativo que deve investir preferencialmente no sistema de atendimento socioeducativo em meio aberto.

Refletimos que a falta de valorização, de conhecimento e investimento nas medidas em meio aberto são parte de uma herança brasileira de um sistema essencialmente punitivo no que se refere ao atendimento de quem comete atos infracionais, com resquícios ainda da Doutrina da Situação Irregular, que visava tirar de circulação os jovens e as crianças que estivessem incomodando o funcionamento social adequado e limpo.

A falta de estruturação de um atendimento socioeducativo em meio aberto que possibilite a intervenção precoce junto a adolescentes em conflito com a lei, combinado a outros fatores que vulnerabilizam o jovem, como o não acesso a bens de consumo pelos quais se produz o desejo, a falta de tratamento contra a droga, a falta de possibilidades de construção de um projeto de vida, dentro outros, acaba contribuindo para o alto índice de reincidência nos atos infracionais, o que reafirma a ideia de ineficácia da rede socioeducativa em meio aberto.

Percebemos, portanto, que é urgente ao sistema socioeducativo manauara estruturar o programa de medidas socioeducativas do Município, de modo a garantir uma equipe técnica com suficiente número de profissionais, que possa realizar todos os PIAS dos adolescentes

que cumprem LA e PSC, além de qualificar e capacitar a equipe técnica municipal para a realização e acompanhamento do PIA, dando destaque ao papel dos adolescentes e familiares neste processo.

O Levantamento Nacional sobre o Sistema Socioeducativo apresentou a proporção de adolescentes em meio aberto e meio fechado. Expomos na Tabela 6 os dados dos estados da Região Norte. O índice comparativo no estado do Amazonas ainda é muito baixo, situação em que para cada adolescente em meio fechado havia apenas três em meio aberto. Ou seja, o índice ainda não é satisfatório, tendo em vista neste indicador quanto mais alta a taxa melhor a condição do Estado, pois esta significa que haveria um maior número de adolescentes em meio aberto para cada um em medida de internação, o que seria correspondente ao cumprimento da definição do SINASE, que reforça com clareza a necessidade de priorizar as medidas de meio aberto em detrimento da restrição e privação de liberdade (SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS, 2011).

UF	Adolescentes em Meio Fechado	Adolescentes em Meio Aberto	Proporção fechado : aberto
AC	196	142	1:1
AP	86	74	1:1
AM	67	168	1:3
PA	291	514	1:3
RO	189	130	1:1
RR	33	510	1:15
TO	123	153	1:1

**Tabela 6** - Proporção entre adolescentes em meio fechado e adolescentes em meio aberto.

**FONTE:** Levantamento Nacional do Atendimento Socioeducativo 2010 - Estados/ SDH / SNPDC/ Sinase.

Compreendemos que cabe à pesquisa nas Ciências Sociais assumir uma postura inquieta, crítica, reflexiva e, por conseguinte, transformadora frente a essa temática, considerando as especificidades de cada uma das situações, sem perder de vista o compromisso ético e o respeito à garantia de direitos dos adolescentes.

Para pensar especificamente a implicação da Psicologia neste sentido, no baseamos no guia publicado pelo Conselho Federal de Psicologia – CFP (2012) de atuação da Psicologia nas medidas socioeducativas em meio aberto, que define que o trabalho da(o) psicóloga(o) no desenvolvimento das medidas socioeducativas em meio aberto requer pensar na finalidade e na implicação, para cada um dos adolescentes, do cumprimento da medida. Tal atribuição indica a necessidade de questionamento permanente sobre a contribuição possível da Psicologia neste contexto, e de uma reflexão que permita situar os efeitos e as respostas

dos adolescentes ao processo desencadeado pela responsabilização frente à prática de um ato infracional.

É perceptível com base em diversas pesquisas no contexto socioeducativo amazonense que ainda é deficitária, por parte da população em geral e também (por mais grave que isso pareça) dos profissionais que atuam junto a este público, a compreensão dos direitos dos adolescentes, em especial por estes serem vistos como pessoas más, que violaram os direitos de outrem (COSTA; OLIVEIRA, 2010; COSTA et. al , 2010; SILVA e SILVA, 2013; VOLPI, 2001).

A realidade social atual das ciências e do Direito evidenciam a preocupação da sociedade com a questão da infração e com a busca de respostas e soluções, diversas vezes tentando reificar o caráter disciplinador da sociedade sobre os jovens. Na área do Direito, surge a proposição de reformas no Estatuto da Criança e do Adolescente, no que se refere à redução da maioridade penal para os 16 anos e o aumento do período máximo da internação socioeducativa de 3 para 5 anos (MIRAGLIA, 2001).

O discurso dos juristas interessados na infância, no início do século XX, dissemina a ideia de contágio da delinquência, de que a origem do problema estava na família e que a solução seria a prevenção social e a livre tutela do Estado sobre a criança. Esse discurso, segundo Rizzini (2008), se sustentava no ideário higienista, que concebia a criança como um instrumento capaz de garantir a civilização do país, que precisava ser saneado e civilizado. Ideia que coaduna com a intenção de encarceramento e isolamento como solução para a delinquência.

Sobre isso, Miraglia (2001), em seu estudo de doutorado sobre a representação de adolescentes em conflito com a lei, desenvolve a ideia de que o confinamento leva a pensar a internação como um processo de esquecimento dos seus sujeitos. Ao internar um jovem que cometeu um ato infracional a sociedade crê estar punindo-o e ao mesmo tempo imagina-se mais “segura”. Poder esquecer esses jovens é, de certa forma, poder esquecer o medo. Diante de tal panorama, consideramos que, para o cumprimento das diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente, é necessário operar uma transformação na lógica social de pensar o confinamento como forma de correção dos comportamentos e de educação social e isso envolve uma transformação radical de valores envolvidos no processo educativo e nas questões de justiça da nossa sociedade.

### **III. QUEM SÃO ELES? PERFIL DOS ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA EM MEIO ABERTO NA CIDADE DE MANAUS**

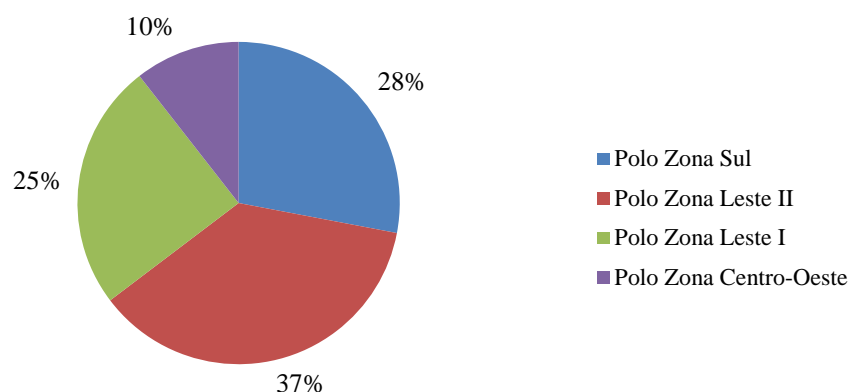
A fim de conhecer os adolescentes que estão em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto na cidade de Manaus, abordamos nos prontuários dos adolescentes alguns critérios, para traçar um perfil socioeconômico, com informações que vão desde o sexo e a raça/cor até as pessoas com quem residem e a ocorrência ou não de reincidência no sistema socioeducativo.

O perfil que elaboramos, entretanto, não apresenta informação do total de adolescentes que estão em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto na cidade, pois não conseguimos acessar os dados dos adolescentes vinculados aos polos Zona Norte I, Norte II e Zona Centro Sul. Além disso, muitos dados pelos quais nos interessamos não estavam registrados em grande parte dos prontuários que conseguimos ter acesso.

Por este motivo, trata-se de um perfil de acordo com os dados que nos foi possível acessar, que pode ser que não corresponder a uma caracterização fidedigna da realidade total dos adolescentes. Esse fato, no entanto, não retira a legitimidade do perfil aqui apresentado, pois sistematizar esses dados nos possibilitou produzir reflexões com base nas informações que eles contêm e que, muito provavelmente, se repetem nos polos não pesquisados. Além disso, consideramos que a ausência de dados nos prontuários também é indicativo de como alguns aspectos socioeconômicos não são levados em consideração no programa de medidas socioeducativas em meio aberto.

Apresentamos essa caracterização, com a cautela de não incorporar a pretensão de verdade absoluta. Pretendemos evidenciar em que medida os programas de LA e PSC consideram as especificidades da vida dos adolescentes e a relação entre os delitos mais cometidos e o contexto socioeconômico e político local. Os dados estão apresentados por critério investigado: bairros de moradia; idade, naturalidade, situação familiar, renda familiar, escolaridade, profissionalização, saúde, tipificação do ato infracional e ingresso na medida socioeducativa.

A distribuição percentual dos adolescentes pelos polos pesquisados acontece da seguinte maneira: o polo com maior percentual de adolescentes em cumprimento de medida em meio aberto é o da Zona Leste II, com 37% dos adolescentes, seguido do Polo da Zona Sul; Leste I e Centro Oeste, como é possível perceber no Gráfico 1.



**Gráfico 1 - Distribuição dos adolescentes pelos polos pesquisados**

Nos polos existem os bairros com maior percentual de adolescentes em cumprimento de MSEMA. No Polo da Zona Centro Sul, o bairro de maior procedência é a Compensa, seguido do Centro e empatado em terceiro lugar estão Japiim e Nova Esperança. No polo Zona Leste II os bairros de maior incidência são São José, Coroado e Zumbi. No polo Zona Leste I aparecem nos primeiros lugares os bairros Jorge Teixeira, Colônia Antônio Aleixo e Novo Aleixo. Na Zona Centro-oeste os bairros de maior procedência dos adolescentes são Redenção, Alvorada e Dom Pedro. Os bairros com maior incidência, não coincidentemente, são conhecidos por ter uma população com baixa renda e são regiões que apresentam dificuldades em relação às políticas públicas e os serviços básicos direcionado à população, como pode ser verificado nas informações dispostas nas Tabela 7, Tabela 8, Tabela 9 e Tabela 10.

Polo Zona Sul		
Bairro	Frequência	%
Compensa	7	11,5
Centro	6	9,8
Japiim	5	8,2
Nova Esperança	5	8,2
Não informado	5	8,2
Petrópolis	4	6,6



Cachoeirinha	3	4,9
Educandos	3	4,9
Morro da Liberdade	3	4,9
Colônia Oliveira Machado	2	3,3
Crespo	2	3,3
Lírio do Vale	2	3,3
Santo Antônio	2	3,3
São Lázaro	2	3,3
Tarumã	2	3,3
Aparecida	1	1,6
Grande Vitória	1	1,6
Ponta Negra	1	1,6
Praça 14	1	1,6
Santo Agostinho	1	1,6
São Jorge	1	1,6
São Raimundo	1	1,6
Vila da Prata	1	1,6
<b>Total</b>	<b>61</b>	<b>100</b>

**Tabela 7 - Número e distribuição percentual dos adolescentes do Polo Zona Sul por local de residência**

<b>Leste II</b>		
<b>Bairros</b>	<b>Frequência</b>	<b>%</b>
São José	26	32,5
Coroado	12	15
Zumbi	11	13,8
Gilberto Mestrinho	4	5
Nova Vitória	4	5
Novo Reino	4	5
Aleixo	3	3,8
Grande vitória	3	3,8
Jorge Teixeira	2	2,5
Novo Israel	2	2,5
Ouro Verde	2	2,5
Não informado	2	2,5
Armando Mendes	1	1,3
Km 164 ramal do Mineiro	1	1,3
Reino Unido	1	1,3
Rio Piorini	1	1,3
São José dos Campos	1	1,3
<b>Total</b>	<b>80</b>	<b>100</b>

**Tabela 8 - Número e distribuição percentual dos adolescentes do Polo Zona Leste II por local de residência**

<b>Leste I</b>		
<b>Bairros</b>	<b>Frequência</b>	<b>%</b>
Jorge Teixeira	17	31,5
Colônia Antônio Aleixo	6	11,1
Novo Aleixo	6	11,1
Cidade de Deus	5	9,3
Tancredo Neves	5	9,3
João Paulo	3	5,6
Nova Floresta	3	5,6
Monte Sião	2	3,7
São José	2	3,7
Valparaíso	2	3,7
Amazonino Mendes	1	1,9
Mauazinho	1	1,9
Puraquequara	1	1,9
<b>Total</b>	<b>54</b>	<b>100</b>

**Tabela 9 - Número e distribuição percentual dos adolescentes do Polo Zona Leste I por local de residência**

<b>Centro-oeste</b>		
<b>Bairro</b>	<b>Frequência</b>	<b>%</b>
Redenção	8	34,8
Alvorada	5	21,7
Dom Pedro	4	17,4
Bairro da Paz	3	13
Conjunto Ajuricaba	1	4,3
Conjunto Hiléia	1	4,3
Nova Esperança	1	4,3
<b>Total</b>	<b>23</b>	<b>100</b>

**Tabela 10 - Número e distribuição percentual dos adolescentes do Polo Zona Centro-Oeste por local de residência**

Segundo informações do Censo Demográfico 2010 (IBGE, 2011), Manaus está entre os municípios que mais tiveram crescimento populacional, crescendo 2,51% ao ano, passou de nono para sétimo mais populoso do país. Se este crescimento populacional não é acompanhado de políticas públicas de qualidade, é muito provável que seja acompanhado do crescimento de problemas sociais, como o desemprego, a falta de saúde e educação, a criminalidade etc.. Isso acontece principalmente nos bairros de periferia e com o maior índice populacional.

Sobre a distribuição populacional na cidade de Manaus, sabe-se que a Zona Sul de Manaus concentra uma população em torno de 298 mil habitantes distribuídos em dezoito bairros. É nesta zona que está localizado o Centro de Manaus, bairro que tem o maior centro

comercial da cidade. Essa característica lhe imprime uma maior capacidade de atração populacional temporária para essa área. É para o Centro que um grande fluxo de pessoas se desloca todos os dias para trabalho ou para compras e isso o torna um bairro diferenciado dos demais. Outros bairros que também têm áreas comerciais intensas nesta zona são os bairros de Cachoeirinha, Educandos, Betânia e Praça 14 de Janeiro (SSP-AM, 2013).

A zona Leste, por sua vez, concentra uma população de, aproximadamente, 466 mil habitantes distribuídos em onze bairros. Essa zona possui uma distribuição populacional bastante desigual. O bairro de Jorge Teixeira é o que concentra maior população residente, cerca de 1/4 do total da população de toda a zona administrativa. Em segundo lugar está o bairro de São José com quase 15% da população (SSP-AM, 2013).

A Zona Centro-Oeste concentra uma população em torno de 154 mil habitantes distribuídos em cinco bairros (Alvorada, Redenção, Dom Pedro I, Da Paz, e Planalto). Em toda a zona, o bairro Alvorada concentra maior parte da população (43,6%), seguido por Redenção (23,7%) (SSP-AM, 2013).

Esses dados evidenciam que há uma relação entre o crescimento populacional e a promoção do bem-estar social. Grandes contingentes populacionais impactam em maiores responsabilidades dos gestores públicos, maiores demandas por bens públicos e maiores oportunidades de crescimento econômico.

Referente a isso, peguemos o fenômeno da mortalidade infantil como indicativo de que os bairros de periferia nas diversas zonas de Manaus demandam de atenção do poder público em múltiplos aspectos. Os dados do Censo Demográfico 2010 mostraram que dos 1.207 óbitos de crianças antes de completar um ano de idade ocorridos no Amazonas, 39% ocorreram em Manaus. Os dez bairros com maiores incidências (Jorge Teixeira, Compensa, Cidade Nova, Alvorada, Novo Aleixo, Colônia Terra Nova, Nova Cidade, Gilberto Mestrinho, Tancredo Neves e Cidade de Deus), juntos, concentram mais de 50% do total das mortes de crianças nessas idades (IBGE, 2011). Cabe ao poder público, portanto, concentrar as atenções no que se refere ao oferecimento de serviços básicos na mesma proporção em que cresce a população, pois isso significa o aumento da demanda.

Quanto à idade, foram encontrados adolescentes de 12 a 21 anos em cumprimento de medida em meio aberto. A Tabela 11 evidencia que o maior percentual, entretanto, foi a idade de 16 e 17 anos, com 51%, seguido da idade de 18 e 19 anos, com 27% do total. Cerca de 1,4% dos PIA não informavam a idade dos jovens.

<b>Idade dos adolescentes</b>		
<b>Faixa etária</b>	<b>Freq.</b>	<b>%</b>
12 e 13	4	1,9
14 – 15	38	17,7
16 -1 7	110	51,2
18 - 19	58	27,0
20 – 21	5	2,3
<b>TOTAL</b>	<b>215</b>	<b>100</b>

**Tabela 11 – Idade dos adolescentes**

Outros estudos também já indicaram essa faixa etária, entre 16 e 17 anos, como a mais recorrente no cometimento de atos infracionais (CRAIDY; GONÇALVES, 2005; VOLPI, 2006; ZAPPE; RAMOS, 2010; SILVA, 2010). A pesquisa de Volpi (2006), realizada com 697 adolescentes apresentou o percentual de 28,69% para idade de 17 anos e 25,68%, para de 16 anos. A pesquisa de Craidy e Gonçalves (2005), realizada com 736 adolescentes apresentou cerca de 34,9% para idade de 17 anos e 23%, para 16 anos. O estudo de Silva (2010) demonstrou a recorrência de adolescentes de 17 anos, com 29,26% e de 16 anos com 20,87%. E no estudo de Zappe e Ramos (2010), realizado com 5.078 adolescentes, o percentual adolescentes com 17 anos foi de 29,3% e de 16 anos foi de 24,9%.

Sobre esse aspecto, Silva (2010) realizou uma pesquisa com resultados semelhantes e obteve a seguinte conclusão:

Os resultados encontrados parecem indicar que é justamente quando se aproxima o final da adolescência (16, 17 anos) que essa necessidade de inscrição aparece com maior intensidade, levando os jovens a lançarem mão de seus últimos recursos, nesse caso, a violência e o ato infracional (SILVA, 2010. p.369).

As políticas de prevenção ao envolvimento do adolescente com a prática infracional devem ser atuantes, sobretudo, desde o início da adolescência, para que, ao alcançar a idade de maior vulnerabilidade, o jovem já esteja amparado socialmente e para que ao alcançar a idade na qual se cobra do jovem que tenha acesso à renda e bens de consumo de modo mais intenso, que ele tenha desenvolvido meios lícitos de obtê-los (SILVA, 2010). Para, além disso, pensamos que o acolhimento e o desenvolvimento das potencialidades dos jovens, podem possibilitar formas de inclusão e participação social que estejam para além do consumo.

A maioria absoluta dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa é do sexo masculino, devido a uma conjunção de fatores sociais, econômicos, históricos e culturais

que favorecem seu envolvimento com os delitos. Os adolescentes são de 89,9% do sexo masculino, enquanto o feminino representou 10,1% da amostra pesquisada. Não foram identificadas quaisquer distinção, observação ou recorte de gênero para orientar as atividades dos polos.

Essa disparidade entre os sexos nos adolescentes em vivência socioeducativa também foi encontrada pelo levantamento realizado em 2010 pela SDH/PR, que registrou 94,94% para o sexo masculino e 5,06%, para o feminino. Em 2012, o mesmo estudo não registrou alteração na disparidade: 95% para o sexo masculino e 5%, para o feminino (BRASIL, 2013). Segundo a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República:

O menor número de meninas em envolvimento com o ato infracional deve resultar de diversos fatores sociais e econômicos, mas principalmente, relacionados a valores culturais que permeiam a questão de gênero: em suas diferenças de oportunidades, de representações sociais, de lugar do imaginário da sociedade e das expressões ainda preconceituosas do dito “sexo frágil”. É possível identificar uma tendência no comportamento dos pais em manter as filhas muito mais presentes em casa, como também a presença de garotas em situação de violências relacionadas à exploração sexual comercial, muitas vezes associada à rede de tráfico e, por consequência a criminalidade (BRASIL, 2013. p.16).

Por essa razão, estudos sobre a juventude tem sugerido intervenção específica para os gêneros, tendo em vista que as circunstâncias correlacionadas com o envolvimento infracional pelas meninas são diferentes das circunstâncias dos meninos, sabendo que para estes existe a possibilidade de ser mais crítica em virtude dos fatores culturais, que impõe expectativas sobre os gêneros (GALLO e WILLIAMS, 2008).

Em relação à naturalidade dos adolescentes, conforme nos informa a Tabela 12, 24,4% dos prontuários não apresentava essa informação. Dos prontuários que apresentavam essa informação, constata-se que 86,6% nasceu na capital do estado, com pequeno percentual de adolescentes nascidos em municípios do interior do estado e em outros estado do Brasil. Importante notar que grande parte dos prontuários não constavam com essa informação.

<b>Naturalidade</b>		
<b>Local de nascimento</b>	<b>Frequência</b>	<b>%</b>
Capital	142	86,6
Interior do estado	13	7,9
Outros Estados do Norte	9	5,5
<b>TOTAL</b>	<b>164</b>	<b>100</b>

**Tabela 12 – Naturalidade dos adolescentes**

**FONTE:** Prontuários dos adolescentes em cumprimento de MSEMA

Em relação ao convívio residencial, 44% dos prontuários não apresentavam essa informação. Dos prontuários que apresentavam essa informação, a maioria dos adolescentes mora com apenas um membro da família natural, com índice de 44,2%, seguido do convívio com a família natural por mais de um membro, 41,7% e em menor índice outros tipos de arranjos familiares, como convívio com um membro da família extensa, com índice de 4,2%, com companheiro (a), com o percentual de 3,3%, convívio com membros da família natural e extensa concomitantemente, com índice de 2,5%, morar com amigos com 1,7% dos adolescentes, e por fim, morar sozinho, com companheiro(a) e amigos e com tutor legal, que apresenta o índice de 0,8% cada um desses.

<b>Situação familiar</b>		
<b>Com quem reside</b>	<b>Freq.</b>	<b>%</b>
Moram com 1 membro da família natural	53	44,2
Moram com família natural (mais de um membro)	50	41,7
Moram com 1 membro da família extensa	5	4,2
Mora com companheiro(a)	4	3,3
Moram com família natural e extensa	3	2,5
Mora com amigos	2	1,7
Mora sozinho (a)	1	0,8
Mora com amigos e companheiro(a)	1	0,8
Mora com tutor legal	1	0,8
<b>TOTAL</b>	<b>120</b>	<b>100,0</b>

**Tabela 13 - Situação familiar**

**FONTE:** Prontuários dos adolescentes em cumprimento de MSEMA

Indo além das informações dispostas na Tabela 13, sabemos que do grupo de adolescentes que convive com apenas um membro da família, grande parte convive somente com a mãe ou somente com a avó materna. Sabemos que a participação de adolescentes em atos infracionais está presente em todas as classes sociais, mas acontece de modo mais visível e mais suscetível à punição estatal nas classes mais desfavorecidas economicamente, tendo em vista que, para estas, as políticas sociais mostram-se ainda insuficientes para suprir as necessidades das famílias. Por este motivo, a família, marcada pela falta de suporte estatal, pelo enfraquecimento de laços, pelo histórico de rompimentos, sofrimentos e privações, podem encontrar dificuldades para cumprir suas funções socialmente estipuladas no que

concerne o cuidado e proteção às crianças e adolescentes (COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL – CODEPLAN, 2013).

Em relação à renda familiar, a **Tabela 14** evidencia que cerca de 68,8% dos prontuários analisados não dispunham dessa informação. Dos 31,2 % que dispunham dessa informação, a maioria (43%) informou ter renda familiar de até um salário mínimo, seguido da renda de até dois salários mínimos, com 27% e logo em seguida, renda de até cinco salários mínimos, com 15%.

<b>Renda familiar</b>		
<b>Faixa</b>	<b>Freq.</b>	<b>%</b>
Até 1 salário	35	43
Até 2 salários	22	27
Até 3 salários	7	9
Até 5 salários	12	15
Até 7 salários	1	1
Até 10 salários	1	1
Não tem renda	3	4
<b>Total</b>	<b>81</b>	<b>100</b>

**Tabela 14 - Renda familiar dos adolescentes**

**FONTE:** Prontuários dos adolescentes em cumprimento de MSEMA

A classificação do IBGE para as classes sociais, associada à quantidade de salários mínimos que a família recebe por mês, divide em cinco faixas de renda ou classes sociais, conforme a Tabela 15:

<b>Tabela de classificação de classe social (IBGE)</b>		
<b>Classe</b>	<b>Salários Mínimos (SM)</b>	<b>Renda Familiar (R\$)</b>
A	Acima 20 SM	R\$ 15.760 ou mais
B	10 a 20 SM	De R\$ 7.880,00 a R\$ 15.759,99
C	4 a 10 SM	De R\$ 3.152,00 a R\$ 7.879,99
D	2 a 4 SM	De R\$ 1.576,00 a R\$ 3.151,99
E	Até 2 SM	Até R\$ 1.576,00

**Tabela 15 - Tabela de classificação de classe social do IBGE**

A Tabela 16 exibe a classificação da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (ABEP, 2014) que entrou em vigor no início de 2015, estipulando uma média mensal da renda domiciliar:

<b>Extratos sociais de acordo com renda domiciliar média (ABEP)</b>	
<b>Classe</b>	<b>Renda Familiar média (R\$)</b>
A	20.272,56
B1	8695,88
B2	4427,36
C1	2409,01
C2	1446,24
D-E	639,78

**Tabela 16 - Estimativa para a Renda Média Domiciliar para os estratos do Critério Brasil**

Conforme a Tabela 15, 70% dos adolescentes está na classe social mais baixa. Conforme a segunda classificação, disposta na Tabela 16, 70% está contida no intervalo da classe mais baixa até a segunda mais baixa. Esses dados demonstram o quanto as famílias estão em situação de desamparo social, de dificuldades de subsistência, de vulnerabilidade e de distância do acesso a bens de consumo.

Em relação ao nível de escolaridade, 52,3 % dos prontuários não contavam com essa informação. Dos 47,7% que apresentavam essa informação, a esmagadora maioria, 91,3%, está no Ensino Fundamental, com um baixo percentual de adolescentes no ensino médio, 7,7% e índice menor ainda no ensino superior, 1,0%, como pode ser visto na Tabela 17.

<b>Escolaridade</b>		
<b>Nível escolaridade</b>	<b>Freq.</b>	<b>%</b>
Ensino Fundamental	95	91,3
Ensino Médio	8	7,7
Ensino Superior	1	1,0
<b>TOTAL</b>	<b>104</b>	<b>100</b>

**Tabela 17 - Nível de Escolaridade dos adolescentes**  
**FONTE:** Prontuários dos adolescentes em cumprimento de MSEMA



Esse fato pode estar associado com a dificuldade que a escola apresenta em lidar com os adolescentes que estão em situação de vulnerabilidade, já que se configura como uma escola descolada de seu contexto de vida, descolada de suas preocupações cotidianas de sobrevivência e que, na grande maioria das vezes, não se configura como espaço de construção a partir de sua subjetividade, mas como espaço de negação dos seus conhecimentos, de sua história e de seus valores. Além disso, é um contexto que se configura como cheio de regras e de imposições físicas e morais, em função de uma promessa de ascensão social que parece muito distante, se comparada aos benefícios da prática infracional que se mostram de modo mais imediato e mais relacionado com a sua trajetória de vida.

Estabelecendo uma correlação entre a baixa escolaridade da maioria dos adolescentes e a faixa etária mais frequente no cometimento de atos infracionais, como vimos anteriormente na Tabela 11, podemos refletir sobre os dados encontrados pela Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (PNAD), realizada pelo IBGE. Esses dados revelam que, enquanto há uma expressiva assiduidade escolar entre crianças de 6 a 14 anos ao ensino fundamental, na faixa dos 15 aos 17 os índices de frequência ao ensino médio caem drasticamente. Assim, 92,5% da população brasileira de 6 a 14 anos frequentam o ensino fundamental; porém, apenas 54% da população de 15 a 17 anos frequentam o ensino médio. No estado do Amazonas, o padrão se repete, como a Tabela 18 permite observar.

<b>Taxa de frequência líquida a estabelecimento de ensino da população residente de 6 a 17 anos de idade, por grupos de idade e nível de ensino (%)</b>		
<b>Estado</b>	<b>6 a 14 anos, no ensino fundamental</b>	<b>15 a 17 anos, no ensino médio</b>
Amazonas	90,5	42,6

**Tabela 18** - Taxa de frequência líquida a estabelecimento de ensino. Regiões e Estados, 2012.

**FONTE:** IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012.

Zappe e Ramos (2010) apontam o fracasso da família, da comunidade, da sociedade em geral em assegurar à criança e ao adolescente uma educação básica gratuita de qualidade, a ineficiência da escola em inserir socialmente o adolescente em situação de vulnerabilidade, a falta de atratividade do ambiente escolar e, por último, também aponta o imediatismo hedonista no qual estão fundamentadas as relações sociais contemporâneas consumistas. Para os autores, como base na perspectiva de Bauman (1998), a sociedade atual está calcada na busca imediata do prazer, o que torna o sujeito inábil para o envolvimento com vivência escolar, uma vez que seus resultados não são imediatos e nem ao menos garantidos, já que

estamos numa sociedade com má distribuição de renda e com poucas perspectivas de sucesso para as classes mais pobres.

Em relação a programas profissionalizantes, a Tabela 19 apresenta que 7,8% dos prontuários não apresentavam essa informação. Dos adolescentes cujos formulários apresentavam esta informação, 94,5% não participavam de qualquer programa profissionalizante, curso técnico ou qualquer atividade neste sentido. Estavam inscritos 5,5% dos adolescentes em curso profissionalizantes.

<b>Cadastro em programas profissionalizantes</b>		
<b>Situação</b>	<b>Freq.</b>	<b>%</b>
Estavam inscritos	11	5,5
Não estavam inscritos	190	94,5
<b>TOTAL</b>	<b>201</b>	<b>100</b>

**Tabela 19 - Cadastro de adolescentes em programas profissionalizantes**

**FONTE:** Prontuários dos adolescentes em cumprimento de MSEMA

Essa informação está bastante relacionada à anterior referente à escolaridade. Existe um impasse nesse sentido, pois os programas profissionalizantes para os adolescentes exigem que ele esteja matriculado, no mínimo, no 9º ano do ensino fundamental ou no ensino médio. Acontece que os adolescentes em sua maioria não cumprem esse requisito, o que impede o acesso deles a estes programas e dificulta a desvinculação do ato infracional como possibilidade de geração de renda. São problemas que são retroalimentados e que precisam de atenção. É preciso que a política de atenção aos jovens tenha acesso a esses dados, no que se refere ao adolescente que comete ato infracional, pois precisa considerar essas peculiaridades, a fim de adequar as exigências do programa. Somente assim esses jovens poderão ter acesso aos programas sociais e ter possibilidade de desvinculação da prática infracional.

Em relação à situação de saúde dos adolescentes, não há grande atenção relacionada a essa temática conforme podemos perceber na Tabela 20. Do total de adolescentes cujos prontuários foram acessados, apenas 2,7% apresentam alguma observação relacionada à saúde.

<b>Situação de saúde</b>		
<b>Condição</b>	<b>Freq.</b>	<b>%</b>
Diagnóstico médico DST/AIDS	2	0,9
Encaminhamento para tratamento toxicômano	4	1,8
Não há qualquer informação	212	97,2
<b>TOTAL</b>	<b>218</b>	<b>100</b>

**Tabela 20 - Situação de saúde dos adolescentes**

**FONTE:** Prontuários dos adolescentes em cumprimento de MSEMA

Em relação à tipificação do ato infracional cometido pelos adolescentes, 5% dos prontuários não constavam com essa informação, pois, segundo os profissionais, ainda não havia chegado o encaminhamento do Juizado. Na Tabela 21 podemos perceber que, dos 95% dos prontuários que constavam com essa informação, a maioria apresentava o registro de roubo, seguido de tráfico de drogas e roubo majorado.

<b>Tipificação do ato infracional</b>		
<b>Ato infracional</b>	<b>Frequência</b>	<b>%</b>
Roubo	56	27,1
Tráfico de drogas	48	23,2
Roubo majorado	19	9,2
Furto	12	5,8
Roubo qualificado	10	4,8
Furto qualificado	5	2,4
Homicídio	5	2,4
Furto tentado	4	1,9
Porte ilegal de arma	4	1,9
Estupro de vulnerável	3	1,4
Lesão corporal	3	1,4
Roubo tentado	3	1,4
Ameaça	2	1,0
Dano patrimonial	2	1,0
Direção perigosa	2	1,0
Latrocínio	2	1,0
Roubo qualificado e tráfico de drogas	2	1,0
Tráfico de drogas e direção perigosa	2	1,0
Ameaça e lesão corporal	1	0,5
Associação para o tráfico	1	0,5
Difamação	1	0,5
Estupro	1	0,5
Injúria	1	0,5
Porte ilegal de arma e furto qualificado	1	0,5
Posse irregular de arma de fogo de uso restrito	1	0,5
Receptação	1	0,5

Receptação e direção perigosa	1	0,5
Receptação e furto	1	0,5
Receptação e furto qualificado	1	0,5
Receptação e tráfico de drogas	1	0,5
Roubo e dano qualificado	1	0,5
Roubo e furto	1	0,5
Roubo e tráfico de drogas	1	0,5
Roubo majorado e formação de quadrilha	1	0,5
Roubo qualificado e furto qualificado	1	0,5
Roubo qualificado e porte ilegal de arma	1	0,5
Roubo qualificado e roubo simples	1	0,5
Roubo qualificado tentado	1	0,5
Roubo tentado e roubo qualificado	1	0,5
Tráfico de drogas e homicídios	1	0,5
Tráfico de drogas e roubo qualificado	1	0,5
<b>TOTAL</b>	<b>207</b>	<b>100</b>

**Tabela 21 - Tipificação do ato infracional cometido**  
**FONTE:** Prontuários dos adolescentes em cumprimento de MSEMA

As nomenclaturas dos atos infracionais variam de muitas formas, considerando a especificidade com que cada ato foi cometido. Consideramos importante, no entanto, atentar para o fato de que se somarmos todas as nomenclaturas que envolvem roubo, furto e receptação, temos o percentual de 61,4% dos atos infracionais cometidos. Se somarmos todos os registros que constam envolvimento com o tráfico de drogas formamos o percentual de 27,5%.

Essa informação é semelhante ao que foi encontrado pelos levantamentos feitos pela SDH/PR. Em 2010 o levantamento registrou que o ato infracional mais praticado pelos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa foi o Roubo com 38,1%, seguido do Tráfico de Drogas em 26,6%. Um levantamento semelhante em 2012 apresentou índices parecidos, com 38,70% para Roubo e 27,5% para Tráfico de Drogas (BRASIL, 2013).

Os atos infracionais cometidos contra a pessoa registrados pelo mesmo levantamento em 2010 eram equivalente a 25,9% das infrações e em 2012, 13,3%. Como se percebe, ao contrário do que a grande mídia veicula como sendo o aumento da violência e da brutalidade dos atos cometidos pelos adolescentes, houve queda dos atos registrados contra a pessoa (BRASIL, 2013). Assim, os dados oferecem uma reflexão sobre os apelos midiáticos em favor da redução da maioria penal dos adolescentes autores de ato infracional, pois descontroem o mito da periculosidade anunciado por Volpi (2006).

Sobre o modo como os adolescentes chegaram à medida socioeducativa em meio aberto, não estava informado em 2,8 % dos prontuários. A Tabela 22 exibe os dados dos prontuários que continham essa informação, mais da metade dos adolescentes estão cumprindo essa como a primeira medida socioeducativa, 50,5% do total, seguido de progressão, com o índice de 23,1% e de reincidência, com 24,1%.

<b>Como chegou à MSEMA</b>		
<b>Ingresso</b>	<b>Freq.</b>	<b>%</b>
Primeira medida	107	50,5
Progressão	49	23,1
Reincidentes	51	24,1
Reincidentes e progressão	2	0,9
Reincidentes e retornaram	1	0,5
Retornaram	2	0,9
<b>TOTAL</b>	<b>212</b>	<b>100</b>

**Tabela 22 – Como o adolescente chegou à medida socioeducativa em meio aberto**  
**FONTE:** Prontuários dos adolescentes em cumprimento de MSEMA

Consideramos positivo o fato de que a maioria dos adolescentes está cumprindo a medida em meio aberto como a primeira medida socioeducativa, pois pode ser uma evidência de priorização da medida socioeducativa em meio aberto, sem haver a necessidade de passar primeiro por uma internação. De modo complementar, também consideramos positivo o fato de que em segundo lugar está a progressão, pois mostra uma possibilidade de compromisso por parte da rede socioeducativa com a ressocialização. Quanto maior for a quantidade de internação que resultar em medidas em meio aberto, maior é a possibilidade de acompanhar o adolescente em seu processo de ressocialização.

Ao somarmos a reincidência, tanto os que retornaram ao cumprimento da mesma medida quanto os que reincidiram e estão em progressão, temos o índice de 25,5% de reincidência no cometimento de atos infracionais. Esse índice se assemelha a outras pesquisas um levantamento sobre o perfil do adolescente em cumprimento de medida socioeducativa no Distrito Federal identificou que a LA apresentava a taxa de reincidência é de 33,1% e a PSC apresentou a taxa média de reincidência de 28,3% dos socioeducandos (CODEPLAN, 2013).

### 3.1 BREVE CONSIDERAÇÃO ACERCA DA CARACTERIZAÇÃO DOS ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MSEMA NA CIDADE DE MANAUS

O primeiro aspecto observado quando elaboramos esta caracterização foi o fato de que muitas informações não estão registradas nos prontuários. Diante de tal realidade, ficamos o questionamento de como seria possível desenvolver um programa socioeducativo que se relacione com a vida dos adolescentes se nem se sabe como é esta vida, se não se tem o conhecimento do contexto socioeconômico que ele vivencia.

Observamos que faltam informações que são essenciais para o desenvolvimento do programa socioeducativo. Faltavam informações sobre a idade em 1,4% dos prontuários; sobre a naturalidade em 24,8%; sobre o ato infracional em 5%; sobre a forma de ingresso na medida em 2,8%; sobre a renda familiar em 68,8%; sobre a escolaridade em 52,3%; sobre a profissionalização em 7,8%; sobre a situação familiar em 44,5; sobre o bairro de procedência em 3,2%.

Uma das possíveis compreensões acerca desse aspecto se refere à correlação com a caracterização da rede, no que se refere ao número de profissionais e à proporção de adolescentes por profissional nos polos de MSEMA. O panorama dos polos no que se refere aos recursos humanos está bastante aquém da necessidade profissional apresentada. Com a quantidade de profissionais que os polos contam, não está sendo possível, sequer, fazer o preenchimento dos formulários que compõem o prontuário dos adolescentes. Muito menos, portanto, se poderia esperar em relação ao estabelecimento de vínculos com os adolescentes. Apesar dessa situação, há sempre alguns adolescentes com os quais os profissionais conseguem estabelecer relações afetivas positivas, de confiança que auxiliam o processo socioeducativo. Assim, a socioeducação torna-se uma loteria para aqueles, que por algum(s) motivo(s), conseguem ser acessados pelos profissionais de forma mais profunda e duradoura. Não podemos negar que os dados apresentados até aqui, por este estudo, também evidenciam a precarização do atendimento socioeducativo, o que também contribui substancialmente para as ausências de informações nos prontuários.

Em relação aos bairros dos quais os adolescentes são originários, verificamos que são em sua maioria de periferia, onde os serviços públicos de saúde, educação, segurança, esporte e cultura são deficitários. Isso inevitavelmente está relacionado ao processo de produção social da infração. Sabemos que a condição financeira e a pobreza em si não podem ser elencadas como uma razão para o cometimento de infrações, mas entendemos que as

condições precárias de desenvolvimento pessoal e inserção social se relacionam com a produção de vulnerabilidades que estão relacionadas a este fenômeno.

Não nos parece ser por acaso que os adolescentes oriundos de famílias que são extremamente pobres e pobres, cometam atos infracionais, em sua maioria, relacionados a roubo, furto e tráfico de drogas. Aparentemente, esses atos estão relacionados a bens materiais, a possibilidade de inclusão social por intermédio do consumo e de geração de renda via prática infracional. O elevado índice da infração do Roubo e Tráfico de Drogas demonstra a situação de vulnerabilidade em que se encontram os adolescentes, uma vez que essas duas modalidades de ato parecem corresponder a um meio para obtenção de bens de consumo.

Os adolescentes estão inscritos num panorama material e cultural das relações contemporâneas baseadas no consumo e podem revelar, por meio da violência e do ato infracional, as especificidades de seu lugar social. Segundo Silva (2010) poderíamos compreender o adolescente em conflito com a lei como aquele que busca construir uma forma de existir socialmente, mas, sem acesso aos bens através do consumo ou a outras formas de reconhecimento social, ingressa na trajetória infracional. Sem dinheiro e sem trabalho, os adolescentes lançam mão de outros mecanismos de obtenção do mesmo lugar social que o adolescente da classe média ocupa.

A expressão do adolescente em conflito com a lei, neste sentido, tem caráter complexo e paradoxal, pois é na tentativa de inclusão que o adolescente transgredir a lei, o que contribui para o recrudescimento de seu processo de exclusão social (OLIVEIRA, 2001; SILVA, 2010).

Uma reflexão possível e elucidativa em relação ao alto índice de adolescentes das classes sociais mais baixas que cometeram atos infracionais é sobre quem são as pessoas que chegam a ser submetidas ao sistema judicial. A Doutrina da Proteção Integral foi sancionada como forma de romper com a criminalização da pobreza praticada pela Doutrina da Situação Irregular e trouxe a igualdade perante a Lei, pois afirma que os adolescentes são responsáveis pelos atos praticados, seja qual for a sua condição social, econômica, cultural etc..

Acontece que mesmo com essa mudança doutrinária, ainda é bastante visível que os adolescentes das classes mais baixas são mais facilmente capturados pelo Sistema de Justiça, pois não contam com a blindagem de famílias influentes econômica e politicamente, de advogados bem pagos e de estrutura econômica que convença os atores da justiça que eles podem ser liberados. Sabemos assim, que a igualdade formal instituída pelo ECA ainda não se concretizou no que se refere ao adolescente em conflito com a lei (BRETAN, 2008).

Acerca da escolarização, sabemos que o direito à educação é previsto na Constituição Brasileira e reafirmado no Estatuto da Criança e do Adolescente. O ensino obrigatório e gratuito é um direito de todos e obrigação do Estado e da família. Não apenas o acesso, mas a criação de condições de permanência na escola. Acontece que os dados que obtivemos na pesquisa confirmam que esse direito não tem sido garantido na íntegra. Tanto o acesso tem sido deficitário, quando não se tem criado condições para que os adolescentes permaneçam na escola.

De acordo com o ECA e o SINASE, as medidas socioeducativas possuem caráter pedagógico. É recomendando que o programa socioeducativo em meio aberto desenvolva o incentivo para que os jovens frequentem a escola, afinal o objetivo das medidas socioeducativas é oferecer socialização por meio de um processo educativo. Além da educação, as medidas socioeducativas devem resguardar o acesso dos adolescentes a outros direitos, que já lhe foram resguardados por lei. É preciso garantir o acesso à saúde, educação, esporte, programas sociais, cultura, lazer e profissionalização.

As ações do sistema socioeducativo têm, neste sentido, um importante caráter intersetorial, cabendo ao órgão gestor do sistema socioeducativo, desenvolver a articulação entre as várias políticas, das quais se destaca a educação. A preocupação com essa articulação deve permear toda a rede socioeducativa. Para este fortalecimento, é fundamental que se estabeleça parcerias com escolas e toda a rede de serviços das comunidades onde as unidades se localizam, bem como a sensibilização e a mobilização das equipes de educação, assistência social, saúde, segurança etc., para lidarem com os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa.



#### **IV. PRODUÇÃO DE SENTIDOS SUBJETIVOS: CONSTRUÇÕES A PARTIR DA NARRATIVA DAS TRAJETÓRIAS DE VIDA DOS ADOLESCENTES**

Este capítulo apresenta as construções a partir das produções subjetivas de cada adolescente, tendo como ponto de partida as suas trajetórias de vida individuais. Nosso objetivo na elaboração deste capítulo foi de desenvolver modelos teóricos acerca das vivências desses adolescentes. As produções subjetivas apresentadas são modelos teóricos que pretendem fazer uma representação da realidade estudada, abrangendo tanto o caráter de organização quanto de processualidade da subjetividade.

Compreendemos, com base em Gonzalez Rey (2010) que é somente a partir do estudo do singular nos diferentes sujeitos e dos espaços concretos da subjetividade social que podemos construir conteúdos que expressem os teores emocionais e semióticos do fenômeno estudado. Pretendemos deixar explícito, na elaboração desses construtos, que cada sujeito está marcado pela singularidade de como os processos subjetivos foram construídos de forma diferenciada em cada trajetória de vida.

Além disso, com base no princípio progressivo inerente à construção de informação no processo construtivo-interpretativo, compreendemos que a fundamentação teórica está presente desde os primeiros instantes da pesquisa, não podendo haver uma separação excludente entre os momentos dos dados empíricos anteriores a um momento de conceituação, da mesma forma que não buscamos classificações ou conclusões finais e absolutas, mas discussões a partir da experiência empírica, das leituras teóricas e das interpretações da pesquisadora. Assim as construções a partir das vivências dos adolescentes foram pensadas a partir de conjecturas teóricas da Psicologia Histórico-Cultural e da Teoria da Subjetividade referentes à subjetividade, aos processos de desenvolvimento humano, às adolescências, às práticas infracionais e às políticas socioassistenciais de atendimento a adolescentes.

Considerando o conhecimento como um processo de construção que encontra sua legitimidade na capacidade de produzir, constantemente, novas construções no curso da negociação do pensamento do pesquisador com a multiplicidade de eventos empíricos coexistentes no processo investigativo, não há nada que garanta, de forma imediata no processo de pesquisa, se nossas construções atuais são as mais adequadas para dar conta do problema que estamos estudando.

O que torna o estudo legítimo é o fato de que as construções da pesquisa permitem articulações capazes de aumentar a sensibilidade do modelo teórico em desenvolvimento para avançar na criação de novos momentos de inteligibilidade sobre o estudado, ou seja, para avançar na compreensão sobre a questão da adolescência em relação com a infração.

As produções sobre determinado fenômeno possibilita uma inteligibilidade sobre ele, mas não é a expressão dele em sua totalidade, não corresponde a ele de modo isomórfico. Assim, analisar os processos de subjetivação dos adolescentes não se limita ao espaço simbólico do ato infracional e da adolescência, mas se integra a diversos sentidos subjetivos gerados em vários momentos da vida e que, articuladas ao contexto sociocultural do adolescente, permite a visibilidade das configurações subjetivas do adolescente em cumprimento de medida socioeducativa.

A conclusão importante resultante dessa compreensão é de que o que nos importa no estudo das histórias de vida não são os fatos em si, mas o modo como os adolescentes significam a sua própria trajetória de vida. Detenhamo-nos, portanto, (1) na singularidade das experiências narradas por cada participante; (2) no modo como as biografias narradas estão inseridas em contextos socioculturais específicos, de modo que se tornam reveladoras das estruturas, normas e valores sociais vigentes e (3) nas escolhas feitas pelos adolescentes do que narrar como forma de tornar a sua história inteligível e narrável no contexto da pesquisa.

Compreendemos que é necessário considerar o adolescente enquanto um sujeito concreto, situado num determinado momento cultural, com uma história de vida plural e complexa, com elementos que participam da sua vida além do ato infracional. Assim, nesse capítulo buscamos apresentar os processos de subjetivação da trajetória de vida dos adolescentes de modo individual e para isso, elencamos como categoria explicativa os sentidos subjetivos. Esse modo de apresentação da informação construída na pesquisa, além de ser uma forma para organizar as informações produzidas com cada adolescente, foi também uma forma de apresentar a singularidade como uma opção epistemológica no estudo

com adolescentes, apresentando assim a peculiaridade de cada vida, rompendo com qualquer tendência universalizante, seja pela adolescência, seja pela infração.

Consideramos a história do sujeito, e todas as atividades que ele desenvolve, como uma produção subjetiva complexa que se expressa de uma forma particular e individual, que não se limita apenas a ele, mas também se expressa em uma subjetividade social. Sendo assim, o sentido subjetivo é considerado como uma produção subjetiva individual, com caráter único e constantemente associado com a subjetividade social. A cultura é considerada como um espaço de produção simbólica, que é vivenciado pelo sujeito nos diferentes espaços sociais que participa, e por isso é também parte permanente de sua história. Para González Rey (2003), não existe uma influência externa sobre o indivíduo, mas uma produção de sentidos subjetivos sobre o vivido, no qual ele reorganiza com outros elementos da vida psíquica.

Consideramos, com base em González Rey (2010), que o sentido subjetivo possui extrema relevância para a compreensão da subjetividade por ser a unidade constitutiva da psique e por ser referência permanente do processo de subjetivação da experiência humana. A riqueza dessa categoria reside, portanto, na possibilidade de acesso à experiência tal como ela é subjetivada pelos indivíduos. Ou seja, fazemos uma tentativa de compreender a subjetivação das trajetórias dos adolescentes a partir de suas respectivas compreensões.

González Rey (2004), ao discutir as implicações das categorias sujeito e subjetividade para a psicologia social, afirma que:

O sentido subjetivo delimita a especificidade do psíquico em todas as atividades ou processos humanos, portanto é uma condição nova, desconsiderada durante muito tempo, à qual é preciso dar atenção na produção de todas as experiências humanas (p. 127).

O sentido subjetivo, enquanto “unidade teórica”, possui a característica de desvelar elementos das histórias dos diferentes sujeitos, tais como são por eles subjetivadas. Ao assumir que sentidos são produções subjetivas, González Rey (2005) pontua que não devem ser tomados como uma consequência de um fato externo ao sujeito, mas sim, como uma “produção sistêmica da subjetividade” (p.45).

O autor (2005) define os sentidos subjetivos como:

a unidade dos aspectos simbólicos e emocionais que caracterizam as diversas delimitações culturais das diferentes práticas humanas em um nível subjetivo. Tais aspectos simbólicos e emocionais se integram recursivamente na delimitação do

sentido subjetivo, no qual um evoca o outro sem que um seja a causa do outro (p. 44).

Os sentidos subjetivos são, assim, poderosos instrumentos de constituição da subjetividade que, dentro da perspectiva defendida por González Rey, é definida como uma “configuração de sentidos e significados” (MARTÍNEZ, 2005), que se constrói de forma contraditória e está em permanente mutação. A subjetividade é então pensada a partir de uma condição dialética que situa a psique como constituída histórica e culturalmente.

Partindo dessa perspectiva, a proposta foi entrar em contato com os adolescentes em cumprimento de MSEMA, desenvolver momentos de conversação para que fosse possível compreender os processos subjetivos que são produzidos nesta conjectura. A principal intenção foi apresentar uma produção sobre o adolescente que infracionou a partir da sua própria compreensão e com base na perspectiva teórica da Psicologia Histórico-Cultural. Tentamos nos livrar, no processo de produção da pesquisa, de qualquer tendência naturalizante da adolescência e da prática infracional. Nossa postura desde o início foi compreender que o adolescente que cometeu atos infracionais é muito mais que um infrator numa determinada faixa etária, é um sujeito numa processualidade dinâmica, produzindo sentidos subjetivos que estão além da adolescência e do ato infracional, temas que são carregados de estereótipos, tanto na nossa sociedade quanto na própria Psicologia.

De modo bastante implicado, assumimos que os resultados desta pesquisa relacionam-se profundamente com o olhar da autora enquanto pesquisadora, uma vez que não pretendemos fazer qualquer alusão à neutralidade e assumimos o papel de pesquisador-sujeito da pesquisa.

Desenvolvemos, no processo de análise, algumas zonas de sentido e em cada uma delas foram elaboradas as construções interpretativas. O desenvolvimento de zonas de sentido não foi igual para cada entrevistado, da mesma forma que a profundidade da análise também não foi uniformizada, pois cada entrevista foi analisada segundo o vínculo estabelecido, a qualidade das conversas e também da capacidade interpretativa da pesquisadora. As zonas de sentido subjetivo elaboradas como expressão dos processos de subjetivação dos adolescentes de suas trajetórias de vida foram assim designadas:

<b>Moacir</b>	A violência como elemento socializador A infração como contexto organizador da vida A sobrevivência pelas próprias mãos Necessidade de segurança na vida
---------------	---

<b>Oribá</b>	Uma vida normal Adolescência: o deslize entre o conceito geral e a vivência pessoal As relações afetivas como fortaleza Reconhecimento de si de modo positivo
<b>Nadi</b>	O retorno para o seio familiar Adolescência ideal Atividades e potencial transformador diante dos fatos de sua vida
<b>Ajuricaba</b>	A busca por fortes emoções como campo fértil para uma identidade subversiva A questão do trabalho como central Dificuldades de transformação decorrente das questões sociais e das dificuldades individuais

A seguir elaboramos o relato das trajetórias de vida do adolescente, conforme foi narrado por eles e em seguida as zonas de sentido produzidas para cada adolescente a partir de suas produções narrativas e de nossa interpretação de suas falas. A informação expressa foi feita de acordo com a nossa organização dos fatos que foram por eles narrados. Os termos utilizados para nomear as atividades, os fatos, os sentimentos na caracterização das trajetórias de vida serão os que os adolescentes utilizaram em seu relato. Assim, alguns termos que foram ditos pelos adolescentes são diferentes do que temos o costume de utilizar e difere das concepções teóricas com as quais nos identificamos. Como exemplo disso, temos os termos *prisão*, *ser preso*, se referindo à apreensão e à internação, *cadeia* se referindo às unidades socioeducativas, *menor* se referindo a adolescentes, dentre outros. Os termos foram repetidos da maneira como os adolescentes utilizaram como forma de resguardar o significante da cultura prisional que está presente no processo de subjetivação dos adolescentes. Além disso, acreditamos que o modo como eles constroem as informações carregam elementos significantes específicos, que remetem ao contexto sociocultural vivenciado por eles, por isso colocaremos esses termos em itálico, como forma de demarcar que está do modo como o jovem falou.

#### 4.1 CONSTRUÇÕES A PARTIR DAS INFORMAÇÕES DE MOACIR

Moacir é um jovem de 16 anos, nasceu na cidade de Manaus, é filho mais velho de três irmãos e está em cumprimento de LA por tráfico de drogas, direção perigosa e porte ilegal de arma de fogo. Nosso contato com o jovem foi a partir do encontro que propomos como forma de conhecer melhor os jovens antes de convidá-los para entrevista. Ele foi sozinho aos dois encontros em grupo que foram realizados e depois foi baleado. Por este

motivo a entrevista foi realizada em sua casa. Mesmo após a entrevista, continuamos tendo contato com o jovem para sabermos de sua saúde e recuperação, pois sentíamos-nos vinculadas a ele. Foram feitas visitas a ele e contatos telefônicos, que foram diminuindo gradativamente, conforme o jovem melhorava.

Moacir não conheceu seu pai e durante a infância morava no Bairro Pró-Morar com sua mãe, sua avó, os irmãos e um padrasto, que é pai de seus dois irmãos e era considerado pai por ele durante a infância. Durante a infância ficava aos cuidados de sua avó, pois sua mãe e padrasto precisavam sair para trabalhar. Nessa época ele fugia com frequência de casa para brincar na rua.

A infância de Moacir foi marcada especialmente pela convivência na rua com seus colegas, com quem brincava de bola e brincava de *polícia-ladrão* e de *porrada*. Moacir compreende a brincadeira de polícia-ladrão como o primeiro passo para a construção de uma identidade infracional “*brincava de polícia ladrão... é, assim, me evoluiu pra entrar nessa vida aí ruim*”. Na ocasião dessas brincadeiras ele se identificava mais com a ideia de ser bandido.

Era porque era assim, a gente fazia uma fila e ia dividindo, polícia, ladrão. Mas só que eu sempre quis ser assim, ser bandido, ser do lado de bandido, assim, num tem? Aí escolhia minhas armas e tal, a gente ficava brincando lá... aí assim foi me evoluindo, aí eu entrei no caminho errado.

O relato do jovem, de certo modo, localiza a entrada na trajetória infracional como algo dele mesmo, individual, que se apresenta desde a infância por intermédio das brincadeiras, apresentando, dessa maneira, uma dose de fatalismo na forma de ver a sua trajetória. Além disso, durante a infância algumas brincadeiras são classificadas por ele como ruins.

Tinha muitas brincadeiras ruins que eles brincavam. Deixa explicar aqui... a gente brincava de porrada. Dos brincas mesmo, mas porrada. Não sei, aí às vezes os meninos acertavam dos veras, aí eu acertava dos veras, aí quando via já tava dos veras já.

Um fator determinante na sua trajetória foi a mudança de bairro, ainda na infância. Quando sua mãe separou-se de seu padrasto, eles precisaram mudar de bairro e ele foi morar com a família no bairro de Alvorada. Quando isso aconteceu, seus amigos de infância passaram a tratá-lo como inimigo e, todas as vezes que ele precisava ir visitar sua avó, os antigos vizinhos e amigos o colocavam para correr. Esse fator remete a ideia de espacialidade

e pertencimento, a partir das quais ele começou a odiar os antigos amigos e começou fazer parte da rivalidade existente entre os grupos dos dois bairros. A partir desse fato, sua vida se organizava com base dos lugares aonde ele poderia ir ou não e aonde ele poderia ir com a companhia de seus novos amigos do novo bairro como forma de conseguir enfrentar os antigos amigos do bairro anterior.

A sua vida escolar foi marcada por consecutivas desistências, expulsões, transferências etc.. Associado a isso existia o fato de que *a galera*<sup>6</sup> ficava sempre o esperando na saída da escola para bater nele e em seus amigos. No começo da vida escolar ele chegou a gostar de estudar, mas depois, conforme os meninos ficavam esperando fora da escola, ele também não tinha mais vontade de entrar. Além disso, não gostava de todas as disciplinas, só gostava de matemática e *nada de português*, e não gostava de carregar a grande quantidade de livros que recebia da escola, pois ficava muito cansado e com dor nas costas.

Sua infância e adolescência teve uma forte presença do ódio que sentia por seus inimigos, os meninos que o ameaçavam de morte e de espancamento e, diversas vezes, por seus pais, que viviam reclamando e o chamando de *vagabundo*, ao contrário de sua avó, que era carinhosa e o aconselhava sem julgá-lo. A raiva que sentia era elo inicial pelo qual ele se vinculava com outros adolescentes para fortalecer a briga com os grupos rivais. Depois de algum tempo de brigas corporais, os grupos começaram a matar os adolescentes dos grupos rivais e a rivalidade e o ódio entre eles se fortalecia.

Seus pares, além de o acompanharem nas brigas, também compartilhavam com ele os momentos de descontração em festas, casas de show etc.. Foi a partir desse vínculo que ele e seu grupo de amigos passaram a não mais se interessar pelas brigas de galera e começaram a investir na possibilidade de ingresso no tráfico. Existia no grupo um *chefão da galera* que possibilitou o contato dos demais adolescentes com o tráfico. O chefão iniciou a prática do tráfico após ter sido preso e ter tido contato com as pessoas do tráfico na penitenciária. Com o tempo, o chefão foi aumentando a sua produtividade e foi repassando a droga para os demais adolescentes participarem do comércio e também poderem ganhar o seu dinheiro.

No início, o chefão achava que Moacir não poderia *aguentar o tranco* de revender as drogas, mas após algum tempo Moacir recebeu o reconhecimento do chefão e passou a mostrar sua presteza e utilidade para o comércio local, pois sabia dirigir moto, era bem relacionado com as pessoas do bairro, tinha responsabilidade e era obediente, pois não consumia as drogas que vendia. Fumava apenas maconha, pois achava *muito feio* quando os

---

<sup>6</sup> Galera é o termo regional utilizado para identificar as formações grupais de jovens que se reúnem para brigar ou praticar infrações. É sinônimo de gangue.

outros meninos ficavam “*doído, noiado, crisado*” e dando vexame na frente das pessoas, em especial quando as meninas ficavam olhando. Ele gostava mais de viver tranquilamente, fazendo amizades, conversando com as pessoas do bairro e se sentia muito querido pelas pessoas do bairro Alvorada por conta do seu jeito simples e simpático, por gostar de conversar e fazer amizades.

O ingresso no tráfico possibilitou a ele o acesso a muito dinheiro, a obtenção de moto, aprendeu a dirigir carro e moto, a amizade próxima de muitas meninas e de suas mães, além de outros bens materiais e de consumo. Na época do tráfico, tinha cordão, roupa nova, dinheiro guardado, *fama, gatas empolgadas* com ele. Com dinheiro e moto, ele poderia passear para vários lugares e ficar andando de moto e “*charlando*”<sup>7</sup>. Todos esses benefícios foram possibilitados a partir do momento que ele teve seu reconhecimento pelo chefe para o desenvolvimento do tráfico no local.

A primeira vez que ele foi preso foi aos 14 anos, por tráfico de drogas. A polícia o flagrantou vendendo droga num beco. Ele foi apreendido, espancado e ficou alguns dias na DEAAI e depois foi solto. Na segunda vez foi preso por porte ilegal de armas, porque havia comprado uma arma de um conhecido para vender a um preço maior e obter um lucro. No total ele foi preso onze vezes. Depois das primeiras vezes, quando somente ficava na DEAAI, já passou a ir para Unidade Provisória de Internação (UPI), mas nunca chegou a cumprir MSE, a não ser a última vez. Já havia sido designado ao cumprimento de PSC e de LA, mas nunca havia cumprido, pois, segundo ele, o papel demorava a chegar e quando o papel chegava, ele já havia *caído* novamente.

Os policiais já conheciam Moacir desde quando ele era pequeno e ainda não tinha envolvimento com infração, desde um episódio em que ele denunciou a conduta de um policial que pegou o celular dele:

Foi daquela vez que eu fui lá fazer o BO. Que foi a primeira vez, que eu tava jogando bola lá, não tava fazendo nada, aí levaram meu celular e tudo. Aí eu fui fazer o BO, porque eu não tinha... eu não era queimado na polícia, aí eu fui lá. Aí nisso também eles criaram ódio comigo, eles eram a fim de me ferrar, num tem?

Desde então ele ficou *queimado* na polícia, que sempre o tentava incriminar, mesmo quando ele não estava fazendo nada:

---

<sup>7</sup> *Charlar é só lazer assim, passear e tal.* (Transcrição de trecho da entrevista).



Às vezes também eles me levaram a toa lá pro, lá pra DEAAI, colocavam droga em mim. Maioria das vezes também eles colocavam droga em mim eles. Quando fechava também lá na boca, num tem? Civil... aí ficavam... que num pegavam nada, num tem? Colocavam droga na gente e levavam tudo pra delegacia.

Nos últimos meses, antes de começar a cumprir a medida de LA, ele estava sendo *preso* muitas vezes, seu negócio não estava dando certo e a polícia já o havia ameaçado diversas vezes, dizendo que era para ele sair das redondezas do tráfico. Caso contrário ele seria acertado<sup>8</sup>. A última vez que ele foi preso foi no mês de outubro de 2014 por porte ilegal de arma, direção perigosa e tráfico de drogas. Nessa ocasião Moacir ficou preso por uns vinte e seis dias e teve uma postura diferente, ficou mais quieto e ficou reflexivo, pensando que precisava sair dessa vida, pois as coisas não estavam dando certo para ele e os policiais já haviam avisado que poderia acontecer algo com ele:

Eu ficava “Caramba, mano! Acho que essa vida num é mais pra mim, não. Toda vez tá dando errado”. Teve um tempo que começou a dar certo, depois já começou a dar tudo errado. Aí eu pensei e falei “Mano, é melhor eu dar um tempo, dar um tempo, parar um pouco”. Naquele tempo pra mim eu ficava me sentido assim “Acho que eu já tô demais já. Melhor eu dar um tempo, se não vou acabar morrendo, vou acabar... acabar acontecendo alguma coisa comigo pior”. Ficava pensando... nisso eu fui dar um tempo. Dei um tempo... depois de sair da provisória. Aí num quis mais saber, dei um tempo. Só falava mermo com os moleques, “e aí, mano? Tá beleza e tal. Da rocha”. Ficava por ali conversando e tal, aí nisso tinha alguns que fumavam maconha lá, cheguei até a fumar, mas nunca assim, me deu prazer, nunca fiquei é... entrosado de ficar fumando não, só ficava ali e ficava conversando, contando piadas e os meninos, fazia os moleques ficar rindo também.

Depois que saiu da provisória ele recebeu a medida de LA e foi a primeira vez que decidiu cumprir. Ainda falava com os alguns companheiros do tráfico, mas não quis mais saber de ficar vendendo. Hoje em dia ele pensa que o tráfico é só ilusão, por se tratar de uma fase passageira, de bens que são passageiros e que não representam segurança alguma. A vida no tráfico ocorria para ele sempre de um modo cíclico: estava bem, começava a ter as coisas, poder, fama, gatas, moto, cordão. Depois a polícia vinha e fechava tudo e eles perdiam tudo, perdiam tempo na cadeia e tinham que recomeçar do zero. Além do fato de que por ser algo errado e que prejudicava as pessoas, não poderia dar mesmo certo, conforme o relato dele expressa:

---

<sup>8</sup> Seria acertado por um tiro dos policiais.

Porque tudo que a gente... que a gente colhe assim, tudo que a gente faz de mal assim, que a gente planta a gente colhe. Tudo que a gente tá fazendo ali uma hora vai dar errada, uma hora vai dar errada, mana. Porque isso daí é castigo de deus. Aquilo dali a gente tá, porque aquilo dali a gente tá amaldiçoando as pessoas, num tem? A gente tá vendendo, mas a gente tá amaldiçoando os usuários. Aí aquilo dali só podia dar errado.

Além do mais, ele sentia muita vergonha quando era preso:

eu sentia muita vergonha que tinha vezes os pessoal via... e aí os pessoal comentava muito. Aí toda vez que eu ia solto assim, as vezes eu encontrava com os pessoal conhecido, aí ficavam falando “E aí, tal”, mas eu sentia vergonha. Aí comecei a me afastar também dos meninos de lá e só falava por falar mesmo. Aí depois fui parando foi quando aconteceu isso aqui comigo (se referindo ao tiro que pegou enquanto estava visitando sua namorada).

Hoje ele fica mais em casa, estava saindo somente para ir visitar a sua namorada e para ir ao polo. Agora ele não poderá sair de casa por uns dias porque foi vítima de dois tiros, um na perna e outro no braço quando estava saindo da casa de sua namorada disparados por alguns homens vestidos de preto, encapuçados.

Hoje em dia Moacir também já sente vontade de fazer outras coisas que se desvinculam do tráfico, como mexer no computador, jogar vídeo game, jogar pingue-pongue, coisas que antes ele não tinha mais vontade. Hoje ele também não se preocupa mais com polícia como antes vivia preocupado, tanto por medo de ser preso quanto de ser espancado.

Seus desejos atualmente são ter um carro, uma moto, tirar a habilitação, ter uma casa, ter uma família e um emprego, que pode ser de entregador de pizzeria, ou pode ser de ter várias motos e alugar para os moto-taxistas e conseguir economizar dinheiro como já conseguia por meio do tráfico.

#### **4.1.1 Violência como elemento socializador**

A vida de Moacir apresenta desde a infância a presença da violência nas relações com o ambiente e com as pessoas ao redor. Ela estava presente no relato de sua trajetória de vida desde as brincadeiras de infância. Quando o adolescente menciona a vivência da sua infância, fala inicialmente que sempre fugia de casa para poder brincar na rua e os fatores mais marcantes da sua infância parecem ser as brincadeiras das quais ele participava. Relata o jovem: *“a minha infância... eu ficava brincando de bola lá no campo que tinha lá perto, saía, fugia da minha avó e ia pra lá jogar bola. (...) Deixa eu ver... futebol, eu joguei muita bola.*

*Só que aí eu quebrei meu braço, fiquei um tempo sem jogar. Também lá onde eu morava também... era muitas brincadeiras ruins que a gente brincava. a gente brincava de porrada. Dos brincas mesmo, mas porrada. Não sei... aí as vezes os meninos acertavam dos veras, aí eu acertava dos veras, aí quando via já tava dos veras já. E assim foi...”*

Esse trecho narrativo demonstra o valor da interação social ocorrida durante a infância e como ele se remete a ela de modo a destacar os aspectos positivos de sua infância, como as brincadeiras e a diversão que tinha quando fugia para brincar. Fica evidente, por outro lado, que a violência permeava o modo como ele se relacionava com seus vizinhos e amigos de brincadeiras e como ele associa isso ao local de moradia, ao contexto por ele vivenciado na infância como algo comum, parte da relação por ele estabelecida junto com seus pares. É como se a violência estivesse eminentemente à espreita de ser manifesta. De uma brincadeira passava a ser um comportamento de agressão e de violência, sem que eles decidissem que iria deixar de ser brincadeira e passar a ser briga. Demonstra, portanto, indícios de uma configuração subjetiva marcada por esse limiar muito sensível entre a tranquilidade e a raiva, a amizade e a inimizade, a paz e a briga.

Esse aspecto na vida de Moacir encontra fortalecimento quando ele muda de bairro juntamente com sua família, pois a partir daí ele passa a integrar um contexto de rivalidades entre os bairros que, até o momento, nem era de seu conhecimento e compreensão. Relata Moacir: *aí nisso também eu fui morar pro Alvorada, aí esse finado K. viu que eu tava morando na alvorada, tava falando com os meninos de lá, eu criei uma amizade, eu tava com uns doze anos, aí ele viu que eu tava andando com os meninos aqui da Alvorada e contou pros meninos lá do D. Pedro lá, pro lado do D. Pedro. Aí foi... Era um galeral... aí mano... aí nisso eles já viraram meus inimigos já, que eles eram meus amigos de infância, né?*

Podemos considerar que esses fenômenos remetem ao sentido subjetivo no qual está configurada simbolicamente a fluidez das emoções e a fragilidade dos vínculos, relacionado com um sentimento de traição por parte desses amigos. Os vínculos construídos com os amigos durante as brincadeiras de rua tornam-se frágeis perante as organizações grupais maiores, que marcam a história dos bairros e a subjetividade social desses grupos. Mesmo brincadeiras já eram permeadas pela violência, por bater, por ter um limiar tênue entre o que era brincadeira e o que era “*dos veras*”, indicando uma fluidez entre as intenções e emoções no ato de brincar. Com a mudança de bairro, já que o elemento que os ligava parecia ser as brincadeiras violentas, a violência continua permeando a relação, com a diferença que agora eles eram inimigos. A vida de Moacir, portanto, apresenta a familiaridade com a violência e

com atividades ilícitas desde a infância, o que é semelhante aos dados de outras pesquisas (OLIVEIRA, 2002; PEREIRA, 2002; TOMASELLO, 2006; YOKOY; OLIVEIRA, 2008).

As brincadeiras violentas podem também ser vistas pela ótica da organização e do controle socioespacial que ocorre entre os bairros. O brincar é comumente visto apenas como representação do mundo interno ou apreensão/assimilação do externo. No relato de Moacir, podemos pensar na função organizadora das relações que as instituições instauram, como o controle socioespacial, sendo não apenas reproduzidas, mas tendo no brincar um importante papel para a sua manutenção.

Além disso, o relato evidencia que o movimento de grupos rivais faz parte da organização dos grupos juvenis em diversos bairros. Podemos perceber que esse fenômeno, conhecido *galera* na cidade de Manaus está associado às macrodinâmicas sociais, como a organização e o papel do Estado, pobreza, crises econômicas, desigualdades sociais, entre outros (ABRAMOVAY, 2002), ao mesmo tempo em que se relaciona a questões microdinâmicas, como as configurações subjetivas de grupos ou indivíduos, os modos de vida desenvolvidos pelos adolescentes, uso problemático de drogas, trajetória infracional etc.

A vivência dentro de uma galera cria várias possibilidades de subjetivação para cada sujeito que a vivencia. Se pensarmos o fenômeno da galera como, concomitantemente, histórico, cultural, social, individual, coletivo e emocional, podemos concebê-la como espaço social de subjetivação para Moacir (NASCIUTTI, 2005).

Outras pesquisas (FAUSTO NETO; QUIROGA, 2003; YOKOY; OLIVEIRA, 2008) também indicam que, nos casos de gangues, os adolescentes costumam se organizar no mundo da rua em grupos caracterizados por infrações, códigos severos de comportamento e lealdade, bem como por uma socialização que usa a força bruta e a violência. Nesses grupos, as condutas são anônimas, o contato com a alteridade é reduzido e as possibilidades de negociação de conflitos e diferenças por modos pacíficos são menosprezadas. Estes aspectos incidem diretamente no desenvolvimento, como processos que dificultam a vivência de uma autonomia moral implicada com o outro.

Sem nem mesmo saber qual é a explicação para a tão forte rivalidade existente entre os bairros, Moacir passa a integrar a rivalidade entre os grupos e a agir em favor da sua manutenção e fortalecimento, conforme relata o trecho a seguir:

P: e por que eles queriam pegar vocês?

M: não sei, não era só eu não. Era também os moleques de lá tudinho, outros meninos lá. Não sei... eles tinham ódio da gente. Por que também os moleques da alvorada já começaram a matar os moleques deles lá, eles já começaram a matar os moleques da

alvorada e os moleques já tinha ódio já. Não se sabe qual foi o começo dessa história... também porque essa parada já é antiga já, também. É antiga, antiga, muito antiga. Aí sempre teve essa confusão, desde muito tempo, não foi a gente que começou não.

O trecho expressa a unidade existente entre a subjetividade social e a subjetividade individual (GONZALEZ REYS, 2010). O conflito é anterior e superior a eles, não se trata de cada um deles em sua individualidade, mas também se compõe da individualidade de cada um deles. O fenômeno da formação de galeras acessa os dispositivos subjetivos dos adolescentes que a compõem, que também encontram na galera possibilidades de desenvolvimento de aspectos subjetivos, como a coragem, bravura, força, formação grupal etc. Cada um dos adolescentes encorpa e faz a manutenção de um conflito prévio, sem explicação racional aparente, mas diante do qual vão constituindo sua subjetividade e seu modo de existir no mundo. Não se sabe onde e como começou o conflito, mas as suas brigas cumprem a função de manutenção da macroestrutura de biopoder e de constituição subjetiva na microestrutura, em total reprodução dos interesses. Dentre esses jovens está Moacir, que aos poucos vai se embrenhando nesse tipo de relação e construindo a sua infância e adolescência pautada nas brigas e rivalidades, a partir do contexto violento que viveu desde a infância.

Diante de tal realidade, o modo como o sujeito desenvolveu de se relacionar com o mundo foi intermediado pelo ódio que ele sentia com muita facilidade e como motivador de suas relações. Durante diversos momentos o adolescente se remete ao ódio como motivador de sua vida, o que indica o sentido subjetivo que envolve a agressividade como estratégia de sobrevivência, o sentimento de fortalecimento e a subjetivação que essa postura lhe ocasiona, como é possível perceber na seguinte verbalização:

M: esses amigos de infância viraram inimigos já na adolescência. Aí depois... aí mano, a gente foi criando ódio, aí começou. Aí tinha um galeral da alvorada, tinha um galeral de lá, aí eu ia, a gente ia todo dia...

(...)

Aí eu fiquei com ódio deles também. Aí nisso começou, fiquei criando ódio, raiva, e eu queria bater, queria matar, ficava com ódio, eu. Às vezes eles me pegaram, quebraram um cabo de vassoura aqui no meu braço. Eles me bateram na frente do colégio, quando eu ia saindo.

Em outras palavras, um fenômeno que era externo a ele tornou-se contexto para que ele desenvolvesse a sua configuração subjetiva no sentido de ter um sentimento motivador para fortalecer aquele movimento grupal e de fortalecer as relações sociais que estavam disponíveis naquele momento da vida. Ele explica que a raiva que passou a sentir dos antigos amigos de infância também contribuiu para que ele criasse novos laços, pautados no objetivo

em comum de agredir os meninos do outro bairro: *Aí já me deram raiva já. Já fui já se ajuntando com os meninos da alvorada. Comecei a ter amizade já pra gente qualquer dia invadir lá e pegar esse tal de K. Aí às vezes tava lá, a gente nunca encontrava ele não. Encontrava ele já quando ele tava com o monte, não tem? Aí não dava prazer nada...*

É possível verificar que o desenvolvimento da infância e entrada na adolescência de Moacir estão ligados a processos de mudanças e de transformações que ocorrem ao longo da vida do sujeito e em cada uma das múltiplas dimensões de seu funcionamento psicológico. Isso nos confirma que o desenvolvimento do adolescente ocorre entrelaçado às práticas culturais, dizendo respeito às experiências do sujeito no mundo com base nas interações, assim se configura o pressuposto da natureza social do desenvolvimento (BRANCO; SMOLKA, 2004).

Apesar disso, sabemos que a relação entre o desenvolvimento e cultura, no entanto, deve ser vista com cuidado, pois conforme nos lembram Madureira e Branco (2005), a cultura não é um todo homogêneo e estático. Os sujeitos, por sua vez, estão constantemente reelaborando as mensagens culturais, se implicando em elaborações e trocas com os outros sociais e consigo mesmos, havendo sempre espaço para o inesperado, o novo. Por isso o desenvolvimento de cada sujeito é sempre inédito.

No caso de Moacir, o ódio, de maneira geral, passou a fazer parte de suas relações mais próximas, passou a ser o meio pelo qual ele conseguia lidar com as diferenças ou com algo que o contrariasse, como é o caso da relação com seus pais e com o contexto escolar:

M: (...) Quando eu comecei a estudar, colocava pra estudar, mas depois já me deu aquela fraqueza, me deu vontade de desistir já...

P: e o que será pode ter ocasionado isso?

M: não sei... foi meu ódio, raiva...

P: raiva de que?

M: não sei, mano... naquele tempo eu tinha muita raiva. Agora não, eu sou mais tranquilo. Mas era assim... eu chegava em casa, minha mãe brigava e meu pai também, meu padrasto, que eu considerava como pai. E eu sentia muita raiva, num tem? Era os meninos colocando pra cima. As vezes me batia eu ficava com muita raiva. Mano, se eu pegar aquele muleque é capaz de eu partir ele no meio. Fui criando muita raiva, muito ódio de tudo na minha vida.

A vivência escolar do adolescente, como um dos contextos institucionais vivenciados pelo adolescente, também foi cenário da violência vivenciada por Moacir.

Aí tinha uns que ficavam me esperando na porta do colégio pra me pegar... eu tinha 13. Por aí. Às vezes queriam me pegar lá fora, às vezes lá dentro. Eles até chegaram até a invadir lá no colégio. E nós no refeitório lanchando lá, deram um tapão na gente. Os galerosos da rua. Invadiram uns sete lá. Eu tava lá lanchando, tava

comendo assim, só vi só quando um me deu um tapão assim (gesto com a mão batendo no pescoço). Eu conhecia ele que era o R.

Esse aspecto evidencia o quanto a configuração subjetiva do adolescente se apresentava fragilizada e com um baixo repertório de possibilidades relacionais. A ausência de repertórios de subjetivação dificulta a instauração de vivências contraditáveis que acionem um processo dialético/dialógico, quiçá organizador de novos modos de subjetivação. O adolescente apresentava uma dificuldade grande para lidar com as situações que poderiam contrariá-lo, para negociar os conflitos com os seus pais. Assim, a maneira mais frequente de se sentir em relação às suas situações cotidianas era por meio do ódio e respondia por intermédio do uso da violência, a exemplo dos dias em que saía chutando as coisas em sua casa quando estava com raiva dos seus pais. Eram esses os recursos subjetivos que ele aparentemente possuía para se relacionar.

O contexto escolar, por outro lado, por estar também permeado por essas relações violentas, funcionava, para ele, como fortalecimento desse funcionamento e não parecia oferecer outras possibilidades de recursos subjetivos, o que acabou contribuindo para que ele desistisse de estudar.

#### **4.1.2 A infração como contexto organizador da vida**

Moacir ingressa na trajetória infracional desde os momentos da infância quando se insere no contexto de rivalidade entre os dois bairros. A partir desse momento, a infração exerce um papel importante para ele, que é o modo como ela serve de organizador da vida.

Inicialmente, por ter se mudado de bairro e por terem inimigos em comum, Moacir vinculou-se aos vizinhos do bairro Alvorada e passou a andar na companhia deles, começou a definir por onde andar, com quem andar, o que fazer, a partir da possibilidade de encontrar ou não seus rivais, desenvolvendo uma correlação entre os elementos de espacialidade e subjetividade.

Os vínculos estabelecidos lhe proporcionavam sensação de segurança, de determinado modo, pois andando em grupo ele poderia se defender do outro grupo rival, além de poder contar com o anonimato das atividades em grupo. Foi andando sozinho que aconteceu dele ter sido pego algumas vezes pelo grupo rival e espancado, quando chegou inclusive a ter um corte na cabeça, o que contribuía sempre para o aumento da raiva que ele

sentia. Além da sensação de segurança, havia outros sentimentos positivos que estavam associados ao seu convívio social na galera, ao bem estar que era provocado por ele ter amigos, diversão, entretenimento, reconhecimento grupal. O trecho a seguir mostra uma síntese dessa compreensão:

Eu quebrei até, eu cheguei a quebrar minha cabeça, com os meninos batendo na minha cabeça, que quebraram minha cabeça. Aí nisso foi me criando raiva, criando ódio. Aí já fui criando as amizades, já ficava tarde na rua, os meninos ficavam, saiam pra festas e tudo. Aí eu queria sair também, eles me levavam. Às vezes eu não podia entrar nas festas, num tem? Fazia de tudo pra mim entrar, aí as vezes eu entrava, às vezes não, às vezes ficava lá fora. Os meninos ficavam bebendo. Eu nunca era de beber assim não, nunca fui de beber. Eu bebia assim scarloff, eu bebia pouco, mais era ficar conversando assim. Aí naquele tempo também tinha muita, tinha muita festa ali no sambódromo, aí a gente ia pra lá. E naquele tempo era briga de galera e eu ia pra lá. A gente se reunia lá, às vezes brigava.

O relato do jovem apresenta como a vida em galera apresenta uma contradição possível às vivências dele em seu reduzido repertório relacional, pois levam a uma síntese que torna central o valor e existência **da** e **na** galera. Esta se torna lugar de produzir vivência enquanto sujeito ativo e lugar de circulação de afetos positivos significativos, como a diversão, as amizades, lazer etc..

É perceptível, na fala, que as brigas de galera tornam-se elemento acessório para acessar os benefícios desta prática que eram as amizades, as festas, as meninas por perto e a fama. É nesse sentido que a infração assume o sentido subjetivo de organizadora da vida do jovem, pois é o convívio em sua prática que atende as necessidades sociais elencadas pelo jovem. Considerando essa dinâmica, podemos compreender que, do conjunto de mediações pelas quais um indivíduo se constrói, um objeto/fato/fenômeno jamais é associado aos mesmos signos, pois as vivências são diferentes, os modos no nível da microgênese, na história de cada atividade significadas são únicos. Isso marca a dimensão da singularidade da história de vida, ao mesmo tempo em que se apreende em tais vivências aspectos do universo onde as vivências particulares foram possíveis de serem construídas e subjetivadas (VIGOTSKI, 1996).

Percebemos que há uma identidade sendo construída com base nessas vivências. Essas considerações nos permitem pensar num sentido subjetivo que envolve a significação da construção de rede social por intermédio da infração e o sentimento de amparo que é inerente a esse processo. Andar com a turma, ter as meninas por perto, a diversão e as festas foram experiências que passaram a fazer parte do repertório de atividades. Essa identidade foi



mantida com o contato que ele passou a ter com o tráfico, com a manutenção de algumas coisas como “as meninas”, como podemos perceber nessa descrição do adolescente:

Eu tinha 12 anos. Aí nisso eu já fui criando 13 já... aí como a gente fica ali, quando a gente tá com a nossa galera já pega uma fama já. Num tem? Aí ficava as meninas perto de nós, ali. Era muita onda mermo. A gente partia pra cima e eles partiam pra cima. As vezes a gente corria deles, as vezes eles corriam de nós. Aí nisso já fui parando já... aí foi que já surgiu já esse tráfico, aí já fui me envolvendo com os moleques no tráfico .

A partir do contato com o tráfico, o adolescente vislumbrou a possibilidade de acessar a bens como moto, cordão, roupas novas, além da fama e do reconhecimento de suas habilidades. Havia a presença de uma liderança no grupo com o qual ele andava que ele chama de chefão. O chefão foi o primeiro a ter contato com o tráfico, a partir do qual possibilitou aos outros adolescentes do grupo o investimento no mesmo ramo de atividades:

Ele (o chefão) tava trabalhando assim, pegando droga pouca, num tem? Depois já começou a trabalhar de muito. Aí nisso ele já foi dando pra nós já. Nisso eu ainda não pegava com ele não. Ele falava que eu era... que eu não aguentava pressão, que eu era muito novo ainda e tal... só que sempre. Mas só que ele se amarrava em mim, num tem? Aí ele falava “não...”. aí eu falava “da rocha”. Eu ficava tranquilo, aí os meninos que eu falava, que pegavam droga com ele nisso já tavam pegando, já tavam alugando moto, num tem?

Inicialmente ele não era considerado preparado o suficiente para o tráfico, por ser pequeno e não “*aguentar pressão*”. Assim, ele somente pode trabalhar com o tráfico a partir do momento em que teve o reconhecimento por parte do chefão de suas habilidades, conforme poderemos perceber no relato de Moacir a seguir:

Eu ficava tranquilo, porque achava que ia chegar a minha vez. Aí nisso eles não sabiam dirigir moto, só eu sabia dirigir moto, aí eles alugavam a moto, eu começava a dirigir (falando meio eufórico e sorrindo), nisso esse cara aí que era o chefão de lá me via dirigindo moto, num tem? Aí nisso também ele comprou uma moto. Aí as vezes... nisso ele pegou um tiro bem aqui (indicando o queixo com o dedo) no queixo, num tem? Ele ficava com a boca assim (cabeça inclinada) e tinha que fazer o curativo, nisso ele não podia dirigir moto e eu sabia, aí eu ficava levando e trazendo ele... ali já fui criando amizade com ele já. Ele ficou gostando de mim, do meu jeito. Nisso ele já começou a me dar droga, já começou a me dar droga já. Aí isso foi... aí ele foi até preso.

O trecho evidencia que essas experiências foram importantes para a definição e fortalecimento da identidade de Moacir. O adolescente teve o reconhecimento de suas habilidades, como amizade, parceria, lealdade, tranquilidade, ambição por parte do chefão daquele grupo. Podemos pensar no sentido subjetivo configurado a partir da representação do

tráfico como evolução de sua trajetória infracional associado ao reconhecimento que essa evolução possibilitava. Foi somente a partir do reconhecimento de suas qualidades que ele teve a possibilidade de ingressar no nível mais elevado da infração para aquele grupo, que no momento era a prática do tráfico de entorpecentes. Em outros contextos, como em casa, onde os pais viviam brigando com ele, e na escola, onde ele não conseguia encontrar motivação e vivia sendo expulso, não era possível para ele expressar tais habilidades. Não se trata de responsabilizar as pessoas da família ou da escola por qualquer prática infracional do jovem, pois se trata de um fenômeno complexo que vai além de relações causais ou de responsáveis.

O que percebemos é a confluência de fenômenos objetivos e subjetivos que agem no sentido de se reforçarem e se reafirmarem, se determinando mutuamente. Assim, o contexto vivenciado por ele junto ao grupo com quem brigava e que posteriormente passou a traficar era a base concreta para a expressão dessas habilidades, ele subjetivava esse contexto de modo que se sentia motivado a agir dessa maneira e tinha sentimentos positivos no sentido da organização, do estabelecimento de objetivos, como a compra de motos, de roupa, economia de dinheiro etc..

No processo de construção de sentidos e significados, a cultura oferece recursos e significados ao mesmo tempo em que estabelece os limites e possibilidades que estão constantemente orientando o processo de construção de sentidos e significados. Como expressão da constituição cultural do homem, nesse processo de significação, Aguiar (p. 96, 2004) define que “o homem, ao construir seus registros (psicológicos), o faz na relação com o mundo, objetivando sua subjetividade e subjetivando sua objetividade. O psicológico se constitui, não no homem, mas na relação do homem com o mundo sociocultural”.

Existe, conforme podemos perceber nos relatos do jovem, uma ideia de evolução na prática infracional. O chefe, por já ter mais fama e respeito que os outros adolescentes, teve o contato inicial com as pessoas do tráfico e possibilitou o acesso desses ao tráfico também. Com o tempo ele foi ganhando respeito, reconhecimento, a partir de sua entrada no tráfico de entorpecentes e um fator muito importante para ele parece ser o acesso a bens de consumo, que de outra maneira não seria possível, como ele narra no trecho a seguir:

Naquele tempo eu gostava de ter cordão, roupa nova. Aí naquele tempo eu já tinha uma fama já... aí as gatas daquele jeito, pirando, partiam pra cima, era moto, dinheiro, cordão... aí nisso também eu já me empolgava já. Às vezes tinha dinheiro. Aí num tempo também eu comecei a guardar dinheiro. Nisso já cheguei a ter 4 mil, 6 mil guardado. E eu falava “caramba!” E o pior que eu gastava dinheiro! Eu falava “Caramba, muleque! Eu gasto tanto do dinheiro, gasto tanto do dinheiro e ainda fico tendo dinheiro ainda”. O dinheiro não ia embora, eu começava a gastar e o dinheiro não ia embora, eu começava a recuperar depois, num tem? Aí eu guardava porque

um dia eu podia precisar. Aí nisso eu já comecei a aprender a dirigir carro também. Aí só que eu não gostava muito de carro não. Mais era moto mesmo. Aí nisso eu comprei uma moto pra mim. Comprei uma moto pra mim. Tinha dinheiro guardado e tinha moto também.

Já mencionamos no terceiro capítulo desta pesquisa, que o alto índice de atos infracionais relacionados com o tráfico, roubo e furto apresenta uma relação com o estado de privações que os adolescentes vivenciam cotidianamente. As considerações de Moacir nos permitem verificar a elaboração de um sentido subjetivo envolvendo o prazer e a euforia sentidos pelo ingresso no mundo do consumo, por intermédio do tráfico de drogas, e a representação de sua existência social dependendo da aprovação do grupo, que se dá baseada nos valores materiais. O contexto infracional possibilita as relações positivas com as meninas, que se aproximavam dele naquele momento em que ele já estava com fama, com dinheiro, cordão. Ele parecia não conseguir lidar muito bem com isso, pois era uma situação nova. Ele menciona que ficava empolgado, demonstrando a euforia que sentia diante de tantos fatos prazerosos que o tráfico de drogas lhe possibilitava naquele momento.

#### **4.1.3 A sobrevivência pelas próprias mãos**

Moacir desde muito pequeno precisou zelar por sua própria segurança, pois ficava aos cuidados da avó em casa enquanto seus pais trabalhavam, mas sempre fugia dela e passava os dias na rua, convivendo com os colegas, momento em que ficava à mercê das relações violentas construídas com os colegas, como mencionado na zona de sentido anterior.

Diante de tal realidade, coube a Moacir desenvolver desde muito pequeno a sobrevivência pelas próprias mãos, bem como arcar com seus atos e os problemas que enfrentava. Ele passou por diversas dificuldades, como para visitar a sua avó ou para ir à escola, pois os grupos rivais ficavam o esperando no bairro, no portão da escola, tanto na entrada quanto na saída. Mesmo assim ele não dividia a possibilidade de resolução desses problemas com os adultos que em tese seriam os responsáveis pela segurança dele.

M: Tinham esses que ficavam esperando na porta da escola pra me pegar... é, mas eu nunca contava pra minha mãe nem pro meu padrasto, nem pra minha avó.

P: por que tu não contava?

M: eu não contava não. Num sei... sei porque não. (...) é, tinha que enfrentar, eu enfrentava sozinho.

P: o que tu acha que poderia acontecer se tu contasse?

A: Num ia resolver. Não sei, pra mim eu acho que não ia resolver nada não. Pra mim, né? Acho que não ia resolver nada não. Porque minha mãe ia chamar a polícia.

E nisso ia dar muita confusão. E nisso eu queria resolver eu mesmo com as minhas próprias mãos, num tem?

Essas vivências sinalizam para a constituição de um sentido subjetivo que envolve os sentimentos de solidão no mundo e uma representação simbólica superestimada em relação as suas possibilidades individuais, pois o adolescente parecia estar só e querer ficar só para resolver os problemas que afligiam o seu cotidiano. O Estado, a sociedade, nesse caso representados pela polícia e escola, e a sua família não conseguiam se configurar, para o jovem, como fontes de segurança e de solução para os problemas que enfrentava, ele não acreditava que poderia contar com eles para a resolução de suas dificuldades. Moacir precisava, portanto, enfrentar seus problemas à sua maneira e resolver com as próprias mãos, com as ferramentas que lhe eram acessíveis dentro deste contexto. A estratégia que lhe era possível momentaneamente era se fortalecer como integrante de um grupo, juntamente com a sua galera, que era formada por seus semelhantes.

Podemos pensar que uma dos aspectos individuais presentes nesse processo é um desejo, da parte de Moacir, de desenvolver aspectos em sua subjetividade no sentido de ser forte e conseguir resolver os problemas que enfrenta. De toda maneira, isso ocorre devido ao modo como as sua trajetória foi se organizando nessa direção. Aspecto marcante, inclusive, no modo como as figuras adultas ficam registradas para ele. Inicialmente uma avó fraca que não conseguia cuidar dele e impedir as suas fugas cotidianas, uma mãe ausente que precisava trabalhar e deixá-lo aos cuidados da primeira, um pai desconhecido e um padrasto que não ficou por muito tempo. Ao mesmo tempo, uma escola que não impede a invasão de *galerosos* para bater nele e nos seus amigos.

Compreendemos que todos os atores sociais envolvidos nas relações culturais do indivíduo são sujeitos ativos e transformadores das mensagens culturais presentes nos contextos de desenvolvimento. Assim, é como se essas figuras adultas, do modo como ele narra, transmitissem a mensagem de que não eram confiáveis e não inspiravam segurança (VALSINER, 1995).

Moacir se percebe nessa posição quando relata que, desde muito cedo, tinha atitudes que não eram percebidas por seus familiares, como o fato de ter comprado motos, de ter dinheiro, de sair todos os dias de casa, de dormir fora de casa, de ser expulso da escola etc.. Todos esses fatos não eram comunicados por ele aos seus pais e, na fala de Moacir, tantos esses atos quanto consequência não eram percebidos por eles, de modo que o jovem vê o

desenvolvimento de sua infância/adolescência de um modo bastante autônomo, sem qualquer interferência da família, como contou no seguinte trecho:

Aí nisso eu comprei uma moto pra mim (...) aí minha mãe num descobria não. Eu guardava minha moto lá na casa do meu colega de noite. Eu passava o dia na rua, só chegava em casa de noite, passava o dia na rua. Chegava não, eu ia em casa, almoçava, ia tomar banho. Quando nada, eu já tava correndo “benção, mãe”.

A mãe chegou a brigar com ele diversas vezes durante a infância, mas ele sempre dava um jeito de fugir da interferência familiar em sua vida, até o momento em que sua mãe não brigava mais, como ele nos conta em dois trechos:

Aí eu chegava tarde na rua, comecei a chegar tarde, minha mãe já começava a falar pouco... [como falar pouco?] Ela falava, as vezes ela até chegou a me bater, mas depois ela parou, aí já começava só a conversar, aí assim foi evoluindo...  
Aí nisso ela já num... no começo ela ficou falando, aí depois ela num quis mais, já num quis mais nem saber. Falou assim “Mano, vê aí o que tu faz da tua vida, num sei o que”.

Podemos pensar que essas vivências indicam um sentido subjetivo onde estão coadunados os sentimentos de abandono por parte de seus familiares e de esperteza dele diante desse contexto, ao mesmo tempo em que sua vida é representada como uma responsabilidade solitária e individual sua. Ele assume para si a responsabilidade sobre a sua vida.

Sabemos que o ECA designa à família, Estado e sociedade a responsabilidade pelo oferecimento de condições dignas e harmoniosas de desenvolvimento para os adolescentes, considerando a sua condição de pessoas em desenvolvimento e resguardando os direitos constitucionais, além da proteção de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. No entanto, essa não é a realidade vivenciada por Moacir, pois ele não encontrou esses seus direitos resguardados por aqueles que deveriam por eles responsabilizar.

Importante destacar que não queremos enveredar pelo discurso moralista da família desestruturada como razão de desvios etc., tendo em vista que consideramos que as famílias também apresentam diversas privações que desorganizam o cotidiano familiar, além de fragilizar os vínculos familiares, o que também contribui para enfraquecer o repertório subjetivo do adolescente.

Outro fato interessante de se notar é que ele estabeleceu uma relação peculiar com a polícia durante a sua trajetória de vida. Existia uma relação de polícia-bandido mesclada para ele. A polícia, desde a infância, fez parte do modo como Moacir subjetivava as ruas e o convívio na comunidade e sempre ocupou uma posição dúbia, oscilando ora no papel de fiscal e controlador da infração, ora no papel de corrupção e bandidagem. O primeiro episódio com a polícia já possibilitou essa vivência, pois foi em um episódio quando ele ainda não tinha ingressado na prática infracional, mas ficava brincando de futebol nas ruas próximas com os colegas. A polícia passou, rendeu quem estava ali brincando e levou o celular que era dele. Diante de tal fato, Moacir recorreu aos meios que acreditava serem os que trariam a solução, foi para a delegacia, denunciou, registrou ocorrência contra os policiais e ficou conhecido por eles devido a esse fato, mesmo assim não conseguiu seu celular de volta.

Percebemos, portanto, que a tentativa que ele fez de resolver uma violência sofrida pelas vias convencionais e legais existentes foi frustrada e gerou um resultado negativo, pois ele foi ridicularizado pelos policiais e desde então os policiais passaram a persegui-lo de modo mais intenso e armavam emboscadas como forma de se vingar dele pela denúncia feita. Ele estabeleceu, portanto, um sentido subjetivo referente a polícia como uma instituição dúbia: *tinha policial também que era mal elemento, se amarrava também em bater. Mesmo que eu não tivesse fazendo nada, só andando na rua, se eu visse uma ronda no bairro já tinha medo... de eles jogar droga em mim, me bater, me levar preso. Também tem muito policial safado.*

Esse fato expressa a presença de um Estado que violenta ao invés de proteger, que viola os direitos ao invés de garanti-los. Uma definição melhor do que essa é a um Estado que apresenta a dualidade entre uma postura de proteção e de violação. Sendo assim, não se sabe o que se pode esperar, tendo que estar sempre à espreita e na defensiva em relação a este Estado que representa ameaças. A polícia integra o sistema de segurança pública e de proteção aos direitos humanos, dentre eles os direitos dos adolescentes, na ponta que está cotidianamente mais próxima a estes. Assim, sua função, no modelo social democrático, em que não há mais sentido uma atuação policial pautada na repressão antidemocrática e na truculência, deveria estar comprometida com a promoção e a garantia dos direitos mencionados (BALESTRERI, 1998).

A polícia significada na trajetória de Moacir, entretanto, se insere no mesmo terreno que as galeras e ocupa um posicionamento de dentro/fora em relação a esta. Ao mesmo tempo em que ela apresenta uma diferenciação no campo da inimizade e da oposição de lado no

combate cotidiano, ela marca a legitimação da prática infracional, por intermédio da corrupção. A polícia aparece, assim, como agente inscrito no mesmo campo de ação, cujo o código é a banalização e a naturalização do uso da violência (DIÓGENES, 2000).

De modo conectado com todas essas vivências, a maneira como Moacir constroi os modelos explicativos para os fatos de sua vida está fortemente marcado pela culpabilização de si mesmo como único responsável pelos fatos negativos que aconteceram na sua vida. Ele abre e fecha a entrevista se referindo a sua trajetória de vida como marcada por atitudes suas negativas, com viés de culpa para si. Sua primeira fala da entrevista traz essa ideia: *Mana, é... Meu passado foi muito difícil. E... queria falar que teve muito erro meu. Errei muito e agora eu quero uma vida boa.* Trata-se da compreensão de um modo culpabilizado e negativizado de si mesmo, como ele traz nos momentos finais da entrevista: *eu penso que foi muita burrice minha (sorri constrangido). Sei nem explicar...*

Em outro trecho Moacir fala: *é porque eu não quis saber... eu não quis saber de estudo, eu não quis saber das coisas bons. Aí nisso que me levou pra vida errada.* Trata-se de atribuir a responsabilidade a características negativas suas pelos fatos da sua vida, dizendo que foi muita burrice sua durante sua vida como um todo, bem como quando ele diz que desistiu da escola porque deu uma fraqueza: *quando era logo no começo, quando eu comecei a estudar, colocava pra estudar, mas depois já me deu aquela fraqueza, em deu vontade de desistir já.* Para o jovem, é como se a saída da escola fosse resultado de um processo unicamente individual.

Ao compreendermos que o desenvolvimento de um sujeito não se dá de modo isolado e que a subjetividade se constroi de modo imbricado com o contexto social, sabemos que essa compreensão de Moacir se pauta no valor social presente na sociedade capitalista que atribui responsabilização individual aos sujeitos pelas mazelas de suas vidas. No contexto neoliberal, há a legitimação do capitalismo por meio da responsabilização individual das pessoas pelo seu insucesso, o que contribui para a manutenção de uma lógica opressora, em que as relações de poder e de opressão são inseridas no psiquismo humano, permeando suas relações cotidianas e a maneira como as pessoas constroem as significações acerca de si mesmas (GUZZO e LACERDA JR, 2007; CIDADE; JUNIOR; XIMENES, 2012).

#### 4.1.4 Necessidade de segurança na vida

Moacir desenvolveu uma trajetória de vida vinculada aos contextos violentos, como já mencionamos e a subjetividade desenvolvida por ele e apresentada por nós, até agora, nos parecia estar vinculada a esse tipo de vivência, mas acontece que de modo bastante interessante o adolescente demonstra, na construção da narrativa da sua trajetória de vida, estratégias subjetivas no sentido de garantir a sua segurança e a sua proteção de diversos modos.

Quando se refere ao modo como se relacionava com seus pais e com sua avó, demonstra que apesar dos conflitos familiares por ele vivenciados, tentava manter uma relação de respeito aos seus familiares como modo de resguardar a bênção divina e manter uma proteção via relação com a mãe, que estava associada a essa postura, como ele relata no trecho a seguir:

Quando nada, eu já tava correndo “benção, mãe”. Que a mamãe até uma vez falou pra menina que... “toda vez que eu ia falar com ele, ele já tava era me dando benção já, na porta, no portão já, já indo embora”. Dava benção, porque eu sempre gostei de dar a benção, honrar, porque eu gostava de ler bíblia também, num tem? Porque tá escrito na bíblia. “Quem honrar sua mãe, seu pai você será abençoado”. Num tô lembrando, mas é assim, tem que honrar o pai e a mãe. Eu sei o salmo 91 de cabeça... tudo isso também.

Essa fala demonstra o lugar importante ocupado pela família e pela religiosidade. A honra devia aos pais está acima dos conflitos cotidianos, pois os pais devem ocupar espaço de respeito divino por parte dos filhos. E, de certo modo, essa honra se apresenta como descolada do cotidiano concreto, pois ele também percebe a mãe como não cuidadora, como visto no tópico anterior. O modo como ele compreende essa relação pode constituir um sentido subjetivo onde estejam configurados os sentimentos de fé e de segurança, oriundos de sua postura respeitadora, bem como a representação simbólica da família como algo sagrado e divino. A segurança para ele se reveste, portanto, de um sentido metafísico.

Podemos perceber que, de modo contraditório, mesmo o adolescente compreendendo que tinha postura de risco em relação a possível morte prematura, devido à natureza das atividades que desenvolve e o contexto em que convive, ele buscava a segurança na religiosidade, na fé e na obediência ao preceito bíblico de honra aos pais. Esta honra está representada para ele no ato de pedir a bênção ao sair de casa.

Estudos sobre os fatores de proteção e de vulnerabilidade junto a adolescentes fazem construções teóricas que indicam a religiosidade como um dos fatores de proteção contra os



riscos, bem como apontam a importância das redes de ligações sociais, pares e família contra as adversidades (COSTA, 2007).

Dentro dessa mesma trama significativa, percebemos por parte de Moacir a compreensão de que a prática do tráfico de drogas é uma prática ilusória, que somente traz um bem estar passageiro e que não traz segurança na vida. Por este motivo ele não quer mais esse tipo de atividade, pois necessita de algo que lhe dê alguma segurança na vida, como podemos perceber em seu relato:

Pra mim aquilo dali só é ilusão, só. Só é ilusão... porque aquilo dali só é uma fase só. Depois acaba tudo. Tem nem pra onde a gente correr, porque num tem o estudo, num tem nada. Pra onde a gente vai correr? Por isso que primeiro tem que ter o estudo, estudar agora... agora eu quero estudar. Porque depois que acabar tudo, pra onde eu vou correr? Que eu não tenho estudo, não tem onde eu trabalhar. E pior é que eu só...

Nesse sentido, o estudo e a profissão ocupam simbolicamente a representação de segurança de uma vida mais estável, diferente da que ele estava desenvolvendo até o momento e por este motivo, ele não tem para onde correr, pois não estudou e não desenvolveu uma profissão. A partir de agora ele pretende estudar como forma de garantir essa segurança pretendida e ter uma perspectiva um pouco mais positiva da vida da que ele estava tendo até então, como podemos perceber no relato a seguir quando ele fala sobre a sua trajetória no tráfico:

Mano, isso daí só é ilusão. Pra mim só é ilusão. Eu achava legal na época que eu tava, assim. Porque... tipo assim, a gente tá no auge, depois começa a perder tudo já... é... porque tu tá ali, quando vai preso já fica outros muleque no teu lugar, num tem? Aí nisso tu já vai perdendo teu tempo ali, tu sendo preso, perde tempo e tudo... porque tudo que a gente... que a gente colhe assim, tudo que a gente faz de mal assim, que a gente planta a gente colhe. Tudo que a gente tá fazendo ali uma hora vai dar errada, uma hora vai dar errada, mana. Porque isso daí é castigo de deus. Aquilo dali a gente tá, porque aquilo dali a gente tá amaldiçoando as pessoas, num tem? A gente tá vendendo, mas a gente tá amaldiçoando os usuários. Aí aquilo dali só podia dar errado. Sabia que ia dar errada, era só o que podia dar.

Percebemos por parte dele a compreensão da prática do tráfico como algo passageiro, cíclico, que não possibilita segurança e investimento a longo prazo. Percebemos que há novamente o aspecto religioso presente nessa compreensão. Percebemos que a vivência dessa dimensão do tráfico, com a possibilidade de ser preso e de perder tempo de sua vida e de seus investimentos físicos e afetivos, pode indicar a constituição de um sentido subjetivo no qual se configuram os sentimentos de insegurança e de decepção associados ao tráfico, bem como a representação simbólica da prática como um instrumento de destruição de outras vidas.

Existe no processo de subjetivação de Moacir uma contradição importante, pois apresenta dois níveis de subjetivação relacionados à segurança. O primeiro se refere a uma segurança metafísica, advinda por intermédio da fé, que tem se mostrado intangível na vida do jovem, apesar de parecer para ele mais poderosa e duradoura, e o segundo se refere a uma segurança a um nível mais concreto, de provimento das necessidades, por intermédio do tráfico, sendo esta, uma segurança passageira, com bens que se ganha e se perde, mas que é mais concreta e tangível ao jovem.

Dessa maneira, o tráfico não poderia trazer muitos benefícios ao jovem a longo prazo, como foi percebido por ele mesmo. Havia para ele um funcionamento cíclico nesse ramo de atividade, pois o jovem iniciava e tinha vários benefícios, ficava no *auge*, mas em seguida começava a *perder tudo*, a *perder tempo*, tinha que *recomeçar*, *começar do zero*, eram as expressões por ele utilizadas. Mais do que isso, havia uma possibilidade mais intensa que se apresentava ao jovem como um roteiro comum da vida de muitos jovens conhecidos por ele e com práticas parecidas, que era a possibilidade eminente de morte, como já havia acontecido com diversos jovens que ele conhecia.

Eu ficava “Caramba, mano! Acho que essa vida num é mais pra mim, não. Toda vez tá dando errado”. Teve um tempo que começou a dar certo, depois já começou a dar tudo errado. Aí eu pensei e falei “Mano, é melhor eu dar um tempo, dar um tempo, parar um pouco”. Naquele tempo pra mim eu ficava me sentido assim “Acho que eu já tô demais já. Melhor eu dar um tempo, se não vou acabar morrendo, vou acabar... acabar acontecendo alguma coisa comigo pior.

(...)

Já conheci muita gente que perdeu a vida. Muita gente, ó. Meus amigos tudinho... Ishi! Só... teve uma semana lá que em menos de uma semana já mataram dez já, no Alvorada. Era polícia, era bandido matando. Aí eu ficava só vendo e falava “Mano, é melhor eu parar...”. Já tava pegando uma fama também... Aí eu falava “Mano! Melhor eu parar, se não tem gente que vai crescer o olho em mim”. Os que morriam já eram também queimados pelos home, os home matavam. E também eu já era, já tava conhecido pelos home.

Eu sabia já que ia acontecer isso aqui comigo já. Pessoal ameaçava, num tem? Falava que ia quebrar minha perna, que ia me matar. Aí nisso também é o significado as vez, que deus manda avisar, tá avisando, num tem? Se a pessoa não mudar é danado pra dar erro. Danado pra acontecer...

As experiências do adolescente possibilitam para ele perceber que um dos caminhos possíveis para quem fica bastante tempo na prática do tráfico de drogas é a morte, tanto por parte dos policiais quanto por parte de outros traficantes. O próprio sucesso nesse contexto específico do tráfico pode levar a morte, que é o caso dos que já estavam famosos e acabaram morrendo por causa disso. Além disso, os policiais, chamados por ele de *home*, também representam uma forte ameaça à vida dos adolescentes. Essas especificidades na experiência

do jovem constituem um sentido subjetivo no qual se configuram o medo de morrer e a representação da morte como destino inevitável de quem permanece no comércio ilegal de drogas nos bairros onde ele frequentava.

Essa realidade de perseguição aos usuários e a batalha contra o tráfico são os alicerces da política proibicionista do Estado brasileiro. Pessoas e movimentos ligados à luta contra a criminalização da pobreza e o genocídio da juventude negra, inerentes à luta contra o tráfico, defendem que os grandes empresários do tráfico continuam lavando os lucros do comércio ilegal das drogas no sistema financeiro internacional, enquanto o pequeno traficante, o polo varejista, é brutalmente reprimido. Segundo esses defensores, a guerra às drogas, na verdade, é uma política de controle social da população negra e pobre, porque aprofunda a militarização das periferias das grandes cidades. A classe trabalhadora é o alvo mais atingido por esta guerra, pois fica refém da luta entre as facções do tráfico, milícias e Polícia (BATISTA, 2003, CRP-SP, 2015).

O fato de Moacir ter uma proximidade com tiroteios e mortes frequentes de seus conhecidos, ele teme por sua segurança e pelo seu futuro, pois considera que a permanência na prática infracional é garantia de morte prematura. Esse contexto de possibilidade próxima de morte leva o jovem a compreender o incidente ocorrido com ele como uma forma de aviso divino para que ele saísse permanentemente dessa vida. Quando na fala citada anteriormente ele se refere a “*isso aqui*” ele está se referindo ao episódio em que ele tinha ido visitar a sua namorada e estava à espera do moto taxi para voltar para casa quando um carro preto com todos os vidros negros parou ao lado dele. Do carro saíram homens vestidos de pretos, encapuçados e com botas pretas e começaram a disparar armas de fogo em direção a ele. Ele conseguiu correr e se esconder numa casa da vizinhança e por isso foi atingido somente uma vez na perna e uma vez no braço. Para ele, esse episódio representou um livramento divino, pois ele tinha certeza de que eram os policiais que estavam disfarçados querendo matá-lo.

Todas essas experiências deram ao adolescente o sentimento de decepção com essa atividade, pois foi algo que lhe causou muito prazer por determinado tempo, mas que não pode trazer grandes garantias à vida como um todo e que, inclusive, pode leva-lo à morte de maneira prematura. É interessante perceber, no entanto, que o jovem não fica resignado à culpa e ao arrependimento de ter vivido isso por um período da sua vida, ele vai além e passa a buscar as possibilidades positivas de vida, de segurança e de desenvolvimento positivo no contexto em que ele vive, como podemos perceber no trecho de sua fala a seguir:

M: Agora muita coisa boa, vários projetos, projeto jovem cidadão, tem uns projetos, tem vários projetos agora que eu tava vendo... então a falta de projeto, de apoio, assim, de várias coisas não ajudavam os jovens mudar. Agora pode mudar uns e outros jovens. Tem “Galera nota 10” que eu tava vendo. Ajuda a sair longe da violência. E na minha época não tinha essas coisas aí. Agora tem vários projetos, tem material, tem informática, tem até informática de graça. Várias coisas agora. E eu queria me dedicar mais agora... (...)

Eu queria aprender... tem futebol, é... pingue-pongue, tem “galera nota 10”, tem um CDC bem aqui, que eles são apoio pra sociedade. E lá só é jovem, tem pingue-pongue, futebol, artes. Professor de tudo que é tipo lá...

O jovem desenvolve a compreensão de que “agora” existem vários projetos, como se antes não existisse, mas na verdade, é que agora ele consegue perceber a existência desses projetos e dessas atividades, por ter acesso a eles, por intermédio, por exemplo, da orientação recebida durante a medida socioeducativa e também por ele estar se desvinculando da atividade do tráfico e, por isso, buscando outras alternativas de atividades a desenvolver.

Existe por parte do jovem a compreensão de que se houver investimento por parte do governo e da sociedade há a possibilidade de mudar, se estiver associada à vontade dele, como está no momento. Ele faz a valorização de espaços sociais para a inserção positiva do jovem, se comporta de modo ativo e passa a procurar que tipo de atividades pode fazer de hoje em diante em sua vida, com a finalidade de se inserir socialmente. Como forma de buscar mudança de vida, o jovem se apega a possibilidade de atividades que ele pode desenvolver, ele diz que agora tem vontade de: *jogar pingue-pongue, ficar mexendo em computador também, me dá vontade... porque antigamente já num tinha mais vontade não de ficar mexendo em computador e... agora é essas minha vontade, essas coisas boas.*

O jovem elenca essas atividades como as que poderiam ser referentes a adolescentes, a diversão, como modo de agregar valores positivos a sua vida. O interessante dessa construção verbal do jovem, é que essas atividades não foram experienciadas por ele, ele não tem a vivência concreta se, de fato, essas atividades ajudam a pessoa ter aspectos positivos na vida, mas formula, na fala dele, uma espécie de ideal salvacionista a partir de uma vida idealizada, diferente da que foi por ele vivida até o momento da entrevista.

De modo semelhante com esse movimento, ele reconhece nas relações sociais um bom aliado no processo de mudança de vida e relata que tem vontade de fazer *amizades boas*, com outros adolescentes que sejam boas companhias e faz a comparação de sua vida com a vida de outros adolescentes, como diz no trecho a seguir:

Fazer umas amizade assim, que tem uma amizade boa... na minha idade tem muita pessoa também que nunca passou o que eu passei, num tem? Tem uns que sempre gostaram de estudo, assim. Percebi já. Tem uns da minha idade que já até se

formaram. (...) Porque também eu não quis saber de estudar, era pra mim ter terminado. Tudo que eu passei só foi ilusão só. E ele fez o caminho certo. Foi essa violência aí na minha vida, como expliquei ainda agora.

Novamente Moacir fala de relações ainda não vivenciadas por ele, mas que ele posiciona num lugar ideal de mudança de vida. Por um lado, ele faz uma comparação com outros adolescentes de modo a se desvalorizar, posicionando esses outros adolescentes – *tem uns da minha idade que já até se formaram* – num lugar ideal de comportamento e realização, enquanto ele seguiu no caminho da ilusão e de erros.

Como modo de lidar com o tempo que foi considerado por ele como perdido enquanto esteve no tráfico, na ilusão, e sem estudar, ele menciona que pretende *estudar, fazer as coisas novas, coisas que traz futuro pra gente*. Há a percepção por parte dele de que a violência e as amizades o levaram *pelo caminho errado*. Mas que se ele puder estabelecer relações positivas com outros jovens que possibilitem boas experiências a ele, ele pode mudar de vida e conseguir a pretendida segurança no futuro. As expectativas do jovem referente a possibilidade de transformação na vida remetem a um sentido subjetivo de esperança, de renovação, de retomada da vida em outros sentido, ao mesmo tempo em que simboliza a mudança de comportamento como garantia de mudança de vida.

Esses aspectos são indicadores de Moacir se configurando como sujeito de sua trajetória, reconhecendo que ele tem potencial de transformação de seus rumos, mas, por outro lado, ainda apresenta essa perspectiva num campo ideal, talvez por conta de sua trajetória marcadamente enfraquecida de recursos subjetivos construtivos, talvez seja necessário maior investimento nesse potencial, seja por parte da família, por parte da medida socioeducativa e do próprio jovem, como forma de sustentar e manter essa condição de ativo na processualidade de sua vida.

Uma das características do jovem como uma qualidade positiva percebida por ele é a habilidade que ele tem de fazer amizades, de conversar, de estabelecer relações agradáveis com as pessoas. Para ele, essa característica pode ser um dos aliados em seu processo de transformação de vida e de construção de uma trajetória diferente daquela desenvolvida junto ao tráfico. A rede social, portanto, parece ocupar lugar central em sua vida, pois assim como contribuiu para que ele pudesse se manter na trajetória infracional, poderá se configurar como um apoio para a construção de projetos de vida mais seguros e positivos.

#### 4.2 CONSTRUÇÕES A PARTIR DAS INFORMAÇÕES DE ORIBÁ

O contato com Oribá foi feito durante uma tarde na qual ele tinha atendimento agendado no polo. Ele estava acompanhado de sua mãe e sua namorada. Explicamos para os três os objetivos da pesquisa e os procedimentos, bem como apresentamos o caráter voluntário de sua participação. Ele aceitou participar e marcamos a entrevista para o próximo atendimento agendado, dali a 15 dias. No dia do atendimento marcado ele faltou, fizemos contato telefônico e marcamos para a próxima semana, quando ele foi e realizamos a entrevista.

Oribá é um jovem de 18 anos, natural de Manaus, mora com seus avós e com uma irmã *especial*, que tem sequelas de meningite e encefalite sofrida na infância. Até os dois anos Oribá foi criado pela sua mãe. Em seguida, após os dois anos de idade, ele e sua irmã passaram a ser criados por seus avós, pois sua mãe precisava viajar para trabalhar e ele ainda era pequeno e precisava de alguém que cuidasse dele. Sua infância é marcada pelo convívio próximo com os primos, os tios, o padrinho e os avós. Tinha horário de estudar, de brincar, de sair com a família e com os amigos.

Os momentos mais importantes da sua infância e adolescência foram os momentos que viveu em família, como aniversários de familiares. Estar acompanhado de sua família tem um valor de muita importância, especialmente por ter vivido momento de tranquilidade e de descontração, com brincadeiras saudáveis, felizes e não violentas.

As pessoas mais próximas com quem ele convive são a mãe, os avós, o padrinho e a irmã. Sua irmã é especial, mas consegue fazer os serviços de casa, como lavar o banheiro, lavar os pátios, lavar louça e lavar roupas. O convívio com sua mãe era esporádico, pois ela sempre viajava a trabalho, mas era algo tranquilo e sempre que ela vinha à cidade levava Oribá e sua irmã para dormir na casa dela, especialmente nos fins de semana. Os cuidadores durante a infância elencados por ele são os avós, o padrinho, a madrinha, mãe da madrinha e uma tia. Relata que sempre teve uma relação muito boa com seus familiares, sem brigas e sem complicações.

Desde que começou sua vida escolar, estudou todos os anos sem reprovar nenhum e estudou de modo regular até chegar ao segundo ano do ensino médio. Quando cometeu o ato infracional acabou perdendo o ano por ter sido *preso*. Precisaria recomeçar o segundo ano e fazer terceiro, mas ele não quer mais estudar dois anos e por isso decidiu concluir o ensino médio pelo curso supletivo, para poder começar uma faculdade e poder trabalhar. Sua vida escolar foi marcadamente positiva. Na escola aprendeu, além dos estudos, a respeitar o

próximo, a respeitar o mais velho e a principal aprendizagem foi a de conviver com os amigos de modo respeitoso, o que também aprendeu em casa.

O ato infracional cometido pelo jovem foi assalto a um taxista. Ele foi convidado por seu primo para fazer isso e não *pensou em nada*, simplesmente foi acreditando que assaltariam, teriam o dinheiro e não aconteceria nada após isso. Mas eles foram filmados por uma câmera de segurança e ele esqueceu o celular no taxi. A partir disso ele caiu numa emboscada que os filhos do taxista armaram para pegá-lo. Quando isso aconteceu, ele acreditou que ia morrer, pois esses rapazes estavam tentando empurrá-lo para dentro de um carro que estava no estacionamento de um supermercado. Por sorte algumas pessoas que estavam por perto viram os fatos e chamaram uma viatura da polícia que estava também nas proximidades. A polícia então o levou para DEAAI.

Quando foi *preso*, ele ficou quatro dias na DEAAI e um mês na Unidade Provisória de Internação. Isso foi bastante ruim para o jovem, porque ele não queria estar lá, achou que foi uma *besteira* de sua parte ter cometido o ato infracional e acha que não é o tipo de adolescente que faz esse tipo de coisa. Só fez isso dessa vez porque pegou corda do primo que já havia assaltado outras vezes. Lá na provisória tinha outros adolescentes que já haviam sido presos muitas vezes e que tinham feito coisas muito piores do que ele. Quando foi *preso* ele achava que não ficaria mais do que uma noite na delegacia, pois achava que por ele ser *de menor*, apenas assinaria um documento e sairia.

O fato dele ter sido preso também representou uma grande surpresa para todas as pessoas da sua família, porque nunca imaginaram que poderia acontecer isso com ele, já que nunca foi *o tipo de adolescente que dava trabalho* relacionado a assalto, confusão. Sempre foi tranquilo, de ficar brincando, soltando papagaio, com convívio na casa e escola. Quando ele saiu teve um grande sofrimento por conta do preconceito que enfrentou por parte da família de sua namorada e teve que *dar a volta por cima* depois desses fatos, teve que demonstrar que não era *esse tipo de adolescente* e provar que era um jovem de trabalho, de boas qualidades e boas intenções.

Oribá tem vários amigos no bairro, amigos de infância e que são muito especiais para ele na vida. Por esse motivo ele se sente bastante acolhido pelas pessoas próximas, tanto seus familiares quanto seus amigos e sabe que se algo acontecer com ele, terá com quem contar e a quem pedir ajuda.

Atualmente ele está com planos de fazer o supletivo, está trabalhando na pista de arrancada em Iranduba com seu padrinho e não sai mais para festas, apenas se reúne com seus

amigos na frente de sua casa, assistem aos jogos de futebol e lutas de UFC, jogam bola, jogam dominó. Pretende terminar o supletivo, começar a fazer uma faculdade, comprar seu carro próprio, uma moto, um apartamento, casar e ter filho.

#### 4.2.1 Uma vida normal

Oribá demonstra no relato acerca de sua vida a importância que tem para ele os fatos positivos que aconteceram na sua vida, em especial os acontecimentos em família, pois considera que sua vida sempre teve um funcionamento muito normal, positivo e tranquilo, como qualquer outra criança ou adolescente normal. Para ele: *a minha história, até hoje, praticamente normal, tirando o que eu fiz de errado, né? Infância, tudo normal, uma criança normal, estudo, tudo... Tirando essa coisa errada que aconteceu, que foi um assalto a um taxi com meu primo.* O relato do jovem demonstra uma compreensão de maneira hegemônica acerca da infância, trazendo o conceito de tudo normal, uma criança normal, uma vida normal.

É interessante notar que o discurso do jovem está apoiado numa compreensão hegemônica acerca da vida, da infância e da adolescência. Compreendemos que isso ocorre devido ao processo de construção social dos significados e representações, pois a posição social que o adolescente está e os valores e as crenças sociais circundantes contribuem para que o Oribá perceba a vida como seguindo um modelo hegemônico, normal, do qual quem difere é o errado, destoante ou desajustado, o que não é o caso dele, segundo sua própria compreensão.

Essa compreensão está carregada pela ideologia liberal capitalista que iguala todas as pessoas e ignora as diferenças, legitimando o processo de exclusão social. Essa mesma linha de pensamento está presente em teorizações de alguns autores da Psicologia sobre a adolescência. A visão desses autores, com a qual não concordamos nesse trabalho, apresenta quadros teóricos compostos por um conjunto de características estereotipadas da adolescência que congregam princípios naturalizantes, universalizantes e patologizantes, que reforçam as ideias estereotípicas da adolescência. Tal como nos adverte Ozella (2003), são caracterizados como típico do adolescente o luto sofrido pela perda da infância, a agressividade, os conflitos de identidade, a tentativa de autoafirmação, dentre outros (OZELLA et al, 2003). São enfatizadas expressões sociais negativas da adolescência, que caracterizam os adolescentes como pessoas de difícil convívio.



Sabemos, entretanto, com base no referencial teórico que nos orienta, que no contexto social em que os adolescentes vivem, as configurações históricas e culturais de desenvolvimento humano estão atravessadas por uma realidade específica, o que marca as possibilidades de desenvolvimento desses sujeitos em interação com as suas relações sociais, suas escolhas e seu potencial ativo. Essa realidade específica é sustentada por um conjunto de ideias e práticas que determinam um tipo de funcionamento social, que por sua vez, sustenta esse conjunto de ideias e práticas. Isso é denominado, de acordo com a perspectiva teórica da Psicologia Histórico-Cultural, de ideologia e atua na sociedade no sentido de reafirmar/naturalizar/cristalizar as práticas e relações sociais da maneira como elas ocorrem (GUARESCHI, 2005).

Oribá, portanto, ao tentar se encaixar como uma criança normal, com uma vida normal, tenta demarcar o seu lugar no mundo e reafirmar a sua identidade como um adolescente que não é infrator, fazendo questão de enfatizar que a infração foi apenas um ato isolado, como se fosse apenas um pequeno desvio na sua trajetória normal de vida. Sua trajetória de vida adquire sentido subjetivo no sentido de ser um adolescente nos moldes mais idealizados pela sociedade, à exceção de um único ato isolado que não é tomado por ele como ameaça à sua autoimagem.

Como modo de reforçar essa ideia de adolescência normal e vida normal, Oribá traz a ideia de que a sua infância foi organizada, por intermédio de uma boa criação feita por seus avós, com organização da vida *como uma criança normal, estudar, ter o horário de brincar, sair com a família, sair com os amigos*. A descrição de Oribá acerca de sua vida demonstra uma diferença essencial dele em relação à maioria dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, que é o fato de ele ser um adolescente de classe média alta, com acesso a bens de consumo, a boas escolas, a continuidade dos estudos etc..

Essa caracterização da vida de Oribá é alegórica para a reflexão de que a pobreza não é determinante para o cometimento de atos infracionais, como podem concluir interpretações apressadas e errôneas. O ato infracional pode ser protagonizado por adolescentes de qualquer classe social, conforme exemplifica a própria história de Oribá. O fenômeno da prática infracional por adolescentes da classe média é passível de diversas compreensões, questão que não é objeto central deste estudo e que podem ser melhor complementadas por estudos futuros ou por outros pesquisadores. Uma reflexão possível, no entanto, é de que, na maioria das vezes, os adolescentes das famílias mais abastadas não chegam sequer a serem

apreendidos, muito menos a cumprir medida socioeducativa. Assim sendo, não chegam a integrar as estatísticas referentes ao cometimento de atos infracionais.

Oribá ressalta de modo bastante enfático os episódios de convivência familiar e com os amigos como sendo os momentos mais felizes e mais importantes vividos por ele. Relata que os episódios mais marcantes da sua vida são: *momentos com a família só, acho esses momentos importantes, né? Aniversários de familiares, tá ali com minha família... nesses momentos com meus familiares*. Oribá faz questão de constantemente, durante a entrevista, atribuir um aspecto de felicidade à descrição de sua família e de seu convívio familiar: *tipo, estar entre a família, estar entre os amigos ali, brincando uma brincadeira sadia, não aquela brincadeira violenta, tá jogando bola, brincando de papagaio, que eu fazia muito*. Isso demonstra o lugar central que a família ocupa em sua vida, ao mesmo tempo em que demonstra que o jovem usa essa alegação como forma de reafirmar a sua conceituação como um adolescente com uma vida normal e feliz. Oribá descreve a convivência com sua família de modo idealizado como um movimento de se apegar ao elemento da sua vida que possa estar mais afastado possível do cometimento do ato infracional.

Diante desse relato, é importante pensar no modo como os discursos afirmam as identidades dos adolescentes. É possível que Moacir também tenha brincado de brincadeiras saudáveis, assim como Oribá também tenha tido brincadeiras que envolviam agressividade. Contudo, cada um assinala o modo de brincar como justificativa de sua identidade. A identidade de *normal* para Oribá e identidade criminosa prévia ou construída na infância por parte de Moacir.

A escolha do que narrar, por parte de Oribá, apresenta o viés positivo de sua vida, de modo tão intenso, que mesmo os aspectos que poderiam ser mais problemáticos em sua vida, como o fato de ele não ter passado a sua infância com sua mãe, de não conhecer seu pai ou o fato de ter uma irmã especial que demanda de atenção especial por parte dos familiares, ele relata e logo em seguida justifica que não são fatos negativos e não representam problemas para ele e nem para a família, não atrapalhando a felicidade e normalidade de sua vida.

É perceptível que o adolescente organiza a narração da sua vida com esse viés com objetivo de marcar a sua vida de modo diferente da vida dos outros adolescentes que cometem atos infracionais. Isso fica evidente quando o adolescente conta a reação de sua família e vizinhos quando ele foi apreendido por conta do ato infracional: *todos ficaram chocados. Nunca imaginaram que isso poderia acontecer. Porque eu sempre fui tranquilo, nunca de fui de tá fazendo assalto, de tá me metendo em confusão, sempre fui ali, de jogar bola, brincar*

*de papagaio, casa, escola, sempre foi isso, lan house.* Essa fala demonstra que de acordo com a compreensão do adolescente, existe um tipo de adolescência que está sujeita a cometer atos infracionais e que ele não se encaixa nesse tipo de adolescência, não é de *fazer esse tipo de coisa*.

O adolescente exerce um movimento durante a descrição da sua vida no sentido de se afastar da imagem típica do adolescente que comete atos infracionais, fazendo constantemente a diferenciação de sua vida para a vida de outros adolescentes, dos quais se poderia esperar o cometimento de infração. Esse movimento do jovem demonstra o peso que o cometimento do ato infracional pode ter na vida de um adolescente, como podemos perceber no seu relato a seguir quando falar sobre o período e que ficou na unidade provisória de internação:

A: foi ruim, né? Pô, num queria estar ali não... sei lá, nada a ver comigo, sabe? Mas foi um momento de leseira. Hoje não quero nem saber dessa história, não tenho nada a ver com isso. Lá era ruim também, às vezes eu ficava meio com medo. O pessoal lá era já de outras coisas mais, sabe? Não tinham nada a ver comigo.

Ter passado por uma instituição de privação de liberdade pelo período médio de um mês foi tão forte para o jovem que ele precisa estar se reafirmando como diferente daquilo a todo instante, como se precisasse negar a todo instante aquilo que viveu. Percebemos um esforço para que aquele episódio não integre a sua história de vida, mas seja um fato isolado e sem importância. Não sabemos até que ponto isso pode ser positivo, considerando que cremos na importância da significação e ressignificação dos fatos vividos, o que consiste não na negação ou no esquecimento, mas no processo de elaboração dos sentimentos e das representações.

A marca que ter passado pela internação deixou no jovem é confirmada quando ele relata que sofreu preconceito por parte da família de sua namorada quando saiu da unidade de internação:

tive logo quando eu sai, eu tive discriminação, né? Até pelo fato da mãe da família da minha namorada que não me queriam com ela. Mas eu conversei com a mãe dela, falei que... eles não me queriam mais com ela, até tavam prendendo ela, pra não sair de casa. Aí cheguei com ela “Tia eu não sou essa pessoa”. (...) Aí eu falei com ela, conversei, ela falou “Tá bom, meu filho, então prove que você mudou aí eu deixo você voltar com a Débora”. Aí a gente meio que provou e tal. (...) Tô voltando agora, depois que a mãe dela liberou a gente, aí eu mostro pra mãe dela que é meu trabalho, que não é vagabundice, essas coisas assim. Então o sofrimento que eu vivi foi essa discriminação.

É perceptível, portanto, que foi preciso um esforço de sua parte, em conjunto com a sua namorada, no sentido de se diferenciar “desse tipo de pessoa”, da mesma maneira como percebemos no decorrer da entrevista o modo como ele organiza e relata os fatos da sua vida de acordo com esse movimento. Assim, a significação da vida por parte de Oribá, da maneira como ele expressa, indica um sentido subjetivo de busca pela normalidade, de vida idealizada e feliz, independente da ocasião do ato infracional e da internação. Esse fato é positivo para o jovem no sentido de que é um indicador que se refere à vida longe da infração, o que descaracteriza o lugar central do ato infracional na vida do sujeito. Mas pode ser geradora de reflexões se pensarmos que existe essa marca junto a muitos outros jovens que cometem atos infracionais e que não conseguem se ancorar em outros fatos da sua vida como forma de se distanciar desse contexto e dessa trajetória.

#### **4.2.2 Adolescência: o deslize entre o conceito geral e a vivência pessoal**

De modo semelhante à concepção hegemônica de infância, família e vida, o conceito de adolescência que Oribá demonstra durante o decorrer da entrevista apresenta aspectos semelhantes, com a presença da ideia de adolescência de modo positivo, como momento para brincar, se divertir, mas que já começa a indicar a necessidade de responsabilidades. Para ele adolescência é: *começar a ter responsabilidades, continuar brincando até onde pode, mas com mais responsabilidades*. É como se fosse uma mistura do conceito idealizado da infância com a ideia da responsabilidade como se fosse inerente à vida adulta.

Quando o adolescente se refere ao sistema diferenciado de responsabilização para o adolescente na ocasião de infrações, no entanto, ele diz não concordar que exista essa diferença, pois acredita que todos são iguais, como ele expressa no relato a seguir: *pra mim isso deveria ser tratado como... pessoas de maior e de menor deveria ser tratado igual nesse mesmo jeito. Adolescente que cometeu uma coisa deve ser tratado do mesmo jeito de um adulto que cometeu essa mesma coisa. Claro, fez coisa de errado, né?*

É perceptível, portanto, que o movimento de se diferenciar *desse tipo de adolescente* se alinha aos discursos da redução da maioria penal sem a menor crítica, sequer à sua própria condição no momento da entrevista, já que está em cumprimento de medida socioeducativa, devido à diferenciação legal existente entre adultos e adolescentes.

Oribá demonstra a compreensão de que a adolescência é um momento em que a pessoa já tem a moralidade desenvolvida e que por isso, deve ser tratada de modo igual a um adulto em todos os sentidos. Ele verbaliza que: *eu penso que... querendo ou não, as pessoas sabem o que é certo o que é errado e desde pequeno, né? Pra mim é a primeira coisa que os pais ensinam, o que é certo e o que é errado. E vai da pessoa se ela quer fazer ou não. E do momento também...* Interessante notar que Oribá faz um julgamento moral sobre a pessoa saber fazer o que é certo, mas ao final de sua fala acrescenta uma possibilidade que vai além do conhecimento do que seria certo e errado, que é depender do momento para que o ato infracional seja cometido.

Esse acréscimo de que depende do momento é o recurso que ele encontra para não conflitar com a imagem que constrói acerca de si próprio, como adolescente que não comete *esse tipo de coisa* e, para ele, justifica-se o cometimento da infração, em virtude do momento. Percebemos que ele faz esse adendo como forma de conseguir amenizar o julgamento feito sobre si mesmo de modo acrítico, pois tomando como verdade absoluta a primeira parte da sua verbalização poderíamos perguntar se ele não sabia o que era certo e errado e porque havia infracionado mesmo assim. Isso fica mais claro em outro momento quando ele reafirma que deveriam ser tratados todos iguais, mas ao final abre uma informação a mais para falar de si como se fosse diferente dos adolescentes que cometem a infração porque querem, apesar de saberem o que é certo e errado: *deveriam ser tratados todos iguais. No meu caso foi diferente, aquela coisa de momento, tava ali e aconteceu...*

É perceptível, portanto, que existe por parte do adolescente uma tentativa de fazer uma generalização tanto no que se refere à adolescência quanto no que se refere à infração. A contradição de sua narrativa se dá porque a sua própria história de vida ocorre no sentido de contrariar as generalizações que são feitas por ele, pois mesmo ele sabendo o que era certo e errado, de acordo com sua própria classificação, ele cometeu a infração, mesmo ele não sendo *esse tipo de adolescente que faz esse tipo de coisa*, ele fez. Ele precisa, então, criar algumas exceções às suas próprias generalizações para conseguir significar a sua própria trajetória de vida, executando um jogo dialético entre o universal e o singular relacionado à adolescência e à infração.

Sabemos que um indivíduo quando fala sobre um fenômeno, não fala dele isoladamente, mas revela muito sobre o lugar social que ocupa, sobre a trama de valores sociais na qual está inserido e as contradições presentes na sociedade, enquanto marcada pela luta de classes, opressão e discriminação. Oribá, portanto, ao operar essas generalizações

acerca dos adolescentes que cometem atos infracionais e demarcar o seu lugar como diferenciado, está expressando a subjetividade social na qual está engendrada a sua própria subjetividade. Neste sentido, aludimos que a importância das categorias de sentido subjetivo e das suas correspondentes formas de organização em configurações subjetivas reside na possibilidade de compreender os processos humanos, pois envolve tanto a ação individual em seu caráter sistêmico, quanto a sociedade em seu sistema de consequências sobre o homem e sobre a organização de seus diferentes espaços de vida social (GONZÁLEZ REY, 2000; 2007).

Em outro momento Oribá expressa a compreensão acerca das condições sociais como participantes do processo de gênese do ato infracional. Isso acontece quando ele relata que conheceu um rapaz na UPI que tinha dificuldades de sair da prática infracional por conta das suas condições financeiras de vida e das relações familiares fragilizadas: *porque pelo fato deu ver ele ali e ele me contou que não queria estar nisso mesmo, que ele roubava porque não tinha as coisas. Então é como se as condições de vida, essa coisa de ser pobre de ser rico... muitas vezes isso vai na cabeça da criança e do adolescente e “Eu vou fazer as coisas erradas que é pra mim ter e acabou-se !”*

O caso desse adolescente com o qual ele se vinculou também mereceu por parte de Oribá certa condescendência. Em relação a esse jovem, Oribá não fez o mesmo julgamento moralista e culpabilizante que havia mencionado de modo geral. Isso aconteceu porque o referido adolescente ingressou na vida de Oribá como uma vinculação afetiva no momento da internação. Desse modo, podemos compreender que o julgamento feito por ele se refere aos adolescentes que não compõem o seu grupo de relações. Oribá conheceu o jovem, compartilhou com ele alguns momentos e pode desenvolver afetos positivos em relação a ele, o que fez com que este também fosse diferenciado por Oribá dos demais adolescentes que infracionam. Assim sendo, podemos compreender que, de fato, um fenômeno pode ter sentidos infinitos pelo sujeito, considerando toda a complexidade que envolve os processos de subjetivação.

Oribá compreende, ainda, que o fato de ter um sistema de atendimento diferenciado para adolescentes e adultos é com objetivo de mudar a mentalidade do adolescente que cometeu um ato infracional, é como se funcionasse como ameaça, de que se a pessoa não mudar pode haver coisa pior do que isso que ela vive no sistema socioeducativo, como verbaliza na fala a seguir, carregada de reprodução ideológica:

Pra mim o objetivo deles é mudar a mentalidade dos de menores, né? Mostrar que “ah, num sei o que...” pode ser... é, aqui tu tá vivendo uma coisa boa, na prisão mesmo tu vai viver uma coisa ruim, bem pior do que tu vive aqui. É... se é isso mesmo que tu quer pra tua vida. Pra mim eu vejo que é pra mudar o pensamento, não só tá lá pra te pagar tua... o que tu fez, mas pra mim o método deles é mudar o pensamento da gente.

Quando questionado sobre porque era diferente, ele diz que adulto já tem a cabeça mais formada e não mudaria mais o pensamento, mas ele acredita de qualquer modo que tem que ser tratado igual, pois não acredita que ninguém deva ter tratamento diferenciado em nenhum contexto por conta da idade, por ser maior ou menor de idade. Ele acredita também que um adolescente tem uma cabeça parecida com a de um adulto, apresentando uma construção contraditória acerca dessa temática.

Oribá mostrou um incômodo grande sobre a questão de tratamento diferenciado em diversos contextos, demonstrando uma insatisfação caso acontecesse algum tratamento diferenciado para alguém por conta de idade. O que fica evidente é que o tratamento diferenciado pela trajetória, dependendo de que tipo de adolescente se refere, pode ser compreensível e defensável, pois ele reproduz a ideologia de classe presente em nossa organização social. Quando questionado se já havia passado por alguma situação ruim no sentido de ser tratado diferente por conta da idade, aconteceu seguinte trecho de diálogo:

O: (...) Tipo... ah, tu não pode ser tratado melhor que eu porque tu é mais velho, essas coisas assim. Pra mim é isso.

P: e tu já passou por alguma experiência assim de ser tratado diferente por conta da idade?

O: não, não. Graças a deus que não porque como o fato de eu trabalhar na pista, né? E muita gente conhece meu padrinho de lá. Meu padrinho é como se fosse dono de lá e pelo fato disso eu... até por mais, que eu ando mais com ele também, ninguém me trata diferente não .

A fala demonstra a contradição presente na compreensão do jovem, pois ele acredita que uma pessoa mais jovem não pode ser tratada de forma diferente por conta da idade, mas reconhece que não é tratado com diferença porque anda com o seu padrinho, ou seja, porque anda com uma pessoa mais velha que, em tese, é responsável por ele e exerce uma função de poder e influência junto às outras pessoas daquele contexto, considerando que ele é o dono e todos os outros provavelmente são seus subordinados.

Essas contradições presentes na representação de adolescência que Oribá desenvolve podem indicar o sentido subjetivo de adolescência como um processo dinâmico associado ao processo de demarcação sobre o seu lugar social e de necessidade de reafirmação de sua

identidade enquanto jovem bem sucedido, já que ele passou por um processo de igualação a outros *tipos de adolescentes*, quando permaneceu internado.

Podemos pensar também que essa preocupação do jovem referente ao tratamento diferenciado às pessoas mais jovem pode ser referente ao fato de que os adolescentes ainda são muitas vezes vistos de modo pejorativo e negativo, são desconsiderados nas decisões referentes à sua própria vida, são vistos como pessoas cuja opinião não é relevante de ser considerada, dentre outros. Assim, o adolescente ao reafirmar tantas vezes essa crença de que ninguém deva ser tratado de modo inferior por ser mais novo, está reivindicando o reconhecimento e o tratamento igualitário a partir da posição social que ocupa enquanto adolescente.

Para compreender essas contradições de Oribá, podemos pensar que a importância do social para a definição da subjetividade não se apresenta pela sua expressão linear no sujeito, mas pela tensão gerada da relação da pessoa com o social que se expressa nos diferentes momentos de constituição subjetiva, a subjetividade individual e a subjetividade social. Essa concepção nos remete ao seu caráter contraditório, pois Oribá pode, simultaneamente, ser rígido e maleável em relação ao cometimento de atos infracionais, em razão dos sentidos subjetivos produzidos a partir da sua história e dos seus momentos atuais. O sentido subjetivo define-se, portanto, pela constituição histórica no nível subjetivo, das diferentes atividades e relações significativas na constituição do sujeito (GONZÁLEZ REY, 2003). Isso implica dizer que os diferentes elementos que se organizam em processos de subjetivação são múltiplos e não poderão ser entendidos se não estiverem em relação, impossibilitando visão de determinação por qualquer um desses elementos (MORI; GONZÁLEZ REY, 2012).

#### **4.2.3 A importância das relações afetivas**

Ao ficar internado por um mês, Oribá conheceu diversas pessoas e pode perceber que sua vida é diferente de diversos adolescentes que estavam no mesmo lugar que ele, mas que por diversas vezes não tinham com quem contar nos momentos de dificuldades, seja pela frágil vinculação afetiva, seja pelas dificuldades financeiras dos seus familiares. Ele, por intermédio do ocorrido, pode perceber que tem relações afetivas fortes que podem auxiliá-lo caso aconteça algum problema em sua vida, como relata: *conto com a minha família e até*



*meus amigos, alguns amigos meus poderiam me ajudar. Me sinto assim, contando com as pessoas. Sei que tem gente que vai olhar por mim, claro que tem. Tem porque já vivi isso e eu tive prova.*

Oribá compreende que os vínculos afetivos são importantes para os momentos em que a pessoa precisa de forças na mudança de vida, como exemplo disso conta sobre um adolescente que conheceu na provisória e percebeu o quanto seria importante a presença da família mais próxima da vida desse adolescente. Verbaliza Oribá:

Tipo... teve um adolescente que eu cheguei a conhecer lá, que ele era o mais velho de lá e criei amizade com ele, tanto que minha mãe mandava as coisas pra ele. Eu vejo pela família dele mesmo. Ele falou que já era sétima vez dele lá, que a mãe dele nunca tinha ido visitar ele. Tipo eu vejo isso. Entendeu? Porque a discriminação começa até pela própria família.  
(...) Ah, tipo daí ele não tira força de vontade de mudar, né?

Essas verbalizações evidenciam o lugar central de importância que a família e os vínculos afetivos ocupam para Oribá, tanto no processo de mudança e de transformação da própria vida quando no enfrentamento dos preconceitos, ele expressa que *se tiver uma pessoa ali ajudando, tipo com força de vontade, a pessoa cria mais força de vontade... se tiver sempre alguém apoiando... não faz isso, não sei o que. Eu acho que muda sim.*

Sobre esse aspecto, a pesquisa de Costa (2007) expressou que, para os adolescentes que estavam em cumprimento de internação, a dimensão afetiva tem grande importância no sentido de possibilitar a proteção ao não ingresso na prática infracional. Ela foi definida como uma dimensão afetivo/relacional, que corresponde:

aos aspectos intersubjetivos, vinculados aos relacionamentos interpessoais e vivências afetivas implicadas nestes vínculos. Refere-se aos dados acerca da relação com familiares, influência dos pares, influências da cultura familiar, número de irmãos, suporte sócio-afetivo, presença/ausência de cuidadores, vínculos afetivos significativos, familiares, suporte emocional em momento de estresse, coesão familiar, ausência de conflitos, de negligência, rede de apoio social com recursos institucionais e pessoais, sistema de crenças e valores (p.59).

A família, como provedora dos afetos, da educação, da sobrevivência e do apoio nos momentos de dificuldade, assume caráter de grande relevância para Oribá. Também como forma de fortalecer a vinculação com a sua família, Oribá destaca o apoio que recebeu após a saída do acolhimento institucional.

Para ele existe um julgamento por parte da sociedade em relação a diversos aspectos da vida das pessoas, como expressa: *tipo, a sociedade hoje em dia ela julga muito as pessoas.*

*Querendo ou não, ela julga muito as pessoas e o fato de você ter feito algo de errado, ser pobre ou rico, ela julga muito as pessoas, ela discrimina.* Ele demonstra uma preocupação com as questões sociais que envolvem a adolescência, como os preconceitos e as estratégias de inclusão social, fatores que estão para além da adolescência no seu sentido mais estereotipado e restrito e para além da infração, mas envolvem a rede social dos jovens e os valores vigentes na sociedade.

Diante disso, Oribá menciona que sua família não o discriminou por conta do cometimento do ato infracional e que eles o apoiaram: *eles logo compreenderam. Tanto pela conversa, né? Que você tem ali depois que você. A gente sentou conversou. Me perguntaram o que aconteceu realmente, aí eu expliquei tudinho.* Esse acolhimento familiar é um fato que o deixa feliz e que demonstra o quanto ele é querido pela família, como ele diz: *Sou feliz de fazer as coisas que faço hoje em dia. Claro! Tá trabalhando, de tá dando orgulho pra minha família, pra minha vó. Porque eles gostam muito de mim, né? Minha mãe... Vê que eu não queria mesmo ter feito o que eu fiz. Foi só o momento.* Esse apoio também foi bastante importante para que ele pudesse passar pelos episódios de preconceito que relata ter sofrido por parte da família da namorada.

Ainda no que se refere aos laços familiares, ele localiza na família o ensino de coisas positivas para a vida, o ensino de valores morais, apresentado as ideias de *certo* e *errado* em diversos momentos de sua fala. Além disso, quando menciona o que aprendeu na vida, não esquece de se referir aos ensinamentos familiares: *Aprendi muita coisa na escola, além de estudos... eu aprendi a respeitar o próximo, a ter respeito com o mais velho também, coisa que eu tive em casa também.*

Também no campo afetivo é importante notar o papel primordial que é exercido pela namorada, pois foi em função de permanecer na relação com ele que ele precisou demonstrar que era uma pessoa boa, bem intencionada, precisou trabalhar e demonstrar para a família dela que poderia continuar namorando.

O sentido subjetivo produzido pelo jovem coaduna uma representação idealizada da família, ao mesmo tempo em que envolve os sentimentos de apoio e segurança por parte dele em relação à família. Esses fatores são indicadores de uma adolescência diferente da “adolescência normal”, que desenvolveria uma postura reivindicatória em relação aos vínculos e valores familiares. Também no que se refere a responsabilidades e à não preocupação com as aspirações futuras, pensamentos a logo prazo etc.

#### 4.2.4 Reconhecimento de si de modo positivo

Oribá demonstra um esforço, na produção da narrativa de sua trajetória de vida, para reafirmar a sua identidade de modo positivo. Ao fazer o balanço da sua vida, ele compreende que sua vida: *tirando isso que aconteceu, eu penso que minha vida tá ótima, que eu tenho o que eu tenho não só porque me deram, mas pelo meu esforço que eu fiz também até hoje, porque eu trabalho desde os 16 anos e assim vai*. Compreendemos a partir dessa fala e de outros momentos da entrevista com o mesmo teor, o reconhecimento de si como o responsável pelo seu sucesso e sua felicidade, momento em que ele assume as rédeas da sua vida e torna-se sujeito de sua trajetória de vida, o que também reforça a diferenciação que faz entre si e o outro tipo de adolescentes.

Reconhece que existe a participação de algumas pessoas que foram importantes para que ele tivesse acesso às oportunidades que teve, como o seu padrinho que lhe deu emprego, mas que não foi somente porque lhe deram as coisas que a sua vida se desenvolveu de um modo positivo, foi porque ele decidiu se esforçar e aproveitar as oportunidades.

O modo como Oribá classifica o bem estar na sua vida atualmente é por intermédio de ícones associados ao sucesso por parte da classe social à qual ele é pertencente: ter um emprego, ter uma moto, ter boas roupas, objetos pessoais de valor, relacionamentos afetivos positivos, reconhecimento de seus familiares acerca de suas qualidades e, essencialmente, o esquecimento acerca do ato infracional por ele cometido.

Além disso, ele se vê como uma pessoa com diversas qualidades, como podemos perceber no trecho: *eu consigo desenvolver as coisas rápido, né? Consigo entender, consigo tipo, eu tô lá no trabalho, aí me dão uma coisa pra mim fazer, eu faço rápido. No quesito eficiência, né? Sou rápido e eficiente*.

Interessante que o reconhecimento positivo de Oribá sobre si mesmo perpassa pela questão do trabalho. As habilidades que ele alega ter quando se refere a si mesmo estão relacionadas à questão da eficiência, agilidade, produtividade. Ao mesmo tempo em que demonstra a importância do trabalho para a configuração subjetiva do jovem, demonstra a expressão dos valores sociais vigentes em nossa sociedade.

Atualmente, a educação se pauta na produção de mão de obra qualificada para o mundo do trabalho e, cada vez mais fortemente, as pessoas passam a ter o seu reconhecimento

grupais e pessoais a partir das características úteis ao processo produtivo. Assim, Oribá reconhece o seu valor por se perceber como uma pessoa produtiva, segundo essa lógica.

Oribá demonstra, assim, que opera uma classificação de si, enquanto pessoa valorosa, de acordo com os ideais de produtividade e eficiência, valores da produtividade capitalista. Se reconhecer dessa maneira, portanto, é uma forma do adolescente se integrar ao que pode ser considerado mais positivo na nossa sociedade e se integrar as possibilidades que se apresentam a ele de inserção social, que aparentemente, está se dando por meio do mundo do trabalho.

O trabalho, na perspectiva marxista, é uma atividade que distingue o ser social do ser natural, isto é, define a especificidade do ser humano como um ser histórico, social e cultural, por possuir essas três características: a de ser uma atividade conscientemente dirigida por uma finalidade previamente estabelecida na consciência, a de ser uma atividade mediatizada pelos instrumentos e a de ser uma atividade que se materializa em um produto social, um produto que não é mais um objeto inteiramente natural, um produto que é uma objetivação da atividade e do pensamento do ser humano. (DUARTE, 2000).

O trabalho integra também o desenvolvimento do sujeito, pois é a mediação do homem com a natureza que contribui para a construção da sua identidade. Com o trabalho o homem transforma a natureza por intermédio dos seus instrumentos, é transformado processualmente e constrói a sua subjetividade com base nesse trabalho e na significação que desenvolve acerca dele. Esse processo se constitui num constante movimento de subjetivação do concreto e de objetivação de sua subjetividade. Ocorre a transformação da natureza, da história e das ideias como um processo contínuo de interação e mudança (TEIXEIRA, 2005; LESSA; TONETT, 2008).

Oribá demonstra uma adaptabilidade ao que possa ser necessário aprender, como relata no trecho: *não... tipo, eu vou aprendendo por ali, no momento, por interesse, tipo aparece coisa nova ali no trabalho eu me interesso naquele assunto e já aprendo logo. Aprendo pelas necessidades e pelas oportunidades.*

É perceptível, portanto, que o jovem não fica parado e vitimizado diante dos fatos que podem ter sido negativos em sua vida e que poderiam ter determinado que tipo de pessoa ele seria, mas ele faz movimento constantes pela preservação da sua identidade apesar dos preconceitos sofridos, reconhecendo-se como importante para os seus grupos de convivência, tanto as relações familiares, quanto os amigos, a namorada dentre outros e reconhecendo-se também como importante e produtivo no sentido do trabalho, da inserção social.

### 4.3 CONSTRUÇÕES A PARTIR DAS INFORMAÇÕES DE NADI

O contato com Nadi foi feito inicialmente por telefone, pois no dia que ela tinha agendamento no polo faltou. Fizemos o convite por telefone, nos apresentamos, explicamos como seria feita a entrevista, os objetivos da pesquisa e os aspectos éticos. Ela aceitou participar de pronto e marcamos de entrevistá-la no próximo atendimento. Após contato com ela falamos com sua mãe, que autorizou a participação dela na entrevista. No atendimento seguinte ela foi ao polo sozinha e, por este motivo, tivemos que mandar o TCLE por ela para que fosse assinado pela sua mãe e trazido ao polo no próximo atendimento.

No início da entrevista Nadi estava de cabeça baixa e aparentava certa timidez. Ao ser questionada sobre sua história de vida, Nadi acreditou que a pergunta se referia ao ato infracional. “*Pra acontecer isso? Pra eu vir parar aqui?*” Explicamos que se ela quisesse falar sobre isso também poderia ser considerado como parte da história de vida dela, mas estávamos perguntando de um modo mais amplo. Ela então compreendeu e a partir de então assumiu uma postura menos introvertida. Esse fato nos foi bastante interessante, pois pensamos que isso pode estar relacionado ao fato de que a entrevista estava sendo realizada no polo, onde ela ia obrigatoriamente por ter cometido um ato infracional e, portanto, a entrevista acabou por ser atravessada inicialmente por essa dinâmica institucional. Outra possibilidade interpretativa é que essa reação dela pode se relacionar também ao modo como a dinâmica do atendimento socioeducativo se desenvolve, com enfoque central no ato infracional, o que também pode ser compreendido como uma forma de atravessamento da dinâmica institucional.

Nadi é uma adolescente de 17 anos, mãe de dois filhos, natural da cidade de Manaus, é a caçula de sete irmãos. Atualmente vive com seus pais, cinco irmãos e os dois filhos. A família reside numa casa própria e é sustentada pelo pai que gera renda vendendo pupunha e ovos de codorna nos bares durante a noite.

Sua infância foi  *muito feliz, muito boa*, pois ela  *só estudava e brincava* e, por ser caçula dos sete irmãos, se sentia bastante querida, todos gostavam dela. Sua relação com a família era boa. A mãe dava atenção, levava na escola durante a infância. Frente a isso ela faz um contraponto com a sua adolescência “*na minha adolescência foi outra coisa. Na*

*adolescência eu já só vivia na rua... eu tipo, eu fazia minhas lições, né? Eu ia pro colégio, mas quando eu saía, eu já ia pra outro canto, entendeu? Eu mentia pra minha mãe”.*

O fato mais importante de sua vida foi ela ter se tornado mãe, aos 13 anos de idade. Ela tem um filho de quatro e outro de dois anos, que são cuidados por ela com a ajuda da mãe. O pai de seu filho mais velho foi assassinado. Quando ele faleceu, eles ainda eram namorados. Esse fato foi vivido por ela com muita tristeza. Com o pai do segundo filho ela não tem qualquer envolvimento amoroso e o único contato entre eles é quando ele vai levar alguma coisa para criança.

Nadi não se considera mais adolescente e sim adulta, porque ela já tem dois filhos e já vai fazer 18 anos. Para ela, enquanto uma pessoa de maior, se continuar *nessa vida* como ela estava, vai acabar atrás das grades. *Essa vida* é definida por ela como andar em más companhias, andar com pessoas que tem envolvimento com drogas, gente que usa, que vende, além dela mesma usar drogas, como maconha, cocaína e loló. Desde os 14 anos ela leva *esse tipo de vida*, anda com essas más companhias, mas agora, depois que saiu do Marise Mendes não quer mais saber dessa vida e está decidida a mudar.

Além disso, adolescente na opinião de Nadi é aquela pessoa que aproveita a vida, não de modo negativo, para as coisas erradas. Mas é uma fase que precisa ser aproveitada “*Aproveitar pra passear, brincar, esse tipo de coisa*”. Ela não aproveitou a adolescência dessa maneira, mas foi adolescente também, uma adolescente diferente desse conceito por ela descrito. Adolescência é para quem sabe aproveitar a sua juventude com as coisas boas. Quem não sabe aproveitar dessa maneira, acaba *caindo num buraco, se perdendo no mundo*, como aconteceu com ela.

Ficar no Marise Mendes representou para ela oportunidade de pensar nas coisas erradas que ela já havia feito. A partir de então ela viu que esse tipo de vida não era para ela e que quer começar uma nova vida. Para isso, ela acredita que precisa parar de andar com esse tipo de pessoas que ela andava, dar atenção para sua família, atenção pros seus filhos, cuidar com atenção dos estudos, terminar os estudos e conseguir um emprego.

Antes disso, ela menciona que não dava atenção para seus filhos e seus familiares, pois só vivia na rua. Ela só ia em casa rápido, deixava um dinheiro para comprar comida e ia embora para rua, deixando os filhos aos cuidados da mãe.

O ato cometido para que ela fosse internada no Marise foi roubo armada de faca, pelo qual ela foi pega em flagrante. Ela estava com *seus amigos, amigos não, seus colegas*. Estava usando droga, bebendo e amanheceu o dia na rua. Quando estava sozinha, lembrou que

tinha uma faca dentro de sua bolsa, então roubou. Ela já havia feito isso outras vezes, mas não havia sido pega.

À exceção da derradeira vez, ela foi pega somente uma vez, quando passou uma noite na delegacia e saiu no dia seguinte. Para ela, isso não teve efeito algum, pois ela não teve oportunidade de refletir. Mas agora, da segunda vez ela passou 15 dias internada, o que gerou longos momentos de tristeza, de reflexão e, principalmente, de saudade de sua família. Sua família também ficou triste quando ela foi *presa* porque ficaram com muita saudade dela.

Para ela o que fez ela querer mudar foi *a prisão*:

foi o fato de ter sido presa. Antes de ser pega eu não pensava em nada disso. Eu não pensava, não. Porque eu nunca fiquei assim, a primeira vez que eu fui presa eu só fiquei a primeira vez, né? Não fiquei nem três dias, nem uma semana, pra mim raciocinar... aí no primeiro dia eu saí e fui, comecei... usei droga de novo, fiz de novo, aí lá não. Eu fiquei internada, presa lá, sem sair pra nenhum canto, sem ver meus parentes... e lá eu pensei nisso, pensei que essa vida não era pra mim.

Essa relação simplista que ela estabelece entre a mudança e a *prisão* pode ser objeto de maiores reflexões mais a frente deste trabalho. Ela contou também que para mudar pensou em alguns aspectos especialmente:

Eu pensei nos meus filhos, na minha mãe, que não era pra ela estar passando por isso... ela sofreu muito quando aconteceu isso. Eu fiquei 15 dias lá. Ela nem me visitou, no dia da minha visita ela não pode ir. Eu já sabia que ela não ia poder ir.

Depois que saiu ela já teve muita vontade de consumir drogas novamente, mas está tendo força de vontade para resistir a esse desejo. Para isso, ela menciona suas estratégias de contorno dessa vontade:

Eu fico em casa. Só vou do colégio pra casa. Eu evito de passar pelos lugares antes que eu passava, antes de eu ir pro colégio, quando eu saía do colégio, que eu passava. Mas tipo assim, eu ia pro colégio, né? Mas toda vez que eu saía eu tinha que passar por aquele lugar que tava as más companhias do meu lado. Eu passava lá, fumava maconha, as vezes cheirava loló, cocaína... agora eu evito de passar por esse caminho.

Por conta dessas atitudes dela de resistência, ela tem se sentido mais segura, muito forte e sente muito capaz de conseguir muito mais. Para isso, ela menciona que é importante também ter fé em Deus, pois só ele é capaz de fazer algo pelas pessoas.

Em relação aos vínculos em sua vida, ela menciona que não tem amigos, pois os amigos que tinha só serviam para levá-la para o mal caminho. Esse tipo de amizade ela não quer mais em sua vida. Em momentos de dificuldade, portanto, ela somente pode contar com seus familiares. Quando ela saiu do Marise já chegou a encontrar seus antigos amigos, mas vira as costas para ele.

Apesar disso, ela é se percebe como uma pessoa muito querida na escola onde estuda. Ela está atualmente no 9º ano, concluindo o ensino fundamental. Para ela, é melhor estar dentro da escola do que estar fora, já que lá ela está aprendendo várias coisas boas. A vivência escolar também contribuiu para que ela quisesse mudar de vida, pois lá as pessoas gostam bastante dela, se preocupam com ela, perguntam como ela está e dão conselhos para ela sair dessa vida. Os funcionários se propõem a ajudá-la e ela está com a perspectiva de passar de ano.

Atualmente ela está somente estudando, está tirando seus documentos e quer tirar sua carteira de trabalho para poder começar a trabalhar. Enquanto isso, ela fica somente em casa ajudando a mãe nas tarefas domésticas e seu filho nas tarefas escolares. No próximo ano pretende estudar numa escola mais perto de sua casa. Tem vontade de estudar e ser policial para ser uma policial diferente, que não seja corrupta e sim que trabalhe para cuidar as pessoas. Para ela, para mudar de vida e alcançar seus sonhos, a pessoa precisa ter força de vontade.

#### **4.3.1 O retorno para o seio familiar**

A trajetória de vida de Nadi é apresentada como tendo sido atingida por uma quebra. Durante a infância havia uma vinculação muito forte dela com a família e uma relação de confiança estabelecida com a mãe, pois sua mãe lhe dava atenção, ela estudava, brincava e tinha uma infância feliz. Ao chegar à adolescência, entretanto, Nadi já começou a mentir para sua mãe, passar por caminhos que não eram os planejados e essa mudança é encarada por ela, atualmente, como o desvirtuamento da relação estabelecida com a mãe e o início da vinculação com pessoas de má índole.

Percebemos que existe por parte dela a idealização da infância como o momento da vida em que ela era feliz e agradava seus familiares, em contraponto ao momento da adolescência, quando se vinculou com más amizades e não ligava mais para sua família,



quase não ia em casa, passava a maior parte do tempo na rua, consumindo drogas e tendo uma conduta que é reprovável para ela atualmente. Como resultado dessa compreensão, Nadi considera que não tem amigos e que as pessoas com quem ela pode contar: *só minha família mesmo, não tenho pessoas amigas. Não tenho. Só tinha amigos pra me levar pro mal caminho, então eu não quero esses amigos pra mim.*

É perceptível, portanto, que a adolescente exerce um movimento de aproximação da família como forma de se fortalecer contra a permanência na prática infracional, pois compreende que o vínculo com os amigos que ela tinha só servia para ajudar a permanecer *naquela vida*. Nadi, a exemplo de Oribá, também busca fortalecimento nas relações familiares como protetoras ao não recrudescimento na prática infracional. Como parte desse processo, ela estabelece um contraponto entre a família e as amigas, estando os dois fenômenos subjetivos em extremidades opostas no que se refere a sua segurança e à influência para uma boa conduta.

Assim, após ter saído do Marize Mendes, onde ficou internada por duas semanas, ela entendeu que seus familiares ficaram com bastante saudade dela e ficaram tristes por ela estar distante, enquanto seus amigos continuaram na mesma vida, como se nada tivesse acontecido e ela *não significasse nada*.

Ela desenvolve, portanto, a ideia de que somente os vínculos com seus familiares é que devem ser de fato valorizados, pois são esses os vínculos construtivos para ela. Como correspondente a isso, ela operou um comportamento de “retorno para casa”. *Não, não conheço ninguém. Não tenho muitas amigas não. Só fico em casa mesmo. Fico mais em casa ensinando meu filho a fazer tarefa, faço as minhas, faço as coisas em casa, ajudo minha mãe.* É um comportamento equivalente ao seu comportamento de infância, de quando só ficava em casa fazendo suas tarefas, como forma de restaurar a antiga vinculação com a família, quando a relação não era baseada nas mentiras e ela ficava maior parte do tempo em casa.

Ademais, percebemos uma reedição dessa relação, agora por intermédio de seus filhos. Pois se antes ela era o alvo de cuidados da mãe e a caçula querida por todos da família isso contribuía com que ela ficasse em casa, agora os seus filhos ocupam esse lugar de serem objetos do cuidado familiar semelhante ao que sua mãe direcionava a ela. Isso somente depois que ela saiu do Centro Socioeducativo Marize Mendes, porque antes: *não, dava atenção não. Só ia em casa mesmo rápido... deixava um dinheiro pra comprar comida e ia me embora pra rua. E minha mãe que cuidava dos meus filhos.*

O fato mais importante da vida de Nadi, ressaltado por ela, foi ter se tornado mãe. Mesmo assim ela não cuidava deles, quem fazia isso era a sua mãe. Mas agora, com contraponto ao seu comportamento de antes de ser internada, ela se compromete em: *parar de andar com esses tipos de pessoas que eu andava, dar atenção pra minha família, atenção pros meus filhos, cuidar com atenção dos meus estudos, terminar meus estudos e conseguir um emprego.*

Aconteceu alguma mudança na vida de Nadi a partir da reflexão dela sobre sua mãe e seus filhos, no sofrimento que ela poderia estar causando para seus familiares e isso foi motivador da atual transformação que está em curso. Em alguns trechos evidencia essa preocupação: *eu pensei nos meus filhos, na minha mãe, que não era pra ela estar passando por isso... ela sofreu muito quando aconteceu isso. Eu fiquei 15 dias lá. Ela nem me visitou, no dia da minha visita ela não pode ir. Eu já sabia que ela não ia poder ir. Ou quando menciona a reação de seus familiares quando ela foi “presa”: eles ficaram com saudade de mim, né? Meus filhos...* Ela percebeu também que quando saiu “da cadeia” seus familiares ficaram aliviados e felizes.

A partir de todas essas compreensões, em conjunto, Nadi assume como objetivo de sua felicidade a felicidade de seus familiares, ela acredita que se conseguir sair dessa vida, seus familiares ficarão felizes e isso para ela também representará a felicidade, como relata: *o que me deixa feliz é ver todo mundo feliz, né? Tenho visto que as pessoas tão mais feliz, assim agora.*

Podemos perceber, portanto, que o modo como Nadi narra a vinculação com seus familiares carrega uma representação simbólica acerca de seu comportamento como reparação pelos sofrimentos causados a eles, bem como um sentimento de acolhimento e de investimento afetivo por parte de seus familiares, em especial a sua mãe e seus filhos, o que tem sido primordial para que ela consiga produzir novos projetos de vida, não relacionados à infração ou às drogas.

Como parte desse processo, ela opera um rompimento com as relações que ela julga não serem positivas para a sua vida. Mais a frente veremos que ela estabelece vínculos fora de casa que também são positivos, com as pessoas da escola, que também demonstraram apoiá-la nos momentos de dificuldade. O que diferencia para ela a qualidade das relações estabelecidas é a possibilidade de ter com quem contar quando vivenciar algum problema. Os amigos com quem ela costumava fazer uso de entorpecentes e infracionar não demonstraram interesse por ela quando foi internada. Assim, ela não sentiu que era objeto de investimento afetivo por

parte deles e passou a considerar que eram relações prejudiciais a ela e, por isso, deveriam ser dispensadas de sua vida.

Entendemos que a ampliação do universo social pela inserção em novos grupos pode ser parte do desenvolvimento da adolescência, propiciando a experimentação de novas alternativas socioafetivas. No caso de Nadi, ela experimentou compartilhar o estilo de vida, cultura e lazer de determinado grupo que foi satisfatório para ela até o momento em que ela foi apreendida. Após a vivência da internação e do isolamento, esse grupo social não teve mais o mesmo sentido que antes tinha na vida dela. Ou seja, podemos compreender o processo de significação como em constante processo de reelaboração e a subjetividade como um complexo e dinâmico sistema em constante tensão e negociação com o meio social, as experiências individuais, os afetos e as cognições.

#### 4.3.2 Adolescência ideal

Nadi não se considera mais adolescente, porque já tem dois filhos e já está próxima de fazer 18 anos e para ela, esses fenômenos devem ser acompanhados de responsabilidade, que é típica de pessoa adulta. Como forma de pensar na vida adulta, ela se remete à possibilidade de punição para os adultos como algo motivador de responsabilidades. Verbaliza Nadi: *Eu tenho que pensar que eu já vou ser de maior, uma pessoa de maior, né? Por causa que eu já vou fazer 18 anos, né? Se eu for continuar nessa vida que eu tava, eu posso acabar numa cadeia, de baixo, é... de baixo das grades, né?* A responsabilidade para se viver como adulta estaria, portanto, associada às consequências dos seus atos.

Adolescência, por sua vez, está relacionada a aspectos positivos da vida: *ser adolescente é uma coisa que a pessoa tem que aproveitar, né? Aproveitar essa adolescência não desse jeito, de outro jeito. Aproveitar pra passear, brincar, é isso. (...) Na adolescência não aproveitei assim... Eu ficava só na rua, né?* Ela constroi um conceito de adolescência como algo positivo, mas ao mesmo tempo compreende que a sua própria vida é a negação daquele conceito que ela constroi. Ela chega a dar conta de que aquela conceituação não se refere a ela, mas reafirma ser esse o conceito que ela tem: *Eu fui diferente assim, mas sei nem te falar... mas como eu te falei, né? Adolescente é aquele que aproveita a sua juventude. Tem várias coisas boas.*

É como se causasse um desequilíbrio momentâneo o fato dela perceber que foi adolescente também, mas que foi diferente do conceito construído por ela para este fenômeno. Aparentemente ela não dá conta de elaborar essa contradição quando é confrontada e torna a reafirmar o conceito geral, diante do qual parece ser mais fácil manter-se, no sentido de não lidar com as frustrações da sua trajetória vida, se tomar como referência o modelo ideal de adolescência que ela traz.

Nesse processo de verbalização de Nadi, percebemos o quanto é importante o processo de comunicação estabelecido no processo de pesquisa, pois ele se configura como uma oportunidade para que o entrevistado, num momento de diálogo co-construído, reelabore os processos de significação, o que impacta, por suposto, a sua subjetividade, manifestando-se enquanto sujeito crítico e criativo.

Compreendemos, neste trabalho, que não existe somente uma adolescência geral e hegemônica, mas diversas adolescências possíveis. Sabemos que é ampla e diversa a quantidade de estudos que a têm como tema e a correlacionam com diversas outras questões, como profissão, educação, identidade, conflitos, personalidade, violência, saúde, questões sociais etc.. Os variados estudos apresentam construções conceituais e explicativas para as questões da adolescência de diversas ordens e adotam como modelo explicativo dimensões individuais, grupais, biológicas etc., o que evidencia quão complexa é para a ciência e para a sociedade a questão da adolescência, do atendimento e da busca pela promoção de condições para seu desenvolvimento.

As produções teóricas produzidas em conjunto com Nadi tomam como foco os seus os processos de subjetivação de seus contextos, necessitando para isso, sinalizar algumas especificidades da adolescência sobre a qual estamos falando e sobre qual prisma iremos enfocá-la. Trata-se de uma adolescência em específico, que é a que cometeu atos infracionais e que está em cumprimento de medidas socioeducativas. Compreendemos que, mesmo com algumas características em comum, cada adolescência é única e uma mesma pessoa pode vivenciar aspectos diversos em diferentes momentos da adolescência, como nos sinaliza Nadi com as suas atuais perspectivas de vida (BOCK, 2002; OZELLA, 2003).

Ou seja, mesmo que atravessada por aspectos comuns que a constituem, cada adolescência é marcada por suas singularidades, consistindo, dessa maneira, não em uma, mas em adolescências múltiplas que podem produzir modos de vida diversos, mesmo num contexto de vida similar e mesmo passando pelo mesmo sistema socioeducativo com as mesmas condições (BOCK, 2002; OZELLA, 2003).

Partindo da abordagem de autores da Psicologia Histórico-Cultural, pensamos a adolescência como uma produção histórica e cultural devido à sua gênese relacionada com acontecimentos históricos no contexto ocidental. Com o advento do capitalismo, modificação do mercado de trabalho e a necessidade de mão de obra específica e qualificada, foi estabelecida a necessidade de um local onde as crianças pudessem estar enquanto seus pais trabalhavam e o onde pudessem se especializar para o trabalho. Essa função, então, foi suprida pela escola, que passou a cumprir a função de especialização da mão de obra qualificada. Esse fato contribuiu para o estabelecimento da distância temporal entre a infância e a vida adulta, criando a adolescência como o período no qual as crianças devem preparar-se para a vida adulta e para o trabalho (ARIÉS, 1978; BOCK e LIEBESNY, 2003; CARMO, 2001; OZELLA, 2003).

De modo processual, o conceito de adolescência, nos moldes que conhecemos hoje, foi adquirindo significado universal, sendo atribuído a qualquer contexto sociocultural, desconsiderando-se suas diferenças contextuais. Por isso percebemos que ao falar sobre adolescência, Nadi faz uma conceituação generalizada na qual seu modo de vida não se encaixa. Ela está expressando a conceituação geral da sociedade na qual ela está inserida acerca desse construto (ARIÉS, 1978; BOCK e LIEBESNY, 2003; CARMO, 2001; OZELLA, 2003).

Entendemos a adolescência como um significado construído historicamente que foi incorporado à nossa cultura, como um fenômeno permeado de construções socioculturais que conferem aos adolescentes as possibilidades de constituir-se adolescente. Trata-se de uma construção social com repercussões na subjetividade e no desenvolvimento do homem ocidental, ou seja, é um fenômeno significado, interpretado e construído pelos homens. Partindo dessas ideias, já não cabe aqui a compreensão de adolescência como um período natural do desenvolvimento, mesmo que estejam associados a ela sinais físicos, de transformação biológica. Esses sinais também a constituem enquanto fenômeno social, portanto, o fato de existirem enquanto marcas do corpo não determina que a adolescência seja um fato natural (BOCK, 2007; OZELLA *et al*, 2003).

É constante a veiculação pela mídia de uma concepção de adolescência como hegemônica e única, que se interessa por temas e atividades semelhantes. Precisamos, no entanto, reconhecer a adolescência como categoria múltipla e complexa, que expressa diversidades existenciais e contextuais, mesmo que seja observada dentro de um mesmo país, cidade ou estado. Isso porque a forma como a adolescência vai ser vivida está vinculada a

condições sociais, econômicas, étnicas dentre outras. No caso do Brasil, pesquisas indicam que nascer negro, indígena ou branco pode influenciar modos específicos de existir adolescente, de expectativa de vida, entre outros. Por isso, na ocasião de ação infracional, deve ser considerado o contexto de sua história e circunstância de vida (OZELLA, 2003; UNICEF, 2011).

Nadi, ao apresentar um conceito de adolescência no qual ela não se encaixa, reflete os valores sociais do contexto em que convive. Para ela, quem não consegue viver a adolescência do modo ideal, acaba não sendo nada, caindo num buraco: *acaba caindo, né? No buraco, né? Acaba se perdendo no mundo... não procura fazer o certo. Foi tipo assim o que aconteceu comigo.* Ao tomar aquele conceito ideal como referência de vida e de adolescência, ela tem dificuldades de dizer quem ela é ou foi, pois ao passo que não se encaixa no conceito universal acerca do fenômeno, é como se ela não existisse ou somente pudesse existir se for considerada como a distorção do modelo, a errada. Isso é como se contribuísse para dificultar que ela pense sobre a própria adolescência e sobre a própria trajetória de vida, pois nega sua legitimidade da sua vida.

Essa fala traz ainda a responsabilização individual por não ter conseguido viver a adolescência desse modo ideal, uma espécie de culpa. Porque além de feliz, alegre e que sabe aproveitar a vida, essa adolescência ideal, projetada por ela, sabe fazer o certo. Como ela relata no trecho a seguir se referindo ao que seria o adolescente: *aquele que quer saber de fazer o certo, né? Tem bons amigos também. Se ele gostar mesmo desse amigo, não levar ele pro mau caminho, né? Dar uns bons... Chamar ele pro bom caminho, né? Não maus caminhos.* Essas representações, associadas ao sentimento de culpa e de desqualificação podem indicar um sentido subjetivo de adolescência construído por Nadi. Verificamos que nesse ponto reside a importância de desconstruirmos esses conceitos tão estereotipados, a fim de promover a criticidade das pessoas, para que elas não se sintam oprimidas porque não correspondem à imagem ideal que é vendida no ideário geral.

### **4.3.3 Atividade e potencial transformador diante dos fatos de sua vida**

Para construir a narrativa da sua trajetória de vida, Nadi utiliza-se da ideia de um passado ruim, o qual precisa ser deixado para trás e de um estilo de vida que precisa abandonar, se quiser ter bons momentos na vida, como uma pessoa adulta e responsável e não

quiser submeter a si e os seus familiares a momentos de infelicidade. Segundo sua narrativa: *o que me deixa triste é as coisas que eu fiz no passado, que eu não fiz nada de bom.*

Essa ideia de que não fez nada de bom parece estar intimamente relacionada ao não reconhecimento de si como potencial produtor, positivo e a uma desqualificação de si e da sua trajetória, por ter sido permeada pelo envolvimento com uso problemático de drogas e com pessoas, classificadas por ela, como más companhias.

O passado ao qual ela se refere é um passado recente, pois segundo ela, foi até o tempo em que ela foi pega, em novembro do ano passado. O fator que causou o rompimento dela com esse passado indesejável foi o fato dela ter sido internada. Ela explica o que aconteceu para que ela quisesse mudar:

Foi o fato de eu ter sido presa. Antes de ser pega eu não pensava em nada disso. Eu não pensava, não. Porque eu nunca fiquei assim, a primeira vez que eu fui presa eu só fiquei a primeira vez, né? Não fiquei nem três dias, nem uma semana, pra me raciocinar... aí no primeiro dia eu saí e fui, comecei... usei droga de novo, fiz de novo, aí lá não. Eu fiquei internada, presa lá, sem sair pra nenhum canto, sem ver meus parentes... e lá eu pensei nisso, pensei que essa vida não era pra mim. O que eu não quero pra mim eu não quero pra ninguém, entendeu?

Interessante perceber que a internação foi o dispositivo disparador de transformação para a vida de Nadi. Isso demonstra o quanto a subjetividade humana é um fenômeno imprevisível. Grande parte da literatura relacionada aos atos infracionais traz a discussão sobre a ineficácia da internação da maneira como é desenvolvida atualmente, ponto de vista com o qual concordamos. No caso de Nadi, entretanto, a internação teve um efeito positivo para a sua vida, por ter proporcionado a distância do contexto infracional e de uso de drogas junto aos seus companheiros, bem como a reaproximação de seus familiares, o que para ela foi transformador, pois possibilitou, não se sabe ao certo porque via, a elaboração de novos projetos de vida.

Isso não traduz, sob nenhuma hipótese, a defesa de nossa parte de que a internação é a mais indicada para que os adolescentes produzam transformações em sua vida, mas sim que foi possível para Nadi, em condições subjetivas e contextuais específicas, aproveitar do potencial protetivo e transformador a partir da sua reaproximação familiar e da distância das relações percebidas por ela como prejudiciais.

Entendemos que a reflexão ou mudança não adveio da internação em si. A internação em si não teve caráter positivo, pois aciona um sentimento de desqualificação por parte da adolescente. O que aconteceu foi a confluência entre a privação de liberdade, com a história da vida familiar, a preocupação da família com ela no momento da internação e os vínculos

atuais de Nadi, que, em conjunto, parecem ter contribuído com o processo disparador da reflexão/mudança.

Por outro lado, utilizamos esse relato de Nadi como forma de refletir sobre a ineficiência do sistema socioeducativo de Manaus. Tendo sido ela apreendida anteriormente, ela foi simplesmente liberada sem nenhum tipo de acompanhamento por parte do Estado. No caso do adolescente ser liberado pode ser administrada a ele a medida socioeducativa de advertência. O que não foi percebido no caso relatado por Nadi. Pois a primeira vez que foi apreendida é como se tivesse apenas contribuindo para que a adolescente permanecesse na mesma conduta, sem ter possibilitado qualquer forma de reelaboração de sua vida e produção de projetos de vida.

Ao sair da internação, portanto, Nadi criou algumas estratégias de resistência e proteção à reinserção na trajetória infracional. Em primeiro lugar ela desenvolveu uma alteração na sua rotina e na sua rota de caminho de ida para escola e de volta para casa. Segundo ela relata o seu cotidiano atualmente:

Eu fico em casa. Só vou do colégio pra casa. Eu evito de passar pelos lugares antes que eu passava, antes de eu ir pro colégio, quando eu saía do colégio, que eu passava. Mas tipo assim, eu ia pro colégio, né? Mas toda vez que eu saía eu tinha que passar por aquele lugar que tava as más companhias do meu lado. Eu passava lá, fumava maconha, às vezes cheirava loló... agora eu evito de passar por esse caminho

Ela demonstra nessa verbalização que mesmo enquanto esteve inserida de maneira intensa no convívio com os amigos com quem usava drogas e com quem vivia os momentos de infração, preservava o vínculo com a escola, demonstrando que essa instituição ocupa um lugar de relevante importância na vida de Nadi.

Outro aspecto interessante dessa explicação da jovem é o fato dela ficar somente em casa como proteção. Por enquanto é como se o contexto social fora de casa fosse propício ao uso de drogas e ao cometimento de atos infracionais, pois este era o contexto de convivência dela anteriormente e ainda é esse o modo como ele está por ela subjetivado. Nadi, então, está à espera de possibilidades de atividades que sejam diferentes dessa e que promovam a inclusão social dela por outras vias. *Atualmente eu... só estudo mesmo, tô tirando meus documentos, quero tirar minha carteira de trabalho, pra poder começar a trabalhar.* Isso demonstra as aspirações futuras dela, o desejo de se inserir socialmente pela via produtiva do trabalho.



Ela não nega que sente vontade de consumir as drogas novamente, já que tinha uma relação química/biológica com essas substâncias, bem como a interação social relacionada ao consumo junto às companhias usuais. Demonstrando, entretanto, que a existência humana está para além do seu aspecto físico, ainda que intimamente relacionado com ele, Nadi desenvolveu formas de se relacionar com essa vontade, de modo que ela não voltou a consumir até o momento. *Eu não vou mentir que eu não tenho vontade de usar de novo, né? Ter, eu tenho, mas eu tenho que ter força de vontade. Daí eu não usei mais, só cheguei a usar bebida alcoólica.*

O fato de ela resistir à vontade de voltar a usar as drogas causa em Nadi uma sensação de fortalecimento, o que desenvolve uma retroalimentação no sentido de que cada vez que ela resiste, sente-se mais fortalecida. Como relata: *eu tô me sentindo mais segura, mais forte. Mais forte porque eu tô resistindo. Ainda vou conseguir ainda. Muito mais.*

O desenvolvimento humano é esse processo mediatizado do homem com o meio social por intermédios dos signos enquanto instrumentos psicológicos produzidos socialmente e utilizados pelos seres humanos na comunicação com os outros com os quais se relacionam e consigo mesmos. Os signos são produto da ação do próprio ser humano e decorrem, portanto, da história da humanidade (ZANELLA, 2004).

No processo de produção de alguma ação, como é o comportamento transformado de Nadi, o sujeito objetiva o ser humano e ao mesmo tempo o subjetiva. Ou seja, o resultado da atividade é tanto a produção de uma realidade humanizada quanto a humanização do sujeito que a empreende, em face da relação indissociável entre sujeito e sociedade. Quando Nadi age com o comportamento transformado se reconhece como construtora desse comportamento e isso faz com que ele comece a fazer parte da tua identidade e a integrar a sua configuração subjetiva (ZANELLA, 2004).

Como forma de recorrer a um aspecto cognitivo e afetivo, ela elenca também a fé como o dispositivo individual facilitador da mudança de vida: *acho que pra uma pessoa mudar de vida ela precisa ter fé em Deus, né? Só ele pode fazer alguma coisa pela gente.*

Um dos fortalecedores também para que ela se sinta motivada a mudar de vida é o cuidado com a imagem pessoal, considerando que quando ficar maior de idade se cometer alguma infração penal poderá ficar com registro em seu cadastro, o que funcionaria como uma marca social: *aí eu decidi parar mesmo, ouvi os conselhos deles. Eu não quero meu nome sujo não.* Afirmação que reflete o sentido de identidade relacionada ao nome limpo, à honra e de não possuir dívida com a sociedade, demarcada pelo nome sujo.

Como forma de permanecer no processo de fortalecimento, ela aproveita os espaços sociais considerados positivos, as oportunidades de estabelecer relações positivas com as pessoas da escola e de ter o reconhecimento de suas produções positivas, como passar de ano e de ter o investimento afetivo de todos os funcionários da escola. O fato de ter alguém que converse com ela, mesmo que seja no sentido de chamar a atenção, aconselhar, é percebido como um fator positivo, de afeto e de cuidado, desenvolvendo um sentimento de acolhimento. Esse sentido subjetivo pode ser expresso nos três trechos a seguir quando ela se refere à escola e às relações nela estabelecidas:

Escola pra mim é... é melhor do que... **é melhor tá lá dentro do que fora.** Porque pelo menos eu tô aprendendo, **tô aprendendo as coisas boas.**

(...)

Significou tudo pra mim, fez eu mudar de vida mesmo. **Porque o pessoal na escola todo gosta de mim, né?** Na primeira vez que eu fui presa **a pedagoga conversou comigo também... eles me ajudaram, né? Passei de ano.** Aí esse ano espero passar também.

(...)

**Eles me deram conselho,** falaram que não era pra fazer mais isso... que eu tinha que estudar, se não se eu não fosse estudar eu ia acabar de trás das grades ou então embaixo da terra. Falaram, né? **Abriram meus olhos...**

(grifos nossos)

As relações estabelecidas na escola, portanto, demonstram ser bastante importante para ela, no processo de superação e de projeção de novas perspectivas de vida. A escola, portanto, ao contrário do que aconteceu na vida de Moacir, é subjetivada por Nadi como uma instituição positiva, que contribui para o reconhecimento de si como merecedora de relacionamentos de cuidado, afeto e parceria, bem como de acontecimentos bons na vida.

Percebemos que a dita resistência dela ao consumo de drogas envolve três dimensões, os aspectos pessoais, que são os dispositivos individuais que permitem ela se fortalecer, por meio da força de vontade, da fé em deus; as relações afetivas, como o fato de se preocupar com a sua mãe e os seus filhos e o suporte social, que é exercido pela escola, onde também constroi relações afetivas construtivas e fortalecedoras e pela possibilidade de trabalho, já que está tirando todos os documentos com esse fim.

Nadi, portanto, apesar de aparentar ter bastante tristeza relacionada ao seu passado de infração, consumo de drogas e más companhias, não se resigna a essa postura passiva de culpabilização e arrependimento. Ela assume a trajetória de sua vida, buscando ancorar-se nas dimensões que ela percebe como positivas e fortalecedoras de sua vida para desenvolver o processo de transformação de sua trajetória, demonstrando-se como sujeito ativo no seu processo de desenvolvimento.

#### 4.4 CONSTRUÇÕES A PARTIR DAS INFORMAÇÕES DE AJURICABA

O contato com Ajuricaba foi no polo, quando ele foi ao atendimento para qual estava agendado, na companhia de sua genitora. Ao recebê-los, a assistente social já informou acerca da presença de uma pesquisadora que tinha a pretensão de fazer uma entrevista com ele e que a entrevista poderia ser feita antes do atendimento com ela. Apresentamo-nos ao adolescente e à sua mãe e apresentamos a proposta da pesquisa, os objetivos, a necessidade de autorização, o caráter voluntário da adesão, a desvinculação com o polo e os cuidados éticos.

Ajuricaba aceitou participar da pesquisa e sua mãe autorizou a participação. Perguntamos se eles não teriam algum compromisso em seguida e deixamos em aberto que, caso eles desejassem, poderíamos agendar a entrevista para o próximo atendimento marcado. Ele preferiu fazer naquele momento mesmo. Enquanto ele estava participando da entrevista sua mãe ficou sendo atendida pela assistente social.

Ajuricaba tem 17 anos, nasceu na cidade de Santa Inês no Maranhão, numa aldeia indígena. Seu pai é índio e sua mãe é não-índia. Filho único por parte de sua mãe, por parte de seu pai não sabe. Nos anos iniciais da sua vida viveu na aldeia indígena com seus pais, mas depois de algum tempo ele e sua mãe foram para cidade, morar na roça de sua bisavó. Morou na casa de sua bisavó materna até a sua mudança para Manaus, há cerca de um ano e meio. Sua bisavó cuidava dele porque sua mãe precisava viajar para trabalhar e seu pai morava na aldeia. Ele não tinha uma relação afetuosa com o pai. Nas ocasiões em que ele ia para o local onde o pai morava, ficava na casa da sua tia e quando eles se cruzavam na rua não se falavam.

Sua infância foi boa, morava com a sua bisavó que *dava de tudo* para ele, apesar de ele às vezes, *não fazer por onde*. Não fazer por onde se referia às *ondas que ele fazia, arrumava doideira com os meninos da redondeza, aprontava, coisas que adolescente mesmo faz*. Ele *gazetava* para jogar vídeo game, pulava o muro da escola etc.. Quando sua avó descobria ficava zangada com ele.

Começou a ir para a escola aos três anos de idade e a lembrança mais forte que tem da escola é que brigava todos os dias com seu primo na escola. Além disso, a escola foi boa porque possibilitou a ele a experiência de várias brincadeiras. Sobre a sua escolaridade ele está: *na oitava, infelizmente... era que eu brigava muito no colégio, pegava suspensão, gazetava. Aí fui repetindo...* A vida escolar dele é marcadamente significada pelas brigas que tinha na escola com os colegas. Segundo ele, isso acontecia não porque ele queria, mas

porque ele se sentia forçado, pois os outros meninos *abusavam demais*, ficavam bagunçando muito com ele e ele acabava brigando. Apresenta, portanto, o indicador de sentimento de tristeza relacionado à defasagem entre idade e série escolar e uma sensação negativa referente ao seu comportamento no ambiente escolar.

Nas redondezas de sua casa tinha vários amigos, com quem ia *atentar os vizinhos*, iam *banhar no açude*, onde o vaqueiro não deixava, eles pulavam a cerca e o vaqueiro saía correndo atrás deles dentro do mato. Eles costumavam ir bagunçar nos colégios à noite, iam *caçar briga lá na rua*. Mas ele menciona que hoje *não é mais chegado nessas paradas*. Durante essas atividades com os amigos, diversas vezes aconteciam coisas engraçadas, que tornavam tudo mais divertido.

O grupo de amigos costumava brincar bastante na rua, todos brincavam e se divertiam. Até que:

chegou um certo tempo que ninguém mais queria saber desse negócio, não. Aí já queria saber de roubar, também muitos foram embora também... aí esse negócio aí antigamente lá no bairro lá todo mundo era parceirão, aí certo tempo todo mundo assim, quase não se falava, cada um era querendo matar o outro.

Não existe uma explicação concisa para tal fenômeno, a não ser a passagem do tempo. Para ele, de repente *um queria matar o outro*. Isso acontecia *por besteira, porque um começava a falar da mãe do outro... aí um não gostava, aí um não sabe brincar, aí eles pegavam pilha, aí queriam brigar, quando pensava que não, eram querendo se matar*. Mas nunca chegaram a se matar de fato e por diversas vezes, depois das brigas, voltavam a ser amigos.

Em Manaus ele fez algumas amizades também nas proximidades de sua casa, os amigos do tribunal, com quem se divertia bastante, e os amigos da escola. Não acredita, no entanto, que tenha muitas pessoas com quem contar, além de sua mãe e seus tios que também moram em Manaus.

Destaca que o motivo de sua vinda para Manaus foi a intenção de *arranjar um serviço*, pois seus tios já estavam morando aqui e haviam dito que a cidade era boa de arranjar trabalho. Sua mãe veio primeiro e depois de algum tempo ele veio. Quando chegou, o jovem conseguiu uma vaga no projeto Menor Aprendiz e começou a *trabalhar* no tribunal.

Esse fato é destacado por ele como o mais importante de sua vida, pois lá ele era chamado por toda e qualquer necessidade que os conselheiros apresentassem, tinha bastante

trabalho e aconteciam diversas coisas. Diversas vezes ele se sentia valorizado, mas algumas vezes aconteciam coisas negativas, como nas ocasiões em que tinha prestação de contas e a mesa dele *ficava perdida no meio de tanto documento*. Mas aconteceu que a empresa que era responsável pelo pagamento dele estava atrasando o salário e não estava mais dando certo para ele e, desde então, ele ficou sem trabalho.

Depois que ele ficou sem emprego tinha que arranjar uma alternativa e conforme relata: *ai depois que eu fiquei sem emprego, né? (silêncio). Fui fazer as paradas por aí... roubar com os moleque, né? Assalto mesmo. Ia eu e uns moleques que eles também fazem até coisa aqui também... aqui, medida aqui*. Ele menciona que não sabe como foi para começar, não foi nada planejado e surgiu a ideia: *sei lá como foi pra começar... tava tudo chapado, tinha fumado maconha. Ai ele veio do nada, só, veio do nada, quando pensava que não a gente já tava era agindo por aí...*

Ele relata que todos os assaltos são feitos com arma de fogo, pois se for assaltar com faca é *pedir pra morrer*. Além disso, ele não tem medo de morrer, mas tem medo de morrer à traição, pois nunca se sabe. *O cara não sabe, né? O cara finge que é amigo do cara, o cara num sabe...* Ele conta também que lá no Maranhão, já tinha roubado antes e que os motivos eram variados: *Primeiro é por diversão, né? Por adrenalina... ai depois é porque a gente quer dinheiro fácil*. Ele menciona que aqui em Manaus ele não estava roubando e tinha mudado de vida: *e aqui logo no começo eu não roubava mais, não. Já vim roubar já de um período pra cá, já, do final do ano já*.

Ajuricaba está em cumprimento de MSE por conta do roubo de um carro. Ele estava *curtindo* com seus amigos nas proximidades do carro e foram denunciados por um policial civil que estava próximo e eles não sabiam que ele era policial. Quando foi pego ele ficou alguns dias na DEAAI e depois foi pra provisória. Lá ele ficou quarenta e três dias e depois recebeu cumprimento de LA e PSC.

Ele menciona que *chapar um back* e sair para roubar lhe proporcionava adrenalina, *mas agora parei, dei um tempo. Mas eu ainda tenho vontade assim, num tem? Mas eu num faço mais não... ah, sei lá, dá desgosto pra minha mãe. Ver a mãe do cara visitar o cara na cadeia... não é nada bom, fazer ela passar por isso. Por isso que eu não quero mais*.

Ajuricaba menciona que atualmente quer arranjar um emprego, mas por enquanto tá difícil conseguir. Ele tem habilidades em mexer em computador porque fez curso e acredita que isso pode ajudá-lo a arranjar um emprego: *pode até me ajudar a arrumar um emprego, né? Em algumas áreas tem facilidade, que eles precisam*.

Segundo ele, seu maior problema é que ele queria mudar seu pensamento:

Eu queria só mudar o pensamento mesmo. É porque tem vez que eu tô parado assim e vêm uns pensamentos meio doidos, de fazer o mal, num tem? Pensamento de fazer o mal com a pessoa que eu não esteja indo bem. Aí quando vêm esses pensamentos eu tento não ouvir, eu fico em casa mesmo relaxando... eu chapo um baseado. Aí o cara fica mais tranquilo, tenta controlar um pouco esses pensamentos doidos que vem... relaxa mais um pouco.

A sua maior vontade de futuro é servir o exército. *Ah, sei lá, eu sempre quis. Me deu na cabeça desde criança mesmo, servir o exército. Acho que tem, parece que é adrenalina, né? Acho que é por isso...*

O adolescente menciona que já fez várias tentativas de mudanças, mas que sente muita dificuldade de mudar. Para ele, existe a possibilidade de ter uma vida boa na nossa sociedade, basta mudar, mas ele ainda não sabe como fazer para mudar.

Atualmente adolescente tem enfrentado dificuldades em mudar de vida e de encontrar o caminho para mudança, pois sempre que tenta mudar algo sai do modo contrário do que ele planejou. Diante disso, ele tem dificuldade em ter paciência para esperar algo de bom acontecer. Sua vontade imediata é arranjar um emprego, mas está difícil. Sua vontade a longo prazo ele é de viajar pelo *mundão afora* e ele ainda não sabe de maneira concreta como poderá alcançar essas vontades.

#### **4.4.1 A busca por fortes emoções como campo fértil para uma identidade subversiva**

A análise que elaboramos nesta zona de sentido vai ao encontro das experiências de Ajuricaba na sua constituição “subversiva”, compartilhando a experiência de comportamentos proibidos com o grupo de amigos dos momentos da infância e adolescência. Essas experiências de subversão marcam e constituem sentidos subjetivos de identidade de grupo que fortalecem outras representações simbólicas em sua vida, associadas à busca constante por fortes emoções e ao modo como ele significa a sua história.

Ajuricaba relata a sua infância como repleta de coisas boas e, como exemplo disso, menciona a relação afetuosa que tinha com sua bisavó, que cuidava dele enquanto sua mãe precisava viajar a trabalho. Ao mencionar essa relação, ele lembra que por diversas vezes se comportava de modo a não ser merecedor de tudo que sua bisavó fazia por ele. Ele menciona

esse comportamento como típico de adolescentes: *tinha vezes que fazia por onde não. É... assim, tinhas vezes que eu fazia uma onda lá, arrumava doideira lá com os meninos... coisa mesmo que adolescente faz.*

O modo como Ajuricaba significa as ações dele, que configurava o comportamento como não merecedor dos cuidados da avó, é como se fossem típicas da adolescência. Essa conceituação possibilita ao jovem atribuir um sentido aos episódios da sua infância e adolescência, que parecem ser negativos para ele, já que ele acredita que são comportamentos que contrariavam o afeto e cuidado direcionados a ele por sua bisavó. Ao fazer esse procedimento semiótico, Ajuricaba está falando de uma adolescência que ele conhece, dos adolescentes de seu bairro, do seu grupo de amigos, de seu convívio, ao mesmo tempo em que reproduz um discurso social hegemônico acerca de uma adolescência típica, no qual busca se encaixar.

Outro aspecto positivo da infância que tem bastante destaque durante a narrativa construída por Ajuricaba é o aspecto subversivo de sua diversão. Ele gostava bastante de sair com os amigos para pular nos açudes dos vizinhos, pular os muros da escola, brigar no ambiente escolar, dentre outros. Esses episódios são referidos por ele como fonte de diversão e entretenimentos nas tardes da pacata Santa Inês.

O modo como Ajuricaba significa a sua trajetória de vida parece estar fortemente atrelada a esses sentidos de estar fora da regra, fora do funcionamento esperado e adequado socialmente, conforme os padrões sociais exigem. Tanto é que a lembrança mais forte que Ajuricaba tem de sua vivência escolar é que, durante os primeiros anos escolares, brigava todos os dias com seu primo e, nos anos seguintes, brigava muito com os outros colegas, pegava suspensão e repetiu por diversos anos.

Ao explicar as brigas protagonizadas por ele no contexto escolar quando já estava mais velho, ele explica que se tratava de uma forma de reagir às provocações dos colegas: *mas também não era porque eu queria, não. Era porque eu me sentia forçado, porque os meninos eram demais. Eu não gosto de brigar muito assim, não. Mas os caras abusam demais, o cara quer bagunçar com o cara direto, aí acabava brigando.*

Tal relato nos remete à reflexão sobre como o contexto escolar pode ser propício a condutas violentas. Isso acontece para Ajuricaba de maneira tão intensa que o aspecto violento passa a integrar o sentido subjetivo de escola para ele, associado ao sentimento de deslocamento, de não adequação que parece estar presente em grande parte de seu relato, no que se refere à instituição escolar.

No caso em questão percebemos um fenômeno muito comum no contexto escolar que é a violência e as agressões relacionadas a zombarias. Não se trata de responsabilizar ou patologizar os jovens que zombam ou apelidam como os responsáveis pela possibilidade de violência no contexto escolar, mas de refletir sobre o modo como a escola, com a sua configuração atual, acessa esses aspectos dos jovens. Os jovens encontram na escola o ambiente favorável para o desenvolvimento desse comportamento de discriminação, de diminuição dos outros colegas por alguma característica peculiar. Estes processos se retroalimentam sem uma relação de causa e efeito direta e linear, mas como autorregulação dos processos subjetivos e objetivos.

Neste sentido, verificamos como a escola ainda funciona como o ambiente que tem a finalidade de homogeneizar, que traz saberes homogêneos de realidades homogêneas, parecem não ser ambientes onde a diversidade consiga conviver de modo pacífico e, nesse sentido, o que foge ao padrão de normalidade ganha um grande destaque negativo, merecendo ser alvo de zombaria e agressões por parte dos outros que se julgam ajustados.

Voltando a falar sobre as emoções relacionadas à subversão, era bastante divertido para Ajuricaba o fato de o vaqueiro correr atrás de seu grupo de amigos por eles terem invadido o terreno, por terem pulado no açude, por terem mexido com os animais etc.. Esse sentido de diversão como a busca por fortes emoções, através da quebra de regras, permaneceu na vida de Ajuricaba durante a sua adolescência, quando ele saía com seu grupo de amigos para procurar brigas nas ruas, para pular os muros e bagunçar nas escolas no turno da noite e, posteriormente quando começou a roubar e fazer uso de drogas:

Eu roubava com o moleque lá que era vizinho meu, das antigas. Mas só que ele era mais velho do que eu. Tá morando em Goiânia agora, ele. Primeiro é por diversão, né? Por adrenalina... aí depois é porque a gente quer dinheiro fácil. Quando a gente roubava era assim, tipo engraçado... o cara fica zoando, né? Com a cara dos pessoal que a gente roubava.

A busca por emoções por intermédio da subversão parece permanecer na vida do jovem, com a renovação dos papéis. O fazendeiro que tem seu quintal invadido, o vigia da escola onde ele ia *caçar briga*, as pessoas assaltadas é como se estivessem na mesma função para ele, são intermediários na busca por diversão e emoções fortes. Constitui-se, dessa maneira, uma configuração subjetiva voltada a busca por fortes emoções, num contexto empobrecido de possibilidades dessa vivência, pois o que jovem buscava não era o ato infracional em si e nem fazer o mal para alguém única e exclusivamente com esse objetivo. A



sua busca era por sair da monotonia predominante em sua vida e por diversão e adrenalina, como forma de enriquecer as experiências do seu cotidiano.

Diante de tal realidade, compreendemos que um dos principais desafios dos profissionais técnicos e pesquisadores que atuam junto à adolescentes envolvidos com a infração, é o desenvolvimento de possibilidades para os adolescentes viverem e obterem prazer e adrenalina sem infracionar, para que eles desenvolvam recursos que transgridam inclusive essa lógica infracional como obtentora de prazer.

As possibilidades que ele encontrava em seu contexto de sentir alguma emoção diferente do marasmo cotidiano era por meio da subversão das regras. Essas subversões passaram a integrar a sua identidade e o modo como ele olha para a sua própria trajetória de vida. As subversões, por sua vez, vão aos poucos tomando proporções maiores e as consequências delas passam a ser maiores também para o jovem, como foi o caso da *prisão*, já na cidade de Manaus.

Após se mudar para a cidade de Manaus, após perder o emprego que foi bastante importante para ele, a vida de Ajuricaba se organiza de modo que ele busca parceiros para compartilhar as experiências de fortes emoções, para fazer uso de maconha como forma de encontrar relaxamento e de lidar com os sentimentos negativos que podem estar associados aos acontecimentos do cotidiano. Estas experiências subversivas passam a ser significadas como indesejáveis somente a partir do momento em que gera a possibilidade de trazer sofrimento à sua mãe, como está expresso no trecho a seguir da conversa:

A: Era adrenalina mesmo.

P: então era algo que te dava prazer, certo?

A: Era, depois que eu fui de vez em quando eu ainda fiz com eles, ainda... Mas agora parei, dei um tempo. Mas eu ainda tenho vontade assim, num tem? Mas eu num faço mais não...

P: e por que tu não faz mais?

A: ah, sei lá, dá desgosto pra minha mãe. Ver a mãe do cara visitar o cara na cadeia... não é nada bom, fazer ela passar por isso. Por isso que eu não quero mais.

Novamente entra em jogo o modo dele se configurar como não merecedor do afeto materno, como por vezes não foi merecedor do afeto de sua bisavó. Ele ainda se sente com vontade de fazer as mesmas coisas, mas por não querer que sua mãe passe pelas mesmas situações que já passou, está preferindo se distanciar. Percebemos que não parece importar tanto as consequências para si, mas as consequências para sua mãe. É como se, em nome da adrenalina, ele topasse encarar as consequências que pudessem vir, mas sua mãe não merecesse isso.

Um indicador de que as consequências para si mesmo não parecem ocupar lugar de importância é que o jovem não tem medo de morrer, fenômeno que é comum entre os jovens que cometem atos infracionais, a exemplo do relato de Moacir. Para ele, o único medo é morrer à traição: *o cara morrer por traição, morrer pelas costas, o cara nem sabe*. Morrer à traição está associado à ideia do não enfrentamento, da não possibilidade de fazer algo, de uma covardia, uma morte sem emoção, sem reação, sem movimento. Seria o contrário da busca por fortes emoções e enfrentamento do perigo, o contrário das suas possibilidades de existência atuantes, seria morrer como não-sujeito.

Ainda neste sentido, Ajuricaba tem como sonho profissional de ser militar. Desde criança ele queria servir o exército: *Me deu na cabeça desde criança mesmo, servir o exército. Acho que tem, parece que é adrenalina, né? Acho que é por isso...*

O principal questionamento que essa zona de sentidos nos ocasiona é sobre a possibilidade de Ajuricaba ter outras estratégias de sentir as fortes emoções que deseja sentir, que não sejam as que têm se apresentado a ele, pela via da infração. Esse questionamento não está associado ao julgamento moral acerca do ato infracional, mas, essencialmente, à preocupação com o pobre repertório que o jovem possui como possibilidades e que o coloca em situações de maiores vulnerabilidades e riscos. Caberia à atuação junto a este jovem pensar nas diversas possibilidades de emoção que um jovem pode ter, como a expressão artística, o esporte, a realização profissional etc... Ou, melhor, buscar compreender porque tais lazeres são menos disponíveis a certos jovens.

É possível partir da compreensão de sentidos subjetivos (GONZALEZ REY, 2004) para pensar os modos de vida dos adolescentes como parte dos processos de subjetivação de suas trajetórias de vida. A ideia de modo de vida é a desenvolvida por González Rey (2004) em seus estudos sobre saúde, no qual ele delinea a relação dos modos de vida com a personalidade e a saúde. Modo de vida é definido como sistema de atividades concretas realizadas pelos sujeitos como expressão das motivações essenciais do homem. O modo de vida resguarda, portanto, uma correlação direta e inexorável com as condições e possibilidades sociais concretas e as potencialidades do indivíduo em sua condição de sujeito do modo de vida.

Para o autor, é preciso ultrapassar o caráter descritivo do modo de vida e focar os fatores sociais e os fatores da personalidade, que são primordiais para a configuração desse fenômeno. No caso de Ajuricaba, fazemos a correlação da sua ânsia por fortes emoções que

encontra vias de realização num contexto empobrecido de possibilidades, o que contribui para que ele desenvolva modos de vida arriscados e que o vulnerabilizam.

González Rey (2004) apresenta a compreensão de modo de vida pobre quando o sujeito apresenta dificuldade de encontrar relações e atividades nas quais possa investir seu tempo e seu interesse. Desenvolve, dessa maneira, modos de vida com hábitos não saudáveis que contribuem para uma vida doente. Estão correlacionados ao modo de vida, segundo essa perspectiva, os condicionantes sociais e os fatores da personalidade, sendo considerado o papel ativo do sujeito nesse processo.

#### 4.4.2 A questão do trabalho como central

A viagem de Ajuricaba para Manaus foi motivada pela busca por emprego e aconteceu porque seus tios, que já moravam na cidade, haviam relatado ser Manaus um bom lugar para encontrar serviço. Ao chegar em Manaus, Ajuricaba de fato conseguiu “um emprego”, que na verdade era um estágio no programa de menor aprendiz no Tribunal de Contas.

Esse *trabalho* representou para Ajuricaba o fato mais importante ocorrido na sua vida. Para ele, era marcante o modo como ele era procurado para fazer todas as coisas que os conselheiros precisavam e foi importante também para ele ter conhecido essas pessoas:

Foi eu começar a trabalhar no tribunal, porque eu conheci uns pessoal de lá, uns conselheiro, aí eles me chamavam tudo quanto era coisa lá, qualquer coisa eles me chamavam, tudo que era preciso eles me chamavam. Porque lá é... que eu tava trabalhado como auxiliar administrativo, né? Aí rapaz, tinha várias coisas também...

Ocupar um lugar num emprego inaugurou uma nova possibilidade para Ajuricaba, que foi uma possibilidade de utilidade, de reconhecimento da sua importância e de ver algum resultado positivo da sua existência social. Aquelas pessoas precisavam dele e eram pessoas importantes, conselheiros, que tinham muito trabalho e quanto mais trabalho tinham, mas precisavam dele. Esse trabalho se incorpora à vida de Ajuricaba, portanto, como uma alternativa à identidade infratora, pois neste momento da vida ele não precisaria subverter a ordem do trabalho, a ordem do setor para conseguir ter as emoções que pudessem movimentar a sua vida. O próprio trabalho em si já trazia movimento ao seu cotidiano, como nas ocasiões em que chegava a prestação de contas: *rapaz, quando chegava a prestação de conta,*

*chegava... a mesa do cara chega se perdia no meio dos documentos, era muito trabalho pra fazer. Mas lá é bom. Os pessoal lá tudo de boa.*

De determinado modo, o que se esperava nesse contexto de Ajuricaba é que ele fosse útil ao trabalho e ele, a partir dessa expectativa criada em relação a ele, se reconhece com esse potencial, o que faz com que os conselheiros continuem solicitando a ajuda dele, o que, por sua vez, fortalece o potencial do jovem.

Enquanto esteve trabalhando no tribunal, Ajuricaba manteve-se afastado da prática infracional. Depois de algum tempo, por problemas no pagamento do programa de aprendiz, Ajuricaba acabou tendo que sair do dito trabalho. Ao ficar sem emprego, Ajuricaba se viu na necessidade de arranjar uma alternativa e conforme relata: *ai depois que eu fiquei sem emprego, né? (silêncio). Fui fazer as paradas por ai... roubar com os moleque, né? Assalto mesmo. Ia eu e uns moleques que eles também fazem até coisa aqui também... aqui, medida aqui.* Associa-se à necessidade de salário, a busca pela adrenalina, pelo reconhecimento e valorização, por se sentir produtivo de alguma maneira, nem que seja roubando.

Ele menciona que não sabe como foi para começar, não foi nada planejado e simplesmente surgiu a ideia entre os amigos com quem convivia: *sei lá como foi pra começar... tava tudo chapado, tinha fumado maconha. Ai ele veio do nada, só, veio do nada, quando pensava que não a gente já tava era agindo por ai...*

O modo como Ajuricaba relaciona esses fatos, nos leva a conclusão de que ele concebe a prática infracional como o modo de inserção social que foi possível a ele, considerando que não conseguia emprego e que precisava de algum dinheiro. O trabalho e a prática infracional, neste momento da sua vida, parecem estar no mesmo grupo de atividades, como formas de conseguir atender as suas necessidades e de se inserir socialmente. Fato que também se relaciona à produção de sentido de si como produtivo.

Para Ajuricaba ingressar no mercado de trabalho está associado à mudança de vida, que é por ele almejada. O trabalho ocupa o lugar de esperança e de boas perspectivas. No entanto, está difícil, por enquanto, encontrar o trabalho. Diante disso, Ajuricaba fica muito frustrado e apresenta dificuldade para lidar com esse sentimento de frustração. O modo como Ajuricaba se sente diante das frustrações na busca por emprego, é com irritação, sem paciência e com sentimento de muita raiva, como narra a seguir:

*... só que tem vezes que eu fico com raiva mesmo assim. Vontade de fazer o mal assim, porque nunca dá certo, né? Ai dá raiva. Que nem uma vez foi assim, eu tava procurando trabalho e eles falaram que eles não estavam contratando de menor, porque eu era de menor, só de maior. Ai me dá raiva, porque quando o cara quer*

trabalhar o cara não pode porque é de menor, aí quando o cara vai roubar eles dizem que o cara é mau elemento, aí o cara não sabe o que fazer assim. Acho que por isso que tem umas pessoas que vão pra vida do crime, porque o cara quer trabalhar, o cara não consegue. Aí na vida do crime tem dinheiro fácil, mas nem sempre é bom.

Ajuricaba desenvolve uma crítica social aos modelos de empregabilidade que se desenvolvem atualmente, em especial os programas de profissionalização e empregabilidade voltados aos adolescentes. Com essa crítica, Ajuricaba expressa como os direitos dos adolescentes estão distante de serem garantidos em sua plenitude. Tal realidade causa em Ajuricaba um sentimento de impotência diante dos problemas sociais, associado ao sentimento de raiva e revolta e à representação da sua realidade social como incoerente e injusta. Configura-se, assim, o sentido subjetivo do contexto de vida no qual ele busca a mudança, o que no momento atual de vida ainda representa um desafio, conforme veremos na próxima zona de sentido.

#### **4.4.3 Dificuldades de transformação decorrentes das questões sociais e das dificuldades individuais**

A trajetória de vida de Ajuricaba, da maneira como nos foi narrada por ele, e interpretada por nós, apresenta quão estreita é a relação entre os aspectos sociais e a formação da subjetividade. As experiências do jovem estão intimamente relacionadas ao aspecto transgressor como motivador de vida e posteriormente como mantenedor de suas necessidades.

Ajuricaba, no entanto, experimentou duas ocasiões que foram subjetivadas por ele através de processos de transformação. A primeira foi a experiência de ter trabalhado e se sentido útil e necessário num contexto diferente do contexto infracional, o que inaugurou para ele uma alternativa ao modelo identitário que ele estava acostumado a exercer. A segunda foi o sofrimento e a humilhação que a sua *prisão* causou em sua mãe, que o fizeram sentir sentimentos negativos e sentir-se como não grato pelo afeto e cuidado materno.

A partir de tais experiências, Ajuricaba produz a necessidade e a vontade de mudar de vida. A partir de então, ele passa a desenvolver perspectivas de vida que se encaixam num modelo que se enquadra no ideário social acerca de uma boa vida e começa a produzir estratégias de mudança de vida. O adolescente, no entanto, está encontrando grandes dificuldades nessa trajetória.

Em primeiro lugar ele acredita que a mudança de vida passa por uma mudança pessoal, no jeito de seu, no pensamento e nos sentimentos. Ou seja, nos aspectos individuais, como expressa na fala a seguir:

Pra ter uma vida boa é só mudando, né? Mudando o jeito. Só não sei ainda como é que faz pra mudar... sei lá, ainda não descobri isso não. Eu sempre penso em mudar, mas na hora não dá certo. Sei não por que. Porque o cara pensa uma coisa, o cara bota uma coisa na cabeça que vai fazer, que vai fazer, aí no dia de fazer, aí sempre tem que dar uma coisa errada. Eu sempre planejo, mas só que dá errado.

Essa fala evidencia o esforço pessoal de transformação que tem sido empreendido por Ajuricaba, no sentido de colocar algo na cabeça, com a perspectiva que dê certo a partir disso. O modo como está acontecendo na vida dele, no entanto, é que, a despeito de seu esforço mental para que dê certo o planejado, algo sempre está dando errado, criando um padrão de acontecimentos nesse sentido. Isso é vivenciado por Ajuricaba com um sentimento de desânimo e com um descrédito aos seus pensamentos positivos.

Ele compreende, portanto, que mesmo com pensamentos positivos e planejamento mental organizado, é necessário que existam condições sociais para a mudança de vida: *então desse jeito que a sociedade funciona é um pouco difícil ser uma pessoa boa*. Uma dessas condições seria o acesso a um emprego, como ele expressa a seguir:

Rapaz, tá difícil olha... se fosse mais fácil pro cara conseguir emprego ia ser mais fácil não ter vontade de fazer o mal, porque dá logo raiva na pessoa, num tem? E pra mudar de vida a pessoa também precisa ter paciência. Eu não tenho muita paciência não. Tem que ter paciência pra quando der errado as coisas não pensar logo no mal... nunca gostei de esperar, assim, porque o cara tem que esperar, esperar, eu nunca gostei de esperar não.

A fala expressa o quanto é difícil para Ajuricaba lidar com as ocasiões em que as coisas não saem como o planejado e diante disso, o impulso imediato é *fazer o mal*, que seria cometer atos infracionais, roubar etc.. Isso porque infracionar é o comportamento ao qual ele está mais acostumado, é o jogo do qual ele conhece as regras, sabe como planejar e como obter sucesso, sem precisa se frustrar tantas vezes como no processo de busca por emprego.

Em outro trecho, Ajuricaba traz a questão do julgamento social como importante também para a mudança de vida e a diferença individual como determinante da maneira como cada pessoa irá lidar com esse fenômeno, como expressa o trecho da entrevista a seguir:

A: Tem uns que as coisas dão errado pra eles também, né? Outros as coisas dão certo. Tem aqueles que assim, o cara quer mudar de vida, aí tem a condição também,

né? O cara que é humilde e tal, aí tem alguns que julgam o cara porque o cara é humilde e outros não.

P: Quem que julga?

A: Aqueles que vão dar o emprego pro cara, né?

P: Qual o julgamento que fazem?

A: Ah, eu cheguei bem assim, tipo assim... ele julga pelo jeito do cara. Se o cara é humilde ele pensa que o cara não pode subir na vida também.

P: Tu acha que muitas pessoas pensam isso?

A: Muitas sim. Aí quando acontece isso... alguns pensa besteira, alguns não. Alguns pensam em insistir, num tem? Aí outros não. Pensam logo em roubar, em vender droga. Porque vender droga e roubar é a maneira mais fácil de conseguir dinheiro, mas nem sempre é bom assim, dinheiro fácil nem sempre é bom, porque o cara vai e pode não voltar, se o cara morrer, né? Aí não valeu de nada o dinheiro fácil...

Representa a ideia de uma sociedade pautada na imagem, no valor das pessoas que tem dinheiro e que tem uma boa aparência. Existem as pessoas que querem mudar e que encontram as condições necessárias para tal. Para essas pessoas, é mais fácil mudar. Para as pessoas *mais humildes*, no entanto, existe a dificuldade do julgamento social. Possivelmente ele já passou ou já presenciou situações em que houve discriminação por uma pessoa ser negra e pobre.

Diante de todas essas dificuldades sociais, Ajuricaba vê como a única alternativa para que a pessoa consiga mudar de vida é o pensamento, mas ele ainda não sabe como conseguir ter o pensamento adequado para conseguir lidar com as frustrações corriqueiras dessa luta diária: *Pensamento! Principalmente é o pensamento. Não sei como faz pra ter esse pensamento não.*

O jovem desenvolve uma compreensão de quanto seu campo de ação é pequeno diante das dificuldades sociais e que são necessárias grandes força e persistência individuais para conseguir lidar com as questões sociais. Para ele é o conjunto entre o social e o individual que pode promover a mudança de vida. Diante da inexistência de condições sociais, a pessoa precisaria ter muito mais força e persistência individual para continuar buscando, isso acontece através da mudança do pensamento.

Ajuricaba, no entanto, não tem conseguido mudar o próprio pensamento a ponto de conseguir lidar de maneira tranquila com as frustrações sociais. A falta de condições sociais para mudança, as dificuldades em lidar com as frustrações e o julgamento social, em conjunto, configuram um sentido subjetivo que o jovem desenvolve diante de seu contexto de vida e de sua perspectiva de transformação.

Sabemos que em a realidade social é pautada na ideologia capitalista, que serve de base para criação, desenvolvimento e reprodução de relações sociais desiguais, com base na dominação e exploração, que são inerentes ao funcionamento capitalista. Constitui-se, assim,

o modelo de sociedade capitalista do modo como se configura atualmente e do qual parece bastante difícil sair, o que contribui para a naturalização dos fenômenos, tendo em vista que a ideologia corresponde à ótica pela qual as pessoas veem os fatos (TONETT, 2005).

A ideologia capitalista, portanto, se relaciona ao modo como os adolescentes irão desenvolver seus modos de vida nesse contexto, visto que o desenvolvimento está ligado a processos de mudanças e de transformações que ocorrem ao longo da vida do sujeito e em cada uma das múltiplas dimensões de seu funcionamento psicológico, sendo ele um sujeito concreto, histórico e cultural (OLIVEIRA, 2008).

Ao refletir sobre o modo como Ajuricaba enfrenta as dificuldades para conseguir efetivar as mudanças em suas vidas, devemos lembrar que a realidade social brasileira é marcada por uma dinâmica social que produz opressão e sofrimento para grande parcela da população. Esse fenômeno está associado às desigualdades sociais e à condição de pobreza em que a maioria da população vive. Por pobreza podemos compreender o fenômeno multidimensional, para além das questões monetárias, visto que se conceitua o homem, para além de seu papel de consumidor, como repleto de potencialidades que são contextuais, sociais, culturais e pessoais. Nesse sentido, apresenta-se uma compreensão ampla de pobreza, enquanto estado de privação que poda a capacidade de liberdade, criatividade e imaginativa do ser humano, aspecto que se manifesta em diversos âmbitos na América Latina (CIDADE; JUNIOR; XIMENES, 2012).

No que se refere à naturalização dos fenômenos inerentes ao capitalismo, podemos destacar algumas categorias conceituais que marcam o desenvolvimento do psiquismo das pessoas nesse contexto. São elas: a Ideologia de Submissão e de Resignação, que se refere a uma lógica de dominação onde a população pobre é vista como subalterna, serviçal, problemática, mão de obra barata e incapaz de protagonizar sua vida (GÓIS, 2008); a Cultura do Silêncio, onde os sujeitos se configuram como perpetuadores silenciosos das práticas de dominação empreendidas no cotidiano, como se não houvesse outra realidade possível, criando assim a identidade de oprimido e explorado, que pode contribuir com um estilo de vida fatalístico (FREIRE, 1980) e a Síndrome Fatalista (MARTÍN-BARÓ, 1998), um fenômeno psicossocial marcado pelo conformismo dos grupos e indivíduos com as condições deploráveis de existência e um regime de vida opressor, em que não há sentido de luta por melhorias, compreendendo a vida como predestinada, contra a qual não se pode agir.

Os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, como integrantes de nossa sociedade, também estão atravessados por essas questões sociais e ideológicas.



Pesquisas indicam que os adolescentes que estão em cumprimento de medidas socioeducativas são oriundos em sua grande maioria de famílias pobres ou extremamente pobres. Compreendemos, portanto que esses sujeitos, dependendo das suas condições socioeconômicas, têm limitado e/ou impedido o desenvolvimento de suas capacidades criativas, o que contribui de maneira marcante para como eles irão desenvolver os seus modos de vida. Além disso, eles são diversas vezes responsabilizados individualmente pelo seu insucesso ou dificuldade de inserção social, como forma de localizar somente nele a responsabilidade pela sua vida.

Diante desse contexto, Martín Baró (1998) propõe que o papel social da Psicologia na América Latina deve ser direcionado à maioria oprimida da população e que fomente a criticidade dos povos, fortaleça os movimentos populares, a luta reivindicatória, o diálogo e a transformação positiva da realidade. É, portanto, essencial o papel da Psicologia na atuação relativa às questões de desenvolvimento em condições de pobreza e opressão, demandando de constante estranhamento, questionamento e contextualização do corpo teórico e prático.

#### 4.5 ASPECTOS EM COMUM NOS SENTIDOS SUBJETIVOS DOS ADOLESCENTES ACERCA DE SUAS TRAJETÓRIAS DE VIDA

Esta seção se destina a expor os pontos em comum entre os dados narrados pelos adolescentes acerca da sua trajetória de vida e evidencia os processos de significação semelhantes entre os jovens, que se mostraram relevantes na pesquisa, segundo nosso olhar.

À exceção de Oribá, a narrativa da trajetória dos entrevistados é marcada por baixa escolaridade; uso de drogas e repetição na prática infracional, confirmando o perfil de adolescentes que cumprem medidas socioeducativas que foi traçado pela fase documental deste estudo e também por outras pesquisas (MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS - MPDFT, 2002; SILVA & GUERESI, 2003).

Um dos pontos em comum entre todos os participantes foi o relato de uma infância feliz, com idealização das relações familiares, em especial as estabelecida com a avó ou a mãe. Nessa fase eles se sentiam amados e podiam brincar em diversos espaços. Compreendemos que essa infância idealizada pode estar associada a uma maior valorização do passado, significada como fase da vida em que predominam a inocência e a diversão sobre

a violência e sofrimentos durante a adolescência pelos sujeitos. A infância feliz retratada na construção da trajetória de vida deles funciona como antítese à adolescência vivida no contexto da infração.

O relato da infância de todos os jovens apresenta uma figura feminina, que pode ser vivida pela mãe ou pela avó, como o ser terno e amoroso, que sempre compreendia, era carinhosa e representa o cuidado e o esforço pela satisfação e felicidade do participante. Essa figura feminina também ocupa o lugar para onde atualmente o jovem deve direcionar a sua gratidão e que funciona, na maioria das vezes, como uma relação que propicia o distanciamento da trajetória infracional, como uma forma de se manter mais próximo da família como forma de proteção à reinserção na infração e/ou por não querer causar sofrimento a esta pessoa. A família é, portanto, qualificada como fonte de proteção, apoio e carinho, ainda que não problematizada pelos jovens (COSTA; ASSIS, 2006; COSTA, 2007).

Associado a esse aspecto, todos os jovens evidenciaram o ato de atualmente não sair de casa como estratégia de cuidado e de autoproteção para a não reincidência no ato infracional. Todos eles mencionaram que atualmente não estão mais convivendo com os amigos na rua, não saem e ficam a maior parte do tempo em casa. Essa compreensão localiza a residência familiar como o local de segurança e proteção, representando uma significação do jovem acerca de sua família no sentido contrário das significações construídas pela sociedade em geral, de que as famílias de jovens que cometem atos infracionais são desestruturadas, violentas, permissivas e responsáveis por suas infrações (ESPÍNDULA; SANTOS, 2004; POVOA, 2003).

Além disso, essa significação posiciona o contexto familiar no polo oposto de uma sociedade compreendida como violenta e perigosa, demonstrando o quanto o contexto de vida dos bairros e demais espaços frequentados pelos jovens (a rua, as escolas, os campos etc.) são significados pelos adolescentes como o lugar das rivalidades e das atividades infracionais. O funcionamento na rua, conforme pudemos perceber, seria regido pela lógica da guerra, pela lei do mais forte, do *matar pra não morrer* e está associado ao sentimento de insegurança e de constante alerta em relação aos ambientes não familiares (DOWDNEY, 2005).

Em relação à adolescência, é significada como uma fase passageira, um período de transição, conceito no qual está presente também a ideia hegemônica de adolescência como alegre e livre, permeadas por brincadeiras e alegrias, mas que carrega em si o início da vida adulta, como a necessidade de começar a ter responsabilidades. É interessante que, à exceção de Ajuricaba, os adolescentes não se percebem como adolescente, de acordo com a definição

que desenvolvem para este fenômeno. Para eles, não foram adolescentes porque não souberam aproveitar a adolescência no que ela pode ter de melhor ou já não são mais adolescentes por já estarem muito perto de fazer dezoito anos ou por já ter algumas responsabilidades, como ter filhos ou ter que trabalhar. Ajuricaba, por sua vez, aproveitou bastante tanto a adolescência quanto a infância, obtendo bastante prazer e adrenalina em suas atividades subversivas.

Em relação à vida adulta, é compreendida como a fase séria, onde é preciso ter mais responsabilidades para não sofrer as consequências de seus atos, que podem ser mais graves nessa etapa da vida. Um dos aspectos mais marcantes da significação de vida adulta produzida pelos jovens é a possibilidade de ser preso e de ficar com o nome sujo a partir da maioridade penal. Isso demonstra o quanto o jovem compreende a perspectiva de futuro do adolescente que permanece na prática infracional, mas também apresenta uma perspectiva de saída dessa previsão, por meio da mudança de comportamento.

Neste sentido, existem duas possibilidades de futuro que foram apontadas pelos adolescentes. A primeira possibilidade é da morte e do encarceramento como uma consequência da permanência na prática infracional. Essa perspectiva contempla o futuro como a metáfora dos C's (cadeia ou caixão), que já foram evidenciados em outros trabalhos (CONCEIÇÃO, TOMASELLO & PEREIRA, 2003; ATHAYDE & MV BILL, 2006).

Uma segunda perspectiva de futuro se refere à imagem da vida adulta associada a planos típicos do projeto de vida da classe média. O pontapé inicial para engrenar nesse futuro possível é demarcado pelos adolescentes como: o retorno aos estudos; a obtenção de um emprego; a qualificação profissional; a obtenção de uma fonte de renda para juntar dinheiro; conseguir comprar uma casa e um carro ou uma moto e construir uma família (*ter mulher e filhos*). A vida adulta, nessa perspectiva, é associada ao trabalho, à família e a comportamentos maduros e estáveis e o sucesso e felicidade estão associados ao acesso a bens de consumo.

Por fim, um aspecto em comum entre todos os adolescentes é o modo como não parece estar claro para eles do que se trata o sistema socioeducativo. O primeiro indicador dessa “não clareza” se refere ao modo como eles utilizam os vocábulos para nomear a experiência socioeducativa. Eles utilizam termos como *prisão, cadeia, atrás das grades* etc.. Isso evidencia o quanto o sistema socioeducativo ainda é permeado pela lógica carcerária e acaba não transparecendo a função pedagógica que deve ser central na medida socioeducativa.

Para eles, a vivência socioeducativa tem cunho único e exclusivamente punitivo, apesar de ainda ser menos rígida do que *uma pena* no sistema prisional adulto.

O modo diferenciado de atendimento para um adolescente e um adulto que comete um ato infracional se refere, segundo eles compreendem, ao caráter passível de transformação da adolescência. Para eles, o adulto não pode mais sofrer mudanças em seu comportamento e na sua postura diante da vida como é possível a um adolescente, ainda em processo de formação e transição. Devido a este motivo, *ficar preso* com os adolescentes funcionaria como uma ameaça, uma pequena prova do que ele poderá viver de muito pior se decidir continuar na prática infracional. O sistema socioeducativo seria, assim, uma repetição amenizada do sistema prisional e os jovens creem que a punição, por is só, pode ser transformadora e socioeducativa.

Além disso, em algumas ocasiões das entrevistas, eles mencionam que acreditavam, antes de cumprirem medida socioeducativa, que não poderiam ser responsabilizados por infrações por serem menores de idade. A compreensão que tinham é que, com essa idade, a pessoa precisaria apenas assinar um papel e seria liberado. Essa compreensão é a expressão do modo como a sociedade em geral vê o sistema socioeducativo, como referência de impunidade para adolescentes que cometem atos infracionais, por não manterem o jovem encarcerado por longo tempo. Além disso, o modo como o sistema socioeducativo está precário contribui para que não haja o conhecimento por parte da população em geral acerca de todas as possibilidades do sistema socioeducativo como um sistema de responsabilização, mas também com um viés ético-pedagógico.

## VI. CONSIDERAÇÕES

A pesquisa teve como proposta principal compreender os processos de subjetivação de adolescentes que estão em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, como forma de produzir conhecimentos a partir da livre expressão dos adolescentes, criando assim, espaço legitimado para as suas construções subjetivas e trajetórias de vida, considerando que o fenômeno da adolescência em correlação com a infração costuma estar carregado de compreensões enquadradas e estereotipadas. A intenção era contribuir científica, social e politicamente com uma produção pautada na desconstrução e problematização de posturas cristalizadas e de saberes estigmatizantes acerca da adolescência e a infração.

Como forma de compreender o contexto no qual os adolescentes estão inseridos e considerando que não há informações sistematizadas acerca da rede de atendimento socioeducativo em meio aberto na cidade de Manaus, foram realizadas também as caracterizações da rede de atendimento socioeducativo em meio aberto e dos adolescentes que estão inseridos nesta rede.

Essas caracterizações foram indícios de que as determinações legais referentes à proteção integral da adolescência e às diretrizes do sistema socioeducativo ainda não estão cumpridas em sua maioria. No que se refere ao perfil do adolescente, ficou-nos evidente que os adolescentes que chegam ao sistema de medidas socioeducativas são, em sua maioria, os que têm os seus direitos constitucionais mais violados e que estão mais desprotegidos pela família, sociedade e Estado. A caracterização da rede, por sua vez, evidencia que este campo necessita de maiores investimentos financeiros e de prioridade por parte dos poderes públicos, no que se refere à conclusão do processo de municipalização; à estruturação física dos polos, ao treinamento e qualificação dos recursos humanos da rede, à contratação de profissionais; ao fortalecimento da rede socioassistencial do município, dentre outros.

A caracterização da rede de atendimento e dos adolescentes se assemelha à realidade de outras cidades no país. Isso sinaliza para necessidade de intervenções que compreendam as infrações em sua multideterminação, que abordem os adolescentes em suas singularidades e que incentivem a sua participação social ativa, produtiva e criativa. Compreendemos que o cumprimento da proteção integral aos adolescentes passa pela transformação da prática e das concepções cotidianas das instituições socioeducativas, que diversas vezes ainda estão marcadas pelas ideias da Doutrina da situação irregular, já superadas legalmente.

Os processos de subjetivação expressos pelos adolescentes, por outro lado, confirmaram o quanto a subjetividade é um processo dinâmico, complexo, recursivo e contraditório, em constante construção. Apesar de envolver um tema estigmatizado, a realização da pesquisa possibilitou compreender a singularidade de cada adolescente que infraciona. Foi possível perceber as múltiplas interfaces individuais, econômicas, sociais e culturais no processo de construção das suas trajetórias de vida e no processo de subjetivação de seus contextos. Foram construídas compreensões sobre: a função dos vínculos afetivos para as trajetórias e para as perspectivas protetivas; as perspectivas de transformação e superação; a importância da autoimagem e reconhecimento de si de maneira útil e positiva; as diversas vias pelas quais os adolescentes encontram o reconhecimento e auto valoração; os modos como as identidades são construídas em conjunto, a partir das consequências de seus atos e da significação social deles; o papel das instituições na vida dos adolescentes.

Percebemos também a presença de valores e ideias hegemônicas em alguns sentidos subjetivos dos adolescentes, como a questão do consumo como via de realização pessoal e a compreensão de adolescência como única e hegemônica. Isso evidencia que a subjetivação não ocorre limitada ao espaço simbólico pessoal da adolescência e da infração, mas se integra às questões ideológicas do sistema social em que estão inseridos.

A principal compreensão obtida a partir das produções subjetivas, portanto, foi a de que não existe uma forma única e padronizada de desenvolvimento da adolescência, de ingresso e permanência na prática infracional, de perspectiva de mudanças e superação. Foi possível perceber que alguns dados sociodemográficos encontrados no perfil dos adolescentes da rede também se repetiam na vida de alguns dos adolescentes. Mesmo assim, os processos de subjetivação de cada contexto aconteceram de modo diferenciado. Um fenômeno, aparentemente igual, assumia contornos diversificados na trajetória de vida de cada adolescente. Esse tipo de compreensão, portanto, serve como demarcação da legitimidade do singular como instância de produção de conhecimento científico.

O processo de pesquisa foi descontínuo no que se refere ao planejamento prévio realizado. Encontramos diversas dificuldades para fazer as entrevistas, devido à baixa frequência dos adolescentes ao PDMS LA/PSC e à dificuldade de contato com a coordenação deste. Inicialmente a ideia era realizar também um grupo focal, o que não foi possível, devido à dificuldade para reunir um grupo de adolescentes no turno da tarde. Outra dificuldade foi processo um tanto confuso de municipalização das medidas em meio aberto, que também dificultou a pesquisa, pois não conseguimos acessar as informações dos polos que já são parte

da administração municipal. Também relacionado a isso, não conseguimos a autorização institucional da secretaria municipal responsável pelos referidos polos. Ao nos depararmos com essas dificuldades, compreendemos que o processo de pesquisa é dinâmico e realizamos o que nos foi cabível, dentro das possibilidades que se apresentam, sem, contudo, ter a pretensão de ter respostas completas, finais e únicas para as questões apresentadas, apenas com intuito de construir espaços de reflexão sobre as temáticas elencadas.

Em correlação com as dificuldades, podemos levantar algumas fragilidades desse estudo. Primeiro em relação ao levantamento da caracterização da rede de atendimento em meio aberto e dos adolescentes. Por não termos conseguido acessar as informações de todos os polos de medida socioeducativa em meio aberto, podemos dizer que as informações trazidas por este estudo são “apenas” parciais. Outro aspecto se refere à correlação entre os dados construídos na fase documental e de campo. Defendemos a importância da análise articulada entre os dados sociodemográficos da primeira parte da pesquisa e as narrativas das trajetórias de vida desenvolvidas pelos adolescentes. Reconhecemos, no entanto, que esta articulação não ocorreu de modo profundo e demarcado como um capítulo a parte na pesquisa, somente como algumas ligeiras correlações no decorrer dos capítulos.

Esse trabalho assemelha-se a outros estudos com a perspectiva da Teoria da Subjetividade que também defendem a possibilidade de compreender as zonas de sentidos e os processos de constituição das subjetividades dos adolescentes, em situação de conflito com a lei, a partir de suas próprias perspectivas. Não se trata de reduzir a subjetividade às narrativas apresentadas, mas de compreender que elas fornecem indicadores dos elementos e processos implicados nas configurações subjetivas, tanto sociais quanto individuais.

A riqueza das histórias narradas nos possibilita a reflexão sobre diversos aspectos acerca da adolescência manauara, como a construção de suas perspectivas e anseios e dos instrumentos disponíveis para atendê-los. Esta reflexão torna-se mais necessária se pensarmos que esses adolescentes dos quais estamos falando tem suas subjetividades engendradas em contextos socioculturais e históricos de violação de direitos, submissão a serviços de saúde, educação, cultura e lazer ineficazes e, diversas vezes, desrespeitosos. O contato com as histórias de vida dos adolescentes permite a conclusão, sem pretensão de esgotar a temática ou propor soluções, de que o esforço reflexivo em torno do adolescente que infraciona é, na verdade, o esforço em torno da adolescência em sua contextualização local.

É uma necessidade da Psicologia, nesse sentido, tentar contribuir para leituras críticas da sociedade e para a construção de políticas adequadas para os adolescentes, em

especial os que estão inseridos nas instituições socioeducativas. É importante também problematizar as questões sociais que envolvem jovens, como a violência, o consumo, a drogadição, a escolaridade e profissionalização, não podendo perder de vista as características peculiares do adolescente enquanto uma pessoa em desenvolvimento em nossa sociedade, reconhecendo que eles são cidadãos, sujeitos com direitos específicos.

Por fim, acreditamos que as conclusões e os questionamentos levantados por este estudos tenha valia à formação do profissional psicólogo, para que se sinta informado e mobilizado acerca das possibilidades de trabalho junto ao contexto socioeducativo. Pretendemos, por este motivo, fazer a divulgação deste estudo por meio de publicações e informações mais simplificadas e sistematizadas para ampliar o acesso a essas reflexões. Isso porque compreendemos que a prática profissional e de pesquisa comprometida com os princípios dos direitos humanos, com a ética profissional e com a subjetividades dos sujeitos atendidos poderá criar dispositivos que acionem novos processos de subjetivação de modo a potencializar a vida dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa.

Como perspectivas produzidas a partir dos resultados desse trabalho, é possível pensar em pesquisas futuras referentes, por exemplo, à investigação acerca do fluxo de atendimento do adolescente em todo o sistema socioeducativo. Outra questão que se mostra interessante é investigar o registro de apreensões para verificar quais os aspectos envolvidos com o fato de um perfil específico de adolescentes chega a ser submetido às medidas socioeducativas e outro não. Podem ser pensadas pesquisas semelhantes a essa, que envolvam os processos de subjetivação de adolescentes, em contextos de internação socioeducativa. Outra possibilidade, ainda, é pesquisar o modo como a sociedade amazonense, em contextos diversos, compreende o sistema socioeducativo, o Estatuto da Criança e do Adolescente, os modos de responsabilização dos adolescentes que cometem infrações.



## REFERÊNCIAS

- ABERASTURY, A.; KNOBEL, M. **Adolescência normal**: um enfoque psicanalítico. Porto Alegre: Artmed, 1981.
- ACETI, D. C. S.; CESAR, L. P. D. **O processo científico**: abordagem da pesquisa no estudo interpretativo. Revista de Educação. v. XII. n.13, 2009.
- AGUIAR, W. J. **Consciência e atividade**: categorias fundamentais em Psicologia Sócio-Histórica. In: BOCK, A. M. A.; GONÇALVES, M. G. M.; FURTADO, O. (orgs.). Psicologia Sócio-Histórica: uma perspectiva crítica em Psicologia. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- AGUIAR, W. M. J. (org.). **Sentidos e significados do professor na perspectiva sócio-histórica**: relatos de pesquisa. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.
- AITA, E. B. FACCI, M. G. D. Subjetividade: uma análise pautada na Psicologia histórico-cultural. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 17, n. 1, p. 32-47, 2011.
- ARIÈS, P. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: Zabar, 1978.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE PESQUISA (ABEP). **Critério de Classificação Econômica Brasil**. Alterações na aplicação do Critério Brasil, válidas a partir de 01/01/2015. Disponível em [www.abep.org](http://www.abep.org). Acesso em 15 de abr. 2015.
- BALESTRERI, R. P. **Direitos Humanos**: Coisa de Polícia. Passo Fundo: Paster Editora, 1998.
- BATISTA, V. M. **Difíceis ganhos fáceis**: drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro. vol. 2. Instituto Carioca de Criminologia, 2003.
- BAUER, M.W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2002.
- BOCK, A.M.B, GONÇALVES, M.G., FURTADO, O. (org). **Psicologia Sócio-Histórica**: uma perspectiva crítica em Psicologia. São Paulo: Cortez; 2002.
- BRANCO, A. M. U. A.; SMOLKA, A. L. B. **Desenvolvimento e educação na perspectiva sociocultural**. ANPEPP, X Simpósio de pesquisa e intercâmbio Científico, 2004. Disponível em: <http://www.anpepp.org.br/XSimpósio/Desenvolvimentoeeducacaonaperspectivasociocultural.doc>. Acesso em: 22 de maio de 2014.
- BRASIL. Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o **Estatuto da Criança e do Adolescente** e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 jul. 1990.
- SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS. CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE**. Brasília – DF: CONANDA, 2006.

BRETAN, M. E. A. N. **Os múltiplos olhares sobre o adolescente e o ato infracional: análises e reflexões sobre teses e dissertações da USP e da PUC/SP (1990 – 2006).** Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, 2008.

CARMO, S. P. **Juventude no Singular e no Plural.** Cadernos Adenauer II, n 06. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2001.

CARRANO, P. **Juventude e participação no Brasil: interdições e possibilidades.** Democracia Viva, n.30, p. 3-5, 2006.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais.** São Paulo: Cortez, 1991.

CIDADE, E. C.; JUNIOR, J. F. M.; XIMENES, V. M. Implicações Psicológicas da Pobreza na Vida do Povo Latinoamericano. **Psicologia Argumentos**, Curitiba, v. 30, n. 68, p. 87-98, jan./mar. 2012.

COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL – CODEPLAN. **Perfil e percepção social dos adolescentes em medida socioeducativa no Distrito Federal.** Brasília, 2013

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA- CFP. **Referência Técnica para Atuação de Psicólogos(os) em Programas de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto.** Brasília, 2012.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO. Caderno Temático nº14 - **Contra o genocídio da população negra: subsídios técnicos e teóricos para Psicologia.** Disponível em: m [www.crpsp.org.br](http://www.crpsp.org.br). Acesso em 21. Jul. de 2015

COSTA, C. R. B. S. F.. **Contexto socioeducativo e a promoção de proteção a adolescentes em cumprimento de medida judicial de internação no Amazonas.** Tese de doutorado, Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca. Rio de Janeiro, 2007.

CRAIDY, C. M. ; GONÇALVES, L. L. **Medidas Sócio-Educativas, da repressão à educação.** Porto Alegre. Ed. UFRGS, 2005.

DATAFOLHA INSTITUTO DE PESQUISAS. **Maioridade Penal.** Relatório de pesquisa de opinião de julho de 2015. Disponível em [http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2015/06/22/maioridade\\_penal.pdf](http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2015/06/22/maioridade_penal.pdf). Acesso em 30 ago. de 2015.

DEL PRIORE, M. **História das Crianças no Brasil.** 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2009.

DIGIÁCOMO, M. J.; DIGIÁCOMO, I. A.. **Estatuto da criança e do adolescente anotado e interpretado.** Curitiba . 6. ed. Paraná: Ministério Público do Paraná, 2011.

DIÓGENES, G. Gangues e Polícia: campos de enfrentamento e estratégias de diferenciação. Em: PEREIRA, C. A. M.; RONDELLI, E.; SCHOLLAMMER, E. HERSCHMANN, M.; **Linguagens da Violência**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

DOWDNEY, L. **Nem guerra nem paz: comparações internacionais de crianças e jovens em violência armada organizada**. Rio de Janeiro: Viveiro de Castro. Disponível em : <http://www.coav.org.br/publique/media/NemguerraNempaz.pdf>. Acesso 12 ago de 2015.

DUARTE, N.. **Vigotski e o “aprender a aprender: crítica às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana**. São Paulo: Cortez, 2000.

ESPÍNDULA, D. H. P.; SANTOS, M. F. S. Representações sobre a adolescência a partir da ótica dos educadores sociais de adolescentes em conflito com a lei. **Psicologia em estudo**, v. 19, n. 3, p. 357-367, 2004.

FALEIROS, V. P. **Infância e Processo Político no Brasil**. Em: RIZZINE, Irene e PILOTTI, Francisco (Org). *A arte de Governar Crianças*. São Paulo: Editora Cortez, 2009.

FAUSTO NETO, A. M. Q.; QUIROGA, C. Juventude urbana pobre: manifestações públicas e leituras sociais. **Pensar BH política social**, v. 07, p. 19-24., 2003

FEITOSA, J. B. **A internação do adolescente em conflito com a lei como “única alternativa”: reedição do ideário higienista**. 2011. 243 f. Dissertação de Mestrado (em Psicologia). Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, Departamento Psicologia, 2011.

FREIRE, P. **Conscientização: Teoria e prática de libertação**. São Paulo: Moraes, 1980.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA – UNICEF. **Situação Mundial da Infância**. Adolescência: Uma fase de oportunidades, 2011.

GALLO, A. E.; WILIAMS, L. C. A. A Escola como Fator de Proteção à Conduta Infracional de Adolescentes. **Cad. de Pesquisa** v.38, n133, p.41-59, jan/abr.2008.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GÓIS, C. W. L. **Saúde comunitária: Pensar e fazer**. São Paulo: Hucitec, 2008.

GONZÁLEZ REY, F. **Sujeito e subjetividade**. São Paulo: Thomson Learning, 2003.

\_\_\_\_\_. **O social na psicologia e a psicologia social: a emergência do sujeito**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

\_\_\_\_\_. **Personalidade, saúde e modo de vida**. São Paulo: Thomson Learning, 2004.

\_\_\_\_\_. O valor heurístico da subjetividade na investigação psicológica. Em: GONZÁLEZ REY, F (org) **Subjetividade, complexidade e pesquisa em Psicologia**. São Paulo. Thomson Learning, 2005.

\_\_\_\_\_. **Psicoterapia, subjetividade e pós-modernidade:** uma aproximação histórico-cultural. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

\_\_\_\_\_. As categorias de sentido, sentido pessoal e sentido subjetivo: sua evolução e diferenciação na teoria histórico-cultural. **Psic. da Ed.**, São Paulo, v 24, p. 155-179, 2007.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa qualitativa e subjetividade.** Os processos de construção da informação. São Paulo: Thomson Learning, 2010.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Qualitativa em Psicologia:** caminhos e desafios. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2011.

GUARESCHI, P. Ideologia: um terreno minado. Em: P. Guareschi. **Psicologia Social Crítica:** como prática de libertação. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

GUARESCHI, P. A. Pressupostos psicossociais da exclusão: competitividade e culpabilização. Em: SAWAIA, B. **As artimanhas da exclusão:** análise psicossocial e ética da desigualdade social. Editora Vozes: Petrópolis, 2001.

GUZZO, R. S.; LACERDA Jr, F. **Fortalecimento em Tempo de Sofrimento:** Reflexões Sobre o Trabalho do Psicólogo e a Realidade Brasileira. Revista Interamericana de Psicologia, v. 41. n.2, 231-240, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo demográfico 2010**, 2011. Acesso em 25 março de 2014, de. [www.ibge.gov.br/censo](http://www.ibge.gov.br/censo).

KOLLER, S.; DELL`AGLIO, D. D. (Orgs.) **Adolescência e Juventude Brasileira:** Vulnerabilidade e Contextos de Proteção. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.

LA PASSADE, G. Os rebeldes sem causa. In.: BRITTO, S. (Org.). **Sociologia da Juventude.** v. 3. A vida Coletiva juvenil. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

LANE, S. T. M. A mediação emocional na constituição do psiquismo humano. Em: LANE, S. T. M.; SAWAIA, B. B. (orgs.). **Novas veredas da Psicologia Social.** São Paulo: Brasiliense/Educ, 2002.

LEMOS, F. C. S. O Estatuto da Criança e do Adolescente em discursos autoritários. **Fractal, Rev. Psicol.**, Rio de Janeiro , v. 21, n. 1, p. 137-150, Apr. 2009. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1984-02922009000100011](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922009000100011). Acesso em 11 Mar 2015.

LESSA, S.; TONET, I. A relação do Homem com a natureza. Em: LESSA, S.; TONET, I. **Introdução à Filosofia de Marx.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MADUREIRA, A. F. A.; BRANCO, A.U. Construindo com o outro: uma perspectiva sociocultural construtivista do desenvolvimento humano. Em: DESSEN, M. A.; COSTA JÚNIO, A. L. (Orgs.). **A ciência do desenvolvimento humano:** tendências atuais e perspectivas futuras. Porto Alegre: Artes Médicas, 2005.

MARTÍN-BARÓ, I. **Psicología de la liberación.** Madrid: Trotta, 1998.

- MARTÍN-BARÓ, I. **O papel do Psicólogo**. Estudos de Psicologia, v. 2. n.1, p.7-27, 1996.
- MARTINEZ, A.M. A teoria da subjetividade de González Rey: Uma expressão do paradigma da complexidade na psicologia. Em: **Subjetividade, Complexidade e pesquisa em psicologia**. São Paulo, Thompson, 2005.
- MARTINS, M.C.; PILLON, S. C.. Relação entre iniciação do uso de Drogas e o primeiro ato infracional entre os adolescentes em conflito com a lei. **Caderno de Saúde Pública**. v. 5, n. 24, p.1112-1120, Rio de Janeiro, 2008.
- MENANDRO, M. C. S.; TRINDADE, Z. A.; ALMEIDA, A. M. O. Representações sociais da adolescência/juventude a partir de textos jornalísticos (1968-1974 e 1996-2002). **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 55, n. 1, p. 42-55, 2003. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/arp/v55n1/v55n1a06.pdf>. Acesso em 12 de set. de 2013.
- MINAYO, M. C. de S.; (Org.). **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: HUCITEC, 1994.
- MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS. **Perfil dos adolescentes infratores do DF: 1997-2001**. Comissão permanente de política criminal. Brasília: MPDF, 2002..
- MIRAGLIA, P. **Rituais da violência: A Febem como espaço do medo em São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), São Paulo, Universidade de São Paulo, 2001.
- MORI, V. D.; GONZÁLEZ REY, F. **A saúde como processo subjetivo: uma reflexão necessária**. Psicologia: teoria e prática, v. 14, n. 3, p. 140-152, 2012.
- MORIM, E. **Os sete saberes Necessários à Educação no futuro**. São Paulo. Cortez. Brasília, 2003.
- NEPOMUCENO, L. B.; XIMENES, V. M.; CIDADE, E. C.; MENDONÇA, F. W. O.; SOARES, C. A. **Por uma psicologia comunitária como práxis de libertação**. Porto Alegre, PUCRS, v.39, n.4, p.456-464, out./dez., 2008.
- OLIVEIRA, M. C. R. **O processo de inclusão social na vida de adolescentes em conflito com a lei**. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, FFCL-RP, 2002.
- OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2007.
- OLIVEIRA, M.. K. **Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento, um processo sócio-histórico**. São Paulo: Scipione, 2008.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. **A Convenção sobre os Direitos da Criança**. Assembleia Geral nas Nações Unidas, 1990.
- OZELLA, S. (Org.) **Adolescências Construídas: a visão da psicologia Sócio-histórica**. São Paulo: Cortez, 2003.

PASSETTI, E. **Crianças carentes e políticas públicas**. Em: PRIORE, Mary Del (org.) História das crianças no Brasil . 2 ed. São Paulo: Contexto, 2000.

PELLOSO, R. G.; FERRAZ, M. G. C. **Ética e moral como modos de produção de subjetividade**. Trans/Form/Ação, Marília , v. 28, n. 2, 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/trans/v28n2/29418.pdf> Acesso em 27 maio de 2014.

PEREIRA, F. R. P. **Jovens em conflito com a lei: a violência na vida cotidiana**. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, FFCL-RP, 2002.

PORTAL DO GOVERNO DO AMAZONAS. **Governo do Amazonas inicia reforma administrativa com ajustes organizacionais, fiscais e orçamentários**. Manaus, 25 de fev. 2015. Disponível em <http://www.amazonas.am.gov.br/2015/02/governo-do-amazonas-inicia-reforma-administrativa-com-ajustes-organizacionais-fiscais-e-orcamentarios/>. Acesso em 02 de mar. de 2015.

PORTAL DO GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS. **Governo do Amazonas realiza treinamento para municipalizar Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida**. Manaus, 21 de abr. de 2013. Disponível em: <http://www.amazonas.am.gov.br/2013/04/governo-do-amazonas-realiza-treinamento-para-municipalizar-medida-socioeducativa-de-liberdade-assistida/>. Acesso em 02 de dez. de 2014.

POVOA, M. L. S. **Significações das famílias e dos técnicos das instituições sociojurídicas em relação às medidas socioeducativas**. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília, 2003.

REBOUÇAS JÚNIOR, F. G.; XIMENES V. M. Psicologia comunitária e psicologia histórico-cultural: análise e vivência da atividade comunitária pelo método dialógico-vivencial. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**. v. 5 n. 2, São João del-Rei, 2010.

RIZZINI, I. **A criança e a lei no Brasil**. Revisitando a história (1822-2000). 2.ed. Brasília – DF: UNICEF; Rio de Janeiro: CESPI/USU: Universitária, 2002.

RIZZINI, I. Crianças e menores – Do Pátrio Poder ao Poder Dever. Um Histórico da Legislação para a Infância no Brasil. Em: RIZZINI, I. e PILOTTI, F. (org.). **A arte de Governar Crianças**. São Paulo: Editora Cortez, 2009.

RIZZINI, I.; BARKER, G.; CASSINIGA, N. **Criança não é risco, é oportunidade: fortalecendo as bases de apoio familiares e comunitárias para crianças e adolescentes**. Rio de Janeiro: Edusu, Instituto Promundo, 2000.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA C. D. de; GUIDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. Em: **Revista Brasileira de História e Ciências Sociais**. Ano 1, n. 1, jul./2009,.

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS. **Levantamento Nacional do Atendimento Socioeducativo aos Adolescentes em Conflito com a Lei**. Secretaria de Direitos Humanos. Brasília, 2011



SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS - SSP-AM. **Anuário de Segurança Pública**. Manaus, 2012.

SENA, A. P. Interno morto em centro sócio-educativo de Manaus foi vítima de tiro de arma de fogo. **Jornal A Crítica**, Manaus, 05 jun. 2012. Disponível em [http://acritica.uol.com.br/manaus/Interno-centro-socio-educativo-Manaus-vitima-Manaus-Amazonas-Amazonia\\_0\\_713328674.html](http://acritica.uol.com.br/manaus/Interno-centro-socio-educativo-Manaus-vitima-Manaus-Amazonas-Amazonia_0_713328674.html). Acesso em 14 de jan. de 2015.

SEVERINO, A. J.. **Metodologia do trabalho científico**. 22 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SILVA, E. R. A.; GUERESI, S. **Adolescentes em conflito com a lei**: situação do atendimento institucional no Brasil. Brasília: IPEA, 2003. Disponível em: <http://www.mp.rs.gov.br/infancia/estudos/id423.htm> Acesso em 25 de jan. de 2015.

SILVA, G.D.M. **Ato infracional**: Fluxo do Sistema de Justiça Juvenil em Belo Horizonte. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas: Belo Horizonte, 2010.

SILVA, I. R.; SILVA, F. P. P. **ADOLESCENTES EM SEMILIBERDADE**: avaliação de ação extensionista de promoção de fatores protetivos. Manaus, Martinari: 2015.

SZYMANSKI, H. **A entrevista na educação**: a prática reflexiva (org). Brasília: Liber Livros Editora, 2010.

TEIXEIRA, E. S. **Um materialismo psicológico**. Viver mente e cérebro especial: Vigotski, (v. 2, pp. 22-29). São Paulo: Duetto Editorial, 2005.

TOMASELLO, F. **Oficinas RAP para adolescentes**: proposta metodológica de intervenção psicossocial em contexto de privação de liberdade. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília, 2006.

TONET, I. **Educação, cidadania e emancipação humana**. Ijuí: Unijuí, 2005.

TOURAINÉ, A. **Crítica da Modernidade**. Trad: EDEL, F. E. Petrópolis: Vozes, 2009.

VALE, J. M. B. T.; NEVES, A. S. O cárcere na adolescência: as instituições e os sentidos da delinquência. **O Social em Questão** - Ano XV – n 28. p. 27-56, 2012.

VIGOTSKI, L.S. **Pensamento e Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

\_\_\_\_\_. **Teoria e método em psicologia**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

VOLPI, M. **Sem liberdade, sem direitos**: a privação de liberdade na percepção do adolescente. São Paulo: Cortez, 2001.

\_\_\_\_\_. **O adolescente e o ato infracional**. São Paulo: Cortez, 2006.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da Violência 2013**. Homicídios e Juventude no Brasil. Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos. Rio de Janeiro: CEBELA-FLACSO, 2013.

\_\_\_\_\_. **Mapa da Violência 2014.** Os jovens do Brasil. Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2014.

YOKOY, T.; OLIVEIRA, M. C. S. L. Trajetórias de desenvolvimento e contextos de subjetivação e institucionalização de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. **Pesquisas e Práticas Psicossociais.** Vol. 3, n. 1, São João del-Rei, 2008.

ZAPPE, J.G.; RAMOS, N. V. Perfil de Adolescentes Privados de Liberdade em Santa Maira /RS. **Psicologia e Sociedade.** v. 2, n 22, p.365-373, 2010.



## **APÊNDICE**

## APÊNDICE A – ROTEIRO DA PESQUISA DOCUMENTAL

Critérios a serem consultados para a construção do perfil dos adolescentes:

- a. Dados referentes ao perfil socioeconômico dos adolescentes e de sua família e outros.
  - a. Idade;
  - b. Gênero;
  - c. Raça/etnia;
  - d. Procedência (naturalidade);
  - e. Situação com o sistema de justiça;
  - f. Tipificação de ato infracional;
  - g. Como chegou à medida socioeducativa (é a primeira medida, é progressão, é regressão);
  - h. Renda familiar;
  - i. Escolarização antes e durante o cumprimento da medida;
  - j. Atividades profissionalizantes antes e depois do cumprimento da medida (situação de trabalho);
  - k. Uso indevido de drogas;
  - l. Registro da reincidência;
  - m. Saúde física: se tem algum problema físico, se faz algum tipo de atendimento ou tratamento médico;
  - n. Saúde mental: se já fez ou faz tratamento psiquiátrico;
  - o. Faz ou fez uso de alguma medicação;
  - p. Relações familiares – com quem mora, com quem já morou desde o nascimento;
  - q. Bairro

Critérios da caracterização da rede de atendimento:

Junto à secretaria:

- a. Dados referentes a entradas e saídas dos adolescentes;
- b. Quantidade de polos de liberdade assistida na cidade e critério de distribuição de polos;
- c. Recursos Humanos dos polos
- d. Existe um projeto pedagógico que oriente os polos? Como?

Junto aos polos:

- a. Dados referentes a entradas e saídas dos adolescentes (para confronto com as informações dadas pela secretaria);
- b. Existe um projeto pedagógico na instituição? Quais suas características?
- c. Quais os serviços que são ofertados ou viabilizados?
  - ✓ alimentação, vestuário, transporte, documentação, escolarização formal, cultura, lazer, atendimento na área de saúde (médico, dentista, cuidados farmacêuticos, saúde mental), atendimento psicológico, profissionalização e trabalho.
- d. Como se configura a equipe profissional (escolaridade; formação, experiências anteriores).
- e. Existe a formação continuada dos atores sociais?

- f. Como se caracteriza o espaço físico e sua organização espacial e funcional?
- g. Existe uma relação entre as edificações, os materiais e os equipamentos utilizados nas unidades de atendimento socioeducativo com o projeto pedagógico?
- h. Quais são as atividades desenvolvidas no polo?
- i. Estão presentes questões de diversidade étnico-racial, de gênero e de orientação sexual na prática pedagógica? Como?
- j. Existe a participação ativa da família e da comunidade participando na experiência socioeducativa?
- k. Existem técnicos e orientadores sociais? Técnicos e orientadores comunitários?
- l. No caso da existência de orientadores sociais comunitários, com que frequência acontecem os encontros entre orientadores sociais comunitários e adolescentes? E entre técnico e orientador social comunitário/ voluntário e os adolescentes?
- m. Existem parcerias estabelecidas entre o polo e outras entidades ou instituições? Se sim, se referem a que?
- n. No caso do acolhimento do adolescente, existem práticas institucionais informativas quanto acerca das normas de organização e funcionamento do programa de atendimento e das previsões de natureza disciplinar?
- o. O adolescente atendido pela Rede recebe informações quanto ao parecer sobre a evolução de seu Plano Individual?
- p. Existe participação do adolescente e da sua família na elaboração dos objetivos para elaboração ou reavaliação do Plano Individual?

## APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA INDIVIDUAL SEMIESTRUTURADA

**Tópico inicial:** A nossa conversa será a respeito de sua história de vida. Tenho interesse de ouvir o seu ponto de vista sobre a sua história, sobre a nossa sociedade e as possibilidades de viver nela que você construiu.

1. Me conte sobre a sua trajetória de vida.
2. Ao olhar para a sua história de vida, quais os fatos mais importantes que você pode destacar?
3. Me conte sobre a sua infância.
4. Me fale sobre sua família.
5. O que significa para você ser um adolescente?
6. Você frequentou a escola? Como foi?
7. Você tem amigos? De onde eles são? Quais as coisas que costumam fazer juntos? Existe algum que você considere mais interessante para falar sobre as suas amizades?
8. Como foi a tua trajetória no sistema socioeducativo (se já cumpriu outra medida socioeducativa, quais unidades frequentou, quanto tempo cumpriu medidas, como foi a experiência)?
9. Qual a sua opinião sobre o ato infracional?
10. O que você gosta de fazer? Você acredita que tem possibilidades de ter prazer na atividades que realiza no cotidiano?
11. O que pensa a respeito da sua vida até hoje?
12. Você tem planos ou imagina algumas coisas que gostaria que acontecessem na sua vida?
13. Quais seus objetivos e expectativas para a vida?
14. Existe algo sobre a sua história que você não falou aqui e gostaria de comentar?

## APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos o (a) Sr (a) responsável pelo (a) adolescente \_\_\_\_\_ a autorizar a participação dele (a) da Pesquisa **Produções Ético-Políticas de Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida**, sob a responsabilidade da pesquisadora Fernanda Priscilla Pereira da Silva, que pode ser encontrada na Av. General Rodrigo Octávio Jordão Ramos, 6200, Campus Universitário - Faculdade de Psicologia, Coroado I – Manaus/AM, telefone (092) 3305-4098; e-mail: [fepripes@hotmail.com](mailto:fepripes@hotmail.com), orientada pela Prof. Dr. Iolete Ribeiro da Silva, que pode ser localizada na Av. General Rodrigo Octávio Jordão Ramos, 6200, Campus Universitário - Faculdade de Psicologia, Coroado I – Manaus/AM, telefone (092) 3305-4098; e-mail: [iolete.silva@gmail.com](mailto:iolete.silva@gmail.com).

A pesquisa pretende compreender as produções ético-políticas de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de liberdade assistida. Como objetivos específicos pretende: (1) Fazer o levantamento do perfil da medida socioeducativa de liberdade assistida na cidade de Manaus e do adolescente em cumprimento de liberdade assistida; (2) Investigar as trajetórias de vida de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa; (3) Investigar as vivências de liberdade e autonomia pelos adolescentes em suas trajetórias de vida; (4) Compreender os modos como os adolescentes lidam com as pressões e expectativas de seu cotidiano; (5) Investigar quais são as perspectivas que os adolescentes produzem a partir de suas trajetórias de vida.

A participação é voluntária e se dará de duas maneiras. A primeira será uma entrevista individual, que será feita com a pesquisadora responsável. A segunda será o grupo focal, uma espécie de roda de conversa em que participarão outros adolescentes, a pesquisadora e dois auxiliares. A participação é voluntária. A entrevista e o grupo focal serão audiogravados num gravador digital MP3 e a gravação das entrevistas será transcrita pela pesquisadora. É necessária a autorização para o uso das informações que forem gravadas. Somente os pesquisadores envolvidos neste projeto terão acesso a estas informações. Quando a pesquisa for publicada, dados como nome, local de nascimento, moradia e afins não serão divulgados.

A pesquisa seguirá as diretrizes da resolução nº466/2012 do Conselho Nacional de Saúde - CNS, que assegura toda sua integridade e compromisso com as questões éticas em pesquisas envolvendo seres humanos. De acordo com essa resolução (CNS, 2012), considera-se que toda pesquisa envolvendo seres humanos envolve risco. O dano eventual poderá ser imediato ou tardio, comprometendo o indivíduo ou a coletividade. A participação dos adolescentes nesta investigação envolve possível mobilização emocional em função da temática abordada. Caso isso ocorra, daremos acolhimento no decorrer da entrevista. Na ocasião de maiores desdobramentos, podemos encaminhar o participante para o Centro de Serviços de Psicologia Aplicada da Faculdade de Psicologia da Universidade Federal do Amazonas, um centro destinado a atendimento psicológico gratuito para a comunidade geral. A pesquisa não visa obtenção de lucros, sendo totalmente patrocinada pelos pesquisadores. A qualquer momento é possível desistir da participação, sem que isto cause quaisquer prejuízo moral ou material. Você pode fazer qualquer pergunta sobre a pesquisa aos nossos pesquisadores.

Se você autorizar a participação do (a) adolescente na pesquisa, estará contribuindo para construir uma compreensão acerca dos processos de subjetivação construídos por adolescentes em conflito com a lei. Aos participantes, os momentos de entrevista pretendem oportunizar possibilidade de elaboração sobre aspectos importantes na vivência investigada.

Se depois de consentir na participação do (a) adolescente desistir de autorizar a participação, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa. O (a) Sr (a) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma

remuneração. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade e nem a do (a) adolescente serão divulgadas, sendo guardadas em sigilo. Para qualquer outra informação, o (a) Sr (a) poderá entrar em contato com as pesquisadoras no endereço e telefone citados acima ou poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UFAM, localizado na Rua Teresina, 495, Adrianópolis, CEP: 69057-070, Manaus-AM, telefone (92) 3305-1181, ramal 2004, celular (92) 99171-2496, e-mail [cep.ufam@gmail.com](mailto:cep.ufam@gmail.com).

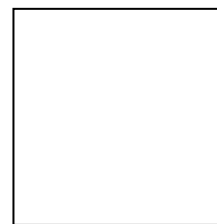
### CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, fui informado sobre o que a pesquisadora quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu autorizo o (a) \_\_\_\_\_ a participar da pesquisa, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pelo pesquisador, ficando uma via com cada um de nós.

Manaus, ...../...../.....

\_\_\_\_\_  
Assinatura do pai ou responsável

\_\_\_\_\_  
Assinatura do pesquisador



Impressão Datiloscópica

## APÊNDICE D – TERMO DE ASSENTIMENTO

Você está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa “**Produções Ético-Políticas de Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida**” sob a responsabilidade da pesquisadora Fernanda Priscilla Pereira da Silva, que pode ser encontrada na Av. General Rodrigo Octávio Jordão Ramos, 6200, Campus Universitário - Faculdade de Psicologia, Coroado I – Manaus/AM, telefone (092) 3305-4098; e-mail: [fepripes@hotmail.com](mailto:fepripes@hotmail.com), orientada pela Prof. Dr. Iolete Ribeiro da Silva, que pode ser localizada na Av. General Rodrigo Octávio Jordão Ramos, 6200, Campus Universitário - Faculdade de Psicologia, Coroado I – Manaus/AM, telefone (092) 3305-4098; e-mail: [iolete.silva@gmail.com](mailto:iolete.silva@gmail.com).

Neste estudo pretendemos compreender as produções ético-políticas de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de liberdade assistida. Como objetivos específicos pretendemos: (1) Fazer o levantamento do perfil da medida socioeducativa de liberdade assistida na cidade de Manaus e do adolescente em cumprimento de liberdade assistida; (2) Investigar as trajetórias de vida de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa; (3) Investigar as vivências de liberdade e autonomia pelos adolescentes em suas trajetórias de vida; (4) Compreender os modos como os adolescentes lidam com as pressões e expectativas de seu cotidiano; (5) Investigar quais são as perspectivas que os adolescentes produzem a partir de suas trajetórias de vida.

A participação é voluntária e se dará de duas maneiras. A primeira será uma entrevista individual, que será feita com a pesquisadora responsável. A segunda será o grupo focal, uma espécie de roda de conversa em que participarão outros adolescentes, a pesquisadora e dois auxiliares. A participação é voluntária. A entrevista e o grupo focal serão audiogravados num gravador digital MP3 e a gravação das entrevistas será transcrita pela pesquisadora. É necessária a autorização para o uso das informações que forem gravadas. Somente os pesquisadores envolvidos neste projeto terão acesso a estas informações. Quando a pesquisa for publicada, dados como nome, local de nascimento, moradia e afins não serão divulgados.

Para participar deste estudo, o responsável por você deverá autorizar e assinar um termo de consentimento livre e esclarecido. Nem você nem seu responsável terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Você será esclarecido(a) em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se. O responsável por você poderá retirar o consentimento ou interromper a sua participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido(a) no polo de liberdade assistida e a pesquisadora irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo.

Este estudo apresenta risco de possíveis mobilizações emocionais em função das perguntas que se referem à sua história de vida. Caso isso ocorra, daremos acolhimento no decorrer da entrevista. Na ocasião de maiores desdobramentos, você poderá ser encaminhado (a) para o Centro de Serviços de Psicologia Aplicada da Faculdade de Psicologia da Universidade Federal do Amazonas, um centro destinado a atendimento psicológico gratuito para a comunidade geral. A pesquisa não visa obtenção de lucros, sendo totalmente patrocinada pelos pesquisadores. A qualquer momento é possível desistir da participação, sem

que isto cause qualquer prejuízo moral ou material. Você pode fazer qualquer pergunta sobre a pesquisa aos nossos pesquisadores.

Se você aceitar participar da pesquisa, estará contribuindo para construir uma compreensão acerca dos processos de subjetivação construídos por adolescentes em conflito com a lei. Aos participantes, os momentos de entrevista pretendem oportunizar possibilidade de elaboração sobre aspectos importantes na vivência investigada.

Se, depois de aceitar participar, você desistir da participação tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa. Você não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardada em sigilo.

Para qualquer outra informação, você poderá entrar em contato com as pesquisadoras no endereço e telefone citados acima ou poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UFAM, localizado na Rua Teresina, 495, Adrianópolis, CEP: 69057-070, Manaus-AM, telefone (92) 3305-1181, ramal 2004, celular (92) 99171-2496, e-mail [cep.ufam@gmail.com](mailto:cep.ufam@gmail.com).

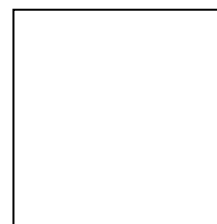
#### ASSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, fui informado(a) sobre o que a pesquisadora quer fazer e porque precisa da minha colaboração, entendi a explicação e esclareci minhas dúvidas. Sei que não vou ganhar nada, que posso sair quando quiser e que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e o meu responsável poderá modificar a decisão de participar se assim o desejar. Tendo o consentimento do meu responsável já assinado, declaro que concordo em participar desse estudo. Recebi uma cópia deste termo de assentimento e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Manaus, ...../...../.....

\_\_\_\_\_  
Assinatura do (a) adolescente

\_\_\_\_\_  
Assinatura do pesquisador



Impressão Datiloscópica



# **ANEXOS**

**ANEXO A – AUTORIZAÇÃO DA SEAS**

GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

**DECLARAÇÃO**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

– Faculdade de Psicologia - FAPSI

Curso de Psicologia

Autorizo a Profissional de Psicologia e Mestranda da Universidade Federal do Amazonas-UFAM, FERNANDA PRISCILA PEREIRA DA SILVA, a realizar trabalho de pesquisa intitulado "Produções Ético – Políticas de Adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa em Meio Aberto (LA e PSC)". Para tanto, a Gerencia de Atendimento Socioeducativo (GEASE) e os polos de L.A e P.S.C deverão fornecer os subsídios necessários para realização da pesquisa supracitado.

Atenciosamente,

**Ítalo Bruno Lima Nonato**

Chefe do Departamento Proteção Social Especial

## ANEXO B – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** Produções Ético-Políticas de adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida

**Pesquisador:** Fernanda Priscilla Pereira da Silva

**Área Temática:**

**Versão:** 3

**CAAE:** 41068215.0.0000.5020

**Instituição Proponente:** Universidade Federal do Amazonas

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 983.065

**Data da Relatoria:** 11/03/2015

#### Apresentação do Projeto:

##### Resumo:

Este projeto apresenta uma pesquisa qualitativa acerca de produções ético-políticas de adolescentes que estão em cumprimento de medida socioeducativa de liberdade assistida na Zona Centro-Oeste da cidade de Manaus. Tem como objetivo geral compreender as produções éticopolíticas de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de liberdade assistida. E como objetivos específicos: (1) Fazer o levantamento do perfil da medida socioeducativa de liberdade assistida na cidade de Manaus e do adolescente em cumprimento de liberdade assistida; (2) Investigar as trajetórias de vida de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa; (3) Investigar as vivências de liberdade e autonomia pelos adolescentes em suas trajetórias de vida; (4) Compreender os modos como os adolescentes lidam com as pressões e expectativas de seu cotidiano; (5) Investigar quais são as perspectivas que os adolescentes produzem a partir de suas trajetórias de vida. O referencial teórico é composto com base na Psicologia Histórico-Cultural para pensar o Desenvolvimento Humano, mais especificamente a adolescência e para pensar os aspectos ético-políticos e sociais envolvidas nas questões da adolescência e socioeducação. A construção dos dados será por meio de entrevistas semiestruturadas junto aos adolescentes do polo de LA da Zona Centro-oeste, com

**Endereço:** Rua Teresina, 4950

**Bairro:** Adrianópolis

**CEP:** 69.057-070

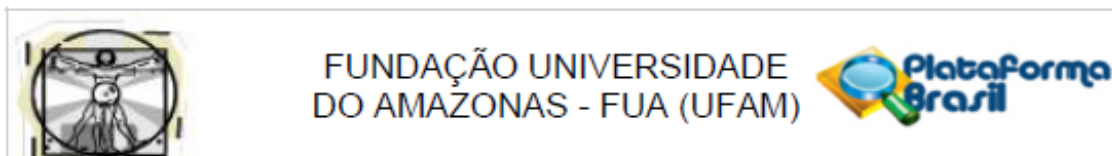
**UF:** AM

**Município:** MANAUS

**Telefone:** (92)3305-5130

**Fax:** (92)3305-5130

**E-mail:** cep@ufam.edu.br



Continuação do Parecer: 983.055

roteiro pré-estabelecido e de grupo focal, com base em um roteiro-guia para a discussão. Participarão da pesquisa de seis a oito adolescentes. As informações produzidas na pesquisa serão analisadas com base no processo de construção da informação na perspectiva da Epistemologia Qualitativa.

#### Objetivo da Pesquisa:

##### Objetivo Primário:

Compreender as produções ético-políticas de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de liberdade assistida. Esse objetivo desdobrou nos seguintes

##### Objetivo Secundário:

1. Fazer o levantamento do perfil da medida socioeducativa de liberdade assistida na cidade de Manaus e do adolescente em cumprimento de liberdade assistida; 2. Investigar as trajetórias de vida de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa; 3. Investigar as vivências de liberdade e autonomia pelos adolescentes em suas trajetórias de vida; 4. Compreender os modos como os adolescentes lidam com as pressões e expectativas de seu cotidiano; 5. Investigar quais são as perspectivas que os adolescentes produzem a partir de suas trajetórias de vida.

#### Avaliação dos Riscos e Benefícios:

##### Riscos:

A pesquisa seguirá as diretrizes da resolução nº466/2012 do Conselho Nacional de Saúde - CNS, que assegura toda sua integridade e compromisso com as questões éticas em pesquisas envolvendo seres humanos. De acordo com essa resolução (CNS, 2012), considera-se que toda pesquisa envolvendo seres humanos envolve risco. O dano eventual poderá ser imediato ou tardio, comprometendo o indivíduo ou a coletividade. A participação dos adolescentes nesta investigação envolve possível mobilização emocional em função da temática abordada. Caso isso ocorra, daremos acolhimento no decorrer da entrevista. Na ocasião de maiores desdobramentos, podemos encaminhar o participante para o Centro de Serviços de Psicologia Aplicada da Faculdade de Psicologia da Universidade Federal do Amazonas, um centro destinado a atendimento psicológico gratuito para a comunidade geral. A pesquisa não visa obtenção de lucros, sendo totalmente patrocinada pelos pesquisadores.

##### Benefícios:

O benefício da colaboração com a investigação reside em apoiar a compreensão dos processos de subjetivação construídos por adolescentes em conflito com a lei. Aos sujeitos envolvidos, os

Endereço: Rua Teresina, 4950  
 Bairro: Adrianópolis CEP: 69.057-070  
 UF: AM Município: MANAUS  
 Telefone: (92)3305-5130 Fax: (92)3305-5130 E-mail: cep@ufam.edu.br



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE  
DO AMAZONAS - FUA (UFAM)



Continuação do Parecer: 963.065

momentos de entrevista podem oportunizar possibilidade de elaboração sobre aspectos importantes na vivência investigada. A pesquisa junto a adolescentes que cometeram atos infracionais pode ainda contribuir com a revisão, avaliação e reelaboração de políticas públicas voltadas para esse público, de modo a construir conhecimentos que embasem práticas institucionais que sejam coerentes com a realidade concreta dos jovens e suas subjetividades.

#### Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

##### 1. Metodologia Proposta:

A pesquisa apresentada nesse projeto consiste numa pesquisa do tipo qualitativa, onde "[...] aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas" (Minayo, 1994, p. 22), de modo que devemos tentar compreender o processo social nas suas determinações e transformações dadas pelas pessoas, tendo em vista que nesse tipo de pesquisa "[...] há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito." (CHIZZOTTI, 1991, p. 79) González Rey (2005) argumenta que a pesquisa qualitativa concebe o conhecimento como produção e não como apropriação linear de uma realidade que se apresenta aos olhos do pesquisador. A pesquisa qualitativa é, então, pertinente nesta investigação por ser considerada como

processo cíclico articulado com o processo amplo de construção de conhecimento, focando a articulação entre a metodologia e uma proposta epistemológica qualitativa. Assim, segundo González Rey, (2005, p. 73) "[...] a pesquisa qualitativa é valiosa não só pelo conhecimento que produz sobre o estudado, mas também pelas novas zonas de sentido que permite descobrir em relação ao objeto estudado". Temos a pretensão, com essa

escolha epistemológica, de criar zonas de inteligibilidade e novas leituras acerca da temática estudada. A pesquisa será realizada num Polo de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida da Zona Centro-oeste da cidade de Manaus. Esse polo atende todos os adolescentes que são designados ao cumprimento de medidas em meio aberto da Zona Centro-Oeste – ZCO. Serão participantes da pesquisa os adolescentes que estão

em cumprimento de medida socioeducativa de liberdade assistida no polo de LA da Zona Centro-Oeste. O número de participantes será entre seis (06) e oito (08) adolescentes, conforme especificado mais a frente, em relação aos instrumentos de construção dos dados. Serão utilizados como instrumentos para a construção dos dados a técnica de Grupo Focal e Entrevistas individuais semiestruturadas com os adolescentes. Pretendemos

realizar grupo focal com adolescentes a fim de oportunizar um espaço de verbalizações, troca e

Endereço: Rua Teresina, 4950

Bairro: Adrianópolis

CEP: 69.057-070

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)3305-5130

Fax: (92)3305-5130

E-mail: cep@ufam.edu.br





Continuação do Parecer: 983.065

produções acerca das produções contextualizadas dos jovens. Será realizado um grupo focal com o número de seis (06) a oito (08) integrantes. Este número definiu-se por acreditarmos ser uma quantidade que expresse a riqueza de significações e vivências sobre o tema. O número de seis (06) a oito (08) participantes em cada grupo se justifica também a fim de que seja possível a livre expressão de opiniões, pois com um grupo com grande número de participantes é possível haver limitações à participação, trocas e elaborações. Em relação ao número de participantes, Gatti (2005) sugere que o grupo seja composto por um número entre seis (06) e doze (12) participantes, mas enfatiza que em projetos de pesquisa não seja ultrapassada a quantidade de dez (10) para não comprometer a participação e possibilidade expressiva de todos. Será utilizado instrumento de entrevista individual semiestruturada com os adolescentes, a fim de fazer a investigação das trajetórias de vida dos adolescentes e da verificação de quais podem ser as estratégias de resistência e subversão ao controle social a que eles são submetidos. A entrevista será complementar ao grupo focal, visto que irá trazer as particularidades de cada trajetória de vida e os modos de subjetivação dos jovens.

Tamanho da Amostra no Brasil: 8

**Critério de Inclusão:**

Os critérios de inclusão para a participação na pesquisa serão: ser adolescentes entre 12 e 18 anos; estar em cumprimento de medida socioeducativa de liberdade assistida no polo da Zona Centro Oeste; aceitar participar voluntariamente da pesquisa e ser autorizado pelos responsáveis a participação, por meio da assinatura do TCLE.

**Critério de Exclusão:**

Serão considerados critérios de exclusão não estar cumprindo medida socioeducativa, não aderir voluntariamente à pesquisa; não ser autorizados pelos responsáveis a participação, por meio da assinatura do TCLE. Caso os adolescentes aceitem participar da pesquisa e posteriormente solicitem que os dados que forneçam sejam excluídos, os dados serão excluídos da amostra.

2. CRONOGRAMA: ADEQUADO

3. ORÇAMENTO: ADEQUADO

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

1. Folha de rosto: ADEQUADA

Endereço: Rua Teresina, 4950	CEP: 69.057-070
Bairro: Adrianópolis	
UF: AM	Município: MANAUS
Telefone: (92)3305-5130	Fax: (92)3305-5130
	E-mail: cep@ufam.edu.br



Continuação do Parecer: 983.065

2. Instituição Proponente: ADEQUADA
3. Riscos (NO CORPO DO PROJETO): ADEQUADOS
4. Critério de inclusão e exclusão: ADEQUADOS
5. Termo de Anuência: ADEQUADO
6. Instrumentos de Pesquisa: ADEQUADOS
7. TCLE: ADEQUADO
8. CRONOGRAMA: ADEQUADO
9. ORÇAMENTO: ADEQUADO
10. Benefícios: ADEQUADOS
11. Declaração que os resultados serão tornados públicos: ADEQUADO
12. Declaração sobre uso e destinação de material: ADEQUADO
13. Currícula Lattes: FORAM APENSADOS AO PROTOCOLO DE PESQUISA
14. Tamanho da Amostra: ADEQUADO
15. Termo de Assentimento: ADEQUADO

**Recomendações:**

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Em razão do exposto, somos de parecer favorável que o projeto seja APROVADO, pois a pesquisadora cumpriu totalmente as determinações da Res.466/2012.

É o parecer

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Endereço: Rua Teresina, 4950  
 Bairro: Adrianópolis CEP: 69.057-070  
 UF: AM Município: MANAUS  
 Telefone: (92)3305-5130 Fax: (92)3305-5130 E-mail: cep@ufam.edu.br



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE  
DO AMAZONAS - FUA (UFAM)



Continuação do Parecer: 983.065

MANAUS, 12 de Março de 2015

---

Assinado por:

**Eliana Maria Pereira da Fonseca**  
(Coordenador)

Endereço: Rua Teresina, 4950

Bairro: Adrianópolis

CEP: 69.057-070

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)3305-5130

Fax: (92)3305-5130

E-mail: cep@ufam.edu.br